



Débora Helena Saramago Larsen

# O RELATO DA EMBAIXADA DE 1712 DO MARQUÊS DE FONTES A ROMA, DA AUTORIA DE D. LÁZARO LEITÃO ARANHA

Dissertação de Mestrado em Estudos de Cultura, Literatura e Línguas Modernas, Ramo de Literaturas e Culturas Modernas, orientada pelo Doutor Manuel Simplicio Geraldo Ferro, apresentada ao Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2018



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



# O RELATO DA EMBAIXADA DE 1712 DO MARQUÊS DE FONTES A ROMA DA AUTORIA DE D. LÁZARO LEITÃO ARANHA

## Ficha Técnica:

<b>Tipo de trabalho</b>	<b>Dissertação de Mestrado</b>
<b>Título</b>	<b>O RELATO DA EMBAIXADA DE 1712 DO MARQUÊS DE FONTES A ROMA, DA AUTORIA DE D. LÁZARO LEITÃO ARANHA</b>
<b>Autora</b>	<b>Débora Helena Saramago Larsen</b>
<b>Orientador</b>	<b>Manuel Simplício Geraldo Ferro</b>
<b>Júri</b>	<b>Presidente: Doutora Maria José Florentino Mendes Canelo</b> <b>Vogais:</b> <b>1. Doutora Rita Maria da Silva Marnoto</b> <b>2. Doutor Manuel Simplício Geraldo Ferro</b>
<b>Identificação do Curso</b>	<b>2º Ciclo em Estudos de Cultura, Literatura e Línguas Modernas</b>
<b>Área científica</b>	
<b>Especialidade/Ramo</b>	<b>Literatura e Culturas Modernas</b>
<b>Data de defesa</b>	<b>18-07-2018</b>
<b>Classificação</b>	<b>18 valores</b>

Em memória do meu Pai



## **Agradecimentos**

Esta dissertação é o culminar do percurso académico que tenho vindo a palmilhar desde o meu ingresso na Licenciatura em Línguas Modernas na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Existem muitas pessoas a quem as palavras que lhes quero aqui dirigir não são suficientemente capazes de albergar o tamanho do meu agradecimento. Gostava de agradecer a cada um dos meus professores, colegas e amigos que se cruzaram comigo e me ajudaram a chegar até esta etapa. A ajuda de cada um foi determinante. O meu primeiro agradecimento vai para a Administradora dos Serviços de Ação Social da Universidade de Coimbra, Doutora Regina Bento, e à Doutora Alexandra Lopes, que de tudo fizeram para que eu tivesse o apoio necessário para prosseguir os meus estudos. Quero agradecer sentidamente ao meu professor e amigo Manuel Ferro, por me ter orientado com tanta dedicação nesta dissertação e por me ter deslumbrado com matérias tão interessantes ao longo destes anos. Quero também deixar uma palavra de reconhecimento ao André, pelo incansável esforço que conduziu para me acompanhar com tanto amor nesta fase da minha vida, à minha mãe por ter cuidado de mim sempre que precisei e à minha família pelo apoio incondicional. Por fim, quero ainda expressar toda a minha gratidão a todas as restantes pessoas que estiveram indiretamente a contribuir para a realização da minha dissertação, nomeadamente todos os funcionários da Faculdade de Letras, bem como da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

A todos, um muito obrigada!



## SUMÁRIO

<b>Resumo .....</b>	<b>10</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>12</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>14</b>
<b>Capítulo I – O Reinado de D. João V.....</b>	<b>28</b>
1. Contextualização histórica.....	30
1.1. O “Rei-Sol” Português.....	30
1.2. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses .....	43
1.3. O Gosto da Época: Arte Barroca ao serviço do Poder Régio .....	49
<b>Capítulo II – A Embaixada no séc. XVIII.....</b>	<b>60</b>
2. A Diplomacia Portuguesa de D. João V na Santa Sé, na 1ª metade do século XVIII	62
2.1. O Progresso das Missões Diplomáticas.....	62
2.2. O Embaixador: Conceito, nomeação e atividade.....	68
2.3. Portugal e Itália: As relações diplomáticas com a Santa Sé no reinado de D. João V.....	75
2.3.1. A Embaixada Extraordinária do 3º Marquês de Fontes, a Roma de 1712 – 1716 .....	84
<b>Capítulo III – O relato de viagem de 1712 da embaixada extraordinária do 3º Marquês de Fontes a Roma .....</b>	<b>92</b>
<b>3. Literatura e viagens: A arte de viajar .....</b>	<b>94</b>
3.1. A Viagem da Embaixada Portuguesa a Roma de 1712, por D. Lázaro Leitão .....	100
3.2. Os Preparativos da Viagem .....	103
3.3. O Itinerário .....	105
3.4. A vivência a bordo.....	106
3.5. A aventura e as peripécias a bordo .....	124
3.6. Impressões, formação e deslumbramento.....	138
3.7. A passagem da embaixada por Génova.....	140
3.7.1. O Itinerário .....	140
3.7.2. O Cerimonial em Génova.....	140
3.7.3. Impressões, formação e deslumbramento.....	147
3.8. A Entrada Solene do 3º Marquês de Fontes em Roma: Uma forma de fazer política.....	156
<b>Conclusão .....</b>	<b>179</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>186</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>217</b>



## Resumo

A gradual perda de prerrogativas como resultado das adversidades fomentadas durante o reinado de D. Pedro II marcam o início da governação de D. João V. Só foi possível renovar a imagem de Portugal através da condução de uma efetiva ação diplomática internacional, sem nunca perder de vista os interesses nacionais. André de Melo e Castro foi o primeiro diplomata a conduzir uma boa relação com a Santa Sé. A Embaixada Extraordinária do 3º Marquês de Fontes a Roma em 1712 foi uma das mais marcantes desta época, capaz de projetar uma nova identidade junto da Santa Sé e no imaginário dos italianos que estiveram presentes durante estes acontecimentos. Dos fundos de ouro oriundos do Brasil, que subsidiaram grande parte das atividades da Coroa Portuguesa, possibilitou ao rei investir na arte barroca como uma forma de fazer marketing político, com o intuito de chegar ao nível das grandes nações europeias. O relato oficial da viagem desta Embaixada Extraordinária que se encontra inserida na literatura de viagens do século XVIII, escrito pelo Secretário D. Lázaro Leitão Aranha, consiste, em parte, numa fonte reveladora de informações que espelham a identidade de uma Nação destemida e erudita. Juntamente com a descrição dos coches e outros elementos artísticos exibidos no cortejo do cerimonial da entrada solene, como sendo o ponto mais alto da missão desta embaixada, presente na Relação de Luca Antonio Chracas, foi possível difundir em Itália e ao resto da Europa a imagem de Portugal como uma Nação grandiosa de conquistadores.

**Palavras-chave:** Literatura de viagens do século XVIII; Embaixada de 1712; D. João V; 3º Marquês de Fontes; D. Lázaro Leitão Aranha.



## **Abstract**

The gradual loss of prerogatives, as a consequence of the adversities fomented during the reign of King Peter II, marks the beginning of King John V's reign. It was only possible to renew the image of Portugal by leading an effective international diplomatic action, whilst taking into account its national interests. André de Melo e Castro was the first diplomat to establish a good relationship with the Holy See. The Extraordinary Embassy of the 3rd Marquis of Fontes to Rome, in 1712, was one of the most remarkable of its time, capable of projecting a new identity in the eyes of the Holy See as well as in the imagination of the Italians who attended these events. The gold funds brought from Brazil, which subsidized most of the activities of the Portuguese Crown, enabled the king to invest in baroque art as a way of doing political marketing, in order to seek the same level of greatness as other influential European nations. The official account of the trip of this Extraordinary Embassy, which is part of the travel literature of the eighteenth century, written by the Secretary D. Lázaro Leitão Aranha, consists, in part, of a revealing source of information that portrays Portugal's identity as a fearless and erudite Nation. Along with the remarkable description of the state coaches and other artistic elements exhibited in the solemn ceremonial procession as the highest point of this embassy's mission, as presented in the Relation of Luca Antonio Chracas, it was possible to spread Portugal's image as a magnificent Nation of conquerors in Italy and in the rest of Europe.

**Keywords:** 18<sup>th</sup>-century travel literature; Embassy of 1712; King John V; 3rd Marquis of Fontes; D. Lázaro Leitão Aranha.



## Introdução

Em relação à importância dada atualmente, em tempos de tensão, à diplomacia como um campo de diálogo orientado para a defesa, que entre embaixadores, ministros-conselheiros, conselheiros, secretários e adidos trabalham para a negociação de interesses entre países, não podemos deixar cair no esquecimento os tempos em que se fundaram estes preceitos, nomeadamente centrando-nos no século XVIII, no momento em que a diplomacia era um autêntico espetáculo de arte, espelho da magnanimidade de uma nação, fundadas em autênticas e frutuosas trocas culturais. Uma dessas embaixadas foi a delegação extraordinária liderada pelo 3º Marquês de Fontes, Rodrigo Anes de Sá Almeida Meneses, a mandado de D. João V ao Papa Clemente XI a Roma, no ano 1712. Singular no mundo pela organização de entradas sumptuosas com que se faziam aparecer na Santa Sé, eram acompanhados por um vasto séquito com centenas de triunfais coches mandados construir especialmente para a ocasião, requintadamente decorados em talha dourada e fazendo uso dos mais riquíssimos tecidos. Dessas jornadas ficou registado um relato de viagens<sup>1</sup> cujo autor é o secretário da embaixada de Marquês de Fontes, o Cónego Lázaro Leitão<sup>2</sup>.

No entanto, não se pode deixar de referir que este relato não tem merecido a devida atenção dos estudiosos, nem tão pouco sido objeto de estudo nos dias de hoje, quando se fala das embaixadas do Marquês de Fontes ao Papa Clemente XI e, num plano mais geral, das embaixadas de Portugal. Esta situação muito se deve por este relato se ter encontrado durante toda esta extensão de tempo em forma de manuscrito e pelos obstáculos que surgem da sua transcrição. É uma pena porque a opinião pública se tem mantido alheia a um relato de uma viagem tão importante e único em tantíssimos aspetos. Não temos que sentir constrangimentos de glorificar as nossas conquistas, assim como não devemos obliterar os nossos erros. Cabe a nós reconhecer que esta é a essência da história e que o espírito essencial que devemos possuir quando estamos perante um pedaço de passado da nossa humanidade, de alguém que se situa no presente com essa densidade, é o exercício

---

<sup>1</sup> *Diário da jornada de Roma, que fiz Sendo Secretário da Embaixada Excelentíssima do Senhor Marquês de Fontes. Ano de 1712* (ms. 677 da BGUC, Fl.116-134)

<sup>2</sup> Cf. Manuel da Silva Castelo Branco, “Os trabalhos de D. Lázaro Leitão Aranho sobre as Três Ordens Militares: Avis, Cristo e Santiago”, Isabel Cristina F. Fernandes (ed.) *Ordens Militares, Guerra, Religião, Poder e Cultura*, vol. 1, Lisboa: Edições Colibri, 1999, p.66-67, 70.

da memória<sup>3</sup>. Com o objetivo de que as gerações futuras se situem e tenham esta noção de responsabilidade de optar pela memória e não pelo esquecimento, renunciando à Humanidade. Para que esta viagem não seja apenas um mero relato mas que vá para além daquilo que está visível, através do testemunho se acessem as emoções - a semente por nós colhida desperte no espírito, a capacidade de sonhar com eventos de outrora, que brotem no presente.

Por conseguinte, constitui um desafio realizar um estudo que tenha como suporte e ponto de partida o relato da embaixada extraordinária do Marquês de Fontes a Roma em 1712, para tentar perceber qual foi a imagem que quisemos criar no imaginário da época, da Santa Sé, e num sentido mais alargado, dos Italianos, nos que estiveram presentes durante estes acontecimentos e que, em parte, se preserva e transmite neste discurso.

Nesta altura Portugal estava a ser governado por D. João V, cognominado o *Magnânimo*. Foi o 24º Rei de Portugal e reinou no nosso país durante um longo período de 43 anos. Tornou-se uma figura profusamente conhecida pelas obras que mandou erigir e levar a cabo, nomeadamente o palácio-convento de Mafra e o Aqueduto das Águas Livres, em Lisboa, entre tantas outras.

Nem sempre porém o juízo dos historiadores é unânime. Trata-se de uma figura bastante controversa pela maneira como geriu as economias de um país cujos recursos provinham sobretudo das riquezas oriundas do Brasil e dos impostos<sup>4</sup>. Esta crítica advém, todavia, da conceção de estado e nação dominante na época, é um exemplo de como era vista a maneira como D. João V governava:

«Aliás, para ele, nem sequer existiam interesses nacionais; só havia interesses régios, porquanto, baseado no princípio de que a nação era propriedade sua, tudo tinha de convergir para seu lucro individual, e a nação só escassamente lucrava alguma coisa, quando ele, defendendo os seus interesses pessoais, coincidia em defender as do reino.»<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> O exercício da memória está habitualmente associado à reconstituição de acontecimentos trágicos da Humanidade. No entanto, este termo também pode ser empregue para nos podermos referir ao desejo de lembrar, também, aspetos positivos da nossa história; é unicamente neste sentido que a expressão é aqui utilizada.

<sup>4</sup> Cf. Mário Domingues. *D. João V, o homem e a sua época*. Lisboa: Tip. H. Torres, 1964, p. 104-106

<sup>5</sup> *Idem, ibidem*, p. 8

Contudo, se é certo que, de um ponto de vista, o modo como D. João V gastou os recursos de que dispunha de maneira descomedida e muitas vezes incoerente em sobejas ostentações, o que lhe valeu muitas críticas, de um outro, foi essa aspiração de pretender ser grandioso em todos os aspetos que projetou Portugal no centro das grandes nações naquela época e nos deixou um vasto património<sup>6</sup> de obras tão exuberantes que são hoje símbolos nacionais. É indiscutível que um desses aspetos se encontre indissociável ao outro.

Quanto aos estudos existentes sobre D. João V e o contexto cultural da época é considerável o acervo com que podemos contar. Neste ponto, podemos enumerar várias obras: de carácter introdutório, *D. João V: O homem e a sua época*<sup>7</sup>, de Mário Domingues, facultamos um guia do ponto de vista histórico pelos aspetos mais importantes do seu reinado, nomeadamente fatos biográficos do monarca, a corte, a economia, a política, a diplomacia e as artes; *D. João V, Rei-Sol*<sup>8</sup>, da autoria de Rui Bebiano; de Luís Ferrand de Almeida intitulada *O Absolutismo de D. Joao V*<sup>9</sup>; de Manuel Bernardes Branco, *Portugal na epocha de D. João V*<sup>10</sup> e um título dos mais recentes, *D. João V*, que nos fornece mais dados ao nível de uma contextualização histórica, nomeadamente acerca da diplomacia de D. João V, de Maria Beatriz Nizza da Silva<sup>11</sup>.

O Marquês de Fontes, Rodrigo Anes de Sá Almeida Meneses, é uma figura portuguesa que ainda está envolvida numa aura de mistério. Sabemos que foi um fidalgo da máxima confiança de D. João V detentor de vários títulos nobiliárquicos e condecorações, sinal que revela que a sua vida foi prenhe de acontecimentos que merecem ser estudados, desconhecendo-se ainda o alcance da contribuição que prestou a Portugal para ter conseguido estar ao nível de lhe ser concedido o encargo de missões tão importantes, tal como a embaixada extraordinária enviada a Roma do ano de 1712. Assim o descreve em primeira pessoa, D. João V, em carta a ele dirigida, publicada por Eduardo Brazão:

---

<sup>6</sup> Cf. Ayres de Carvalho. *D. João V e a arte do seu tempo*. Vol. 2. S.L.: Edição do Autor, 1962.

<sup>7</sup> Mário Domingues. *D. João V o homem e a sua época*. Lisboa: Tip. H. Torres, 1964.

<sup>8</sup> Rui Bebiano, *D. João V: Rei-Sol*. Separata da *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1986.

<sup>9</sup> Luís Ferrand de Almeida, *O absolutismo de D. João V*. Separata de *Estudos em Homenagem a Jorge Borges de Macedo*. Lisboa: INIC, 1992.

<sup>10</sup> Manuel Bernardes Branco, *Portugal na epocha de D. João V*. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, 1885.

<sup>11</sup> Maria Beatriz Nizza da Silva. *D. João V*. Temas e Debates: Lisboa, 2009.

«Honrado Marques de Fonttes, amigo Sendo muy conveniente ao meu seruiço mandar a cortte de Roma, pessoa de grande authoridade prudência e zello com o caratter de meu Embayx.<sup>or</sup> extraordinario fuy seruido, nomearvos p.<sup>a</sup> esta Embayxada por con correrem na vossa pessoa aquellas circunstancias, fiando das grandes obrigações com que nascestes obrareis emtudo comtal cuydado, e acerto que correspondão a grande confiança que devos faço em carregandovos omáis importante neg.<sup>cio</sup> que esta Corte teue naquella Curia [...]»<sup>12</sup>

No entanto, várias obras lhe fazem referência. Nomeadamente, as *Memórias históricas e genealógicas dos grandes de Portugal*<sup>13</sup>, o 1º volume do *Dicionário dos mais ilustres Transmontanos e Alto Durienses*<sup>14</sup>, o 2º volume de Ayres de Carvalho, *D. João V e a arte do seu tempo*<sup>15</sup>, e a obra de Teresa Leonor M. Vale, *Arte e Diplomacia*<sup>16</sup>. As duas primeiras servem-nos de ponto de partida porque nos oferecem informações genealógicas relativas à casa de Abrantes, onde se incluem os dados biográficos e as posições ocupadas por Rodrigo Anes de Sá Meneses e Almeida, atualizadas até 1895. As duas seguintes permitem entender os aspetos mais curiosos e marcantes sobre a vida e a carreira do 3º Marquês de Fontes.

Para além disso, têm-se realizado ao longo do tempo, algumas exposições que têm tratado das Embaixadas de Portugal a Roma - muito poucas, sem dúvida – principalmente as que se referem à embaixada de 1712. Entre elas refira-se um ensaio da autoria de Sara Augusto que aborda o Diário da Jornada de Roma do Embaixador Extraordinário<sup>17</sup>, o Marquês de Fontes, em 1712, o 2º volume da obra de Eduardo Brazão, *Relações Externas de Portugal no reinado de D. João V*<sup>18</sup> e ainda do mesmo autor, *D. João V e a Santa Sé: As relações diplomáticas de Portugal com o governo pontifício de 1706-1750*<sup>19</sup>. A primeira valoriza de um ponto vista histórico a figura do embaixador, as embaixadas

---

<sup>12</sup> *Instrução que leva o Marquez de Fonttes embayx.<sup>or</sup> extraordinario a Roma*, no códice – Instruções dos Embaixadores, pp. 292 – 299 v. – Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros. *Apud* Eduardo Brazão. *Relações externas de Portugal: reinado de D. João V*. Vol.2. Porto: A Portuense, 1938, p. 39

<sup>13</sup> Caetano de Sousa, *Memórias históricas e genealógicas dos grandes de Portugal*, 2ª Ed., Lisboa: Regia Oficina Sylviana, e da Academia Real, 1895.

<sup>14</sup> Barroso da Fonte (coord.). *Dicionário dos mais ilustres Transmontanos e Alto Durienses*. Vol.1. Guimarães: Editora Cidade Berço, 1998.

<sup>15</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>16</sup> Teresa Leonor M. Vale. *Arte e Diplomacia: A vivência romana dos embaixadores joaninos*. Lisboa: Scribe, 2015.

<sup>17</sup> Sara Augusto. “Diário da Jornada de Roma do Embaixador Extraordinário, o Marquês de Fontes, no ano 1712”. In: *Máthesis*, 18. Viseu, 2009.

<sup>18</sup> Eduardo Brazão. *Relações Externas de Portugal Reinado de D. João V*. Porto: A Portuense, 1938

<sup>19</sup> Eduardo Brazão. *D. João V e a Santa Sé: As relações diplomáticas de Portugal com o governo pontifício e 1706-1750*. Coimbra: Coimbra Editora, Lda, 1937.

enviadas a Roma durante o período de 1712 até 1718 e nele contextualizado o relato da viagem a Roma em questão. As duas seguintes permitem entender em toda a sua plenitude, enquanto Embaixador Extraordinário de D. João V, a missão do 3º Marquês de Fontes na Santa Sé e os resultados que dela se obteve.

Este diário carece, por isso, todo o interesse mais aturado para que lhe seja dedicada uma investigação mais aprofundada sobre esta embaixada extraordinária e que a perspetive em função da época, reconstitua o percurso da viagem, não só em função dos dados relacionados com o Marquês de Fontes, mas face a um levantamento relacionado com as pessoas que nela participaram, assim como com todas as questões diplomáticas envolventes, quanto possíveis. Pelo fato compreende-se a necessidade premente que existe em preservar este importante documento da nossa História na nossa memória coletiva.

A embaixada de 1712 desenrola-se durante o século XVIII, período da história peculiar pelo modo como se vive e, sobretudo, pelas suas facetas política e artística. A nível político, tal como Mário Domingues refere na sua obra<sup>20</sup>, Portugal estava a viver o auge do absolutismo com o reinado de D. João V. Artisticamente, vive-se no apogeu da arte barroca e conseqüentemente dela irradiavam manifestações em todos os âmbitos da vida quotidiana. Estes são dois fatores que, como veremos, se entrelaçam.

Sem sombra de dúvida, um dos grandes centros do barroco é a Itália. A tal ponto que é difícil arranjar atributos para qualificar a sua intensa e deslumbrante atividade, bem como a respetiva produção artística. Este estilo vem na esteira do Renascimento, assim como do Maneirismo, para dar lugar a uma riqueza e detalhe na escolha dos materiais e na construção das formas que expressam a abundância e o exagero através de linhas curvilíneas, de drapeados, na monumentalidade e no uso de talha dourada. A arte era utilizada como expressão artística que pretendia atrair os fiéis à Igreja, através do dramatismo, do luxo, do exagero e pelo hiper-realismo das formas artísticas que procuravam comover o espetador e trazê-lo para uma religiosidade mais intensa, de forma que sentisse uma maior aproximação a Deus.

Este movimento brota em Itália no século XVII e só depois irradia para outros países. Durante este período, a Europa atravessa uma época de ouro, do ponto de vista

---

<sup>20</sup> *Idem, ibidem*, p.6

cultural. Em Portugal, o ciclo do *Barroco nacional* começa a desenvolver-se no reinado a partir do reinado de D. Pedro II a partir de 1683<sup>21</sup>, e só cai em desuso em meados do século XVIII. Na época em que D. João V sobe ao trono, abre-se a fase plena do barroco. Este monarca, como já havia mencionado, legitimou-se como mecenas das artes e das letras. Porém, para Mário Domingues esta era «uma oportunidade de figurar como protetor das Letras e das Artes, imitando Luís XIV, o grande monarca francês, que lhe servia de modelo»<sup>22</sup>. Mas, para além deste fator influente ainda há outro a considerar, como nos refere Luís Ferrand de Almeida:

«Para além das influências gerais do ambiente político da época, também os factores nacionais tiveram certamente o seu peso, especialmente a chegada, em doses maciças, do ouro do Brasil, pelas facilidades que deu à Coroa nos planos financeiro e político. Libertando, em larga medida, o Rei, a partir de certa altura, da necessidade de recorrer aos povos para lhe votarem subsídios, tornou-o independente das Cortes, que não mais reuniram, e possibilitou o grandioso fausto barroco em que frequentemente se envolveu, - natural manifestação externa do absolutismo monárquico»<sup>23</sup>

Foi na forma apaixonada como D. João V defendeu e investiu tanto nas artes como nas letras, que lhe permitiu viver um período de permanente espetáculo e fabulosa ostentação durante o seu reinado, que aproveitou de forma genial o modo de utilizar a arte a seu favor para comunicar e atrair a atenção do resto do mundo – o que se refletiu na sua forma de fazer diplomacia. No que diz respeito à arte, na época de D. João V, é da maior relevância a obra de Flávio Conti, *Como reconhecer a arte barroca*<sup>24</sup>, bem como de Fernanda Disperati Gallas<sup>25</sup>, entre muitos outros títulos que poderíamos enunciar.

Tal como José Calvet de Magalhães nos refere na obra comemorativa do 280º aniversário da embaixada do Marquês de Fontes ao Papa Clemente XI (1716-1996), publicada pelo Museu Nacional dos Coches<sup>26</sup>, onde reúne uma interessante coletânea de estudos acerca da importância das embaixadas na história da diplomacia na Europa

---

<sup>21</sup> Cf. Vítor Serrão. *História da Arte em Portugal – O Barroco*. Lisboa: Editorial Presença, 2003. pp. 153-246

<sup>22</sup> *Idem, ibidem*, p.312

<sup>23</sup> Luís Ferrand de Almeida, *op.cit.*, p.371

<sup>24</sup> Flávio Conti. *Como reconhecer a arte barroca*. Edições 70: Lisboa, 1986.

<sup>25</sup> Fernanda Disperati Gallas. *O barroco no reinado de D. João V: arquitetura, moedas e medalhas*. São Paulo: Ed. do Autor, 2011.

<sup>26</sup> Museu onde estão expostos os três ilustríssimos coches utilizados na embaixada enviada a Roma pelo Marquês de Fontes em 1716.

Ocidental, nomeadamente a do Marquês de Fontes, a arte como símbolo de representação exprime «o poder de origem divina de que se arrogavam os reis absolutistas [e] fazia-os rodear de enorme pompa e aparato e as cortes europeias dessa época exibiram uma opulência e um luxo nunca vistos que, por sua vez, impunha uma rigorosa e minuciosa etiqueta por vezes desmedida»<sup>27</sup>. Não obstante verifica-se que, na obra em causa, não se encontram largas referências à viagem da embaixada de 1712, optando-se por uma contextualização no âmbito da diplomacia da época. Neste contexto, durante o século XVII e XVIII, que estava a viver o auge do período absolutista na produção e difusão da arte barroca, acabou por alimentar e pôr-se ao seu serviço. Estes dois fatores complementares fizeram com que as cortes europeias destes séculos, nomeadamente no século XVIII, ostentassem um fausto como nunca antes se havia visto no mundo e que merece, sem a menor dúvida, uma atenção aprofundada. Sobre as festividades barrocas, organizadas nesta época por estas duas instituições, destacam-se as duas obras de José Manuel Tedim, nomeadamente *A festa barroca no tempo de D. João V*<sup>28</sup> e *A festa e a cidade no Portugal barroco*<sup>29</sup>, assim como a obra *O "magnífico aparato": formas da festa ao serviço da Família Real no século XVIII*<sup>30</sup>, de Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves.

Por outro lado, a Itália foi um país que teve tudo para saber fascinar o mundo e em particular a cultura portuguesa. Da sua cultura, há muito, muito antes do início do Renascimento, que eram difundidas as mais belas imagens que chegaram aos nossos artistas e escritores e que logo se destinaram a representá-la. Contudo, foi desde esta época que elas se intensificaram e foram influenciando a nossa visão da cultura italiana, tomando os leitores e os observadores como medianeiros, pondo em prática e divulgando conceitos e preconceitos de ordem extraliterários, focando os planos social, artístico, político e etnológico que lhes alimentava a atração pela Itália e pela sua cultura.

---

<sup>27</sup> José Calvet de Magalhães. *A importância das embaixadas na história da diplomacia na Europa ocidental*. In: BESSONE, Silvana, compil.; PLAISTER, Elisabeth, trad.; PINHO, Elsa Garrett, trad.; MAGALHÃES, José Tomás Cabral Calvet de, 1915-2004, colab.; BESSONE, Elsa, colab. "Embaixada de D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, Marquês de Fontes, enviada por D. João V ao Papa Clemente XI. Roma, 8 de Julho de 1716", Lisboa: Sociedade Tipográfica, S. A., 1996. p.32

<sup>28</sup> José Manuel Tedim. *A festa barroca no tempo de D. João V*. In: Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Ibero-Americano. Ouro Preto/MG: atas, 2006. Disponível em: <https://www.upo.es/depa/webdhuma/areas/arte/4cb/pdf/Jos%C3%A9%20Manuel%20Tedim.pdf>. Consultado: 05/11/2017

<sup>29</sup> José Manuel Tedim. *A festa e a cidade no Portugal barroco*. In: Actas do II Congresso Internacional do Barroco, Porto, Sersilto, 2003, pp. 317-323. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7544.pdf>. Consultado: 05/11/2017

<sup>30</sup> Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves. *O "magnífico aparato": formas da festa ao serviço da Família Real no século XVIII*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da UMP, 2001.

Deste modo, é estimulante considerar e investigar essas imagens, relacionar o quão fiéis são à realidade, bem como estereótipos e clichés que os portugueses construíram da cultura italiana, mormente a partir do relato da viagem do Marquês de Fontes a Roma em 1712, que acompanharam e moldaram a visão daquele país e que vão determinar a relação que Portugal teve com o Papado, em particular, e com o Estado da Santa Sé, de modo mais generalizado.

O relato de viagem do Marquês de Fontes ao Papa Clemente XI é um texto literário que relata com regularidade diária as experiências de viagem, dispostas esquematicamente na folha segundo um diário de bordo, em dois momentos. Num primeiro momento, são sumariamente descritas as informações mais importantes da navegação (condições meteorológicas, problemas de navegação, percurso), dessa parte da viagem efetuada por via marítima. Já num segundo, mantendo a mesma disposição de jornada, encontramos um relato que deixa esse aspeto para um plano meramente referencial, para encontrarmos um discurso de teor muito mais descritivo. Esta divisão, como se irá ver no decurso do desenvolvimento da análise, tem a ver com a viagem e a chegada ao destino, em que se passa a descrever os trajetos que o embaixador percorre durante o dia, bem como os costumes observados e os locais que visita.

O relato de viagens pertence, pois, a um campo específico da literatura comparada, explicitamente designado por literatura de viagens. A representação do espaço da viagem a Itália feita por Portugueses já há muito que tinha vindo a ser feita, ombreando com o que acontecia nas restantes literaturas europeias. Segundo a obra coordenada por Beja Madeira *Os livros de viagens em Portugal no Século XVIII e a sua projecção europeia*, incide-se sobre a natureza destes relatos de viagem no seguinte modo:

«(...) No século XVIII viajou-se muito pelo simples interesse de conhecer outras terras e outras gentes, diferentes leis e diversos costumes. Não são só os diplomatas e os doentes que se deslocam no globo, uns enviados pelos seus governos, outros pelos seus médicos; agora viajam também os artistas e os escritores, os filósofos e os naturalistas, os ricos curiosos e os nababos enfasiados.»<sup>31</sup>

---

<sup>31</sup> Beja Madeira (coord.). *Os livros de viagens em Portugal no Século XVIII e a sua projecção europeia*. Lisboa: Oficinas gráficas de Minerva do Comércio de Veiga & Antunes, Lda., 1987.

Por haver uma grande diversidade de pessoas que viajam, é que durante o século XVIII surge uma enorme variedade de relatos de viagem, em que se deixa de valorizar tanto a qualidade literária.

Este é um género que questiona a relação entre texto e espacialidade. É um campo onde o texto, os lugares e as ideias se entrecruzam e interagem. Na viagem a Itália, além da presença de um contexto italiano, encontra-se nela o olhar de um autor. É esse olhar que vai conduzir e marca o ritmo de toda a viagem literária. É isto que nos refere Marie-Madeleine Martinet na sua obra dedicada a esta matéria *Le voyage d'Italie dans les littératures européennes*:

«Une question de forme littéraire posée par le récit de voyage en Italie est celle de la relation du texte et de la spatialité. Il s'agit d'un thème où les textes, les lieux et les idées interfèrent en multiples entrecroisements. Le voyage d'Italie implique, outre la présence d'un cadre italien, le regard porté par le voyageur, et donc une thématique du regard et du mouvement en un jeu d'observation et d'imagination.»<sup>32</sup>

A literatura de viagens comporta, portanto, vários *leitmotive* que vão ser objeto de estudo no relato a Roma de 1712. São eles os lugares; as descrições que apelam à imaginação cartográfica do leitor e *Les ères du temps*<sup>33</sup>, ou seja, a descrição da época. Estes *leitmotive* cruzam-se num constante jogo de observação e de imaginação orientados no discurso por via dum roteiro que pode, ou não, ser uma descrição mimética fiel à realidade exterior. Portanto, a literatura de viagens trabalha sempre com o texto discursivo, ao mesmo tempo que opera com a descrição mimética de um lugar, da conjugação de ambos resultando sempre duas imagens: a descrita e a que o leitor imagina que se prolonga quando está na ausência desse texto e que se vai sobrepor juntamente com o novo quadro compositivo. Além da referência a lugares e tempo, o texto sobre a viagem a Itália pode ainda ser enriquecido com referências a coisas, ideias, detalhes, ambientes, sensações sinestésicas, encontros e desencontros de ordem vária.

É através da viagem de que se faz registo nos textos, que entram em contacto culturas de países diferentes, mais ou menos distintas. O ponto de partida de uma viagem começa sempre pela ideia de viajar, que implica ter de passar primeiro por uma fronteira

---

<sup>32</sup> Marie-Madeleine Martinet. *Le voyage d'Italie dans les littératures européennes*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996. p.1

<sup>33</sup> Cf. *idem, ibidem*, pp.7-8

mental e, só depois, quando a viagem decorre, é que existe uma passagem física que pode ser compreendida como uma linha de encontro, mas também como uma linha de exclusão. Não podemos esquecer que a natureza do espaço em que uma determinada cultura vive é sempre porosa, de contacto, dado que absorve outras culturas. O mesmo se passa com a Literatura. Por isso, existem textos literários de viagens em que encontramos mais de duas identidades culturais subjacentes no mesmo texto. Nas palavras traduzidas para português da obra de Amin Maalouf, «a identidade não é algo que nos seja entregue na sua forma inteira e definitiva; ela constrói-se e transforma-se ao longo da nossa existência»<sup>34</sup>. É este fator que faz com que a literatura tenha uma natureza tão plurímota. A literatura, tal como a cultura, existe como uma prática de interculturalidade<sup>35</sup> porque ela não só tem a capacidade de converter em linguagem e de partilhá-los, como também a de produzir e reproduzir identidades.

É, por conseguinte, através do campo de investigação da Literatura Comparada que se pode evidenciar a relação dos objetos produzidos com culturas de países distintos e valorizar as diferenças em diálogo, que através da viagem entram em contacto. Com a certeza de que nada existe isoladamente no mundo. Ao pôr em prática este gesto de fazer uma comparação seja pelo *topos* ou pelo objetivo proposto, identificando e interpretando determinados motivos que podem ser encontrados em obras diferentes e abordados de diferentes perspetivas, entre algo, está-se a gerar um ganho em termos de manancial epistemológico. Imbuídos pelo nosso próprio olhar, trazemos assim algo de novo para o nosso campo de visibilidade, algo que antes não víamos.

O relato de viagens assume-se como um autêntico intermediário de imagens por excelência e surge-nos, portanto, como instrumento de estudo da Literatura Comparada, cujo resultado vai implementar informações a outro campo epistemológico, seu subdomínio, e mais antigo método de investigação, a Imagologia.

A Imagologia, disciplina que beneficia do contributo de outros campos de saber<sup>36</sup>, situa essa reflexão literária numa análise geral que diz respeito à cultura de uma ou várias

---

<sup>34</sup> Trad. Susana Serras Pereira, Amin Maalouf, *As identidades assassinas*. Lisboa: Miraflores, 2009. p.33

<sup>35</sup> Cf. Teresa Lacerda. "Interculturalidade". In: *Dicionário da Expansão Portuguesa 1415-1600*. Vol.2. Lisboa: Círculo de Leitores, pp.588-593

<sup>36</sup> Campos de saber tais como a Língua, os Estudos Culturais, a Filosofia, a História e a Psicologia Social .

sociedades: a imagem literária. À luz de Daniel-Henri Pageaux e Álvaro Manuel Machado, a imagem literária define-se do seguinte modo:

« (...) A imagem literária pode ser definida como sendo um conjunto de ideias sobre o estrangeiro, incluídas num processo de *literarização* e também de *socialização*, quer dizer, como elemento cultural que remete à sociedade. Esta nova perspetiva obriga o investigador a ter em conta não só os textos literários em si, mas também as condições da sua produção e da sua difusão, bem como de todo o material cultural com o qual se escreve, pensa e vive.»<sup>37</sup>

Ou seja, é na identidade literária que encontramos imagens que nos levam ao sítio onde, por via do texto literário e elementos extraliterários, conseguimos apurar uma personalidade pessoal e social. Implica para isso que haja um “Eu” em relação a um “Outro”, a dimensão do estrangeiro, sendo que a imagem do Outro espelha também a imagem de quem explora essa relação. As imagens literárias, ou imagotipos, podem ser classificados, segundo a obra coordenada pela Maria João Simões, como «uma representação heterogénea e aglutinante, mas também complexa, dialógica e relacional»<sup>38</sup>.

A necessidade que temos em apurar estas imagens é produto de uma crença normativa que está intimamente ligado à necessidade que o Ser Humano tem em categorizar as diferenças sociais, para assim fornecer mapas conceptuais a fim de estabelecer uma base para o desenvolvimento e a comunicação de perceções, em suma, para um melhor entendimento daquilo que diste de nós e que é visto como diferente<sup>39</sup>.

Necessitamos destes princípios teóricos e metodológicos para estudar a imagem cultural, na perspetiva dos portugueses e distingui-la do ponto de vista da dos italianos, contida no relato de viagem da Embaixada Extraordinária do Marques de Fontes ao Papa Clemente XI a Roma em 1712 que certamente contribuiu para o deslumbramento que ainda hoje sentimos pela Itália. Eles funcionam de modo mais esclarecedor como uma fonte reveladora de informações sobre o contexto envolvente da viagem, mostrando

---

<sup>37</sup> Manuel Antonio Machado e Daniel-Henri Pageaux. *Da literatura comparada à teoria da literatura*. Lisboa: Edições 70, 1988. p.57

<sup>38</sup> Maria João Simões (coord.). *Imagotipos literários: Processos de (des)configuração na imagologia literária*. Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa, 2011. pp.39-40

<sup>39</sup> McGarty et alii. “Social, cultural and cognitive factors in stereotype formation”, in McGarty, C.; Yserbyt, V.; Spears, R. *Stereotypes as Explanation. The Formation of Meaningful Beliefs about Social Groups*, Cambridge, Cambridge University Press, 2002. p.5. *Apud* Maria João Simões. *Op.cit.*, p.31

visões amplas sobre a época barroca, para a nossa compreensão entre culturas diferentes. Mas também porque estas viagens intensificam e variam com a chegada do século XVIII, marcando a solidificação das relações diplomáticas entre portugueses e italianos. Assistimos por isso a um aumento exponencial na produção de relatos de viagem, em que se dá importância cada vez maior ao registo escrito. Sem a escrita não existiria memória, nem identidade coletiva. Neste sentido, o século XVIII afirma-se como um período de grande importância, porque marca precisamente a altura em que as viagens a Itália se consolidam como género na literatura. Os relatos de viagens neste período exibem uma identidade muito própria e destacam aspetos tão diversos quanto distintos de outros relatos. Trata-se de um discurso que trata com mais detalhe os lugares, as personagens, as peripécias e que refletem a exuberância marcante da época<sup>40</sup>. Imagens que até hoje são mantidas e alimentadas por uma intensa produção discursiva literária e não-literária de massas no século XXI.

Para isso, tem de se “enumerar, desmontar e explicar estes tipos de discurso, mostrar e demonstrar de que maneira a imagem, tomada globalmente, é um elemento duma linguagem simbólica”<sup>41</sup>. Mas também é preciso distanciarmo-nos do texto e aclará-lo com outras interpretações, facilitadas pela história. Assim, segundo Álvaro Manuel Machado e Daniel-Henri Pageaux, esta conceção implica que o estudo não se foque só no texto “mas também nas condições da sua produção, de quem as elabora e da sua difusão, [...] que traduzem o espaço ideológico no qual se situam no momento da representação da realidade cultural estrangeira”<sup>42</sup>

Perante tais pressupostos, este estudo divide-se em três capítulos. Num primeiro momento, começa-se por fazer uma abordagem introdutória à época em que foi escrito o relato de viagens da embaixada extraordinária a Roma de 1712. Far-se-á uma contextualização histórica geral sobre o reinado de D. João V, onde se pretende abordar histórica e biograficamente as personalidades principais que conduziram este relato para nos ser possível compreender o papel que desempenharam: nomeadamente o próprio D. João V e o Marquês de Fontes, Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses. Ainda no mesmo

---

<sup>40</sup> Manuel Antonio Machado e Daniel-Henri Pageaux. *Op.cit.*, pp.57-81

<sup>41</sup> *Idem, ibidem*, p.62

<sup>42</sup> *Idem, ibidem*, p.58

capítulo, aborda-se o gosto da época pela arte barroca, que pretende explicar as manifestações de ostentação, e a situação, num plano económico e político do reinado, visto a arte ter um papel tão crucial e agregador na vida deste século.

Num segundo momento, orientamos com mais especificidade o nosso estudo para se ter a competência necessária para abordarmos a embaixada extraordinária de 1712 do 3º Marquês de Fontes a Roma, tendo em conta a evolução das missões diplomáticas desde os primórdios até à primeira metade do século XVIII, ressaltando o seu lugar de posição na história da diplomacia na Europa Ocidental do mesmo século e fazendo uma apreciação do papel desempenhado pelos embaixadores. Ainda neste capítulo serão abordadas as relações diplomáticas com a Santa Sé no reinado de D. João V e, por último, os objetivos propostos para a viagem da embaixada em causa.

Num terceiro capítulo, o nosso objetivo é o de nos centrarmos no relato da viagem da autoria de D. Lázaro Leitão Aranha. Em primeiro lugar, procederemos a uma abordagem introdutória sobre as diretrizes da Literatura de Viagem, a fim de o enquadrarmos nesta área. Far-se-à uma análise da viagem onde nos debruçaremos sobre os preparativos da viagem, o itinerário, as vivências e as peripécias a bordo, a fruição com estímulos artísticos e a composição do corpo diplomático que a integrou. Por fim, procedemos à análise da entrada solene da embaixada, a partir da *Relação* de Luca Antonio Chracas, para constatar como foi possível criar mais uma imagem de Portugal no imaginário da época na Santa Sé, em particular, e entre os italianos, que estiveram presentes durante estes acontecimentos e que, em parte, se referem neste relato, num sentido mais alargado.



## **Capítulo I – O Reinado de D. João V**



# 1. Contextualização histórica

## 1.1. O “Rei-Sol” Português



*Figura 1- Retrato do rei D. João V de Portugal, Executado a óleo por Domenico Duprà, Exposto no Museu dos Biscainhos, em Braga*

No período em que a embaixada extraordinária de 1712 foi enviada a Roma, Portugal encontrava-se a ser governado por D. João V.

D. João V, cognominado “O Magnânimo”, é um soberano que se tem feito acompanhar por tantas - quanto diversas - imagens e conceitos. Foi aclamado quinto monarca de Portugal e vigésimo quarto Rei de Portugal no dia 9 de Dezembro de 1706, subindo ao trono no dia 1 de Janeiro de 1707. Foi sucessor de D. Pedro II e da rainha, Maria Sofia Isabel de Neuburgo. D. João V é indubitavelmente um monarca marcante derivado ao fato de ter conseguido reinar um longo e memorável período de 43 anos da vida nacional. A sua imagem associa-se de imediato à exuberância da corte e embaixadas, aos magníficos coches que mandava construir no estrangeiro requintadamente cobertos de talha dourada, que se distinguiram em toda a Europa, aos recursos extraídos do Império Colonial, sobretudo do Brasil - nomeadamente o ouro e as pedras preciosas – trazidas para Portugal em grandes quantidades, às famosas construções como o Aqueduto das Águas Livres, o Palácio-Convento de Mafra, a Igreja de S. Francisco de Assis no Porto e a Capela de S. João Baptista na Igreja de S. Roque e, por último, devido à sua vida aventurosa, a raiar o escândalo social, do vasto conhecimento da generalidade da opinião

pública, as numerosas relações amorosas que manteve com freiras, nomeadamente a mais conhecida, Madre Paula do Convento de Odivelas.

D. João V, João Francisco António José Bento Bernardo, nasce em Lisboa a 22 de Outubro de 1689 e terminou a sua vida na mesma cidade, falecendo a 31 de Julho de 1750. Foi primeiro filho do rei D. Pedro II e de Maria Sofia de Neuburgo, condessa palatina. Desta união nasceram igualmente os seus irmãos Francisco, António Francisco de Bragança, João de Bragança, Francisca Josefa de Bragança, Manuel de Bragança e Teresa Maria. A estes se juntam os meio-irmãos por parte de D. Pedro II Luísa, Miguel e José<sup>43</sup>.

Em Portugal, antes do pai, D. Pedro II, ter herdado a coroa, um filho de rei não poderia subir automaticamente ao trono sem antes reunir primeiro a aprovação dos três estados do reino (nobreza, clero e povo). A partir de 1697 começa a ser possível quando D. Pedro, tendo enviado os seus procuradores às Cortes de Lamego a fim de abolir tal pressuposto, fez com que o seu filho pudesse subir ao trono sem que fosse necessário consultar as Ordens. Foi dessa forma que D. João V, filho de D. Pedro II, foi considerado legítimo herdeiro da coroa e sobe ao trono<sup>44</sup>.

No entanto, desde o momento em que se previu a sucessão de D. Pedro II na pessoa do seu filho D. João V até ao momento da sua coroação, o povo português confrontou-se com uma situação frágil e insegura. O jovem monarca subiu ao trono com apenas 17 anos, pelo que se previa que esse fato seria sinónimo de muita inexperiência e, por sua vez, que se traduziria na incapacidade de tomar a cargo o poder supremo que lhe fora concedido, e que conseguisse gerir com sabedoria o amplo império Português. No entanto, o que suscitou mais motivos para receios provinha sobretudo do carácter demasiado orgulhoso, intolerante e vaidoso de D. João V<sup>45</sup>.

Quem se dedicar a reconstituir o passado do reinado de D. João V confronta-se com tantas visões positivas quanto negativas. Não nos podemos esquecer que D. João V é uma figura alvo de uma representação polémica e distorcida, conduzida por motivos políticos por parte de alguns historiadores oitocentistas porque comparam, por um lado, a grande entrada das riquezas no país provindas das colónias do Brasil com, por outro, a oportunidade por ele desperdiçada de construir um país progressivo em todo o seu

---

<sup>43</sup> Cf. Maria Beatriz Nizza. *Op.cit.* p.58-62

<sup>44</sup> Cf. Mário Domingues. *Op.cit.* p.11-12

<sup>45</sup> *Idem, ibidem*, p.13

esplendor. Torna-se, portanto, indispensável tentar apurar a partir de vários pontos de vista as causas das motivações deste monarca para se poder, assim, conduzir um estudo tão objetivo quanto possível.

É preciso ter em consideração que D. João V, em 1706, herda do seu antecessor um país absorvido num cenário muito desfavorável em diversos aspetos que afetaram, sobretudo, o plano político-económico. Segundo José Hermano Saraiva<sup>46</sup> refere no documentário *D. João V – O Ouro de Brasil*, Portugal encontrava-se completamente denegrado pela situação levantada entre o seu tio, D. Afonso VI, e o seu pai, D. Pedro II. Em 1668, D. Pedro anula o casamento de D. Maria Francisca com D. Afonso VI, fundado na incapacidade física deste, tanto no que se refere à sua condição física, quanto psicologicamente fraca. Consecutivamente, D. Afonso foi afastado de imediato do trono e exilado, primeiro, para a Ilha Terceira nos Açores e mais tarde para Sintra, onde esteve preso até ao fim da sua vida. Desta forma, fica D. Pedro II livre para se casar com D. Maria Francisca e assumir a regência<sup>47</sup>. Além desta lamentável situação, a monarquia portuguesa tinha vindo a acumular uma avultada soma de dívidas e problemas, desde a guerra da Independência. Como se isto não bastasse, no ano de 1704, D. Pedro II decide aliar-se à Alemanha numa guerra, sangrenta e devastadora, que não pertencia a Portugal: a guerra da sucessão de Espanha.

A ocupação portuguesa em territórios com bastante interesse comercial, como o Brasil, África e o Oriente, e o esforço que se fez para preservar a tão árdua integridade territorial também constituíram um peso nas repercussões que a Coroa Portuguesa sofreu a nível político. Em suma, Portugal ficou sobrecarregado de dívidas e responsabilidades que viriam a ser herdadas por D. João V. É nestas condições que começa o seu reinado.

Neste contexto se moldou o carácter do jovem rei. A educação que começou por receber durante a infância<sup>48</sup>, como fator determinante na construção da sua personalidade, bem como a família e as pessoas mais próximas dela desempenharam um papel marcante. Numa primeira fase a educação de D. João V esteve entregue a figuras femininas,

---

<sup>46</sup> José Hermano Saraiva (autor), Diogo D’Almeida, José António Crespo (prod.). *A Alma e a Gente: D. João V – O Ouro do Brasil*. Episódio 36. Série II. Videofono, 2004.

<sup>47</sup> Cf. *idem, ibidem*, p.12

<sup>48</sup> Será conveniente não esquecer que o conceito de infância na época de D. João V não se encontrava bem definido, nem era concensual a idade da sua delimitação. Porém, a partir da *Arte de Criar bem os Filhos na Idade da Puerícia* de Alexandre de Gusmão, em outros autores, existem outras tantas posições face a esta definição: uns delimitavam-na até aos 7 anos; uns, até que os meninos começassem a falar; outros diziam que ela estava limitada ao período de amamentação; e ainda havia quem achasse que ela terminava assim que a criança começasse a adquirir capacidade de raciocínio. Cf. Maria Beatriz Nizza da Silva. *Op.cit.*, p. 19

nomeadamente à mãe, D. Maria Sofia Isabel de Neuburgo, e à aia, a Marquesa do Unhão, que o prepararam sobretudo para os rituais de corte e lhe deram as primeiras noções de escrita. Contudo, a mãe ficou conhecida por ter estado ausente tanto para D. João como para os outros filhos, devido aos graves problemas que derivaram da relação conturbada com Pedro II<sup>49</sup>. Sucessivamente, após morte da Rainha D. Maria Sofia, aos 33 anos, a educação do príncipe das Beiras foi assumida pela tia-avó de parte paterna, a Rainha D. Catarina de Bragança, que «fez com que recebesse uma instrução, tanto intelectual quanto cultural, bastante esmerada e acima do exigido para um monarca da época»<sup>50</sup>. No entanto, esta afirmação levanta grandes dúvidas, visto que Maria Beatriz Nizza da Silva comenta que a sua tia-avó «morando no seu palácio da Bemposta, onde faleceu em 1705, não deve ter tido muita ocasião de contacto com [D. João] na vida quotidiana»<sup>51</sup>. Apesar da ausência da mãe e da relação conturbada dos Pais, não se pode afirmar com certeza que essas situações se refletiram na sua aprendizagem. Aos sete anos, precisamente um ano antes da convocação das cortes para se declarar sucessor da coroa, D. Pedro II converteu-se em cavaleiro da Ordem de Cristo, a 7 de Abril de 1696, juntamente com o seu irmão, o infante D. Francisco, por ter achado que D. João já estava suficientemente instruído. Assim que D. João atinge os nove anos de idade «(...) parecia ser dotado de inteligência e de bons sentimentos (...)»<sup>52</sup>

Consecutivamente, enquanto jovem, a sua educação passa a estar a cargo de eclesiásticos, nomeadamente mestres jesuítas e padres. Foi com eles que D. João V passou a maior parte do seu tempo nesta fase. O mestre jesuíta Francisco da Cruz foi o seu primeiro guia espiritual. O seguinte, após o falecimento do anterior, o Padre Caetano de Almeida esteve encarregado de lhe ensinar latim. Com o jesuíta João Seco aprendeu a falar e a escrever várias línguas, nomeadamente italiano, francês e espanhol. Por fim, com o padre Luís Gonzaga, passou ao domínio da Matemática. Segundo nos refere Veríssimo Serrão, D. João V «falava línguas, conhecia os autores clássicos e modernos, tinha boa cultura literária e científica e amava a música»<sup>53</sup>.

As artes e as letras foram encontrando em D. João V um protetor e um mecenas. Este rei cresceu dotado de uma enorme sensibilidade artística e literária. A arte vai ocupar,

---

<sup>49</sup> Cf. Maria Beatriz Nizza da Silva. *Op.cit.*, p.20

<sup>50</sup> Elenice Guimarães Ferreira Pinto. *A atuação da inquisição em Portugal: o caso da Rainha Dona Marianna d'Austria, envolvendo o Rei Dom Joao V (século VIII)*. Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas. Rio de Janeiro: ANPUH, 2014. p.2

<sup>51</sup> Maria Beatriz Nizza da Silva. *Op.cit.*, p.20

<sup>52</sup> *Idem, ibidem*, p.20

<sup>53</sup> Joaquim Veríssimo Serrão. *História de Portugal*, Vol. V, Lisboa: Verbo, 1980, p. 234

indubitavelmente, um lugar central na vida do monarca e do seu reinado. Como reflexo disso vemos-na projetada em todos os aspetos do reino de D. João V, fazendo com que a sua corte fosse um autêntico espetáculo de luxo e cultura.

Entre as múltiplas ocupações recreativas do Rei que se integram nos festejos da corte joanina estavam as serenatas, os outeiros, as óperas, as comédias, os passatempos científicos e a leitura. De todas elas, esta atividade foi uma das suas ocupações de eleição da época<sup>54</sup>. Apreciava sobretudo livros de geografia e de história. Muito embora a inquisição portuguesa tivesse restringido e controlado a produção cultural desta época, fazendo com que muitos portugueses só pudessem vir tardiamente a ser verdadeiramente conhecidos no estrangeiro, tal como António José da Silva, o Judeu, e outros por terem escapado, fossem mais conhecidos lá fora do que cá dentro, como é o caso do Padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão, o rei ajudou a impulsionar a publicação de muitas obras, sem que se suportassem custos para o autor<sup>55</sup>. Além disso, fundou e financiou a Academia Real de História em Lisboa.

Para além do mais, não podemos deixar de sublinhar a grande relevância existente na ligação entre a cultura portuguesa e a Arcádia Romana nos primeiros vinte anos da década de 1700, através da nomeação de D. João V para Árcade, uma vez que, tal como Rita Marnoto nos refere no ensaio *Arcades Ambo. Os estatutos da Arcádia Romana e da Arcádia Lusitana*<sup>56</sup>, «o título de Árcade romano era, na sociedade portuguesa da época, altamente prestigiante»<sup>57</sup>. O ano da sua nomeação não é, porém, unânime. Uns apontam-na para o ano 1721, enquanto outros antecipam essa data para cinco anos depois da embaixada extraordinária do 3º Marquês de Fontes a Roma em 1712<sup>58</sup>. O Rei ajudou a alicerçar esta academia com 4000 escudos e a sua ação mecénática na Arcádia Romana fez com que os Árcades se passassem a reunir numa sede própria, o Bosco Parrasio<sup>59</sup>. Importa referir que dentro do círculo de portugueses nomeados para Árcades romanos também se encontra o 3º Marquês de Fontes, embaixador extraordinário de 1712<sup>60</sup>.

A esta luz, não se pode pôr em causa a boa formação do rei, dotado de inteligência

---

<sup>54</sup> Maria Beatriz Nizza da Silva. *Op.cit.*, p.120-128

<sup>55</sup> *Idem, ibidem*, p.129

<sup>56</sup> Rita Marnoto. *Arcades Ambo. Os estatutos da Arcádia Romana e da Arcádia Lusitana*. pp. 667-686, In: Maria Teresa Delgado Mingocho, Maria de Fátima Gil e Maria Esmeralda Castendo (coord.). *Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Manuela Gouveia Delille*. Vol. 1. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011.

<sup>57</sup> *Idem, ibidem*, p.668

<sup>58</sup> Leonor de Almeida Portugal Lorena e Lencastre Alorna (Marquesa de), Marquesa de Alorna, Vanda Anastácio. *Palavra cantada: ensaios sobre poesia, música e voz*. Rio de Janeiro: 7letras, 2007. p.59

<sup>59</sup> Rita marnoto. *Op.cit.*, p. 669

<sup>60</sup> *Idem, ibidem*, p.669

e cultura. Não obstante, Mário Domingues revela algum ceticismo face a esta apresentação do monarca, fundamentando o seu parecer na própria figura dos seus mestres, que não teriam sido dos melhores da Ordem<sup>61</sup>. Isto deve-se ao fato de que os mestres jesuítas, além de terem transmitido os saberes das matérias propostas – como lhes competia –, também era seu dever inculcar os valores da época, isto é, preparar rigorosamente o rei para governar segundo o modelo político-religioso dominante, de acordo com o Monarquismo Absoluto e o modelo inquisitorial católico, fruto da estreita ligação entre a Igreja e o Estado<sup>62</sup>.

No século XVII nascem e prosperam as monarquias absolutistas. Não é por mero acaso que se verifica que a conceção política da monarquia absolutista teve fortes defensores entre os filósofos, tais como Jean Bodin, Thomas Hobbes e Jacques-Bénigne Bossuet<sup>63</sup>, que procuraram sustentar ideologicamente o Absolutismo através da criação e conceção duma “lei divina”. Segundo a *Teoria do direito divino* de Jacques-Bénigne Bossuet, bispo e teólogo francês, foi possível explicar a origem do poder absoluto do rei, que assentava na vontade de Deus e apoiava-se no texto da Bíblia, procurando, assim, validá-lo de forma a que pudesse ser incontestável:

«Três razões fazem ver que este governo [monarquia hereditária] é o melhor. A primeira é que é o mais natural e se perpetua por si próprio (...). A segunda razão (...) é que este governo é o que interessa mais na conservação do Estado e dos poderes que o constituem: o príncipe, que trabalha para o seu Estado, trabalha para os seus filhos, e o amor que tem pelo seu reino, confundi (sic) com o que tem pela sua família, torna-se-lhe natural (...). A terceira razão tira-se da dignidade das casas reais (...). A inveja, que se tem naturalmente daqueles que estão acima de nós, torna-se aqui em amor e respeito: os próprios grandes obedecem sem repugnância a uma família que sempre viram como superior e à qual se não conhece outra que a possa igualar (...). O trono real não é o trono de um homem, mas o trono do próprio Deus (...). Os reis (...) são deuses e participam de alguma maneira da independência divina. O rei vê de mais longe e de

---

<sup>61</sup> Cf. Mário Domingues. *Op.cit.*, p.13

<sup>62</sup> O tribunal Inquisitorial foi criado no século XVI e funcionava em paralelo com o Estado, sob ordens régias. Atuou em Portugal a partir de 1536, a pedido de D. João III, enviando uma embaixada a Roma ao Papa, com essa finalidade. É uma instituição que pertence à Igreja, servindo o propósito de defender a Fé Católica das heresias. As pessoas acusadas pelos inquisidores eram torturadas e, muitas vezes, queimadas em “Autos de Fé”. Cf. Maria Beatriz Nizza da Silva. *Op.cit.*, p.21: «D. Luís da Cunha lamentava a influência que nele tivera o então deputado do Santo Ofício (depois inquisidor-geral) D. Nuno da Cunha Ataíde, que “lhe foi inspirando como santas, justas e infalíveis as máximas daquele tribunal”. Ora as impressões recebidas em tenra idade permaneciam indeléveis para o resto da vida, e D. João V certamente ficou marcado por essa presença inquisitorial constante»

<sup>63</sup> Carla Araújo *et al.* *Grande Temática Planeta – História*. Vol. 1. Lisboa: Editorial Planeta de Agostini, S.A, 2003. p. 138

mais alto; deve acreditar-se que ele vê melhor, e deve obedecer-lhe sem murmurar, pois o murmúrio é uma disposição para a sedição.»<sup>64</sup> (Sublinhei)

Em suma, o rei herda e recebe o poder de Deus e, como tal, representa a manifestação da vontade divina. Por isso, o rei tem o direito de governar, independente e soberano.

Era regular ver as duas instâncias de poder, igreja e monarquia, em contacto, tanto quanto se podia vê-las a trocarem concessões, já que ambas tinham o poder de exercer a justiça<sup>65</sup>. No caso da coroa portuguesa, tal como Elenice Pinto refere<sup>66</sup>, o rei «procurou, em muitos casos, o apoio da autoridade eclesiástica para se fazer respeitar»<sup>67</sup>. Em suma, o carácter sacralizado do poder real, apresenta-se assim, como um produto intimamente articulado com a política e a religião.

Não seria, por isso, de admirar que D. João V se pudesse converter num católico fervoroso, a ponto de as relações entre o rei e a Inquisição se terem acentuado durante o seu reinado, como consequência da estreita relação com o cardeal-inquisidor D. Nuno da Cunha Ataíde. Tal, no entanto, não aconteceu. Ao invés disso, verifica-se uma crispação na relação entre D. João V e a Inquisição, processo que já vinha a ter lugar a partir do início do reinado de D. Pedro II, em que se fizeram esforços para uma limitação do poder da Inquisição<sup>68</sup>. Embora não fosse de forma gradual, devido à resistência por parte da Igreja, a Inquisição foi perdendo notoriedade em Portugal. Posteriormente, graças ao governo do Marquês de Pombal, vemo-la meramente reduzida a uma agência governamental, equivalente a um tribunal régio, onde se acabam com as incriminações aos judeus que se converteram a católicos e deixam-se de planear em Portugal Autos-de-fé. No reinado de D. João V faziam-se ainda autos-de-fé com intervalos de dois anos, tendo-se realizado um número total de 28. Porém, é conveniente não esquecer que um Rei é sempre um ser humano, produto da época em que vive:

---

<sup>64</sup> Jacques-Bénigne Bossuet. “Política tirada da Sagrada Escritura”, in: Gustavo de Freitas. *900 Textos e Documentos de História*. Vol. 2, Lisboa: Plátano Editorial, 1976. p.201

<sup>65</sup> O Estado legislava, julgava e aplicava penas para os crimes laicos através do Desembargo do Paço e Tribunal da Relação. A Igreja procedia da mesma forma com os crimes religiosos, ou seja, aqueles que iam contra a fé e a doutrina cristã (justiça episcopal).

<sup>66</sup> Elenice Guimarães Ferreira Pinto. *Op.cit.*. p.4

<sup>67</sup> *Idem, ibidem*, p.4

<sup>68</sup> Carlos Fontes. *Inquisição em Portugal*. Disponível em:

<http://www.jornaldapraceta.pt/lisboa/PortJudeusHist.html>. Consultado: 04/05/2017

«Quem desejar escrever conscienciosamente ácerca de D. João V, deve estudar a fundo o viver fanático do povo portuguez d'aquella epocha, e deve também fazer algum estudo no viver dos outros povos durante o reinado do monarcha que tanto fez, ou para fallar com mais rigor historico, que mais trabalhou para que a fama com o seu clarim apregoasse nos mais distantes e occultos logares do globo o nome da nossa querida nação. (...) Os seus defeitos são defeitos do seu tempo.»<sup>69</sup>

Nesta época, Portugal ainda vive num período de obscurantismo, em que assistimos ao fanatismo religioso em contraste com o medo sentido pelas sentenças do Tribunal da Inquisição. Apesar de D. João V ter tido uma interferência de relevo nas decisões desta instituição e nas sentenças de penitência que decorriam das decisões tomadas pelo Tribunal da Inquisição, houve realmente quem nesta altura ficasse enternecido com os gestos do rei e o achasse, até, bondoso:

«Tive portanto licença para entrar no Palácio do Santo Officio. O Rei veio antes que começasse a procissão dos criminosos. Admirei a bondade deste Príncipe, que quiz falar pessoalmente aos culpados e exortá-los ao arrependimento... Empregou as expressões mais tocantes para vencer a obstinação deste indigno Padre (que tinha abraçado o judaísmo) assegurando-lhe a sua protecção e prometendo-lhe uma pensão para poder viver honestamente. Todos os assistentes ficaram enternecidos com a bondade do Rei por este miserável (...)»<sup>70</sup>

Segundo Marveilleux, apesar da ligação existente entre a Igreja e o Estado, a Inquisição de Portugal era predominantemente mais branda perante certos crimes na época de D. João V, se comparada com a de outros países. Já que os juizes do Santo Officio não tinham o poder de condenar nenhuma pessoa à morte devido ao Direito Canónico, o rei tentava reduzir e moderar o poder do Tribunal Inquisitorial. Merveilleux tinha um profundo conhecimento do Rei, dos cortesãos, dos artistas e dos homens em geral da época de Setecentos, com quem convivia. No entanto, na opinião de Maria Beatriz Nizza, o naturalista Merveilleux «(...) tudo faz no seu texto para mostrar D. João V sob a luz mais favorável possível dado que sua permanência e seu ordenado em Portugal dependeram da protecção do monarcha»<sup>71</sup>, e sugere-nos, portanto, que a questionemos.

---

<sup>69</sup> Manuel Bernardes Branco. *Op.cit.* p. VI

<sup>70</sup> Ayres de Carvalho. *D. João V e a arte do seu tempo: as memórias d' El-Rei D. João V pelo naturalista Merveilleux / trad., anot. e coment.* Ayres de Carvalho, Vol.1. Edição do Autor, 1962. p.76

<sup>71</sup> Maria Beatriz Nizza da Silva. *Op.cit.*, p.207

Dada a política cultural da época, um dos aspetos que mais se evidenciam no reinado de D. João V, são as relações externas diplomáticas, de autêntica vassalagem, que o rei estabelecia com a figura central do Estado Pontifício da Santa Sé, o Papa, com o intuito de ver as suas prerrogativas concedidas e ver o seu prestígio aumentado na Europa. Devido a este fato, o rei enviava faustosíssimas embaixadas a Roma por intermédio de um embaixador ou, se fosse o caso, de um embaixador extraordinário, acompanhado por uma corte que o iria representar e cumprir o propósito da viagem. Utilizaram-se como ferramentas políticas as festividades e a exibição das suas riquezas. Delas subsistem imagens absorvidas pela sociedade, onde a arte, a literatura e os rituais se fundem e se transformam numa linguagem política. Nunca Portugal esteve tão profundamente envolvido na política da Europa, como nunca antes se havia registado um avanço cultural tão notável naquilo que se pode considerar de alta cultura. Tanto a sua diplomacia, como os seus negócios registaram mais triunfos do que reveses e lutou-se sempre por manter a integridade territorial.

D. João V cresceu a beber do ambiente que o circundava, não só em Portugal mas das influências que provinham do resto da Europa. Outra dos seus grandes modelos, que fez com que ele se convertesse num autocrata convicto, foi a figura do Rei Luís XIV de França, o “Rei Sol”, por quem sentia uma profunda admiração e de que se ouvia amplamente falar por toda a Europa. De tal maneira, que o absolutismo atingiu com D. João V o seu maior apogeu na história de Portugal. No entanto, devido à distância e pelo desconhecimento que D. João V tinha da realidade político-social da França, poderiam fazer com que ele desconhecesse as origens das riquezas de Luís XIV, que o faziam brilhar como um autêntico “Rei Sol”, que verdadeiramente dependiam mais da judiciosa administração do seu ministro Colbert e que Luís XIV era apenas a imagem externa dessa soma de triunfos<sup>72</sup>.

A estrutura do Estado monárquico na Idade Média assentava na participação das classes da alta nobreza, do alto clero e do povo. Com a passagem para o absolutismo, a administração - com o consentimento da Igreja a atribuir esse direito divino -, o poder passou a estar concentrado numa só pessoa e permitia ao rei governar com poderes ilimitados. O monarca concentrava nas suas mãos as decisões políticas, governativas, legislativas, judiciais, económicas e sociais. A instituição do Monarquismo Absoluto

---

<sup>72</sup> Cf. Mário Domingues. *Op.cit.*, pp.14-15

começou, então, por surgir como uma resposta face à necessidade de ver concretizada uma série de interesses do círculo régio, ou seja, das dinastias; o primeiro deles constituía, obviamente, o desejo que a família real tinha em aumentar o seu poder, sendo tal ambição muito apoiada pelos nobres e burgueses, que desejavam ser protegidos e as suas reivindicações garantidas. Os reis absolutistas privavam mais com as classes da alta nobreza e do alto clero e eram, portanto, estas duas classes quem mais podia influenciar o rei. Tentavam de tudo para influenciar nas suas decisões, para poderem retirar algum proveito pessoal ou ao nível das suas classes, mesmo que tais decisões fossem prejudiciais à nação e, por isso, foram um dos maiores responsáveis pela má governação que se refletiu no reinado de D. João V. Não obstante, nem tudo era permitido porque o rei era justo, sabendo, porém, reagir aos maus comportamentos dos fidalgos e castigando severamente quem ousasse praticar atos de violência na cortes<sup>73</sup>. Apesar de haver quem soubesse acobertar muito bem as suas intenções, o rei sabia escolher muito bem as pessoas, baseando-se nas suas qualidades, para desempenhar os mais diversos cargos<sup>74</sup>. Foi com a ajuda de muitos ministros, diplomatas, secretários, chefes militares e magistrados, para meter em prática as ordens do Rei que todos se esforçavam para o bem comum. No entanto, segundo o ponto de vista de Mário Domingues, defende-se o oposto:

«Persuadido dessa superioridade indiscutível, muitas vezes, com um simples movimento de enfado ou um mero bater de pé com irritação, desdenhara ele dos conselhos mais sensatos, condenara os planos de fomento mais salutareos, prejudicava os interesses nacionais; só havia interesses régios, porquanto, baseado no princípio de que a nação era propriedade sua, tudo tinha de convergir para seu lucro individual, e a nação só escassamente lucrava alguma coisa, quando ele, defendendo os seus interesses pessoais, coincidia em defender os do reino»<sup>75</sup>

Diversas fontes existem que se opõem a esta crítica. Uma delas é a do naturalista Merveilleux, que refere que D. João V dava frequentemente três audiências públicas por semana, aberta a toda a população, motivado pelo interesse que tinha nos seus súbditos, com a intenção de os ajudar:

«Dom João V dá regularmente audiência pública três vezes por semana. Ao Sábado à nobreza, que neste dia tem a honra de falar de pé ao Rei, os outros dois dias toda a gente, indiferentemente, é admitida à Audiência, Nobres, Plebeus, ricos e pobres... Fala-se de joelhos

---

<sup>73</sup> Ayres de Carvalho. *Op.cit.*, p.19

<sup>74</sup> Cf. Maria Beatriz Nizza da Silva. *Op.cit.*, p.15

<sup>75</sup> Mário Domingues. *Op.cit.*, p.8

ao Rei, que está sentado num cadeirão sob um dossel e apoiado a uma mesa; em cima dela está uma cestinha cheia de pequenos embrulhos de moeda de ouro com que Sua Majestade gratifica generosamente os seus súbditos que se encontram em apuros, sobretudo os oficiais e as mulheres»<sup>76</sup>

D. João V foi, inclusive, o Esmoler-mor<sup>77</sup> do Catolicismo. Pela sua bondade, o fato de ter ajudado o máximo possível de pessoas, fazia com que o víssemos a distribuir frequentemente por onde quer que passasse uma boa parte das suas riquezas<sup>78</sup>. Todavia, nem tudo correu de feição no reinado de D. João V. Apesar do grande afluxo de riquezas a Portugal, permitindo concretizar grandes obras, nem todo o dinheiro contribuiu para a riqueza e desenvolvimento de Portugal:

«(...) Uma classe, porém, ficava inteiramente à mercê deste pérfido conluio: a do povo laborioso, aquele que, não tendo por títulos ou pergaminhos senão as duas mãos para trabalhar, constituía, afinal, a base de toda a riqueza que reis magnânimos, como D. João V, distribuíam pelos apanguados, deixando a população que a criava a morrer à fome»<sup>79</sup>

A vida da maior parte do povo português era extremamente precária. No que diz respeito à agricultura que se praticava em Portugal no século XVIII, era este o respetivo cenário:

«Por um lado, verificou-se uma regressão (pelo menos relativa, mas talvez também absoluta) dos cereais tradicionais (trigo, centeio, cevada). Em contrapartida, cresceram as produções e os espaços destinados ao milho, à vinha, aos olivais, às árvores de fruto, às hortas, bem como à pecuária. O milho mais – cereal de elevada rentabilidade por semente, com facilidade de integração em explorações de policultura intensiva, e talvez a cultura que se adaptava melhor ao crescimento demográfico – continuou a sua “revolução” e, no final deste século, princípios do seguinte, já se cultivava em todo o país; tornou-se o cereal dominante no Noroeste e nas zonas húmidas das Beiras Alta e Litoral e tinha uma forte implantação na Estremadura. A vinha, por sua vez, foi a cultura que mais cresceu, a ponto de também se poder falar, para o século XVIII, de uma “revolução da vinha”. Ela foi a principal beneficiária das novas condições de mercado,

---

<sup>76</sup> Ayres de Carvalho. *Op.cit.*, p.19

<sup>77</sup> O Esmoler-mor é o título que estava incumbido de supervisionar toda a acção ligada à caridade, nomeadamente as esmolos, depois distribuídas pela casa. Patrícia Falco Genovez, *Os cargos do paço Imperial e a Corte no Segundo Reinado*, MÉTIS: história & cultura, Vol. 1, nº 1, jan./jun, 2002, pág. 218. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1078/731>

<sup>78</sup> Cf. Manuel Bernardes Branco. *Op.cit.*, p. 132

<sup>79</sup> Mário Domingues. *Op.cit.*, p. 10

em especial do grande aumento da procura inglesa verificável desde os últimos anos de Seiscentos, tendência depois reforçada sob a vigência do Tratado de Methuen (1703)»<sup>80</sup>

A expansão da cultura do milho começou por alterar os hábitos alimentares do povo português, mas não era o suficiente para matar a fome. Isto deve-se ao aumento inusitado do poder de compra. Tudo aquilo de que se necessitasse encomendava-se do estrangeiro, principalmente aos Ingleses:

«O inglês sentava-se com elle á mesa e applaudia os desperdícios; porque todo o ouro do Brazil passava apenas por Portugal, indo fundear em Inglaterra, em pagamento da farinha e dos generos fabris, com que ella nos alimentava e nos vestia.»<sup>81</sup>

Esta situação levou à pouca necessidade de incrementar a agricultura em Portugal. Durante toda a extensão do século XVIII vemos as atividades de produção interna do país a desaparecerem, como consequência. Este era o cenário de pobreza que se podia encontrar em Portugal durante todo o reinado de D. João V. É por isso que se diz que esta era uma sociedade de contrastes. De um lado, observa-se uma corte faustosa, do outro um povo miserável.

Consequentemente, vemos o mesmo contraste a acontecer com a Religião:

«Aquela época, que aparentava de profundamente religiosa, era ao mesmo tempo profundamente devassa. Os atos religiosos assim pomposos, eram mais um divertimento do que a manifestação da piedade sincera. Época de colloquios freiráticos, de aventuras galantes ao par de muita beatice»<sup>82</sup>

Desta maneira, na sociedade do tempo de D. João V, vemos a religião católica e a Inquisição a desempenhar um papel muito ativo. A religião era o plano que recrutava toda a sociedade<sup>83</sup>. Neste período, a religião católica ainda absorvia a generalidade das atenções da opinião pública. A maneira a que as povoações, as igrejas e as ordens

---

<sup>80</sup> José Vicente Serrão, “A agricultura portuguesa no século XVIII: progresso ou atraso?”. In: Márcia Motta (org), *Terras lusas: a questão agrária em Portugal*, Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2007, pp. 31-70. Disponível em:

[http://www.academia.edu/1870549/A\\_agricultura\\_portuguesa\\_no\\_s%C3%A9culo\\_XVIII\\_progresso\\_ou\\_atraso](http://www.academia.edu/1870549/A_agricultura_portuguesa_no_s%C3%A9culo_XVIII_progresso_ou_atraso). Consultado: 18/10/2017

<sup>81</sup> Manuel Bernardes Branco, *Op.cit.*, p. 131

<sup>82</sup> Ribeiro Guimarães. “Summario de Varia História”, 1872. *Apud* Manuel Bernardes Branco, *Op.cit.*, p.38

<sup>83</sup> No aspeto em que as intensas atividades religiosas dinamizavam e atraíam a vida do povo diariamente.

monásticas recorriam para atingir uma certa notoriedade era através das beatificações e canonizações. Tal como Manuel Bernardes nos refere na sua obra<sup>84</sup>, gastava-se diariamente um número exorbitante de mil cruzados só em festas, procissões, arraiais e romarias para sobrelevar o culto religioso. O povo tinha enraizado o hábito de se deslocar diariamente para visitar as igrejas e aproveitar a ocasião de devoção para vislumbrar as sumptuosas igrejas ricamente decoradas de azulejos e talha dourada e para acompanhar as magníficas procissões, seguidas por um grande e lúcido séquito bem ao estilo de D. João V. Todos estes eventos custavam ao rei milhares de milhões de cruzados anualmente. Alexandre de Gusmão, estupefocado, condenava a maneira desmedida como a religião extorquia dinheiro à coroa portuguesa: «a fradaria absorve-nos, a fradaria suga tudo, a fradaria arruina-nos!»<sup>85</sup>

Em suma, nas palavras de Rui Bebião, em *D. João V, Rei-Sol*, evidencia-se como a imagem que deste monarca passou para a posteridade é constituída magistralmente de aspetos contrastantes, pondo-se em relevo, sobretudo, a sua autoridade absoluta, associada à mundivisão da época, que acentuavam os traços do maravilhoso e do espetacular:

«Todo este comportamento envolto no rei não foi, obviamente, somente fruto natural da personalidade autoritária do rei D. João V, nem tão pouco apêndice menos formal de uma forma específica de absolutismo. Resulta antes, em larga medida e como modalidade específica, do modo barroco de ver e de sentir o mundo. Particularmente da forma como o centro do poder político entende e manipula esse condicionamento mental e cultural. Um forte sensorialismo anti-intelectualista que, mesmo ao nível dos círculos culturalmente dominantes, agora se desenvolve, vai conduzir as mentes a formas irracionais e exaltadas de crença e a uma sede ilimitada de impressões essencialmente visuais (ou verbais visualizáveis). O homem barroco – não a larga massa de rurais, mas o habitante dos meios urbanos, que mais diretamente participa neste processo de elaboração mental e estética – considera a natureza bruta, as formas rudes, como penosas, desprezíveis até. Daí que o homem deva dar a essa natureza uma sede infinita de novas impressões, um apetite ilimitado de maravilhoso e de sonante. O poder político supremo saberá sempre utilizar tal sorte de processos em reforço da sua própria autoridade. É assim que a realeza vai envolver todo o seu corpo num espetáculo quotidiano orientado.»<sup>86</sup>

---

<sup>84</sup> Manuel Bernardes Branco, *Op.cit.*, p. 81

<sup>85</sup> *Idem, ibidem*, p. 133

<sup>86</sup> Cf. Rui Bebião, *Op.cit.* p.115

## 1.2. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses

Dos círculos mais próximos que rodeavam o monarca emerge a figura de Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, o embaixador nomeado para a viagem a Roma no ano de 1712. Como antes se afirmou<sup>87</sup>, é uma pessoa de quem se conhece pouco, pela escassez de referências documentadas disponíveis que existem e por não lhe ter sido, ainda, dedicado um estudo mais aprofundado. É com o auxílio dessas fontes que tentamos descobrir e delinear o perfil real da figura algo nebulosa de Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses.



*Figura 2- Retrato de D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses. Executado a óleo por Vieira Lusitano. Coleção Particular depositada no Museu Nacional dos Coches. Século XVIII*

Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses viu a sua vida decorrer entre o dia 19 de Outubro de 1676 e 30 de Outubro de 1733, quando se encontrava em Abrantes. Casou com Isabel Henriqueta de Lorena e deste casamento teve 2 filhos: Joaquim Sá Meneses e Almeida e Ana Catarina Henriqueta de Lorena. Rodrigo Anes de Sá possuiu vários títulos nobiliárquicos. Foi 7º Conde de Penaguião, 3º Marquês de Fontes e, por fim, 1º Marquês de Abrantes, pelo que consideramos pertinente não descurar alguns dados sobre as origens dos Condes de Penaguião, dos Marqueses de Fontes e dos Marqueses de Abrantes.

---

<sup>87</sup> Vide supra, Introdução, p. 17

O título nobiliárquico de Conde de Penaguião surgiu aquando da atribuição do rei D. Filipe I, a 10 de Fevereiro de 1583, a D. João Rodrigues de Sá e Meneses, tornando-se este o 1º Conde de Penaguião. A este sucede-lhe o filho como 2º conde, Francisco de Sá Meneses. Assim sucessivamente, de pai para filho, o título de 3º Conde de Penaguião vem a ser atribuído a João Rodrigues de Sá e Meneses (1619–1658); o 4º Conde de Penaguião é Francisco de Sá Meneses (1640–1677); o 5º é D. João Rodrigo de Sá e Meneses e o 6º, D. João Rodrigues de Sá e Meneses. O 7º passou para o irmão mais novo de D. João Rodrigues de Sá e Meneses, já que este faleceu muito jovem, para D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses. Esta casa adquiriu o marquesado de Fontes no ano 1659 e, em 1718, foi agraciada com o título definitivo de Marquês de Abrantes, como mais adiante se vem a especificar<sup>88</sup>.

A antiga vila de Abrantes é hoje uma cidade e situa-se nas margens do Tejo, atualmente incluída no distrito de Santarém, na região que antigamente se designava pela província do Ribatejo. É uma cidade dotada de vasto e rico património, que vai desde o Castelo com o mesmo nome, os conventos de São Domingues e da Esperança, às Igrejas de São Vicente, Santa Maria do Castelo, São João Baptista, Misericórdia, até às capelas de São Lourenço e Santa Ana.

As origens desta casa nobiliárquica começam com o condado de Abrantes. D. Lopo de Almeida fazia parte da Casa Real Portuguesa e assim obteve o título de conde de Abrantes, que lhe foi concedido pelo seu primo, o rei D. Afonso V, a 13 de Junho de 1476. Este título passou para o filho, voltando novamente à posse de D. Lopo de Almeida. Esta linha varonil só se extinguiu em 1650 com o falecimento do 4º Conde, Miguel de Almeida, por não ter tido sucessores. Sucessivamente, a representação do condado de Abrantes passa a pertencer à Casa de Penaguião, por decisão do rei D. Pedro II, graças ao casamento entre D. João Rodrigues de Sá e Meneses - como já se referiu - primeiro conde de Penaguião e D. Isabel de Mendonça, a única herdeira da casa, irmã de António de Almeida - o 9º e último alcaide-mor de Abrantes-, descendente de D. Lopo de Almeida. É deste modo que a Casa de Abrantes passa para a família dos Condes de Penaguião. Assim que Rodrigo Anes de Sá regressa de Roma com a sua embaixada extraordinária, o rei D. João V decreta a favor dele, por carta, a passagem do título nobiliárquico de 3º Marquês de Fontes para 1º Marquês de Abrantes, concedendo-lhe o Senhorio da Vila de

---

<sup>88</sup> Cf. Barroso da Fonte (coord.), *Op. cit.*, p.246

Abrantes «com todas as jurisdições da mesma sorte, que as possuía a Coroa, com muitas outras mercês, todas de juro e herdade e com Honras de Parente, com tratamento de sobrinho», a 12 de Agosto de 1718. Juntamente com a Vila de Abrantes, Rodrigo Anes de Sá recebeu de D. João V a doação de muitas outras vilas. Por isso, além de ter sido Senhor da Vila de Abrantes, foi também de Sardoal, dos concelhos de Sever, Penaguião, Fontes, Gondim, Gondemar, Villa Nova de Águias, Sousa, Bouças e de Gaia.<sup>89</sup>

A origem do marquesado de Fontes inicia-se no ano 1658 com a atribuição do título de 1º Marquês a D. Francisco de Sá e Meneses pelo rei D. Afonso VI, desempenhando funções como seu Camareiro Mor, ao mesmo tempo que já era 4º Conde de Penaguião. Após a morte de D. Francisco de Sá, em 1677, o título é herdado pelo filho João Rodrigues de Sá e Meneses. Por este ter falecido jovem, o título de 3º Marquês de Fontes passa ao seu irmão mais velho, D. Rodrigo Anes de Sá Meneses e Almeida<sup>90</sup>.

O 3º Marquês de Fontes serviu o rei como Gentil Homem da câmara e do seu Conselho e foi Vedor da Fazenda da repartição dos Armazéns do reino. Foi posteriormente nomeado por D. João V para ser um dos cinco censores na Academia Real de História em 1720. Foi escolhido para ser embaixador extraordinário a Roma de duas embaixadas, em 1712 e 1716; e foi, finalmente, embaixador extraordinário em Madrid por ocasião dos casamentos das duas princesas, tendo recebido do Rei de Espanha o colar de Cavaleiro do Tosão de Ouro, como agradecimento pela prestação de serviços.

Rodrigo Anes de Sá, o 3º Marquês de Fontes - como irá ser chamado por ter sido agraciado este título nobiliárquico na altura em que se fez a viagem da embaixada extraordinária a Roma em 1712 - desempenhou muitas outras funções dentro da sua carreira política e diplomática que, na sua maioria, foram muito relevantes para a determinação do futuro da nação portuguesa e do seu prestígio na Europa.

Exerceu os cargos de Capitão, Alcaide-Mor e Governador das Armas nas regiões do Porto, Fortalezas de S. João da Foz do Douro, de Nossa Senhora das Neves, em Leça de Matosinhos, Abrantes, Punhete, Amêndoa e Mação. Foi comendador de várias Ordens, nomeadamente da de Santiago e da Ordem de Cristo.

---

<sup>89</sup> Cf. Caetano de Sousa, *Op.cit.* pp. 47-57

<sup>90</sup> *Idem, ibidem*, pp. 50-51

Porém, o motivo que conduziu a tão grande afinidade entre o 3º marquês de Fontes e o rei atingida em 1705, deve-se à notoriedade com que serviu na Guerra da Sucessão Espanhola como mestre de campo da infantaria:

«(...) O marquês de Fontes levantou, a expensas próprias, um terço, do qual foi mestre de campo, com o posto de Coronel de infantaria, conquistando Valença de Alcântara e Albuquerque, no ano de 1705.»<sup>91</sup>

Os cargos importantes que exerceu no reinado de D. João V são testemunhos dessa aproximação que só poderia ter sido, de fato, de grande confiança, fruto da grande qualidade na prestação de serviços, reconhecida pelo rei.

1707	Gentil-homem da Câmara de D. João V
1708	Embaixador extraordinário junto da Santa Sé
1713	Embaixador oficial da Coroa portuguesa
1718	Intitulado marquês de Abrantes
1727	Vedor da Fazenda
	Embaixador a Madrid
	Nomeado cavaleiro do Tosão de Ouro, por Filipe V, rei de Espanha

Surpreende-nos ter encontrado uma posição divergente acerca do Marquês de Fontes, na obra traduzida, comentada e anotada por Ayres de Carvalho, das memórias de D. João V na viagem a Portugal feita pelo naturalista Merveilleux, apresentada no primeiro volume de *D. João V e a Arte do seu Tempo*<sup>92</sup>. Talvez seja até pertinente apresentar as principais críticas ao marquês, aludidas por Merveilleux.

No primeiro capítulo, “O Rei e a sua Corte”, encontramos as primeiras de muitas censuras ao caráter do marquês de Fontes:

«(...) o Marquês de Abrantes, seu Camarista e favorito, enfatuado da grandeza de Roma, procurava incitá-lo (...). O Rei, no meu tempo, dava muita importância às ideias ridículas do Marquês de Abrantes, Gentil-homem da sua câmara, Conselheiro de Estado e o homem mais superficial e materialista que jamais conheci. Como o Rei lhe tinha concedido imensas benesses

---

<sup>91</sup> *Idem, ibidem*, p.48

<sup>92</sup> Cf. Ayres de Carvalho. *Op.Cit.*

era podre de rico. Este Ministro tratava bem os Estrangeiros hábeis só para lhes tirar as ideias, procurando depois arranjar questiúnculas desagradáveis e aproveitando o que tinha aprendido desses estrangeiros para se fazer valer junto de sua Majestade. Tinha mesmo muito cuidado em afastar da pessoa do Rei os fidalgos da corte de maior valor tais como os que acabei de nomear e com os quais o Secretário de Estado me tinha aconselhado de travar conhecimento. É aos conselhos do Marquês de Abrantes que se atribui a vida retirada que leva sua Majestade, que come sempre em privado e pouco comunica com a nobreza. Este fidalgo entusiasmava sempre o rei para vastos projetos»<sup>93</sup>

É inquestionável que o marquês de Fontes se esforçou para ganhar notoriedade aos olhos do Rei, ao ponto de este lhe ter concedido tantas benesses. Não obstante, segundo as revelações de Marvilleux, o marquês fazia-o com a intenção de tirar grandes proveitos a nível pessoal desse grau de proximidade com o Rei. Segundo a carta escrita em outubro de 1716 pelo Padre Francisco Pedroso a Lázaro Leitão Aranha, confessor de D. João V e secretário da embaixada extraordinária a Roma de 1712, menciona a ingratidão do Marquês diante dos benefícios que lhe são concedidos:

«O capricho q o Embaxador tem lhe faz desprezar e rir-se dos votos, e conselhos dos outros»<sup>94</sup>

O Marquês de Fontes fazia uso das suas prerrogativas para ter a liberdade de fazer exigências, uma das quais teve a ver com a embaixada extraordinária de 1712, como assim o conta Vincenzo Bichi, na sua carta enviada a 31 de janeiro de 1711 ao Vaticano:

«A Corte faz verdadeira pressão sobre o Marquês de Fontes para que se prepare a fim de partir logo para a sua Embaixada de Roma, mas ele não mostra grande inclinação enquanto se lhe não dê antes a chave de ouro, e não se lhe consigam ao menos seis mil cruzados por mês para sustentar o decôro de tal cargo com a ajuda de custo de setenta mil cruzados»<sup>95</sup>

Todavia, um dos aspetos menos conhecidos diz respeito à origem da aproximação entre Rodrigo Anes de Sá e o rei. A extensa e prestigiosa carreira política do marquês de Fontes teve, curiosamente, início numa «acção de carácter militar e desde logo [possuiu] um interesse por matérias inerentes a tal universo, como sejam a engenharia militar»<sup>96</sup> e

---

<sup>93</sup> *Idem, ibidem*, p. 21 e 22

<sup>94</sup> *Idem, ibidem*. p.45

<sup>95</sup> *Idem, ibidem*. p.45

<sup>96</sup> Teresa Leonor M. Vale. *Op.cit.*, p.48

a matemática. Segundo Barbosa Machado, o Marquês «soube profundamente a Geometria, principalmente naquella parte que pertence à Architectura civil, e militar sendo as plantas que desenhava perfeitas, e as Praças que delineava regulares. Conhecia como professor da Arte da Pintura as escolas de Itália, e Flandres distinguindo com perspicácia as Copias dos Originaes»<sup>97</sup>. D. Francisco de Portugal, marquês de Valença, eleva igualmente as qualidades artísticas do marquês de Fontes, em que refere que «riscava com incrível primor as plantas das praças, e dos palacios, pois na architectura civil não foy menos eminente que na militar»<sup>98</sup>. Foi decorrente desta carreira na engenharia militar e civil, em que desenhou plantas de elevado rigor, que começou por ter a oportunidade de estar na presença do rei D. João V<sup>99</sup>.

D. Rodrigo Anes de Sá foi um grande apreciador e profundo conhecedor da arte, nomeadamente de pintura e arquitetura. Quem conhece o início do percurso artístico de um dos mais pautados pintores do barroco português, que chamou a atenção do rei D. João V, Francisco Vieira de Matos, mais conhecido por “Vieira Lusitano”, conhece a vertente de conselheiro artístico do marquês de Fontes. Tinha prazer em ajudar jovens talentosos, que poderiam vir a prosperar no mundo artístico, a receber formação nas melhores escolas italianas de Roma. Portanto, nas suas embaixadas à Cidade Eterna, era hábito integrar na comitiva artistas das mais variadas formas de expressão, tais como o arquiteto Carlos Guimac, o poeta Francisco Botelho de Moraes e Vasconcelos e o Dr. José Correia de Abreu, que viria a ocupar o cargo de diretor da Academia de Portugal em Roma e, mais tarde, quando regressou ao reino, conselheiro artístico de D. João V<sup>100</sup>.

Foi assim que o marquês de Fontes decide levar Vieira Lusitano na comitiva da embaixada extraordinária de 1712, para frequentar aulas com os mestres Benedetto Lutti e Francesco Trevisani. Vieira Lusitano decide relatar na sua obra *O Insigne Pintor e Leal Esposo* os acontecimentos da jornada desta embaixada extraordinária<sup>101</sup>. Portanto, além do manuscrito, da autoria do secretário da embaixada do marquês de Fontes, existe mais um testemunho que poderá vir a complementar, se necessário, com informações adicionais que poderão ser frutuosas para o conhecimento desta embaixada, além do relato de Luca Antonio Chracas, adiante mencionado.

---

<sup>97</sup> *Idem, ibidem*, p. 46

<sup>98</sup> *Idem, ibidem*, p. 46

<sup>99</sup> *Idem, ibidem*, p. 48

<sup>100</sup> *Idem, ibidem*, p. 54

<sup>101</sup> *Idem, ibidem*, p. 49

Para além do objetivo, de ação mecénática, que as suas embaixadas também tinham, outro dos fins das missões diplomáticas de D. Rodrigo Anes de Sá foi, indubitavelmente, a preocupação de se inserir no rico meio cultural que era, e que ainda é, Roma. Como antes se afirmou<sup>102</sup>, o marquês de Fontes foi nomeado Árcade Romano, passando a adotar na Academia o pseudónimo pastoril de Logindo Artemisio<sup>103</sup>. Desta forma teve oportunidade de ampliar o seu círculo de conhecimentos, de pessoas ligadas à arte, tanto italianas como estrangeiras<sup>104</sup>.

### **1.3. O Gosto da Época: Arte Barroca ao serviço do Poder Régio**

Nesta época, em meados da primeira metade do século XVIII o termo “barroco”, segundo o significado presente no 2º volume do dicionário *Vocabulário portuguez & latino* de Raphael Bluteau em 1712, era correntemente utilizado para designar uma «perola tofca, & defigual, que nem he comprida, nem redonda (...) chato de uma banda & redondo da outra»<sup>105</sup>. Bruce Souza Portes sugere-nos que a utilização do termo barroco para designar o conceito estilístico, presente na história da arte, só surge no ano 1888 com Heinrich Wofflin, na sua obra *Renascença e Barroco*<sup>106</sup>. Com o tempo, o termo começou por ser aplicado na área das artes para descrever as obras artísticas assimétricas, extravagantes e adornadas, que surgiram depois do movimento renascentista.

É uma arte que surge em oposição às regras renascentistas, se bem que o suporte teórico de ambos os períodos e movimentos sejam o mesmo. A arte barroca teve uma grande ampliação a nível temporal e espacial. No tempo, pode-se delimitá-la abrangendo todo o século XVII até às primeiras décadas do século XVIII. Esta divulgação deve-se ao fato de o movimento barroco ter sido uma tendência comum a todas as artes e por ter aparecido em diferentes épocas, desde a sua primeira expressão em Roma, nos diferentes

---

<sup>102</sup> *Vide supra* Capítulo 1, p.37

<sup>103</sup> Teresa Leonor M. Vale. *Op.cit.*, p.54

<sup>104</sup> *Idem, ibidem*, p.49

<sup>105</sup> Raphael Bluteau. *Vocabulario portuguez & latino*. Vol. 2. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712. p. 58

<sup>106</sup> Bruce Souza Portes. *Revisitando o “barroco mineiro”*. Ouro Preto: Instituto de Filosofia, Artes e Cultura da Universidade Federal de Ouro Preto, 2014. p.15

países que o adotaram, tendo emergido a partir das escolas locais e passando sucessivamente por toda a Europa, até à América Latina<sup>107</sup>.

Este estilo foi adotado em Portugal, dando origem ao barroco português a partir do final do século XVI, estendendo-se até meados do século XVIII<sup>108</sup>. O Barroco português teve como antecedente o estilo Maneirista, caracterizando-se por querer superar o estilo gótico e um gosto tipicamente clássico e geométrico, por temas e assuntos que valorizavam a precariedade humana.

A arte barroca prosperou em Portugal em todas as áreas, dadas as fabulosas riquezas provenientes das colónias no Brasil, nomeadamente o ouro e diamantes.

A exploração do ouro no Brasil começara sistematicamente no reinado de D. Pedro II e estendeu-se pelo reinado do seu sucessor. No século XVIII, o Brasil liderava a nível mundial a riquíssima produção de ouro. As regiões mais exploradas nesta época foram as de Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas, Baía e São Paulo. Portugal disputava este metal precioso juntamente com os Ingleses, os Holandeses e os Franceses, que navegavam para as principais regiões mineiras do Brasil. Porém, os Portugueses traziam uma vantagem sobre os restantes países por causa da descoberta das minas nos sertões da colónia na América – que na altura se chamava a “América Portuguesa”<sup>109</sup> – já que antes se concentravam nos principais centros açucareiros do litoral norte, deslocando-se mais para o centro sul neste período.

A coroa portuguesa cobrava a quinta parte do montante total das receitas geradas das mercadorias oriundas das colónias no Brasil. Para não perder este lucro tão cobiçado por todos, e para ninguém escapar deste imposto, o Estado mandou construir casas de fundição em todas as regiões mineiras do seu império colonial<sup>110</sup>. Assim, era possível fundir logo todo o ouro diretamente extraído das minas e os quintos eram de imediato cobrados. Os navios regressavam a Portugal com mercadorias tais como ouro, diamantes, pedras preciosas, tabaco, couros e açúcar<sup>111</sup>. A colonização no Brasil foi um processo de

---

<sup>107</sup> Flavio Conti. *Op.cit.*, p.3

<sup>108</sup> *Idem. Ibidem.* p.62

<sup>109</sup> Esta designação resulta do projeto elaborado por Manuel de Faria e Sousa, que se propôs compôr uma vasta obra dedicada a cada um dos continentes, pondo em relevo a expansão e o contributo civilizacional dos portugueses nessas paragens. Publicou a *Ásia Portuguesa* em III tomos (1666, 1674, 1675), a *Europa Portuguesa* em III tomos (1678, 1679, 1680) e a *África Portuguesa* em 1681.

<sup>110</sup> Mário Domingues. *Op.cit.*, p.123

<sup>111</sup> Cf. André João Antonil. *Cultura e opulência do Brazil por suas drogas, e minas, com varias noticias curiosas do modo de fazer o Assucar; plantar, & beneficiar o Tabaco; tirar Ouro das Minas. & descobrir as da Prata; e dos grandes emolumentos, que esta Conquista da America Meridional dá ao Reyno de*

grande envergadura, demorado e assombroso, onde os portugueses se empenharam bastante. Porém, foi a partir do Brasil que se criaram «os elementos fundamentais que haviam de estruturar uma nação de caráter tão pujante e original»<sup>112</sup> em que, se por um lado pode ser objeto de censura por ter gasto rios de dinheiro em exagerada ostentação, em vez de ter feito mais pelo bem estar do povo, por outro, facultou que se tornasse uma importante referência na história, principalmente na cultura de Portugal, devido ao enriquecimento generalizado, deixando um rico e vasto legado monumental e artístico.

Durante o período em que D. João V governou Portugal, nunca a economia da Coroa Portuguesa sumou uma quantidade tão avultada de riquezas. No primeiro quartel do século XVIII, descobriu-se uma generosa quantidade de novas minas, entre as quais as minas de Cuyabá e Goyazes<sup>113</sup>. O Brasil passa a ser a principal fonte de rendimentos do Reino e todas as riquezas cá chegadas permitiram a D. João V tornar a sua corte uma das mais faustosas e renovadas da Europa, onde as novidades da época não faltavam nos seus banquetes, ostentando produtos tais como o chocolate, o café e o tabaco.

Constrói-se uma visão inaudita à volta do que D. João V aspirava que fosse o poder. Não é por acaso que o século XVIII, como já foi referido, foi um período bastante marcante para as artes, em particular para a arquitetura, a escultura e a joalheria portuguesa. Esta requalificação determina que se renovassem padrões estéticos.

Para isso vieram inúmeros artistas, obras de arte e até formadores especializados do estrangeiro para Portugal. Começam-se a somar e a edificar projetos tais como o Palácio-Convento de Mafra, a Capela Real de S. João Batista na igreja de S. Roque e a Basílica da Patriarcal de Lisboa, entre tantos outros, graças à especial participação do arquiteto italiano Nicolau Nasoni e do alemão Frederico Ludovice - cujas obras contrastam pelas diferentes influências artísticas –, e que revelam a originalidade num ecletismo de contributos que deram origem à identidade da portuguesa barroca na área

---

*Portugal com estes, et outros generos, et Contratos Reaes*. Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1711.

Disponível em:

[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or1320141/or1320141.html#page/191/mode/1up](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or1320141/or1320141.html#page/191/mode/1up).

Consultado: 12/01/2018

<sup>112</sup> Mário Domingues. *Op.cit.*, p.95

<sup>113</sup> *Idem, ibidem*, p.125

das manifestações arquitetónicas e que depois se enriqueceu com o contributo articulado através da talha dourada e o azulejo, nos seus interiores<sup>114</sup>.

É nesta altura que surge entre nós a proliferação de grandes construções destinadas a fins habitacionais, vulgarmente designadas por solares<sup>115</sup>. No mapa da figura 3. pode-se ver de modo mais transparente a distribuição geográfica das obras de arte barroca em Portugal entre nós.

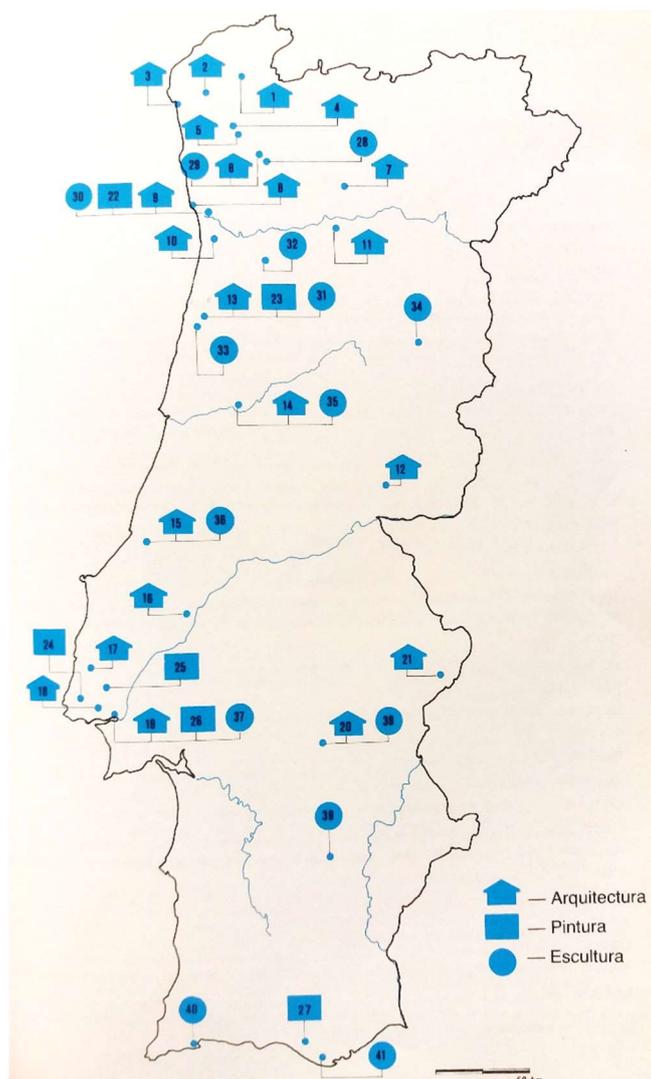


Figura 3- Mapa geográfico da disposição da escultura, arquitetura e pintura barroca em Portugal.

A escultura barroca foi a arte mais ubíqua, sendo usada como decoração em todas as construções da época<sup>116</sup>. Um dos magníficos exemplos em que se vêem as principais

<sup>114</sup> Cf. Flavio Conti. *Op.cit.* p. 62

<sup>115</sup> *Idem, ibidem*, p.62

<sup>116</sup> *Idem, ibidem*, p.56

manifestações da escultura barroca que deixam qualquer olhar maravilhado é o conjunto dos cinco coches temáticos e dez de acompanhamento usados no cortejo da corte da embaixada portuguesa de D. João V enviada a Roma em 1712. Deles destacam-se o Coche dos Oceanos, o Coche do Embaixador e o Coche da Coroação de Lisboa, expostos hoje no Museu Nacional dos Coches.

As carruagens desempenharam um papel relevante na imagem que o público presente em Roma, nos cerimoniais, construía da embaixadas das diferentes nações que por lá passavam para prestar vassalagem ao chefe supremo da Igreja Católica. Porém, nem sempre foi assim. Se bem que, já anteriormente, fosse determinante o contributo das embaixadas para o prestígio da nação, só em 1610, a partir de França, através da entrada solene de um emissário espanhol num coche em Paris é que se estabeleceu um novo protocolo que passou a incluir a imagem da *Carrosse de l'Embassadeur*<sup>117</sup> como parte integrante das entradas cerimoniais públicas dos representantes das cortes estrangeiras. Até essa altura os embaixadores das cortes iam apenas montados a cavalo para representar a sua monarquia. Esta mudança no protocolo, adotada de forma progressiva por toda a Europa, viabilizou que o coche passasse a assumir, a partir do começo do século XVII, uma nova forma de representar o discurso do poder das cortes que visitassem Roma. Esta imagem assumia um lugar de destaque durante o cerimonial público, em que as pessoas saíam para assistir ao cortejo em que desfilavam os representantes das embaixadas, transportados em deslumbrantes coches, fazendo-se acompanhar por um luzido séquito:

«Mandava o protocolo da época que nas cerimónias de receção de um embaixador abrissem o cortejo quinze coches puxados por seis cavalos e vinte e quatro de duas parelhas. Atrás destes vinham três coches reais, puxados por seis cavalos, viajando, no último, o embaixador. Os coches eram acompanhados por pajens, lacaios e criados de libré, que seguiam a pé aos lados da viatura. Integravam, ainda, o cortejo lanceiros e cavaleiros e, em determinadas ocasiões, os chameleiros a pé ou a cavalo, num total de várias centenas de participantes.»<sup>118</sup>

A festa barroca, conduzida pelas instituições do poder político e religioso no tempo de D. João V, elege a cidade como espaço festivo, ocorrendo habitualmente em espaços abertos tais como ruas, praças e jardins. Nos espaços fechados as festividades passavam apenas a ser realizadas em igrejas, palácios e teatros. Sempre que começava

---

<sup>117</sup> Silvana Bessone. *Op.cit.*, p.39

<sup>118</sup> *Idem, ibidem*, p.40

um período festivo estes espaços da cidade eram completamente convertidos através do uso de estruturas decorativas, tais como o uso de luminárias, ornamentação das praças e das janelas dos edifícios públicos e particulares, o uso de estruturas comemorativas tais como obeliscos, colunas, arcos comemorativos, mastros e carros triunfais, a construção de estruturas funcionais, tais como pontes, praças de touros ou teatros, para dar lugar às mais variadas formas de festa. A este tipo de transformação nestes espaços citadinos dá-se o nome de *Arte Efêmera*. Outros aspetos também são conjugados com os que acima são referidos tais como o uso de máscaras, a sumptuosidade de trajes, o gosto pelo exotismo, o exercício da caridade e a decoração dos arreios dos cavalos<sup>119</sup>. Depois, as formas de celebração subdividem-se em festas religiosas e palacianas (missas, exéquias fúnebres, canonizações, sagrações, missas pontificais, procissões, *Te Deum* e Tríduos) e festas profanas (banquetes, refrescos e ceias, cortejos, danças e bailes, divertimentos galantes, encamisadas, festas de arraial, fogo de artifício, luminárias, máquinas aerostáticas, mouriscas, representações cénicas, serenatas e touradas)<sup>120</sup>. Estas festividades organizam-se por ocasião de «nascimentos, casamentos, aniversários e falecimentos ocorridos na Família Real»<sup>121</sup> ou outros eventos de importância para a sociedade e para o reino.

A finalidade com que se empregava esta arte era tão somente para «persuadir, para criar a ilusão e o sonho»<sup>122</sup>, fazendo uso «do luxo, a ostentação e a pompa»<sup>123</sup>. As festas da Corte, que contrastavam com a vida quotidiana, eram cunhadas por uma vertente «sempre sagrada e profana ao mesmo tempo»<sup>124</sup>. Na época barroca, tinham, porém, mais um papel. Elas tinham o objetivo de entreter as massas anónimas que a elas assistiam:

«A festa, com todo o seu maravilhoso, enquanto escape, enquanto negação da rotina, enquanto tempo de esquecimento e de esvaziamento, acaba por funcionar como travão de ousadias, enfim, como esfriamento de transformações sociais repentinas. (...) O sonho de atingir a áurea dos grandes adormecia os súbditos e ajudava à manutenção da ordem estabelecida.»<sup>125</sup>

Devido ao crescimento demográfico mais reconhecido nas cidades deste período as instituições tinham o objetivo de «acentuar e orientar as suas políticas para o controlo

---

<sup>119</sup> Joaquim Jaime B. Ferreira Alves. *Op.cit.*, p.62

<sup>120</sup> Cf. *idem, ibidem*, pp.54-62

<sup>121</sup> *Idem, ibidem*, p.5

<sup>122</sup> José Manuel Tedim. *Op.cit.*, p.968

<sup>123</sup> *Idem, ibidem*, p.968

<sup>124</sup> *Idem, ibidem*, p.968

<sup>125</sup> José Manuel Tedim. *Op.cit.*, p.317

efetivo das consciências colectivas»<sup>126</sup>. Além de servirem para afirmar o poder do rei, as festividades também foram uma maneira «das diversas estruturas sociais mostrarem a sua fidelidade ao rei, acompanhando-o, como um só corpo, nas alegrias e nas tristezas que o afectam»<sup>127</sup>.

As representações diplomáticas no período barroco ficaram marcadas por grandes manifestações de luxo e ostentação, que imperavam na vida aristocrática por toda a Europa.

Neste aspeto, D. João V fruía da cidade como mais nenhum outro rei português. Todos os locais com que o rei estabeleceu um contacto direto foram transformados «num faustoso e efémero cenário montado para o dia especial, o dia da festa»<sup>128</sup>. Foi justamente no reinado deste rei que Roma passou a conhecer as mais faustosas embaixadas portuguesas:

«Eram (...) as entradas régias que mais impacto tinham sobre o espaço urbano. Estes dias impunham-se como dias grandes, durante os quais as cidades sofriam uma profunda alteração de forma, para conseguir uma imagem unitária e triunfal, que, normalmente não coincidia com a realidade. Esta encenação, contudo trazia a luz e o brilho a estes espaços. A cidade vestia-se de gala, a cidade iluminava-se, a cidade enchia-se de manifestações festivas, a cidade distraía-se, enfim, a cidade tornava-se cenário do maravilho Barroco»<sup>129</sup>

As entradas públicas das embaixadas do 3º Marquês de Fontes ao Papa Clemente XI não se assemelham a mais nenhuma outra embaixada enviada pelos reis portugueses que o antecederam, nem mesmo pelas delegações posteriores a esta, enviadas por D. João V. Talvez se excetue apenas a embaixada do elefante, de Tristão da Cunha, no século XVI, durante o reinado de D. Manuel I. Com o nível de riqueza que transbordava dos cofres do reino de Portugal, a arte barroca foi intensamente usada ao serviço deste rei como um notável meio para meter em evidência, através do efeito do deslumbramento de todas as formas, materiais e detalhes, o poder do reino e do próprio monarca. A arte passou a ser uma estratégia de marketing político por excelência no século XVIII.

Os cinco coches integrados nos cortejos da embaixada extraordinária do 3º

---

<sup>126</sup> *Idem, ibidem*, p.317

<sup>127</sup> Joaquim Jaime B. Ferreira- Alves. *Op.cit.*, p.63

<sup>128</sup> José Manuel Tedim. *Op.cit.*, p.319

<sup>129</sup> *Idem, ibidem*, p.318

Marquês de Fontes, dos quais três considerados principais, foram especialmente encomendados em Roma por D. João V para esta cerimónia.

A partir destes esplendorosos coches, podemos depreender as características do barroco mais típico: a pompa, a fantasia e a teatralidade. Segundo Silvana Bessone estes três coches principais, intitulados *Coches Triunfais*, foram construídos de caixa aberta segundo o modelo romano, e cobertos de talha dourada combinada com ricos tecidos bordados a ouro e prata<sup>130</sup>.



Figura 4- Os três Carros Triunfais. Expostos no Museu Nacional dos Coches.

Porém, o que torna estes coches ímpares perante outros da sua época é, sem dúvida nenhuma, o arranjo escultórico de figuras alegóricas dispostas na parte dianteira e traseira de cada um. Para além de terem um objetivo decorativo, são destinados a veicular uma mensagem através de uma interessante linguagem visual que diz respeito aos feitos épicos e às glórias de Portugal no âmbito dos descobrimentos e da bravura com que se conquistou um império à medida que se conheceram novos mares, territórios e culturas<sup>131</sup>. Agregar o uso de figurações ideológicas, simbólicas e mitológicas aos rituais de corte era uma

<sup>130</sup> Silvana Bessone. *Op.cit.*, p.46

<sup>131</sup> Para mais detalhes sobre o simbolismo contido na iconografia dos três Carros Triunfais desta embaixada, vide *infra* Capítulo III, 3.8. pp. 163-177

forma tipicamente usada na cultura política barroca para ligar e exaltar a imagem/presença do rei aos feitos históricos da nação<sup>132</sup>.

Assim sendo, o grupo escultórico do Coche do Embaixador foi dedicado à *Navegação e Conquista*, o segundo coche à *Lisboa Capital do Império* e, por último, o terceiro evoca o ponto de encontro dos *Oceanos*, nomeadamente do Atlântico e Índico. Cada grupo escultórico tem uma composição dinâmica diferente:

«(...) o Coche do Embaixador (...) apresentando, no alçado traseiro, a figura de Tétis, a Navegação (...) desenhando rotas num globo enquanto Palemone emerge das águas segurando uma agulha de marear. Em contraponto Belona, a Conquista, empunhando o escudo com as armas dos Sás, comanda um Leão símbolo do poder real na luta contra o mal. No jogo dianteiro (...) apresenta (...) a figura de Sileno conduzindo um cavalo marinho, ladeados pelas alegorias da *Guerra* e da *Esperança*. O segundo coche foi dedicado a Lisboa (...) representada na figura feminina a ser coroada pela Fama e ladeada pela Abundância, tendo sob o seu corpo o seu ceptro dos continentes africano e asiático. O alçado da frente é decorado (...) com figuras alegóricas simbolizando a *Virtude* e a *Imortalidade* (...); o terceiro coche (...) evoca, no alçado traseiro, o encontro dos Oceanos Atlântico e Índico, traduzido no aperto de mão dado por dois velhos sentados sobre golfinhos frente ao globo terrestre (...) glorificado pela figura de Apolo. Quatro figuras, representando a Primavera, o Verão, o Outono e o Inverno, completam este magnífico conjunto escultórico (...).»<sup>133</sup>

Estas esculturas de profundo sentido alegórico, tal como outras do barroco, deixam de ser concebidas segundo esquemas geométricos. As figuras passam a dar lugar à combinação de movimentos variados, soltos e vivos:

«As figuras deixaram de ser apresentadas paradas, ou em atitudes de repouso, mas sim sempre em movimento. Ou melhor, tipicamente, naquele movimento de instável equilíbrio, que se verifica no ponto mais alto de um movimento: o instante quase impercetível e fortemente dramático em que, por exemplo, uma figura que salta já não está a ascender, mas em que também ainda não começou a descer, e em que fica imóvel, numa atitude plástica, no ar»<sup>134</sup>

A escultura barroca veicula ainda, juntamente com a grandeza e a expressão das

---

<sup>132</sup> José Pedro Paiva. *Op.cit.*, p.325

<sup>133</sup> Silvana Bessone. *Op.cit.*, p.47

<sup>134</sup> Flavio Conti. *Op.cit.*, p.60

suas formas, o uso seletivo de materiais e a grandiosidade de dimensões, gerando uma autêntica imagem de extravagância.

É nesta sequência que esta embaixada extraordinária de 1712 deixou, fazendo jus à arte barroca, na memória de quem assistiu a este triunfal cerimonial público, o deslumbramento atingido pelo monarca D. João V, destacando-se deste modo a imagem de Portugal que se expandiu pela Europa naquela época.



## **Capítulo II – A Embaixada no séc. XVIII**



## 2. A Diplomacia Portuguesa de D. João V na Santa Sé, na 1ª metade do século XVIII

### 2.1. O Progresso das Missões Diplomáticas

Para se conseguir compreender o alcance e importância diplomática da embaixada extraordinária do 3º Marquês de Fontes teve à Santa Sé em 1712 torna-se pertinente proceder a uma abordagem dos aspetos mais marcantes da diplomacia durante a primeira metade do século XVIII.

O próprio termo “diplomacia” remete para uma variedade de conceitos que resultam da imprecisão com que este é frequentemente empregue, normalmente confundido com conceitos de política externa e política internacional, por ser uma palavra sinónima, o «que torna difícil de abordar com clareza qualquer matéria teórica relacionada com [a diplomacia]»<sup>135</sup>. Para tanto, é a partir da conceção de diplomacia presente na obra já citada de José Calvet de Magalhães, que nos iremos deter:

«Negociação levada a cabo por representantes do Estado, especialmente designados pelos seus órgãos de soberania, mas eles próprios destituídos de poder político, e que são rigorosamente os *agentes diplomáticos*, tipo este de negociação a que chamaremos *diplomacia*»<sup>136</sup>

A origem do fenómeno diplomático remonta desde que os grupos humanos se organizaram politicamente e diversas organizações sentiram a necessidade de estabelecerem contactos entre si. Segundo Ragnar Numelin na sua obra<sup>137</sup>, «whether the causes of intertribal relations originate in utilitarian considerations or in magic and religious ideas, it seems certain that even savages have need of maintaining peaceful intercourse with each other, a need usually stronger than those retarding tendencies which work for isolation and a hostile attitude towards foreign tribes and peoples. The reasons for the “diplomatic” treatment of messengers and envoys is possibly to be sought in the same idea which determines the attitude of savages towards hospitality and the treatment of strangers on special occasions: messengers and heralds are believed to be in possession, not only of a protecting taboo, but perhaps also of a supernatural which it would be fatal

---

<sup>135</sup> José Calvet de Magalhães. *A Diplomacia Pura*. 2ª ed. Venda Nova: Bertrand Editora, Lda., 1996. p.15

<sup>136</sup> *Idem, ibidem*, p.28

<sup>137</sup> Ragnar Numelin. *The Beginning of Diplomacy: a sociological study of intertribal and international relations*. London: Oxford University Press, 1950. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.b4235825>. Consultado: 16/11/2017

to violate. The sanctity of the privileges of the primitive envoy is also be attributed to the characteristics of his mission»<sup>138</sup>.

Esta prática, que teve origem em grupos tão ancestrais como as tribos, preservou sempre a sua essência mais primária para estabelecer contactos com outras civilizações e culturas na Antiguidade, tornando-se os fundamentos das instituições diplomáticas. É neste período que se estabelecem os pressupostos dos códigos a respeitar no que diz respeito à figura do embaixador, tal como a inviolabilidade dos intermediários, criada pelos Romanos, e presente no direito das gentes<sup>139</sup>.

Na época Medieval, assistimos ao ciclo de encontros diretos entre monarcas para estabelecer negociações. Segundo Philippe de Commynes<sup>140</sup>, baseado nos encontros tidos entre os reis Luís XI e Henrique IV, bem como entre Carlos o Temerário com o imperador Frederico III, entende-se que desses encontro resultavam mais prejuízos do que proveitos:

«Et, pour conclusion, me semble que les grands princes ne se doivent jamais veoir s'ilz veulent demourer amys, comme ja l'ay dict. Et voicy les occasions qui y font les troubles: les serviteurs ne se pouvent tenir de parler des choses passées; les ungs ou les aultres le prennent a despit. Il ne peult estre que les gens et le train de l'un ne soit myeulx accoustré que celui de l'autre, dont s'engendrent des mocqueries, qui sont chouses qui merueilleusement desplaisent à ceulx qui sont mocqués. Et quant ce sont deux nations differantes, leur langaige et habillemens sont differans; et ce qu'il plaist à l'ung ne plaist pas à l'autre. Des deux princes, l'ung a le personnaige plus honneste et plus agreeable aux gens que l'autre, don't il a gloyre et prend Plaisir qu'on le loue; et ne se faict poinct sans blasmer l'autre. Les premiers jours qu'ilz se sont departis, tous ces bons comptes se disent en l'oreille, et bas; et par acoustumance s'en parle en disnant et en souppent, et puy est rapporté des deux coustés, car peu de choses y a secrete en ce monde, par especial de celles qui sont [dictes].»<sup>141</sup>

Os intermediários passam a ser os únicos a desempenhar esse papel de mediadores a partir do fim da Alta Idade Média e a interação, de natureza política, destes encontros, passa a ser regulada por protocolos acordados regularmente em convenções entre os Estados.

---

<sup>138</sup> *Idem, ibidem*, p. 169

<sup>139</sup> José Calvet de Magalhães. *Op.cit.*, pp.45-46

<sup>140</sup> Cf. Philippe de Commynes. *Op.cit.*, pp.131-132

<sup>141</sup> *Idem, ibidem*, pp. 131-132

De cerca de 1450 até ao século XVIII, a diplomacia veio a posicionar-se, progressivamente, num lugar central no âmbito da ação da Coroa<sup>142</sup>. As primeiras atividades diplomáticas surgem verdadeiramente no século XV na Itália, dada a fragmentação política existente naquela península. Face à necessidade que existia dos vários regimes governativos, por vezes distintos, tais como os principados e as repúblicas, de estabelecerem contacto entre si, desenvolveram-se e adotaram-se estratégias que permitiram criar um dispositivo político-diplomático. Segundo Pedro Cardim é este dispositivo político-diplomático que serve de modelo para a Europa nos séculos seguintes.

Sucessivamente, à volta dos estados da Península Itálica, foi criada uma confederação, à qual foi chamada “Lega Italica”, concebida pelo papa Martinho V, para «criar, em torno da Santa Sé, uma cintura de protecção contra os projetos de hegemonia europeia que estavam então a surgir, sobretudo por parte das Coroas ibéricas, da França e do Sacro-Império»<sup>143</sup>. Esta circunstância mobilizou uma “curialização da elite aristocrática” que passou a governar «os principais postos de governo, civil e militar, e os cargos diplomáticos»<sup>144</sup>. Resultante deste quadro político, foram concebidos os primeiros códigos sobre os conceitos de cerimónia e cortesia.

Nos finais do século XV e século XVI, já a força da diplomacia imperava nas relações diplomáticas entre os diferentes Estados e nações, se bem que as relações diplomáticas não se possam comparar com as da primeira metade do século XVIII. Elas começaram por ser bilaterais e irregulares. Desenvolvem-se pela elevação dos novos Estados perante a necessidade de se estabelecer contacto entre os membros das diversas casas reais e, sobretudo, para resolver conflitos militares. No entanto, influenciadas pela diplomacia italiana, estas relações alcançaram proporções mais complexas e as missões foram-se tornando mais prolongadas<sup>145</sup> com «uma prática negocial e uma componente de representação mais vincada»<sup>146</sup>. Além disso, visavam outro objetivo: o levantamento de informações. Posteriormente, as relações diplomáticas assumem-se como um meio indispensável para exercer transações mercantis.

---

<sup>142</sup> Pedro Cardim. “A prática diplomática na Europa do Antigo Regime”. pp. 11-53. In: Luís Nuno Rodrigues, Fernando Martins (ed.). *História e Relações Internacionais: Temas e Debates*. Évora: Edições Colibri, 2004.

<sup>143</sup> *Idem, ibidem*, p.12

<sup>144</sup> *Idem, ibidem*, p.13

<sup>145</sup> De carácter temporário.

<sup>146</sup> Pedro Cardim. *Op.cit.*, p.13

Foi nesta época que se compuseram os primeiros tratados diplomáticos<sup>147</sup>. O tratado *De Officio Legati* é o primeiro de que se tem conhecimento; foi redigido por volta de 1490 por um diplomata veneziano chamado Ermolao Barbaro, conhecido por ser um diplomata experiente e dar aulas na Universidade de Pádua<sup>148</sup>. Nele encontramos o termo *ambasciatore*, que surgiu no século XIII e que se torna amplamente divulgado pela Europa para identificar o representante, o qual se poderia revestir tanto de uma autoridade secular, como ser um dignatário eclesiástico. Em Portugal o primeiro registo deste termo de que se há conhecimento remonta a 25 de Julho de 1382, num documento de D. Fernando<sup>149</sup>. Na perspetiva de José Calvet de Magalhães, a utilização deste termo deve-se à influência dos documentos papais<sup>150</sup>.

No século XVI, com a entrada em exercício de esquemas políticos de representação, que alcança uma abrangência a nível mundial, os procedimentos de negociação ficam sujeitos a alterações significativas. Ao contrário do que acontecia com as delegações do século XV<sup>151</sup>, as missões diplomáticas passam a ser realizadas com mais frequência e a permitir que os embaixadores se deslocassem para sítios mais remotos. Estes, que até então eram representantes de carácter temporário nas cortes exteriores, ascendem à condição de representantes permanentes, ou seja, tornam-se embaixadores residentes. Esta mudança reflete a frequência das missões diplomáticas solicitadas pelas unidades políticas italianas e, num plano mais abrangente, da imprescindibilidade da diplomacia internacional na política da Europa.

As relações externas entre Portugal e a Cúria Romana já se tinham desenvolvido desde a fundação do reino destacando-se a ação do diplomata João Rodrigues de Sá, em finais do século XVI. Com o Doutor João de Faria, temos o nosso primeiro embaixador residente de Portugal em Roma. Foi esta a primeira missão diplomática portuguesa desta natureza enviada à Santa Sé no ano de 1512, pelo rei D. Manuel I<sup>152</sup>, que tinha como missão principal «apresentar a Leão X o pedido do cardinalato para o Infante [D. Afonso],

---

<sup>147</sup> Cf. *idem, ibidem*, pp.11-53

<sup>148</sup> Cf. *idem, ibidem*, pp.11-53

<sup>149</sup> Cf. José Calvet de Magalhães. *Op.cit.*, p.52

<sup>150</sup> *Idem, ibidem*, p.52

<sup>151</sup> Com a exceção dos diplomatas italianos na Santa Sé, como dos Habsburgo austríacos, que já tinham embaixadas de natureza permanente, já no século XV. Posteriormente, influenciados por este sistema, os restantes Estados europeus foram gradualmente, durante todo o século XVI, enviando embaixadas de carácter permanente.

<sup>152</sup> Cf. Luiz Augusto Rebello da Silva. *Corpo Diplomático Português contendo os actos e relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o século XVI até os nossos dias*. Vol.1. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1862.

na primeira promoção que se viesse a realizar»<sup>153</sup>. Apesar de o embaixador, o Doutor João de Faria, não ter conseguido a atribuição desse título junto do Papa Leão X, quatro anos depois ele decide nomeá-lo e essa notícia é trazida ao rei D. Manuel I pelo novo e segundo embaixador residente junto da Cúria Romana, D. Miguel da Silva. Da situação criada, é possível delinear uma tabela com os nomes de maior nomeada de embaixadores extraordinários e residentes das relações entre o reino de Portugal e os Estados Pontifícios, de acordo com o que é apresentado por Padre José de Castro:

<b>1139-1512</b> <i>Embaixadores Extraordinários</i>	João Rodrigues de Sá
	D. Afonso de Bragança
	D. Lopo de Albuquerque
	Doutor João Faria
<b>1512-1580</b> <i>Embaixadores Residentes</i>	D. Miguel da Silva e Menezes <sup>154</sup>
	D. Martinho de Portugal
	Doutor Braz Neto
	D. Henrique de Menezes
<b>1512-1580</b> <i>Embaixadores Extraordinários</i>	Tristão da Cunha
	D. Martinho de Portugal
	Francisco Botelho
<b>1580-1640</b> <sup>155</sup>	João Gonçalves de Ataíde
	Francisco de Melo
	D. Manuel de Moura Corte Real
<b>1640-1712</b> <i>Embaixadores Residentes</i>	João Pinto Ribeiro
	Padre António Vieira
	D. André de Melo e Castro
	<u>D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Menezes (Sublinhei)</u>

Tabela 4 – Quadro de representantes enviados de Portugal à Santa Sé<sup>156</sup>

<sup>153</sup> Sebastião Tavares de Pinho. “O Poema "Consecratio" de Jorge Coelho e a Origem da Palavra Lusíadas”. p.325. In: Separata da *Revista da Universidade de Coimbra* Vol. XXXIII. Coimbra, 1985

<sup>154</sup> Cf. Rita Marnoto. *Corteggiano e cortesão. Baldassarre Castiglione e D. Miguel da Silva*. Genève: Centre International d’Études Portugaises, 2017.

<sup>155</sup> Embaixadores enviados durante o domínio espanhol em Portugal.

<sup>156</sup> Padre José de Castro. Portugal em Roma. Vol.2. Lisboa: União Gráfica S.A.R.L., 1939. pp.357-360

Com a passagem das missões diplomáticas temporárias para permanentes na Europa, «a rede europeia de diplomatas permanentes assumiu, rapidamente, dimensões absolutamente inéditas, em termos da sua extensão mas também da intensidade e da complexidade das relações estabelecidas entre os diversos príncipes seculares e eclesiásticos»<sup>157</sup>.

As nossas embaixadas permanentes, estabelecidas tanto em Roma, como em Madrid e Paris, assim ficaram até ao ano de 1580. Foram interrompidas devido aos conflitos religiosos que emergiram na Europa e que acabaram por desestabilizar a diplomacia.

Somente a partir de 1648, com os tratados da Paz de Vestefália, é que se retomaram e amplificaram as atividades diplomáticas permanentes na Europa. A Paz de Vestefália marca a instauração das conceções que passam a definir o Estado moderno, onde se sublinham, segundo o Secretário Geral da Nato Javier Solana, «a soberania, a igualdade jurídica entre os Estados, a territorialidade e a não intervenção»<sup>158</sup>. Este momento coincide com a Restauração em Portugal<sup>159</sup>, alimentando a passagem para a diplomacia moderna. A atividade diplomática no reinado de D. Joao IV e subsequentes, assume assim um novo impulso e uma dinâmica própria.

Considerando que a diplomacia se expandiu e alcançou um lugar cada vez mais central na vida política europeia, surgiu também, com grande entusiasmo, um grande número de estudos sobre esta arte e sobre o papel que um embaixador deveria assumir. Foi considerável o número total de livros impressos nesta época mas, segundo José Calvet de Magalhães, no período compreendido entre o ano de 1498 e 1620 foram publicados 37 livros sobre diplomacia<sup>160</sup>. Destas obras destacam-se o tratado *El Embajador*, de Juan António de Vera, e o tratado que lhe sucedeu, *La manière de negocier avec les souverains, de l'utilité des Négociations, du choix des ambassadeurs & des Envoyez, & des qualités nécessaires pour réussir dans cees emplois*, de François de Callières, que ficou conhecido como o manual que regulava a atividade diplomática, de caráter obrigatório, durante o século XVIII.

---

<sup>157</sup> *Idem, ibidem*, p.13

<sup>158</sup> Dr. Javier Solana. “Securing Peace in Europe”, discurso integrante do Simpósio da Relevância Política da Paz de Vestfália, Münster, 12 Nov. 1998. Disponível em: <https://www.nato.int/docu/speech/1998/s981112a.htm>. Consultado: 19/12/2017

<sup>159</sup> Cf. José Calvet de Magalhães. *Op.cit.*

<sup>160</sup> Cf. *idem, ibidem.*

Com a emergência das monarquias absolutistas no século XVII e XVIII, as embaixadas mudam substancialmente na forma como elas se apresentam nos Estados para os quais são enviadas. De acordo com José Calvet de Magalhães:

«O poder de origem divina de que se arrogavam os reis absolutos fazia-os rodear de enorme pompa e aparato e as cortes europeias dessa época exibiram uma opulência e um luxo nunca vistos que, por sua vez, impunha uma rigorosa e minuciosa etiqueta por vezes desmedida.»<sup>161</sup>

A prática da diplomacia joanina em Portugal da primeira metade do século XVIII caracteriza-se por se encarregar de estabelecer ligações de proximidade com a Santa Sé. A sua intenção centra-se mormente em lograr benefícios de Roma para que o rei pudesse ver aumentado o seu prestígio, bem como nos restantes países europeus.

Compreende-se assim que nesta época não só em Portugal, mas por toda a Europa, se assista aos cuidados necessários para organizar o momento em que a comitiva da embaixada se apresenta publicamente ao Pontífice – os chamados cerimoniais diplomáticos –, um complexo conjunto de princípios que se integram numa extensa “etiqueta de *marketing* político”<sup>162</sup>. Juntamente com o uso da arte barroca, a natureza destas embaixadas são tipicamente de aparato. Quanto maior o espetáculo, mais a imagem do rei e do seu império se associavam ao luxo e à imponência. É deste modo que as magníficas embaixadas enviadas por D. João V repercutem até aos dias de hoje a imagem por elas transmitidas aos súbditos romanos.

## **2.2. O Embaixador: Conceito, nomeação e atividade.**

Enviar um embaixador para representar o rei a uma corte estrangeira acarretava uma grande responsabilidade e fidelidade, uma vez que o prestígio do soberano e da monarquia estava nas suas mãos. Este cargo exigia, naturalmente, que certos aspetos estivessem de acordo com os preceitos da época, que iam desde a nomeação do representante, passando pela sua formação técnica, para a missão a que foi confiado, até à preparação para a corte onde se iria inserir.

---

<sup>161</sup> *Idem, ibidem*, p.32

<sup>162</sup> *Idem, ibidem*, pp.35-36

Segundo um autor da época, Raphael Bluteau, assim é proposta a origem e a evolução do conceito de Embaixador e como este se configura, segundo os esquemas mentais dominantes:

«Tem esta palavra muitas etimologias. Alguns a derivam de *Basiator*, que antigamente entre os Romanos significava aquele, que cortejava algum Senhor, e em final de reverência, ou reconhecimento, lhe beijava as mãos, ou a face. (...) Outros derivam *Embaixador* da palavra alemã *Ambacht*, que vale o mesmo que *Obra*, porque o *Embaixador* é como obreiro político, escolhido, para a obra, ou negócio do Príncipe, que o manda. (...) Na minha opinião a mais provável das etimologias deste nome, é que antigamente na baixa Latindade se chamava o *Embaxador Ambasciator*, da antiga palavra latina *Ambactus*, ou (...) de *Ambaxus*, que significava o mesmo, que *Servo*, ou *Domestico*, que andava de uma parte para outra negociando, e solicitando os interesses, e lucros do seu Senhor (...).»<sup>163</sup>

Nesta altura não existia forma de aprender os conhecimentos essenciais para desempenhar as funções de diplomata, senão em obras especialmente dedicadas ao tema. Os manuais que passaram a regular a atividade do embaixador no século XVII eram predominantemente, *De la charge et dignité de l'ambassadeur*, de Jean Hotman de Villières, do ano de 1613, *L'ambassadeur et ses fonctions*, publicado em 1682 por Abraham de Wicquefort, e, por último, como já houve ocasião para referir<sup>164</sup>, a obra mais consultada pelos embaixadores foi, a partir do ano de 1716, *De la manière de negotier avec les souverains*, de François Callières. Estes manuais ajudavam sobretudo o embaixador na aquisição de conhecimentos sobre o ambiente político das diversas cortes europeias e não-europeias, dos protocolos a seguir numa missão, da etiqueta a ter no ambiente de corte, bem como hábitos sociais e culturais, no caso de ser enviado para uma país culturalmente diferente daquele de onde é proveniente. Segundo Sónia Borges, «cada gesto (político), palavra ou postura poderia alcançar uma «poderosa ressonância política», por se dar (figuradamente) numa Corte o “frente a frente” entre os mais altos dignitários de dois Estados: o rei e o representante de outro monarca»<sup>165</sup>.

---

<sup>163</sup> Raphael Bluteau. *Op.cit.*, Vol. 3, p. 40

<sup>164</sup> *Vide Supra* Capítulo II, 2.1. p. 63

<sup>165</sup> Sónia Borges. *Duas cortes, um modelo: O Cerimonial diplomático nas relações luso-espanholas (1715-1750)*. Tese de Mestrado em História das Relações Internacionais, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2016. p.71

Disponível em: [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/27204/6/ulfl228113\\_tm.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/27204/6/ulfl228113_tm.pdf). Consultado: 04/04/2018

À medida que estas regras protocolares e de cerimonial se consolidam, com a passagem para o século XVIII vemo-las desenvolvidas e ampliadas. Se bem que já estivesse estabelecida «uma série de regras para as entradas públicas dos embaixadores nas cidades onde se iriam instalar»<sup>166</sup>, estas passam a adquirir uma formalidade superior. Como resultado, assiste-se à chegada de obras dedicadas ao estudo os cerimoniais diplomáticos, tal como a de Jean Rousset de Missy, em 1739, *Le Ceremonial diplomatique des cours de l'Europe*<sup>167</sup>. Com isto, começa a existir uma ligação mais intrínseca «entre a Diplomacia e o mundo das representações»<sup>168</sup>.

Porém, as regras atingiram uma certa volubilidade com a complexidade que atingiram nesta época. Esta situação deu origem a desavenças, ou até mesmo ruturas, entre Portugal e outros países, como foi o caso da embaixada francesa do abade de Livry em 1724, «que se recusou a visitar o secretário de Estado antes de este o visitar»<sup>169</sup>, por não estar bem definida a regra que decretava que os Secretários de Estado deveriam visitar os embaixadores que chegavam a Portugal.

A designação de um embaixador para posterior nomeação, segundo Wicquefort<sup>170</sup>, assentava nos três seguintes requisitos: a) nascimento; b) estudo; c) experiência. Isto pressupõe que a natureza da missão era sempre definida consoante o perfil do representante. Em primeiro lugar, um embaixador além de cortesão, deveria provir de famílias com algum grau de prestígio:

«(...) Convinha que os embaixadores fossem bem providos dos bens de fortuna, porque as mesadas que recebiam do rei nem sempre chegavam para tudo o que tinham de despender e alguns acabavam crivados de dívidas, “com que se desonram a si mesmos, e também ao amo”,

---

<sup>166</sup> Maria Beatriz Nizza. *Op.cit.*, p. 309

<sup>167</sup> Jean Rousset. *Le Ceremonial Diplomatique des Cours de l'Europe ou Collection des Actes, Memoires, et Relations qui concernent les Dignitez, Titulatures, Honneurs et Prééminances; les Fonctions publiques des Souverains, leurs Sacres, Couronnements, Mariages, Batêmes, et Enterrements; les Investitures des grands Fiefs; les Entrés publiques, Audiences, Fonctions, Immunité et Franchises des Ambassadeurs et autres Ministres publics; leurs Disputes et Démêlez de Préséance; et en général tout ce qui rapport au Cérémonial et à l'Etiquette. Recueilli en partie para Monsieur Du Mont. Mis en ordre et considerablement augmenté para Monsieur Rousset*, Tomo 1 e 2, Amsterdam et la Haye, 1739.

<sup>168</sup> Ana Luiza de Castro Pereira, Maria Paula Dias Couto Paes. *Luxo e pompa: o espetáculo das cerimônias de entrada dos embaixadores estrangeiros na corte lisboeta do século XVIII*. p. 2015. Disponível em: <http://digital.csic.es/handle/10261/73281>. Consultado: 05/02/2017

<sup>169</sup> *Idem, ibidem*, p. 310

<sup>170</sup> A. de Wicquefort. “Mémoires touchant les Ambassadeurs et les Ministres Publics”, Vol. 2, A Cologne: chez Pierre du Marteau, 1679. *Apud* Ana Luiza de Castro Pereira, Maria Paula Dias Couto Paes. *Op.cit.*, p. 2015.

escrevia D. Luís da Cunha, que passou ele próprio por dificuldades financeiras a ponto de ter de vender a D. João V a sua coleção de arte. (...) [e isto à exceção das] embaixadas para convencionar casamentos reais [que] se faziam à custa da coroa por serem diferentes das embaixadas de residência (...)»<sup>171</sup>

Outro requisito passava por obter alguma experiência em cargos notáveis e possuir a formação adequada para desempenhar a sua missão. Porém, obter a formação adequada não era um percurso fácil. Nesta época, sentia-se a ausência de um caminho direto que levasse o representante a adquirir uma preparação completa para exercer as suas funções, devido à falta de uma regulamentação específica de carácter oficial. A ausência de matérias ligadas ao Direito Natural e das Gentes na Universidade de Coimbra levaram os embaixadores a procurar outras formas de se instruírem<sup>172</sup>. Além da leitura obrigatória das obras de referências mais recentes, a formação de um diplomata passava muito frequentemente por ocupar primeiro o papel de secretário, ou de enviado, de uma embaixada para observar todas as técnicas levadas a cabo pelo diplomata.

Já na perspectiva de D. Luís da Cunha<sup>173</sup>, as qualidades de um embaixador deviam passar por ter «habilidade» e «probidade»:

«A habilidade sem a probidade não achará confiança; e a probidade sem habilidade perderá todo o seu fruto»<sup>174</sup>

A juntar a estas qualidades, o embaixador deveria ainda dominar bem línguas estrangeiras. Depois do Latim usado predominantemente no século XVI, a língua diplomática amplamente aceita e usada nas cortes do século XVIII foi por excelência pelo francês, e tornava-se indispensável para os representantes conseguirem expressar-se de maneira conveniente neste idioma<sup>175</sup>. Da corte de França, com particular intensidade no tempo do rei Luís XIV, derivavam as principais novidades que seriam introduzidas na maioria das cortes europeias, no que dizia respeito às formalidades que orientavam esta arte, bem como os rituais que a conduzem. Vemos esta influência bem presente nas

---

<sup>171</sup> Maria Beatriz Nizza da Silva. *Op.cit.*, p. 312.

<sup>172</sup> *Idem, ibidem*, p. 311.

<sup>173</sup> D. Luís da Cunha. “Instruções Políticas: introdução, estudo e edição crítica por Abílio Diniz Silva”. Lisboa: CNCDP, 2001. p.186. *Apud* Maria Beatriz Nizza da Silva. *Op.cit.* p.311

<sup>174</sup> Maria Beatriz Nizza da Silva. *Op.cit.*, p. 311

<sup>175</sup> Ana Luíza de Castro Pereira, Maria Paula Dias Couto Paes. *Op.cit.*, p.2016

festividades diplomáticas «vivenciadas com muito luxo e refinamento, sobretudo nos momentos da refeição»<sup>176</sup>, nos hábitos e costumes «mais polidos»<sup>177</sup> e nos palácios.

Porém, em Portugal, na primeira metade do século XVIII, segundo menciona José da Cunha Brochado<sup>178</sup>, verifica-se que a qualidade mais desejada num embaixador era a sua capacidade de fazer grandes entradas cerimoniais. O talento de um representante chegava a ser medido pelo nível de ostentação da entrada pública da sua embaixada; quanto mais aparatosa fosse a entrada, mais o embaixador lograva de qualidades.

Um representante podia ser destacado para uma missão onde pudesse ser embaixador residente, extraordinário ou ordinário. Embora nem sempre o carácter de uma embaixada fosse devidamente delineado, ao longo do século XVII os conceitos clarificam-se no que diz respeito à tipologia dos enviados, especialmente na diferenciação entre os termos Embaixador Residente e Embaixador Extraordinário<sup>179</sup>. Segundo Raphael Bluteau, o Embaixador Extraordinário é «o que passa para a Corte de algum Principe, para tratar de algum negocio particular, como a conclusão de hum matrimonio, a condução de huma Raynha, parabens, pefames»<sup>180</sup>, e o Embaixador Residente é «aquelle ministro, que faz os negocios de hũa Republica, ou de hum Principe pequeno, na Corte de hũ Rey»<sup>181</sup>.

Depois de destacado, o ato de nomeação de um embaixador realizava-se numa cerimónia, inserida nos rituais festivos da corte, que visava um momento verdadeiramente suntuoso:

«O envio de uma missão diplomática para uma corte europeia no período moderno era um

---

<sup>176</sup> «A mesa do rei foi onde mais se verificou a introdução de regras de comportamento que foram traduzidas, por sua vez, na maneira como os convidados eram servidos, quantos pratos fariam parte do serviço, as iguarias escolhidas, etc. Observa-se, então, a criação de regimentos para definir a maneira correta de equipar e servir a mesa do rei. Contudo, entre aqueles que se debruçam no estudo das boas maneiras e das etiquetas, foi com D. João V que o viver na corte portuguesa sofreu algumas transformações» Ana Luíza de Castro Pereira, Maria Paula Dias Couto Paes. *Op.cit.*, p. 2016

<sup>177</sup> *Idem, ibidem*, p. 2015

<sup>178</sup> José da Cunha Brochado. *Memórias*. Coimbra: França Amado Editora, 1907. pp.39 e 41. *Apud.* Maria Beatriz Nizza da Silva. *Op.cit.*, p.309

<sup>179</sup> Luís Nuno Rodrigues. *História e Relações Internacionais: Temas e Debates*. Lisboa: Edições Colibri, 2004. p.24

<sup>180</sup> Raphael Bluteau. *Op.cit.*, Vol. 3. p. 41

<sup>181</sup> *Idem, ibidem*, p.282

momento de grande importância para a monarquia e estava cercado de todo um aparato político, financeiro e social». <sup>182</sup>

Antes de um embaixador partir numa viagem para uma corte estrangeira teria primeiro de marcar uma audiência com o rei, com a finalidade de receber a sua bênção e formalmente conhecer a sua missão.

No que diz respeito às funções a desempenhar, numa determinada missão diplomática no exterior, o embaixador apenas tomava conhecimento delas através de um documento escrito pelo monarca, intitulado *carta de instrução*, posteriormente enviado ao embaixador, e naquele discurso encontravam-se expostos os objetivos e interesses de Portugal, bem como as informações mais relevantes para a negociação ser bem sucedida. Segundo Pedro Cardim, a instrução era «(...) um documento que, no fundo, era uma espécie de compromisso de prestação de serviços e que criava, antes de mais, obrigações com carácter jurídico» <sup>183</sup>.

Fazia parte das práticas e costumes da corte portuguesa que entregassem aos diplomatas «as instruções fechadas à véspera da partida, e ainda com a recomendação de só serem abertas fora do reino. Esta prática era extremamente prejudicial e comprometia a actuação do embaixador» <sup>184</sup>.

Numa missão diplomática enviada a uma corte estrangeira era hábito o embaixador fazer-se acompanhar por uma grande comitiva, de forma a representar a magnificência do rei. O séquito que acompanhava o embaixador era composto por um grande número de pessoas, entre as quais se podia encontrar pelo menos um secretário, confessores, estribeiros, gentis-homens, pajens, moços de câmara, guardas, cocheiros e postilhões. No entanto, entre este séquito de dezenas de pessoas que participavam na embaixada, a identidade da maioria dos homens ficou propositadamente por revelar, por se tratarem de figuras de pouco relevo.

---

<sup>182</sup> Ana Luiza de Castro Pereira Gomes. “José da Cunha Brochado: de secretário de embaixada a embaixador extraordinário”. p. 76. In: Tempo (Niterói, online). Vol. 22, n. 39.p.072-087, jan-abr., 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v22n39/1413-7704-tem-22-39-00072.pdf>

<sup>183</sup> Pedro Cardim. *Embaixadores e representantes diplomáticos da coroa portuguesa no século XVII*. *Cultura*, Vol. 15, 2002. p.71. *Apud* Ana Luiza de Castro Pereira Gomes. *Op.cit.*, p. 75.

<sup>184</sup> Maria Beatriz Nizza da Silva. *Op.cit.*, p.313

A estadia de um embaixador variava consoante a natureza da sua missão e, consequentemente, da sua finalidade. Assim como o protocolo a cumprir, que se ajustava consoante a corte que o recebia.

Tanto na corte papal como na corte de outro monarca, assim que o embaixador chegasse ao seu destino, era devidamente instalado numa residência fora de portas e lá aguardava que lhe fosse comunicada a data da entrega de credenciais. Nesse dia, deveriam sair em coches até à porta da cidade em estilo de cortejo, como mandava o protocolo, para ir à sua primeira audiência com o Secretário/Ministro de Estado ou o Papa, no caso de estar na corte papal, e apresentar-lhe as Credenciais – documento determinado a conseguir “todo o crédito” junto do chefe de estado destinado à sua representação -, em nome do rei e da sua nação. O embaixador vê assim oficializada o início sua representação diplomática.

Numa data acordada, seguindo sempre o protocolo, o Embaixador realizava uma Entrada Pública, «em traje de corte» a caminho do Palácio Real com «mais doze coches» para nova audiência com o Papa, ou o rei. Esta cerimónia de soberbo aparato constituía parte essencial da exibição da exuberância e sumptuosidade das riquezas do monarca e do seu reino.

Posteriormente a esta etapa de reconhecimento oficial, passariam a ter lugar as reuniões com o rei, onde cada gesto deveria ser calculado para levar a bom termo as negociações entre os estados:

«Na maior parte das vezes, as acções substituíam as palavras. Pouco do que se dizia era espontâneo e havia pouca margem para improvisos. Estar na presença de um soberano exigia uma postura reverente, mas isso não significava renunciar à «image et le caractere de la grandeur» de quem representavam»<sup>185</sup>

Antes da partida definitiva da embaixada, a missão só chegava a um termo quando o último ato oficial da representação diplomática se realizava. Na última audiência havia ainda a possibilidade de se trocarem cartas, onde o embaixador podia entregar novas missivas ao monarca e recebia do rei as recredenciais.

---

<sup>185</sup> Sónia borges. *Op.cit.*, p. 108

## 2.3. Portugal e Itália: As relações diplomáticas com a Santa Sé no reinado de D. João V

O começo e a evolução das relações diplomáticas com o Estado Pontifício, em que se viriam mais tarde a inserir as embaixadas estabelecidas entre os respetivos representantes no tempo de D. João V, não se podem dissociar do próprio desenvolvimento da Igreja enquanto instituição.

Embora não se conheçam os relatos que tracem a origem da diplomacia da Santa Sé, o certo é que é uma das mais antigas na Europa. Desde muito cedo houve o desejo e a necessidade de se estabelecer uma estrutura de representantes, capaz de se encarregarem de levar a cabo as missões com a Igreja Católica.

Até ao século VIII subsiste uma *protodiplomacia*, visto que até esta altura o Papa vinha alargando a sua esfera de influência e reforçando a sua autoridade espiritual. Este processo de afirmação que dá origem aos Estados Pontifícios e, conseqüentemente, às relações diplomáticas propriamente ditas, só têm verdadeiramente início entre os séculos VIII e IX.

É sabido que os membros da igreja, desde muito cedo, tinham sido alvo de perseguição devido à intolerância religiosa e só passam a ter liberdade de culto pelo Édito de Milão, documento promulgado pelo Imperador Constantino. Desta maneira, a partir de 13 de Junho de 313, a Igreja celebra um marco relevante, no que diz respeito aos missionários da Igreja, que passam a ficar ao abrigo do novo documento, que encerra o capítulo das perseguições aos cristãos. Este documento traz repercussões ainda maiores para a Igreja cristã, visto que fornece condições importantes, tais como a identificação do Império com a religião, o que leva à sua proclamação no Estado, «conferindo assim uma nova legitimidade ao Cristianismo»<sup>186</sup>. A produção de condições para a coesão dos fiéis e a disseminação de costumes cristãos foi essencial para a edificação da Igreja católica.

Sucessivamente, isto permitiu que a igreja se viesse a expandir e a instalar-se em locais distantes. A diplomacia papal da Santa Sé é um motivo central das relações com

---

<sup>186</sup> Romina Alexandra Sim-Sim Tomé. *A diplomacia da Santa Sé: evolução e questões actuais*. Dissertação de Mestrado, apresentado ao Departamento de Economia da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora, 2013. p.21

outros estados a nível internacional<sup>187</sup> e tinha como objetivo alcançar a unidade da igreja católica e expandi-la.

Segundo Anna Carletti, os papas contavam com os seus delegados para estabelecer e manter contactos com as realidades eclesiásticas geograficamente distantes de Roma<sup>188</sup>, dado à inviabilidade do papa atender pessoalmente todos os casos:

«Os enviados nos primeiros tempos seriam assim um instrumento de evidência do poder do papado. (...) Assim, perante a iminência de um Concílio ou Sínodo, o Sumo Pontífice nomeava um representante Seu para que fosse possível, não só fazer notar a sua presença mas também para ter conhecimento de toda a matéria que fosse debatida.»<sup>189</sup>

O primeiro enviado papal de que se tem conhecimento foi destacado para ir ao I Concílio de Arles em 314, no século IV<sup>190</sup>.

Até ao século IV os primeiros representantes foram designados pelo nome de *Delegados*. Este legado pontifício servia para viajar até aos locais onde a Santa Sé ainda não tinha estabelecido qualquer relação diplomática. A sua intervenção não era reconhecida pelo local de destino mas deveria interceder a favor dos interesses da Sede Apostólica, segundo as suas instruções<sup>191</sup>. Do século IV, até ao século IX, o papa criou um novo tipo de legado papal intitulado *Vicário Apostólico*:

«A função dos vicários apostólicos diferenciava-se daquela dos legados enviados pelo Papa aos concílios, pois tinham uma função mais estável e permanente que exigia maior preceito, sobretudo pela variedade de funções e tarefas que era previsto cumprirem. (...) A motivação do Papa para a criação deste grau de enviado prende-se com problemas de séria gravidade que poderiam corromper a fé e a disciplina da ordem interna da Igreja nestes locais mais distantes de Roma. (...) A sua função permanecia unicamente em exercício apenas durante um só pontificado, sendo a função de vicário conferida apenas a uma pessoa e a um território. As principais tarefas que cabiam aos vicários apostólicos podem-se resumir a vigiar a integridade da fé nas regiões para onde eram enviados tendo em conta os cânones sagrados, a manterem a paz e tranquilidade

---

<sup>187</sup> Daniela Frigo (ed.). *Politics and diplomacy in early modern Italy*. United Kingdom: Cambridge University Press, 2000. p.3

<sup>188</sup> Anna Carletti. *A Diplomacia da Santa Sé: suas origens e sua relevância no atual cenário internacional*. p.46. In: *Diálogo*, Canoas, n.16, jan-jul., 2010.

<sup>189</sup> Romina Alexandra Sim-Sim Tomé. *Op.cit.*, pp.22-23

<sup>190</sup> Anna Carletti. *Op.cit.*, p.39.

<sup>191</sup> Cf. Mario Oliveri. *Natura e funzioni dei legati pontifici nella storia e nel contesto ecclesiologico del Vaticano II*. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1982. p.17

entre a Igreja e os bispos de forma a velar pela disciplina da Igreja, a resolverem, sempre que tivessem lugar, em sínodos, os problemas mais importantes e, por fim, tinham como obrigação dar a conhecer à Sede Apostólica os problemas que careciam da sua intervenção.»<sup>192</sup>

Sucessivamente, no século V, nasce o alto cargo diplomático dado pelo nome de *Apocrisiário*. Segundo Romina Tomé, o desempenho deste cargo foi muito significativo nos primeiros séculos na esfera das organização eclesiástica, «funcionando muitas vezes como instrumento de comunhão entre as comunidades que compunham a Igreja»<sup>193</sup>. O apocrisiário era um enviado que tinha o poder de representar o papa nas missões de caráter mais permanente, fazendo-se acompanhar pelas instruções dele e fruía de «poder de iniciativa em matérias do interesse da fé e da autoridade do Sumo Pontífice»<sup>194</sup>, tendo por isso um conhecimento profundo do ambiente da corte papal.

Pode-se remontar a 754, durante o pontificado do papa Estêvão II, o momento da criação dos Estados Papais. No entanto, durante um significativo período de tempo, estes Estados estiveram sob ameaça constante por parte do poder secular dos Lombardos e tiveram, por este motivo, de pedir auxílio aos Francos, que sempre se disponibilizaram a prestar a devida proteção ao Papa. No pontificado do papa Adriano I - o segundo pontífice neste processo de constituição dos Estados Pontifícios -, o último rei dos Lombardos, Desidério, ambiciona fazer uma aliança com o papa contra Carlos Magno, ao tempo rei dos Francos. A única condição para aceitar esta aliança, imposta pelo Papa, seria a devolução de alguns territórios do rei Lombardo a favor da Santa Sé. Desidério não aceita a proposta e manda avançar os seus exércitos em direção a Roma. Sob ameaça de excomunhão, o rei desiste do seu objetivo. Mais uma vez, com a ajuda da proteção dos Francos, concedida por Carlos Magno, os lombardos são cercados de surpresa e assim se verifica a dissolução do reino dos Lombardos, enquanto realidade política, com a derrota do rei Desidério<sup>195</sup>. Porém, as adversidades prolongaram-se e o sucessor de Adriano I no trono de S. Pedro, o papa Leão III, enfrenta um pontificado particularmente conturbado com as ameaças da nobreza, que não o queriam ver como líder da Igreja, pela influência que possuía por ter ocupado cargos importantes e frequentado as esferas do alto clero<sup>196</sup>.

---

<sup>192</sup> Romina Alexandra Sim-Sim Tomé. *Op.cit.*, p.26

<sup>193</sup> *Idem, ibidem*, p.25

<sup>194</sup> *Idem, ibidem*, p.25

<sup>195</sup> Cf. Anna Carletti. *Ascensão e Queda dos Estados Pontifícios*. p.3. In: *Revista NERIT*. Artigos, 2010. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo1082.pdf>

<sup>196</sup> Cf. Anna Carletti. *Op.cit.*, p.4

Na primeira carta do Carlos Magno, enviada ao papa Leão III, o rei disponibiliza-se para ser o protetor e defensor da fé católica<sup>197</sup>. Em troca da proteção do Carlos Magno ao papa, no ano 800, este coroa o rei dos Francos como imperador romano, legitimando-se assim a sua autoridade papal:

«A relação entre igreja e Estado era, efetivamente, a de “dar e receber”. O regime seria abençoado pela igreja, e o Estado, em troca, garantiria a esta proteção e apoio. Especialmente importante, nesse sentido, foi a carta que Carlos Magno escreveu ao papa Leão III, em 796. Sua tarefa como imperador, escreveu Carlos Magno, era a de defender, em qualquer lugar, a sagrada igreja de Cristo contra os assaltos dos pagãos e as devastações dos descrentes. A responsabilidade do papa, como a de Moisés, era interceder pelo imperador e suas companhias militares, “para que, através de vossa intercessão e da orientação e graça de Deus, o povo cristão possa ser, sempre e em toda parte, vitorioso sobre os inimigos do nome de Cristo (...). A relação entre o imperador e papa, durante o início da Idade Média, jamais foi livre de tensão; havia quase constantemente uma silenciosa contenda pela supremacia. Ao mesmo tempo, sabiam que se necessitavam mutuamente. O que valia para a esfera mais alta também valia ao nível local (...).»<sup>198</sup>

Consecutivamente, a partir do século IX, surge o *legado pontifício* como «um instrumento ao serviço da posição de proeminência do Papado e de acordo com a função que lhes era atribuída para os Concílios, tentavam em última instância reclamarem a presidência dos concílios»<sup>199</sup>. Posteriormente, estes legados subdividem-se em três categorias: *legati a latere*, *legati missi* e os *legati nati*. No século XV o papado cria o seu grupo de representantes destacados para as primeiras missões de carácter permanente: as nunciaturas apostólicas<sup>200</sup>. A partir do século XVI, «o sistema de nunciaturas recebe de Gregório XIII a sua organização geral que, nas suas grandes linhas, o governa ainda hoje»<sup>201</sup>. A primeira nunciatura portuguesa foi estabelecida em Lisboa, de 1513 até 1515, pelo núncio António Pucci<sup>202</sup>. Em 1700, a diplomacia do Estado Pontifício foi reformada pelo papa Clemente XI com a criação da Academia dos Nobres Eclesiásticos, que tinha a

---

<sup>197</sup> Cf. Guillermo Oncken (dir.). *História Universal*. Vol. XII. Barcelona: Montaner y Simón. pp. 395-396

<sup>198</sup> David Jacobus Bosch. *Missão Transformadora: Mudanças de paradigma na teologia da missão*. 2ª Ed., São Leopoldo/RS: Editora Sinodal. 2007. p. 273

<sup>199</sup> Romina Alexandra Sim-Sim Tomé. *Op.cit.*, p.23

<sup>200</sup> *Idem, ibidem*, pp. 96-97

<sup>201</sup> Rita Almeida de Carvalho. “A diplomacia papal ao serviço de uma consciência planetária”. pp. 115-138. *Apud* Joel-Benoît d'Onorio. *Le Saint-Siège dans les Relations Internationales*. Paris: Éditions du Cerf et Cujas, 1989. pp. 35-36.

<sup>202</sup> Fernanda Cristina Santos. *A Persistência do Projecto Imperial Português nos Documentos da Nunciatura*. p. 81. In: *Revista Lusófona da Ciência das Religiões*, Ano XI, 2012 / n. 16/17, pp. 79-101.

finalidade de habilitar os futuros representantes, enviados para missões diplomáticas<sup>203</sup>.

A figura do Papa era inicialmente detentora de dois títulos em simultâneo; príncipe de Itália e da Europa e chefe da Igreja Católica. Segundo Romina Alexandra Sim-Sim Tomé, o Bispo de Roma não só participava em alianças políticas e militares, como também se pronunciava sobre as guerras, em particular aquelas contra os infiéis. Ao transcorrer do tempo, com a reforma gregoriana e o *Dictatus Papae*, iniciada no século XI, a sua figura passou a ser provida de «duas soberanias»<sup>204</sup>:

«Le Papa qui est “investi de deux souverainetés objectivement distinctes” exerce le droit de légation “à un double titre” juridique, spirituel et temporel, selon qu’on le considère comme le Chef souverain de l’État de la Cité du Vatican ou le Chef souverain de l’Église».<sup>205</sup>

O poder do papa ficava afirmado e reconhecido acima do poder temporal. Além do mais, com esta reforma, a partir do século XIII, «(...) o desenvolvimento do direito canónico pôs em destaque os mecanismos legais da Igreja, melhorou a eficácia da cúria, [e] deu origem a uma nova estirpe de papas, conhecidos como “papas juristas” (...)».<sup>206</sup>

Apesar da instituição da Igreja Católica ter vindo a perder gradualmente amplitude em termos de influência, pela problemática levantada com a Reforma Gregoriana, que originou um abalo na sólida estrutura da Igreja, os primeiros movimentos que contestavam o modo como a Igreja era dirigida e a forma como a conceção de Deus era transmitida começaram a criar novas fraturas na Igreja; dá-se assim o nascimento das Igrejas Protestantes. O poder do papado viu-se enfraquecido, perdendo grande parte da sua influência política.

Em virtude da emergência dos Estados nacionais e das relações entre eles, como resultado do Congresso de Westefália, em 1648, no século XVII veem-se os Estados Pontifícios a sofrer uma grande queda de influência e, conseqüentemente, a diplomacia pontifícia perde muito a sua natureza resplandecente<sup>207</sup>.

---

<sup>203</sup> Anna Carletti. *Op.cit.*, p.40

<sup>204</sup> Romina Alexandra Sim-Sim Tomé. *Op.cit.*, p.20

<sup>205</sup> Jean Yves Rouxel. *Le Saint-Siège sur la scène internationale*. Paris: Editions L’Harmattan, 1998. p. 55, *Apud* Romina Alexandra Sim-Sim Tomé. *Op.cit.*, p. 20.

<sup>206</sup> J. Derek Holmes, Bernard W. Bickers. *História da Igreja Católica (trad. Victor Silva)*. Lisboa: Edições 70, 2006. p. 91. *Apud* Romina Alexandra Sim-Sim Tomé. *Op.cit.*, p.29

<sup>207</sup> Anna Carletti. *Op.cit.*, p.40

Já antes, porém, em 1487, tinha sido criado um novo tipo de administração na Santa Sé com a Secretaria Apostólica «composta por 24 secretários, um dos quais, o *Secretarius Domesticus*, ocupava lugar de destaque junto do Sumo Pontífice»<sup>208</sup>. Sucessivamente, com o papa Leão X, tinha aparecido outro cargo, o *Secretarius Intimus*, «com funções essencialmente político-diplomáticas»<sup>209</sup>. Ainda que com algumas restrições no que toca às funções diplomáticas, eis que surge o primeiro Secretário de Estado no século XVII, com o papa Inocêncio X. Só é «atribuído todo o poder em matéria diplomática»<sup>210</sup> ao Secretário de Estado durante o pontificado de Inocêncio XII.

O início do século XVIII, preenchido pelo pontificado do papa Clemente XI, poderá ser encarado como a última época de ouro das relações entre os chefes de estado e o chefe da Igreja, antes do grande difusão do movimento iluminista pela Europa por meados desse século.

Consequentemente, o papa e a sua Igreja verá o seu poder reduzido pela corrente filosófica que irá dividir a Igreja do Estado, para passarem a ser autónomos. Ainda assim, na primeira metade do século XVIII, não deixou de ser venerado pela sua influência e, particularmente, pela sua grandeza. Quanto menos vulgar era o privilégio que o Papa concedesse, em nome da Santa Sé, a um monarca, mais se elevava o seu país, externamente reconhecido pelos outros.

As relações diplomáticas entre a Santa Sé e Portugal tiveram início na época da fundação do reino de Portugal, onde se destaca, desde logo, a Bula *Manifestis Probatum* enviada pelo papa Alexandre III a D. Afonso Henriques, a 23 de Maio de 1179. Estava assim atribuído e reconhecido o título de rei de Portugal e aos seus sucessores e concedido o domínio dos territórios conquistados e a conquistar aos mouros<sup>211</sup>. As ligações entre os monarcas portugueses e o papado, intermediada através de representantes diplomáticos, sempre foram muito privilegiadas, como se atesta no Breve de concessão do título de Rei Fidelíssimo ao rei de Portugal:

«(...) São tão grandes, e tão preclaros os exemplos dos illustres Reys de Portugal, e dos Algarves, não só do invictissimo poder em debellar, e sujeitar os Póvos, Provincias, e Reinos de tão barbaras, e remotissimas nações, como são tambem illustres os

---

<sup>208</sup> Luís Nuno Rodrigues. *Op.cit.*, p.91

<sup>209</sup> *Idem, ibidem*, p.92

<sup>210</sup> Cf. Rita Almeida de Carvalho. *Op.cit.*, pp. 115-138. In: Luís Nuno Rodrigues et Fernando Martins (dir.). *Op.cit.*

<sup>211</sup> Instituto Diplomático. Ministério dos Negócios Estrangeiros. *Relações Diplomáticas com a Santa Sé*. Disponível em: <https://idi.mne.pt/pt/relacoesdiplomaticas/172-santase.html>. Consultado a: 14/11/2017

testemunhos da catholica piedade, e incrível, e ardentissimo zelo em dilatar a Fé Catholica naquellas vastissimas terras, que sujeitavão ao seu dominio, e que fomentavão, e confirmavão com huns necessarios, e oportunos subsidios de grandes thesouros, e Ministros Evangélicos; que com rasão, e justiça, não só forão louvados por todos, mas principalmente enriquecidos com os devidos louvores de zelo Apostolico, e com todas as graças, favores, e indultos da Benignidade Pontificia, pelos Summos Pontifices nossos predecessores, aos quaes, como Vigarios de Christo na terra, lhes pertence em primeiro lugar honrar, e illustrar com singulares louvores, e particulares graças todos aquelles famosos Principes, que se mostram benemeritos Filhos da Fé Catholica, e desta Santa Sé Apostolica.»<sup>212</sup>

No reinado de D. João V as relações com a Santa Sé tiveram particular importância, tanto na história da época, como no relacionamento entre estes dois países, Portugal e o Estado Pontifício.

Dada a frágil situação que comprometeu a política, tanto nacional como internacional, durante o reinado de D. Pedro II, o início do reinado de D. João V viu-se afetado de modo especial<sup>213</sup>. A imagem de Portugal estava lesada e era necessário renovar a sua identidade. Procurou-se, assim, definir uma estratégia internacional que pudesse divulgar o reino no exterior e, que ao mesmo tempo, se alcançassem os objetivos nacionais em vista. Esta estratégia só podia ser executada através de uma efetiva ação diplomática<sup>214</sup>.

Todos os representantes eram nomeados segundo dois critérios fundamentais: um notável valor político e uma grande cultura<sup>215</sup>. Estas missões tiveram início em Roma com o embaixador extraordinário André de Melo e Castro e a sua ação foi determinante, «não só a nível político mas também na perspectiva de uma modernização social e cultural do reino»<sup>216</sup>.

Como já houve ocasião para mencionar, D. João V quis que Portugal alcançasse de novo uma posição de prestígio ao nível das grandes potências europeias, e que, com

---

<sup>212</sup> Eduardo Brazão. *Op. cit.*, p.413

<sup>213</sup> Para mais detalhes sobre as dificuldades que caracterizaram o início do reinado de D. João V, vide supra Capítulo I, 1.1, p. 33

<sup>214</sup> Gonçalo Santa Clara Gomes. *A Política Externa e a Diplomacia numa Estratégia Nacional*. p.55, In: *Relatório do Ano XV*, Nº 56, Out-Dez, Instituto da Defesa Nacional, 1990.

<sup>215</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>216</sup> *Idem, ibidem.*

isso, a sua figura pudesse ser honrada pelos portugueses. Foi neste sentido em que o monarca orientou o seu reinado.

Para tal, como Portugal era um país católico, D. João V investiu estrategicamente uma boa porção do dinheiro da Coroa portuguesa, oriundo do Brasil, na relação externa com a Santa Sé. Não só conseguiu expandir o culto da religião católica em Portugal com as prerrogativas concedidas por Roma, do Papa, como também conseguiu, com essas mesmas prerrogativas, fazer chegar o nome de Portugal por esse mundo fora. A embaixada de 1712, enviada à Santa Sé, a criação do Patriarcado e a recuperação do Padroado português do Oriente foram exemplos que contribuíram para atingir essa colocação no panorama nacional e europeu.

Além dos benefícios materiais, outros favorecimentos de natureza moral foram oferecidos ao monarca durante o seu reinado. Como recompensa e reconhecimento pelas grandes contribuições do Rei para a elevação da Fé Católica, o mais alto representante da Igreja, na altura Bento XIV, decidiu atribuir a D. João V e aos seus sucessores o título de “Rei Fidelíssimo” por «serem considerados filhos muito diletos da Igreja»<sup>217</sup>, num Breve assinado no dia 23 de dezembro no ano de 1748, que hoje se encontra no arquivo do Vaticano:

«A João Rey Fidelissimo de Portugal, e dos Algarves, nosso muito amado Filho em Christo (...) Charissimo, e amado Filho nosso em Christo, Saude, e Apostolica Benção. (...) Porém assim como Vossa Magestade excede grandemente a todos os Reys de Portugal, e dos Algarves, seus Predecessores, no grande, e excessivo fervor de promover a Fé Catholica, não só nos estranhos, por posse herdada dos seus Mayores, procurando defender e conservar com os conselhos da sua sabedoria e immensas profusões dos seus thesouros; assim os nossos Predecessores, e Romanos Pontifices de feliz memoria Clemente XI. Innocencio XII. Benedicto XIII. Clemente XII. e tambem Nós, seguindo os seus louvaveis vestigios, não deixámos de mostrar com os testemunhos de huma paternal benevolencia, e authoridade nossa, para que venha á noticia de todos, o quanto estimamos a Vossa Magestade, e a inclyta Nação Portugueza, e com quanto cuidado procuramos toda a gloria, e exaltação tanto vossa, como do vosso Reino. (...) Por authoridade Apostolica e pelo theor das presentes Letras, honramos, e distinguimos a Vossa Magestade, e aos mais Reys de Portugal, e dos Algarves, seus

---

<sup>217</sup> Eduardo Brazão. *Op.cit.*, p.413

Sucessores, como Propagadores da Fé Catholica, com o titulo, e nome de *Fidelissimo* (...)»<sup>218</sup>

Contudo, durante a primeira metade do século XVIII, surgiram motivos de pendências entre Portugal e a Cúria Romana:

«(...) Entre o governo português e Roma manifestaram-se durante a primeira metade do século XVIII vários momentos de conflito, sobretudo no que dizia respeito à evangelização da China, na “questão dos ritos” e no apoio incondicionado da monarquia portuguesa à Missão Jesuíta Portuguesa de Pequim em aberto contraste com a Congregação da Propaganda Fide, um dos mais importantes dicastérios da Cúria romana.»<sup>219</sup>

A primeira embaixada extraordinária enviada ao papa em 1707 celebrou a primeira representação do reinado de D. João V na Cúria Romana. Desta embaixada destaca-se a extensa lista de instruções, composta por trinta e oito orientações a seguir, elaboradas pelo Secretário de Estado Diogo de Mendonça Côrte-Real, seguidas ao cuidado do embaixador extraordinário André de Melo e Castro. Este foi a primeira expressão do tipo de relação que o rei desejava manter com o Estado Pontifício, procurando dar resolução aos negócios pendentes e aos abusos praticados.

Destas instruções destacam-se as que foram decisivas para orientar o futuro do Estado português e das relações diplomáticas com a Cúria Romana. Para isso, D. João V mandou o seu enviado procurar conhecer a vontade dos cardeais no que tocava às suas intenções de apoiar os negócios de Portugal. Além disso, André de Melo e Castro deveria descobrir em que ponto de situação se encontravam as negociações de paz e reconhecer o que o papa pensava desse assunto. Com esta embaixada ficou determinado que antes de um núncio ser enviado para Portugal, deveria ser mostrada em antecedência a lista dos possíveis candidatos, a fim do rei poder apontar aqueles que não convinham ao reino. André de Melo e Castro requereu também, junto do pontífice, que o núncio que estivesse próximo de terminar as suas funções em Portugal fosse primeiro promovido a cardeal, tal como se praticava nas cortes austríaca, francesa e espanhola. André de Melo e Castro solicitou ainda um Breve do papa para começar a pagar a décima aos eclesiásticos, visto

---

<sup>218</sup> *Idem, ibidem*, pp. 415-416

<sup>219</sup> Carmen Radulet. *D. João V e a Santa Sé: Os Retratos dos Reis Portugueses como Instrumentos da Diplomacia Joanina*. Porto: Civilização Editora, 2008. P. X

que as despesas com a guerra eram elevadas e não era justo que fossem os seculares a ficarem com esta sobrecarga. Em defesa dos mais pobres, o rei mandou que o embaixador intercedesse por si para tomar duas medidas: a primeira, de isentar os desfavorecidos da peregrinação a Roma sempre que não pudessem suportar os custos das dispensas matrimoniais, conseguindo-as com o núncio; a segunda dizia respeito à redução de multas nos dias santos para os trabalhadores mais carenciados por parte dos meirinhos dos bispados, visto que ganhavam pouco e não se podiam permitir de não trabalhar durante meio ano. Reduziu-se, assim, com um Breve do Papa, o número de feriados que estes trabalhadores ficavam obrigados a respeitar, de acordo com a lei que proibia o trabalho, nomeadamente nos feriados das principais festas religiosas: Nossa Senhora da Assunção, da Conceição, dos Apóstolos, S. João Batista e Santo António, ficando nos restantes feriados apenas obrigados a assistir a missa<sup>220</sup>.

Foi então que em Março de 1710, a Santa Sé autorizou que D. João V elevasse a a capela real a colegiada, com o título de S. Tomé, através da bula *Apostolatus Ministerio*<sup>221</sup>.

### **2.3.1. A Embaixada Extraordinária do 3º Marquês de Fontes, a Roma de 1712 – 1716**

A fim de exprimir o seu agradecimento pela concessão da colegiada, D. João V nomeia em fins de 1711 mais uma ilustre personalidade, D. Rodrigo Anes de Sá Almeida<sup>222</sup>, 3º Marquês de Fontes, como representante oficial da embaixada extraordinária a enviar à Santa Sé, em Roma, em 1712<sup>223</sup>.

Além deste objetivo, existiam outros propósitos a alcançar, e com certa relevância, que o monarca desejava ver concedidos pelo Sumo Pontífice por intermédio do Marquês de Fontes. Um deles estava relacionado com a defesa do Padroado do Oriente que a Santa Sé, através da bula *Ineffabilis* que o Papa Alexandre VI tinha concedido a Portugal no século XVI durante o reinado de D. Manuel I, em que se determinava o domínio dos territórios em que os portugueses se tinham empenhado a propagar o Cristianismo. Posteriormente, o papa Leão X, através da bula *Dum Fidei Constantiam* concedeu «tôdas

---

<sup>220</sup> Eduardo Brazão. *Op.cit.*, p.21

<sup>221</sup> Mário Domingues. *Op.cit.*, p. 193

<sup>222</sup> Para mais detalhes sobre D. Rodrigo Anes de Sá, vide supra Capítulo I, 1.2. pp. 44-50

<sup>223</sup> *Idem, ibidem*, p. 194

as igrejas e benefícios eclesiásticos, desde as terras dos cabos Bojador e Não até à Índia, e em todos os outros territórios descobertos e a descobrir»<sup>224</sup>. Após Portugal ter perdido a independência em 1580, a Santa Sé começou a ocupar o Padroado com vários vicariatos apostólicos criados pela Congregação da *Propaganda Fide*, desacreditando desta forma a soberania espiritual concedida a Portugal<sup>225</sup>.

Além da presença desta nova congregação, existia outro conflito que teve início no ano 1630, relacionado com o Padroado do Oriente, nomeadamente a Questão dos Ritos Chineses, com o qual Portugal se reconhecia novamente colocado na situação de lesado. Esta questão está associada aos confrontos tidos pela ordem Dominicana, que argumentou contra o método de evangelização utilizado pelos Jesuítas na China, uma vez que evidenciavam costumes e ritos inconciliáveis com a religião Católica e, por isso, tornava impossível a missão que os Dominicanos tinham de submeter o domínio destes territórios à Santa Sé. Cabia apenas a esta tomar uma posição face a estas divergências<sup>226</sup>.

Em virtude do valor e relevância destes assuntos, D. João V decidiu que esta seria a melhor altura de intervir a favor de Portugal, por intermédio de D. Rodrigo Anes de Sá, e envia-lhe na carta de instrução, datada de 29 de Agosto de 1711, onde lhe dá as seguintes ordens:

«Honrado Marques de Fonttes, amigo Sendo muy conveniente ao meu seruiço mandar a cortte de Roma, pessoa de grande authoridade prudencia e zello com o caratter de meu Embayx.<sup>or</sup> extraordinario fuy seruido, nomearvos p.<sup>a</sup> esta Embayxada por con correrem na vossa pessoa aquellas circunstancias, fiando das grandes obrigações com que nascestes obrareis em tudo comtal cuydado, e acerto que conrespondão a grande confiança que devos faço em carregandovos omais importante neg.<sup>cio</sup> que esta Corte teue naquella Curia, assim pello que respeitta ao serviço de Deos, como ao meu porque pertendendo ha annos a Congreg.<sup>am</sup> da Propaganda pertturbar as missois do Oriente (...) parece que não tem çessado daquelle intento, mas que antes animado com o que se lhe tem tollerado prettende não só usurpar o dir.<sup>to</sup> que compete ao Real Padroado, mas extinguir na China, a rellegião catholica romana que naquelle Imperio havião plantado os meus missionarios, com a sua boa Doutrina e verttudes, originandosse este tão sençivel Damno das discordias que foy semear ao mesmo Imperio o Patriarcha de Anthioquia (...).»<sup>227</sup>

---

<sup>224</sup> Eduardo Brazão. *Op.cit.*, pp.37-38

<sup>225</sup> *Idem, ibidem*, p. 37

<sup>226</sup> Anna Carletti. *República Popular da China e Santa Sé: Uma longa história de encontros e desencontros*. p.58. In: *Revista Conjuntura Austral*. Vol. 1, n.1, 2010.

<sup>227</sup> *Instrução que leva o Marquez de Fonttes embayx.<sup>or</sup> extraordinario a Roma*, no códice – Instrucções dos Embayxadores, pp. 292 – 299 v. – Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros. *Apud* Eduardo Brazão. *Op.cit.*, pp. 51 - 63

Desta carta de instrução destacam-se as três solicitações em que D. João V pretende que o Marquês de Fontes interceda, relacionadas com a questão do Padroado Português do Oriente, designadamente as missões das várias ordens religiosas e proveniência na China, onde se incluem as atividades e decretos polémicos do legado papal Charles-Thomas Maillard de Tournon, Patriarca de Antioquia, que condenava, sob pena de excomunhão, quem praticasse os Ritos Chineses:

«(...) Achareis nos papeis que com esta se vos entregarão reconheceréis que tres couzas deveis perttender, a p.<sup>a</sup> que S. S.<sup>de</sup> sattiaça as queixas de Emp.<sup>or</sup> pello muito que convem a conçervação da Rellegião Catholica naq.<sup>cl</sup> Imperio q elle a fauoreça como athê aquy fes enão se pode duvidar que o d.<sup>o</sup> R.<sup>o</sup> a que se condenacem os dittos Rittos fundada no parecer de tantos theologos catholicos, e peritos na lingua sinica que mostravão que o Patriarcha não emtendia o que condenava, devia dar conta a S. S.<sup>de</sup> comopareçer de todos p.<sup>a</sup> desçedir esta matteria com pleno conheçim.<sup>to</sup> e não proçeder com excomunhois, e suspençois nos Dominios de hum Principe de outra Rellegião, e emtretantos Neofitos que não podião deixar de alterarse e escandelizarse deste proçedimento. A 2.<sup>a</sup> que S. S.<sup>de</sup> deve dezaprovar o procedim.<sup>to</sup> do ditto Prellado assim nas representaçois que fez ao mesmo Emparador p.<sup>a</sup> malquistar a nação Portugueza tão Benemerita a Sêe Appostollica, como emquerer usurpar a jurisdição perttencente ao meu Padroado Real por deferenttes Bullas, dos Summos Pontifices em que se attendeo as circunstancias de hauerem os Reys meus predesesores, comessado afundar aquellas Igrejas e que asim espero que sua S. <sup>de</sup> extranhe ao ditto Prellado a usurpação que quiz fazer do meu direytto, quando não devia nem podia exerçittar jurisdição alguma nos meus Dominios, sem que primeyro se examinasem nesta Corte os Breves da sua comição p.<sup>a</sup> se reconhecer se erão ou não contra os meus Previllegios, pois isto mesmo costumão praticar, os Nuncios, quando vem a este Reyno (...). A 3.<sup>a</sup> he pedires a S. S.<sup>de</sup> se sirva de mandar suspender os Decrettos q o mesmo Patriarcha expedio condenando os Rittos dos Chinas, e que deyx e esta matteria nos termos da Bulla da Papa Alex.<sup>e</sup> I.<sup>o</sup> athe que examinada bem se diçida se são ou não superstiziozos aquelles Rittos, declarandolhe, que eu, como obedientissimo filho da Igreja observarey e farey observar tudo o que ella sobre este particular dissidir.»<sup>228</sup>

Outro pedido do monarca ao Marquês de Fontes refere-se, dentro da mesma matéria, à formulação de duas queixas formais:

«Duas queixas deveis formar como vos tenho adverttido, a primeyra de que sendo tão nottorias as violencias que tem feito ao dir.<sup>to</sup> do meu Padroado ao d.<sup>o</sup> Cardeal Tournon e tam repettidas as minhas instançias para sua sattiação se não haja attendido a ellas, continuando o Cardeal nos

---

<sup>228</sup> Cf. *idem, ibidem*, pp. 51-63

mesmos exçeços (...). A 2.<sup>a</sup> que hauendo mandado rezenttar a Sua Santid.<sup>e</sup> os inconvenientes, que podião rezulttar a Igreja Catholica, no Imperio da China da execução do decreto do mesmo Cardeal Tournon Sua Santid.<sup>e</sup> thomaçe rezollução nesta matteria sem que antes da sua publicação ma mandasse participar, reconhecendo o mesmo Santo Padre deuello asim fazer, pelas repetidas vezes que prometteo ao meu Inviado, que me havia de mandar, comonicar, a sua rezollução e deveis significar o justo sentim.<sup>to</sup> que me deue cauzar, esta dezatenção, e que falttandoseme com a sattisfação devida a esta justa queyxa e a de se hauer viollado os direyttos de meu Padroado me serâ preciso valler dos meynos que me compettem aos quais me fas dessimullar a summa reverencia da Sêe Appostolica, sendo o dos Principais o de não seyttar Nuncio neste Reyno mais que como Menistro Pollitico e informador de Sua Santid.<sup>e</sup> sem tribunal ou jurisdicção alguma que não serue mais do que Pertturbar este Reyno, e as rellegiois delle, pella rellaxação dos seus Santos Statutos, como vos he prezente como tambem, erigir Trebunal em que se reuejão todos, os Breues, que uierem a este Reyno p.<sup>a</sup> vos ordenar vos deueis servir delles, deixando no vosso Prudentte Arbitrio o tempo, e ocazião em que deueis rezenttar o Refferido.»<sup>229</sup>

Contudo, neste aspeto, todas as ações do Marquês de Fontes revelaram-se infrutíferas, uma vez que o Papa Clemente XI apoiava Charles de Tournon e acabou por emitir a bula papal *Ex Illa Die* em 1715, que acabou por censurar os Ritos Chineses.

No entanto, esta embaixada extraordinária também levava a aspiração de um monarca que pretendia alcançar um objetivo ainda maior do que a colegiada anteriormente concedida: edificar uma Patriarcal.

Assim que o Marquês de Fontes viu a sua missão do Padroado fracassar, muito graças à *Propaganda Fide*, que influenciava de modo perene a Santa Sé, primou por dar prioridade às negociações relacionados com a Patriarcal<sup>230</sup>. Contudo, para que esta concessão fosse garantida, a Santa Sé coagiu D. João V «em nome dos interesses da cristandade»<sup>231</sup> a auxiliar militarmente o Doge de Veneza, Giovanni Cornaro, que solicitou ao papa e ao imperador apoio na guerra contra os turcos, apontando a prioridade desta preocupante ameaça, uma vez que o poder muçulmano se podia reimplantar na Itália, tendo em conta que a Moreia já tinha sido invadida<sup>232</sup>.

Na carta de instrução, D. João V dá um conjunto de orientações no que concerne às funções do Marquês de Fontes, assim que chegasse à cidade de Roma. D. Rodrigo

---

<sup>229</sup> Cf. *idem, ibidem*, pp.51-63

<sup>230</sup> *Idem, ibidem*, p. 49

<sup>231</sup> Pinheiro Chagas. *História de Portugal. Apud* Mário Domingues. *Op.cit.*, p. 196

<sup>232</sup> Mário Domingues. *Op.cit.*, p. 196

Anes de Sá deveria, em primeiro lugar, entrar em contacto com André de Mello, a fim de se atualizar sobre as práticas e os costumes que os embaixadores costumavam ter na Corte Pontifícia, nomeadamente o modo de proceder numa audiência privada e pública com o Papa Clemente XI, bem como nas visitas, e os tratamentos esperados, com base na sua experiência:

«(...) Logo, que chegares, a Roma hireis pouzar com o mesmo Inviado, se já não tiueres prompta a Cazâ e lhe entregareis a Carta que lhe mandey escrever, na qual lhe ordeno vos informe do estado em que se acha esta negociação, a que vos mando eprocurareis tambem informarvos delle o que costumão praticar naquella Curia os Embayxadores do Emp.<sup>or</sup> e mais testas coroadas asim na aud.<sup>a</sup> p.<sup>r</sup> e publica de Sua S.<sup>dc</sup> como nas vezittas, incognito, etrattamento, e se vos fação as mesmas honrras, que aos mais Menistros do vosso Caratter e Andre de Mello no pouco tempo que tem rezidido naq.<sup>la</sup> Corte tem adquerido nella tais notticias que espero vos informara de tudo com a clareza e distincção nesessaria (...).»<sup>233</sup>

D. Rodrigo Anes de Sá estava, também, responsável por reunir com a maior brevidade possível as condições necessárias para requerer Audiência Pública com o Papa Clemente XI. Nessa ocasião, teria de entregar a carta credencial que levou consigo e, tratando-o com toda a consideração em nome do monarca, beijar-lhe os pés e solicitar-lhe a sua bênção para D. João V e a sua família:

«(...) Logo que chegares a Roma poreis grande cuidado em que as desposisois nes.<sup>rias</sup> p.<sup>a</sup> a vossa entrada se abreviem quanto for possivel e tanto q estiueres prompto para ella, pedires aud.<sup>a</sup> Publica de S. S.<sup>dc</sup> e lhe entregareis a Cartta Credencial que leuais beijandolhe em meu nome os seus Santos pés e lhe fareis aquellas vivas experçois do meu animo e afecto p.<sup>a</sup> com sua S.<sup>ma</sup> pessoa q o possão segurar do meu fillial amor, veneração e obzequio, p.<sup>a</sup> com o vigayro do Christo e lhe pedireis a Sua Santa benção p.<sup>a</sup> a minha pessoa e toda a famillia Real. (...).»<sup>234</sup>

Posteriormente, D. Rodrigo Anes de Sá estava determinado a visitar os Cardiais cada um deles, a quem deveria entregar as cartas enviadas pelo monarca, informando-os de todos os assuntos que levavam esta embaixada até à Santa Sé, com o intento de garantir que eles apoiassem Portugal em todas as questões. Aos Cardiais que estavam atribuídos

---

<sup>233</sup> Cf. *idem, ibidem*, pp.51-63

<sup>234</sup> Cf. *idem, ibidem*, pp.51-63

as incumbências relacionadas com D. João V, e necessariamente com Portugal, o Marquês de Fontes tinha de apresentar as suas credenciais:

«Feyta esta função passareis a vezittar os Cardiais na forma do Estillo e lhes entregareis as Carttas, que lhes mandey escreuer segnificandolhes a grande estimação que faço de suas pessoas e virtudes, e comunicandolhes anegociação a que hides dizendolhes que espero vos ajudem nella e aos Cardeais que Andre de Mello vos informar são affectos ao meu seruiço e achares que verdadeyramente o são comonicareis as vossas representtaçõis antes de as apresentares e os segurareis da grande sattisfação, comque me acho do grande zello e cuidado com q se tem empregado, em meu seruiço.»<sup>235</sup>

Além dos Cardiais, o Marquês de Fontes deveria estabelecer uma boa relação com os outros ministros estrangeiros, em particular com o ministro do Imperador Carlos III e do Duque de Saboia, entre outros. Esta prática tinha a utilidade de aumentar a influência de D. Rodrigo Anes de Sá na corte pontifícia. Desta forma o embaixador teria mais possibilidades de ver concedidos os privilégios à Coroa Real portuguesa:

«Procurareis ter Boa correspondencia com os Menistros Extrangetyros, dos Principes meus Aliados, e Principalmente com os do Emperador de Carllos 3.º e Duque de Saboya, que espero vos ajudarão nas vossas Perttençõis, e por via dos reffr.<sup>dos</sup> Menistros, e ainda dos Neutrais, podereis conseguir as intelligencias nessesarias naquella Cortte.»<sup>236</sup>

Todas as negociações secretas e afins necessitavam de ser comunicadas pelo embaixador ao monarca, por carta, e entregues ao Secretário de Estado, D. Lázaro Leitão, que lhe daria a cifra certa para serem posteriormente enviadas. O mesmo poderia fazer com outros Ministros de Portugal, em Cortes estrangeiras:

«Todos os Correyos haveis de escreuer ao Screttario de Estado que vos dará a cifra p.<sup>a</sup> por ella escreueres, os negocios secrettos e tambem vos entregara as dos mais Menistros que tenho nas Corttes extrangeiras com os quais tambem comunicarvos, e lhe parteçipareis na sua cifra os negocios que nesesitarem de segredo.»<sup>237</sup>

---

<sup>235</sup> Cf. *idem, ibidem*, pp.51-63

<sup>236</sup> Cf. *idem, ibidem*, pp.51-63

<sup>237</sup> Cf. *idem, ibidem*, pp.51-63

Por fim, D. João V estipula a atribuição de uma tansa de vinte e oito mil cruzados, a que se acresciam três mil cruzados, pagos mensalmente, para sustentar os gastos desta missão:

«Tenho rezolluto que se vos dê a ajuda de custo de vinte e oito mil cruzados da moeda corrente e da mesma moeda tres, mil cruzados de mezada, que tudo ordeno se sattiaça pella consignação das Embayxadas.»<sup>238</sup>

Cinco anos após a partida para Roma desta embaixada extraordinária, chefiada pelo Marquês de Fontes, ela revela-se um êxito tal que, em Novembro de 1716, foi emitida pelo Papa Clemente XI a bula *In Supremo Apostulatus Solio*, que permitia ao monarca erigir a tão desejada Patriarcal de Lisboa.

---

<sup>238</sup> Cf. *idem, ibidem*, pp.51-63



**Capítulo III – O relato de viagem de 1712 da embaixada  
extraordinária do 3º Marquês de Fontes a Roma**



### 3. Literatura e viagens: A arte de viajar

Desde sempre que viajar no tempo e no espaço foi um fenómeno inerente à espécie humana. Admitindo-se tal conceito, a difusão do gosto e prática das viagens passa a consolidar-se a partir do momento em que o homem se estabiliza. É sobretudo durante o florescimento das grandes civilizações grega e romana da Antiguidade Clássica que se estabelece uma estrutura de rede de comunicações que potencia a realização das viagens.

O objeto da literatura de viagens é a própria viagem. Uma viagem é o ato de se deslocar de um ponto ao outro marcado pela distância e que, para tal, implica seguir um percurso. Deste ponto de vista, a narrativa de um viagem contém os mesmos limites: uma deslocação com partida e chegada num determinado espaço.

Segundo Nuno Júdice, o *corpus* da narrativa tradicional presente nas obras que pertencem à literatura de viagens partilha de uma organização comum. Estas obras alinham-se através de um esquema que se dispõe de acordo com noções de *tempo* e de *espaço*, nomeadamente *a quo* e *ad quem*; no início da narrativa *partida/aqui*, no desenvolvimento *duração/percurso* e no final *chegada/além*<sup>239</sup>.

Nesta narrativa existem sempre duas visões que se confrontam; a do autor e a do leitor. A descrição mimética da viagem expressa pelo autor, podendo ser ficcional ou não, é a que vai conduzir e marca o ritmo de toda a viagem literária. Esta intercruza-se sempre com uma outra visão que pertence exclusivamente à realidade do leitor e que diz respeito ao seu quadro conceptual, referente ao local onde se encontra no tempo e no espaço, inclusivamente os lugares em que este já esteve presente *in loco* ou que conheceu através de outro meio.

Atestando que a literatura de viagens é um subgénero literário que mete à prova a relação entre a narrativa e a espacialidade, os fatores que orientam o resultado deste cruzamento, através da leitura final do recetor, dependem sempre da verosimilhança entre a descrição mimética dos locais e dos fatos contados pelo autor e as do próprio leitor, no caso de já ter tido acesso a esses mesmos locais, bem como a sua experiência pessoal. Segundo Marie-Madeleine Martinet, destas duas visões é sempre a imaginação cartográfica do leitor, durante o ato da leitura, que se prolonga e se sobrepõe a elas na ausência do texto, acompanhando o novo quadro compositivo:

---

<sup>239</sup> Nuno Júdice. “A viagem entre o real e o maravilhoso”. In: Maria Alzira Seixo (coord.). *Literatura de viagem: narrativa, história, mito*. Lisboa: Edições Cosmos, 1997. p.621

«Cette description mimétique, qui donne au texte le développement du réel visuel extérieur, et qui est en même temps allusion dans un récit ou un texte discursif, est un passage de l'un à l'autre de façon consécutive, mais aussi un jeu simultané entre deux fils directeurs dans la pensée du lecteur, car le site créé par un début de description prend dans son esprit une existence indépendante qui subsiste même quand le texte a quitté le mode descriptif et se superpose en imagination avec la nouvelle trame discursive.»<sup>240</sup>

Porém, quando se trabalha com um texto discursivo da literatura de viagens, é comum encontrar outros elementos enriquecedores, tais como pormenores que dizem respeito ao meio social em que o autor/viajante está inserido e a sua interação com ele. A literatura é por si só um campo que dá primazia, através do discurso, à prática intercultural e à criação e reprodução de identidades<sup>241</sup>, mas é a literatura de viagens que vai apelar especificamente a uma consciência sobre a importância de viajar como uma forma de adquirir conhecimento e de entrar em contacto com culturas, como também de criar e reproduzir identidades neste contextos.

Por conseguinte, neste jogo de observação relatado através da experiência, encontra-se uma base de conhecimentos que motivam o interesse das mais variadas áreas epistemológicas para além da dimensão literária:

«A Literatura de Viagens (...) é um subgénero composto, em que a Literatura, a História e a Antropologia, em especial, se dão as mãos para narrar acontecimentos diversos relativos a viagens.»<sup>242</sup>

Para além da ligação com estas disciplinas destaca-se também a relação que a literatura de viagens tem com a Imagologia, visto que esta realça o contacto com o Outro, como «diferente de Si Mesmo que permitiu o fascínio e o exotismo mas também, a rejeição da diferença»<sup>243</sup>.

---

<sup>240</sup> Marie-Madeleine Martinet. *Op.cit.*, p. 3

<sup>241</sup> Cf. Paula Cristina Ribeiro da Rocha de Morais Cunha. *Apontamentos teóricos sobre Literatura de Viagens*. 2013, p.156. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5215981.pdf>. Consultado a: 10-05-2018.

<sup>242</sup> Fernando Cristóvão. *Literatura de Viagens: Da tradicional à nova e à novíssima*. Coimbra: Edições Almedina, SA, 2010. p.9

<sup>243</sup> *Linha de Investigação n.º 6: - Representações de Portugal nas Literaturas Estrangeiras e Representações do Estrangeiro na Literatura Portuguesa - Portugal e o Outro: Imagens e viagens*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2004. p.10

Ao longo dos tempos a natureza das motivações com que se viajou foram-se diversificando. Segundo Fernando Cristóvão, as obras que resultaram de cada uma destas circunstâncias marcaram cada época da Literatura de Viagens, deixando nelas visíveis características diferentes a nível textual:

«Como subgénero distinto de outros, como o pastoril ou o histórico, a Literatura de Viagens, em qualquer das suas etapas, apresenta “marcas” linguísticas, literárias e históricas próprias, temas recorrentes e metamorfismos que, embora não sendo exclusivos seus (nenhuma forma literária é prisioneira de um género ou subgénero), se impõem significativamente pela frequência, originalidade ou modo de tratamento.»<sup>244</sup>

Esta especificidade da Literatura de Viagens faz com que ela se assuma como um subgénero híbrido/fronteiriço, dado que «decorre da circunstância de ter resgatado textos que, originalmente, tinham outras finalidades»<sup>245</sup> onde, por vezes, nem sempre se valorizava a vertente literária. Por conseguinte, «a releitura destes textos a uma nova luz, a da viagem como forma específica de organização e composição textual, confere-lhes um estatuto diferente»<sup>246</sup>.

No contexto da Literatura de Viagens, a viagem a Itália afirma-se na literatura europeia como uma temática muito popular. Neste discurso, que se organiza segundo um motivo estrutural, podem-se encontrar descrições com uma riquíssima simbologia, que dela fazem parte, a referência a lugares e a tempos ligados a um contexto italiano, de onde derivam detalhes, a descrição de obras de arte, sensações sinestésicas, assim como ideias, sensações, encontros e desencontros de ordem vária que se cruzam múltiplas vezes num jogo feito de observação e imaginação<sup>247</sup>. Segundo Marie Madeleine Martinet, o discurso da viagem a Itália reflete uma consciência artística reflexiva que deriva da ideia de que o viajante/autor está simultaneamente na presença de um país que conhece, com uma forte herança artística, ao mesmo tempo que sente que está a descobrir um país novo<sup>248</sup>.

A temática das viagens a Roma, dentro deste subgénero literário, apresentam um contexto relacionado com a Cidade Eterna, entre outros destinos possíveis. O modelo dos relatos de viagem a Roma começaram por aparecer na Idade Média, a partir do século IV

---

<sup>244</sup> Fernando Cristóvão. *Op cit.* p.9

<sup>245</sup> Paula Cristina Ribeiro da Rocha de Morais Cunha. *Op.cit.*, p.169.

<sup>246</sup> *Idem, ibidem*, p.169

<sup>247</sup> Cf. Marie-Madeleine Martinet. *Op.cit.*, p. 14

<sup>248</sup> Cf. *idem, ibidem*, pp. 8-10

com relatos de peregrinações espirituais<sup>249</sup>. Para este grupo de viajantes, as rotas mais frequentes eram aquelas que visavam Roma, S. Tiago de Compostela e Jerusalém. A Terra Santa foi o maior polo de atração dos cristãos à escala mundial nos primeiros séculos do Cristianismo, altura em que foram registados os primeiros relatos de peregrinações, como o de Egéria, *Itinerarium Peregrinatio*. Posteriormente, nos séculos seguintes, o realismo quantitativo do pormenor contido nestes relatos sofre uma mudança, passando a assumir uma natureza mais impressionista e descritiva. Na Idade Média a reduzida e má qualidade das vias e transportes, tal como a presença de animais selvagens, assaltantes e intempéries, tornavam a viagem particularmente perigosa, difícil e demorada de realizar. O fenómeno das peregrinações deixou para trás uma vasta herança cultural bem presente na nossa pintura, escultura, relíquias, artefactos e arquitetura, que mostra a ligação que o Ocidente teve com o Oriente<sup>250</sup>. A partir do século V, à medida que a Terra Santa é ameaçada pelos Otomanos, afastando assim os viajantes, assistimos ao crescimento de Roma como ponto de atração, fenómeno que acompanha o reforço da Cristandade na sua vertente religiosa e política.

Na época que vai do século XV até ao XVI, a variedade de deslocações vieram a produzir uma nova diversificação genológica na literatura de viagens, nomeadamente os roteiros, as crónicas, os diários, cartas, relatos de naufrágios que introduziram novas temáticas, formas e motivos<sup>251</sup>. Com os Portugueses a serem um dos maiores agentes deste processo, pela variedade de culturas que estiveram envolvidas na expansão, neste período atribui-se larga importância às viagens marítimas, e abre-se caminho para que a literatura da expansão ultramarina comporte uma nova mundividência em que se decide abandonar a descrição fantasiosa dos acontecimentos. Começa-se a dar lugar a relatos etnográficos de viajantes que estão vocacionados para conhecer novos povos. Em Portugal é a partir do reinado de D. João I que estes relatos se encontram mais afastados do imaginário e passam a conter um teor científico e racional. As obras que surgiram nestes séculos foram apoiadas pelo contributo dado pela imprensa, que as promoveu ao estatuto da literatura da expansão ultramarina. É isto que refere José Manuel Herrero Massari, ao reconhecer uma cultura de literatura de massas que vem condicionar alguns

---

<sup>249</sup> Cf. Mário Martins, S. J. *Peregrinações e Livros de Milagres na nossa Idade Média*. 2ª ed., Lisboa: Edições “Brotéria”, 1957. pp.125-146

<sup>250</sup> Cf. José Varandas. “Viagens Medievais”, pp.1035-1041. In: Francisco Contento Domingues e ADFLUL (dir.). *Dicionário da Expansão Portuguesa 1415-1600: de I a Z*. Vol. 2. Unidade Industrial da Maia: Bloco gráfico, Lda., 2016.

<sup>251</sup> Paula Cristina Ribeiro da Rocha de Morais Cunha. *Op.cit.*, p.155

gêneros da Literatura de Viagens, elevando outros, visto que é o público que começa a ter essa decisão:

«Paralelo a este processo de lenta apropriação das novas realidades geográficas e da sua recuperação para o acervo discurso e para o imaginário cultural do Ocidente, desenvolve-se outro de igual transcendência, que é o da aparição de um público leitor mais amplo e numeroso: aquele que deriva da cultura impressa. O facto não é banal, pois este público assegura o sucesso da imprensa e impõe os seus gostos à literatura. Deste modo, o novo discurso de viagens participa também, em alguns dos seus géneros, da condição de literatura de massas, enquanto em outros se mantém, como para os casos medievais, de interesse quase exclusivo das classes cultas.»<sup>252</sup>

Dado este fenómeno, a literatura de viagens da expansão ultramarina passa a atribuir menos importância aos aspetos etnográficos, para dar lugar a uma escrita mais pragmática:

«Agora, na medida em que os novos mundos descobertos começam a formar parte integrante, territorial e espiritualmente, do mundo de partida, e na medida em que deixam de ser o objetivo procurado da viagem para se converterem num itinerário de ida e volta em cujo arco se enquadram experiências humanas de dor e prazer, de desejo e frustração, este discurso vai derivando para a representação de uma aventura pessoal num marco de viagem e num espaço geográfico histórico, real e, até certo ponto, próximo.»<sup>253</sup>

Depois da criação das primeiras universidades em Itália, fenómeno que abre um espaço mais abrangente para a formação cultural, a instrução passa a representar uma das principais estratégias para a regulação das posições institucionais, fenómeno que se acentua no século XVI. Gradualmente, Roma passa a ser o destino preferencial para as classes mais abastadas devido ao seu intenso ambiente artístico e cultural. Estas viagens, que se passam a designar por *Grand Tour*, têm um itinerário quase inalterável que deambulava por Turim, Pádua, Veneza, Pisa, Bolonha, Florença, Roma, Nápoles, Pompeia e Herculano. Deste modo, surge nesta época um enriquecimento da literatura de

---

<sup>252</sup> José Manuel Herrero Massari. “Leitura e leitores da literatura de viagens portuguesa dos séculos XVI e XVII. Uma aproximação”. p.643. In: Ana Margarida Falcão, Maria Teresa Nascimento, Maria Luísa Leal (org.). *Literatura de Viagem: Narrativa, história, mito*. Porto: Edições Cosmos, 1997.

<sup>253</sup> *Idem, ibidem*, pp. 642-643

viagens, graças ao registo das experiências e do interesse despertado pelos monumentos e obras de arte<sup>254</sup>.

Dada à instabilidade política vivida em Portugal no século XVII, esta levou a que os reis tivessem de recorrer ao envio de embaixadas extraordinárias ao Papa para que se pudessem ver certas prerrogativas concedidas pelo que, neste âmbito, surgiram mais relatos, diários e relações dentro deste subgénero literário. No século XVIII, época em que é escrito o *Diário da jornada de Roma, que fiz Sendo Secretário da Embaixada Excelentíssima do Senhor Marquês de Fontes*, pelo Secretário da Embaixada, a literatura de viagens atingia pois o seu auge. Segundo Castelo Branco Chaves, os motivos que levaram o homem deste século a fazer deslocações foram muito diversos:

«(...) No século XVIII viajou-se muito pelo simples interesse de conhecer outras terras e outras gentes, diferentes leis e diversos costumes. Não são só os diplomatas e os doentes que se deslocam no globo, uns enviados pelos seus governos, outros pelos seus médicos; agora viajam também os artistas e os escritores, os filósofos e os naturalistas, os ricos curiosos e os nababos enfatiados.»<sup>255</sup>

Tal como Hagen Schulz-Forberg nos refere na sua obra, os relatos de viagem nesta época assumiam novas dimensões que misturavam elementos informativos com uns laivos de aventura:

«In 1770, the *Critical Review* published a definition of travel books, summarising that: A travel book in which the subjects are of general importance and adequately presented is one of the most interesting and informing literary products. In such a book you recognise the well-balanced mixture of *utile* and *dulce*; it entertains and stimulates fantasy without having to take refuge in a novel like fiction; it presents to us a plethora of useful information without the boredom of a systematic treaty»<sup>256</sup>.

---

<sup>254</sup> Valéria Salgueiro. “Grand Tour: uma contribuição à historia do viajar por prazer e por amor à cultura”. *Revista Brasileira de História*, 22(44), 289-310, 2002. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882002000200003>. Consultado: 20/03/2018

<sup>255</sup> Beja Madeira (coord.), *Os livros de viagens em Portugal no Século XVIII e a sua projecção europeia*. Oficinas gráficas de Minerva do Comércio de Veiga & Antunes, Lda.: Lisboa, 1987

<sup>256</sup> Atillio Brilli. *Als Reisen eine Kunst war*. Berlim: Wagenbach. 1997. p. 43. Apud: Hagen Schulz-Forberg (ed.). *Unravelling Civilisation: European Travel and Travel Writing*. Bruxelas: P.I.E. Peter Lang. 2005. p.26

É com base nestas considerações de cariz teórico que se parte para o estudo do relato que descreve a viagem feita por mar e por terra pela embaixada liderada pelo 3º Marquês de Fontes no ano de 1712.

### **3.1. A Viagem da Embaixada Portuguesa a Roma de 1712, por D. Lázaro Leitão**

Sendo a literatura de viagens uma área que se pode estudar a partir de diversas perspetivas, considera-se pertinente iniciar a abordagem deste relato com a valorização de dois aspetos cardeais: o título e o autor deste relato.

O título atribuído ao relato, *Diário da jornada de Roma, que fiz Sendo Secretário da Embaixada Excelentíssima do Senhor Marquês de Fontes. Ano de 1712*, remete-nos de imediato para traços que começaram por se apontar já nas obras de literatura de viagens do século XV e XVI. A produção destes títulos, segundo nos refere George Alao<sup>257</sup>, destacava-se pela sua variedade e extensão mas coligava-se ao respeito por dois critérios, nomeadamente o seu modo descritivo e o de clareza. Isto deve-se à função predominantemente informativa que informava estas obras, sendo a maioria deles cartas, exposições, roteiros, crónicas e diários. Apesar do título deste relato ser particularmente curto, «[vai] directamente ao assunto, sem qualquer pretensão de literariedade, o que justifica a quase inexistência de metáforas ou outros efeitos estilísticos que normalmente caracterizam as obras literárias (...)»<sup>258</sup>. Este relato necessitava de esclarecer o leitor acerca do assunto de que se ocupava de forma a despertar a atenção do seu público alvo. Além disso, outra característica que domina este tipo de títulos é apontada por George Alao, que diz respeito à referência aos nomes dos lugares onde a narrativa decorre<sup>259</sup>. A partir desta indicação logo identificamos a referência a Roma, local para onde se desloca a embaixada por via marítima, e onde se vai desenrolar a sua missão principal.

Esta questão conduz-nos à imprescindibilidade de esclarecer a natureza genológica do discurso, visto que o título da obra nos remete para a ideia de que estamos perante um diário. Segundo o mesmo autor, George Alao, já nos séculos XV e XVI se

---

<sup>257</sup> Cf. George Alao. “Dois aspectos da tipologia da literatura de viagens: os títulos e os autores”. In: Ana Margarida Falcão, Maria Teresa Nascimento, Maria Luísa Leal (org.). *Literatura de Viagem: Narrativa, história, mito. Loc. Cit.*, 1997. pp.544-545

<sup>258</sup> *Idem, ibidem*, p. 547

<sup>259</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 547

encontram obras no âmbito da literatura de viagens com títulos «cujos conteúdos ultrapassavam a respectiva definição»<sup>260</sup>, por exemplo, podemos deparar-nos com documentos que incluem no título termos genológicos que não queriam particularmente delimitar o género, mas que até eram usados como sinónimos. Segundo João Rocha Pinto, um diário de bordo, como o próprio termo indica, faz um registo quotidiano apenas das questões que se relacionam com o próprio exercício da navegação:

«(...) O *diário de bordo* é uma obra técnica, subordinada ao vector temporal, escapando por conseguinte à estrutura flutuante e aleatória do acontecimento que suscita “o pôr em memória” de um determinado facto, descendente directo do mundo da escrita e da visão, em detrimento da oralidade e da audição, ao qual interessam os quantitativos e as percentagens, as permanências e as mudanças. Não só as mudanças, os sobressaltos que marcam inequivocamente as relações que referimos, pois só através de uma escrita cerrada, rigorosamente quotidiana, se podem comparar listas de uma mesma rota, de modo a apurar as continuidades e as discontinuidades, de maneira a prever e a aconselhar melhores singraduras (...). Ao *diário de bordo* interessavam, sobretudo, questões práticas, técnicas e até científicas, relacionadas exclusivamente com a navegação e estava totalmente desligado dos problemas mercantis e do quotidiano a bordo. Os ventos, as correntes, o estado do mar e da atmosfera, os rumos e as distâncias percorridas, as variações da agulha magnética (...), as latitudes e as longitudes, as conhecenças terrestres e marítimas, as escalas, as aguadas, as calmarias, os cabos e as ilhas, etc.»<sup>261</sup> (sublinhei)

Este relato, apesar de fazer um registo diário dos acontecimentos a bordo no mar, com uma grande incidência de termos que são exclusivos à área da navegação, nomeadamente o resumo das condições meteorológicas e do mar, coordenadas e trajetórias, também inclui informações alusivas à vida a bordo e a outros acontecimentos relacionados com a embaixada, bem como as aventuras e peripécias, pelo que não pode ser considerado rigorosamente um diário. Além disso, a ação deste relato não se encerra no momento em que a viagem por mar termina, sendo possível apurar um segundo momento, visto que sensivelmente metade do relato também narra as vivências do embaixador na Itália.

Outro aspeto que constitui uma fonte fundamental de informações para conhecer esta obra é o seu autor. D. Lázaro Leitão Aranha foi o Secretário desta Embaixada Extraordinária e, por isso, é ele o autor/viajante que tem a função oficial de narrar os

---

<sup>260</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 546

<sup>261</sup> Sublinhado nosso. João Rocha Pinto. “Houve diários de bordo durante os séculos XV e XVI?”. In: Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*. Vol. XXXIV. Coimbra: Imprensa de Coimbra, L.da., 1988, p. 404

acontecimentos deste relato. D. Lázaro Leitão foi uma ilustre figura que teve uma educação de prestígio. O secretário começou por se formar em Cânones pela Universidade de Coimbra, para onde foi estudar aos 14 anos. Em 1701, na mesma universidade, doutorou-se em Ciência de Direito Civil. Nos anos seguintes trocou algumas cadeiras para ocupar o cargo de opositor, do qual conseguiu proveito, usufruindo nomeadamente de uma bolsa no Colégio de S. Paulo, onde ingressou em 1705. Sucessivamente, em 1706, candidatou-se mais uma vez à Universidade para desta vez frequentar as Cadeiras de Leis. Em 1707, D. Lázaro Leitão é nomeado lente e passa a lecionar com grande competência a Cadeira de Institutas. Dado à notabilidade que obteve na sua carreira universitária, três anos depois, Francisco Barreto convida D. Lázaro Leitão em nome de D. João V a desempenhar funções na cadeira de Epístola. Por ter aceite, muda-se para a grande cidade de Lisboa. No mesmo ano, é-lhe também atribuído o título de desembargador da Relação e Casa do Porto, numa cerimónia de grande aparato na presença da Corte, no Palácio Real. Em 1710, destacava-se a sua notabilidade, mais uma vez, quando Nuno da Cunha o nomeia para ser inquisidor-geral, até que, em Janeiro de 1712 é nomeado pelo *Magnânimo* para exercer funções na embaixada extraordinária do 3º Marquês de Fontes a Roma como Secretário, onde também foi nomeado como procurador da colegiada de S. Tomé. Apesar deste cargo ter sido disputado com mais dois candidatos, sendo D. Lázaro Leitão sugerido pelo cónego Manuel Tomás da Silva, a decisão de D. João V acaba por recair nele por se ter lembrado do magnífico momento do seu exame de admissão para desembargador da Relação e Casa do Porto no Palácio Real e, por isso, a sua escolha se justifica, sem lugar para hesitação<sup>262</sup>.

Perante tal, poderemos considerar que este tipo de relato acabará por poder ser apreciado segundo a perspectiva da escrita autobiográfica, já que o autor que é responsável pelo discurso é igualmente, não só uma testemunha dos acontecimentos, como um dos agentes. Nesta medida, o leitor pode confiar na autenticidade do relato porque, de acordo com Philippe Lejeune<sup>263</sup>, a produção desta obra resulta simultaneamente de um duplo pacto, o pacto autobiográfico e o pacto referencial. Através do primeiro podemos confiar cegamente nos acontecimentos focados, tendo em conta a sua autenticidade e, através do

---

<sup>262</sup> Cf. Arthur Lamas. *A casa-nobre de Lázaro Leitão*. Lisboa: Imprensa Lucas, 1925. pp. 15-19

<sup>263</sup> Cf. Philippe Lejeune. *O pacto autobiográfico: De Rousseau à Internet*. Trad. de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2008.

segundo, o leitor pode seguir os acontecimentos que são igualmente confirmados pelos restantes relatos, tal como o de Luca Antonio Chracas<sup>264</sup>.

## 3.2. Os Preparativos da Viagem

O relato da viagem tem início a partir de 7 de Janeiro de 1712, dia em que D. João V convoca em audiência o 3º Marquês de Fontes com o fim de determinar, à ordem do rei, que a embaixada embarcaria no dia 9. Designou-se que a comitiva seguiria a viagem numa frota composta por cinco naus genovesas: Nossa Senhora das Vinhas, Loureto, Sebastião Alfonso, Domenico Campanelli e João Baptista Bodraco, acompanhadas por vários navios de conserva que pertenciam ao Capitão Ignacio Guido. Dava-se início, assim, aos preparativos para a viagem que se iria realizar. No entanto, antes da embaixada embarcar ainda havia uma série de práticas a efetivar. Da parte da tarde do mesmo dia, D. Lázaro Leitão Aranha vai ao beija mão real. Posteriormente, recebe o aviso do 3º Marquês de Fontes de que iriam embarcar cedo na manhã do dia previsto.

No dia seguinte de madrugada o rei embarcou para Salvaterra e o Secretário da Embaixada teve a oportunidade de se despedir de alguns conselheiros de estado.

No Sábado, 9 de Janeiro, dar-se-ia o início à viagem. A embaixada do Marquês de Fontes partiria de Lisboa, da ponta da Casa da Índia. Antes de partirem, o secretário da embaixada dirigiu-se à igreja de Nossa Senhora da Madre de Deus, onde se confessou e comungou, seguindo para a de Nossa Senhora do Pilar e a da Nossa Senhora da Assunção, até que chegou o momento de se despedir da sua casa. Às nove horas chegou, como previamente acordado, à casa do Marquês de Fontes. Lá encontrou D. Rodrigo Anes de Sá ocupado com algumas negociações, pelo que só conseguiram sair de casa às onze horas da manhã. De casa do Marquês dirigiram-se para a igreja de S. Padre Santo para

---

<sup>264</sup> Luca Antonio Chracas. *Distinto Raguaglio Del Suntuoso Treno delle Carrozze con cui Andò all' Udienze di Sua Santità il dì 8 Luglio 1716, L' Illustrissimo, ed Eccellentissimo Signore Don Rodrigo Annes de Saa, Almeida, e Meneses, Marchese di Fontes, Conte di Pennaghiano, Capitano maggiore, e Alcaide maggiore della Città del Porto, e delle Fortezze di S. Gio: della Foce del Doro, e Nostra Signora delle Nevi in Leza di Matosignos, Signore del Consiglio di Sevèr, Pennaghiano, Fontes, Gudim, e Gondomar, Signore di Villanuova, Terra di Vaca, e Aghiar di Souza, di Lousas, di Gaja, e della Honra di Sobrado, Signore della Casa d' Abrantes, e delle Ville di Sardeal, Alcaide maggiore dellle Ville d' Abrantes, Pugnete; Amendoa, e di Massam, Commendatore di S. Giacomo di Cassem, e S. Pietro di Faro dell' Ordine di S. Giacomo, Gentiluomo della Camera della Maestà del Rè di Portogallo, e del Suo Consiglio, e Suo Ambasciadore Straordinario appresso la Santità di Nostro Signore Papa Clemente XI, In Roma MDCCXVI.* Tipografia Gio: S. Marco al Corso, 1716.

que o embaixador se confessasse e de seguida para a Nossa Senhora da Madre de Deus. Às três horas regressaram a casa do Marquês de Fontes para ele tratar da partida. Sucessivamente, deslocaram-se por terra à Junqueira onde se despediram da família que os acompanharia num escaler e noutra embarcação. Numa calege seguia o Marquês de Fontes, D. Lázaro Leitão, o Bispo de Lamego, o Duque D. Rodrigo, Carlos Gomes e os Condes de Atalaia, Vimioso, Villanova e Vilarmaior. Pela tarde chegaram então à praia da Junqueira. Nessa ocasião depararam-se com mau tempo, pelo que a partida da embaixada teve de ser adiada para o dia 16. Não tendo o capitão recebido aviso das condições meteorológicas e já sem a hipótese de prosseguir o seu itinerário, estando em vias de voltar para Lisboa, o Marquês de Fontes, ao avistar uma nau inglesa chamada La Rosa, pediu ao capitão dessa nau para os levarem a bordo. Transportados no seu escaler até à nau, o capitão recebe o Embaixador e saúda-o com salvas de canhão. Poucos momentos depois, no pino da tempestade, chegou a família e mais alguns convidados do Marquês de Fontes no escaler e na sobredita embarcação. À mesa, o Embaixador convida a sua família, o Padre António de Paiva, o Procurador Geral da Trídiã, o Secretário e o capitão da nau Viviani.

Na hora de se acomodarem, o capitão, bem como os oficiais e membros da alta nobreza, tinham o privilégio de lhes serem concedidos camarotes individuais. O Embaixador, no entanto, disponibilizou um dos dois camarotes disponíveis ao Secretário, pelo que, sentindo-se muito honrado pelo gesto, cada um pôde descansar de modo separado.

Às nove horas do dia 11, o Marquês de Fontes recebe a visita do Conde de Vilanova. Da mesma forma, às dez horas, recebe o Duque D. Rodrigo. Ambas as visitas ficaram para jantar. Às quatro horas da tarde, a Sra. Marquesa de Fontes decidiu dar um passeio pela praia acompanhada pela Sra. D. Luisa e pela Duquesa. Mais tarde, também o Embaixador resolve acompanhá-las.

No dia seguinte, às três da tarde, chega o Bispo da Guarda, D. João Mendes, acompanhado pelo irmão, o Conde de Vale de Reis. Pouco tempo depois, chega D. Fernando de Menezes, filho do Conde de Ericeira. Às onze, o Embaixador contou também com a visita de D. Rodrigo, filho do Duque, o qual ficou para jantar. Às três da tarde, veio o Marquês de Fronteira e, posteriormente, às quatro, chegou o Conde.

Na quinta feira, dia 14, o Marquês de Fontes, o Secretário e Carlos Gomes foram assistir à missa a Santa Maria de Belém, tendo apenas regressado ao navio para jantar.

### **3.3. O Itinerário**

O ponto de partida da viagem por mar da embaixada que começa no dia 9 de Janeiro, como em cima é dito, é a ponta da Casa da Índia em Lisboa. De lá partem para a Junqueira e no dia 15 já navegam em direção ao forte de S. João (?). No dia seguinte avistaram a Igreja da Boa Viagem na Ericeira, passando pela torre do Bugio. No dia 18, descobrem o Cabo das Figueiras e depois de todo um dia de viagem conseguiram vislumbrar o Algarve. No dia 20, contornam a costa portuguesa e chegam ao largo de uma terra que pensavam ser Cádiz. No dia 23, confirmam que afinal a terra avistada nos dias anteriores era de fato aquela cidade e, no mesmo dia, já de noite, deixam-na para trás. No dia 24, avistam os montes de Berberia. Quatro dias depois, a embaixada depara-se pela primeira vez com a boca do estreito de Gibraltar. Às nove horas entram no estreito e, no dia 28, ao anoitecer, as naus passam o estreito de Gibraltar e, navegam ao largo de Ceuta. Registrando-se com pormenor todos os detalhes da viagem é possível determinar que às oito horas da manhã do dia 29 é possível observar a cidade de Málaga e, posteriormente, ao meio dia, a Serra Nevada. No dia 1 de Fevereiro, ancoram em Adra. Às três horas, todas as embarcações dão fundo em frente do Castelejo desta cidade. No dia seguinte, pelas dez e meia da manhã, levantam âncora e navegam na direção da Berberia, para dia 3 regressarem a Adra às três da tarde, onde vão permanecer cinco dias. Finalmente no dia 8, às sete da manhã, os navios desancoram. A nau Loureto foi autorizada a navegar até Gibraltar para se abastecer de mantimentos, enquanto as restantes esperariam na Roqueta, para onde se dirigem e que avistam no dia seguinte, às dez horas da manhã. A nau do secretário e do embaixador continuou em diversos bordos para aproveitar as condições ideais que os ventos estavam a servir, com o objetivo de passar o cabo. No dia 9, dado às condições climatéricas, as naus seriam obrigadas a atracar em Gibraltar. No dia 10, às dez horas, decidiram ancorar no rochedo. À tarde, pelas três horas, alcançam o monte de Gibraltar e, às 4, já estavam na boca do estreito. Tendo em conta as condições climatéricas adversas, às cinco horas, dão entrada no estreito, mas, por causa do vento, não conseguem atracar, senão de noite. Só no dia 18, às duas da tarde, os navios erguem âncoras e navegam rumo a sudoeste. No dia seguinte, é-nos dado a saber que às

dez horas desancoram novamente. Uma hora depois, a nau Loreto também levantou âncora, mas, devido à pouca água, teve de dar fundo, e assim, todas as naus lhe seguiram o exemplo. No dia 21, partem às onze horas, seguindo viagem com vento brando a noroeste, chegando ao cabo de Nossa Senhora da Europa. Pela mudança do vento, foram obrigados a arribar a uma Capitania. Passada a noite, as naus puseram velas para navegar. Depois, no dia 24, passam o cabo da Gesta e, no dia seguinte, cruzam o Cabo de Palos e o golfo de Alicante. Posteriormente, seguem viagem e passam pelo cabo Martin. Na sexta, dia 26, a situação agrava-se e lutam contra as grandes ondas do mar para poderem acolher-se ao Golfo de Valença; contudo, tal era a grandeza delas que tiveram de deixar-se ir, optando por navegar por fora das ilhas, pela parte do sul. No dia seguinte, com bom vento em popa, conseguiram avistar Maiorca. Por volta das onze, navegam pelo canal entre Maiorca e Minorca. No 1º dia de Março, as naus arribaram à Ilha Formentera, adjacente a Ibiza. Sexta, dia 4, para aproveitar o vento que estava brando, de Oeste, decidem zarpar às seis da tarde, colocando a proa a Norte e navegam entre Ibiza e Maiorca. No dia 5 de manhã, as naus da embaixada já se encontram a vinte e oito milhas de Maiorca e, no dia 7, avistam a região da Catalunha, decidindo então arribar às cinco horas ao porto de Saló. Da parte da tarde, no dia 10, avistam Barcelona. Dois dias depois, dia 12, avistam o cabo de Creos. De noite, retrocedem uma hora, em Palamos. No dia 14, a embaixada amanhece a dez léguas do cabo de S. Sebastião. Posteriormente, entram no golfo. No dia seguinte, a embaixada arribou na Sardenha, passando ao meio dia pela Boca de Bonifácio. No dia 16, avistam o cabo de S. Marcos e às onze horas a ilha de S. Pedro (?). À uma hora da tarde, passam os rochedos apelidados por Vaca e Touro, entrando no Golfo de Palma. Durante a noite, no dia 18, superam o cabo Palos. No dia 19, avistam Calhari, na ilha da Sardenha, onde permanecem até ao dia 22. Dia 23, costeam a Sardenha pela parte de Leste. Dias depois, no dia 26, avistam a ilha de Monte Cristo. No dia 28, amanhecem a dez léguas do Cabo Corsa. De noite, encontraram-se a dezoito léguas de Génova. Dia 30, dá-se por terminada a viagem, assim que chegam ao molhe da cidade de Génova.

### **3.4. A vivência a bordo**

Ao longo do diário, são descritas várias experiências que retratam a maneira como se vivia a bordo durante a viagem pelo mar até Itália. A referência às visitas, aos jantares, aos costumes e às pessoas a bordo contribuem para reforçar a natureza plural deste relato

e adquirir um conhecimento singular da embaixada extraordinária de 1712-1718.

Uma das tradições navais a que se faz referência com particular notoriedade são as salvas. Este tipo de saudação recorre ao disparo de armas de artilharia em sinal de honra por alguém. O número de salvas varia consoante o grau hierárquico de quem recebe a salva. Este é um aspeto primordial no relato. Após se ter proporcionado condições climatéricas para dar início à viagem, as naus deram uma salva de tiros à Igreja da Boa Viagem e a tripulação rezou. Mais adiante, praticam a mesma saudação com uma nau com bandeira real e à torre do Bugio:

« As nove / se virou a proa para a barra e se começa a viagem e a vis / ta da Igreja da boa viagem se lhe rezou 5 pais nossos e av. M.arias / e se lhes fez salva co' 15 tiros e as costumadas boas via- / (vimos uma nau que vinha do sul co' bandeira real) / gens: astiou por estendarte e salvou pelo co' 12 tiros / e se lhe respondeu co'os mesmos : o mesmo fez a tor / re do Bugio co' sete correspondidas co'as mesmos » (RVEER, Fl. 113, Sábado 16)<sup>265</sup>

Todavia, antes da partida, D. Lázaro Leitão descreve a preparação do Embaixador para o seu encontro com o rei D. João V, que tinha acabado de chegar de Salvaterra, fato que ocorre no dia 15 de Janeiro:

«De tarde / S.Ex mudou de vestido para Ex. ver S. Mgstde que tinha chegado / de Salvaterra e se embarcou comigo e Carlos Gomes / foi beijar a mão a S. Mgstde que tinha ido para S. Amaro que / vindo S.Ex e lhe beijou a mão e lhe assistiu a ceiar e o despois fi /cando co'elle athe as onze horas da noute» (RVEER, Fl.113.)

Outra prática referida tem lugar na terça feira, dia 19, em que são oferecidas esmolas das naus aos desfavorecidos com a intenção de sufragar as almas:

«Terça feira 19 – Neste dia se tirou esmola pela nau pelas almas pedindo a Deus.» (RVEER, Fl. 113. Nota de margem)

Quando as naus entram no estreito de Gibraltar, no dia 28 de Janeiro de 1712, a nau Campaneli é concertada e a nau Loreto recebe algumas provisões que foram

---

<sup>265</sup> A partir deste momento o relato da viagem *Diário da jornada de Roma, que fiz Sendo Secretário da Embaixada Excelentíssima do Senhor Marquês de Fontes. Ano de 1712* passa a ser referenciado pela sigla RVEER.

mandadas pelo capitão da nau La Rosa. Este dia é particularmente marcado pela celebração do “batismo” dos marinheiros *novatos*, cerimonial que é descrito com particular detalhe tendo em conta a intervenção de um cortejo preparado para o momento encabeçado pela figura de um Doge dignamente acompanhado a cavalo por doze assistentes e que se torna motivo de ser observado pela comitiva e pela tripulação, que são levados a contribuir monetariamente:

«Quinta 28 – Ao amanhecer claramente se descobre a boca do estreito / com vento o mar e’ popa de Oeste fazendose duas légoas ja / ora : as 9 se entra no estreito co’ o mesmo vento : as onze / sem (...) Tangera e se’ fazer ferias de Velas pa esperar Lou / reto : se bota a lancha ao mar para levar hu’ lenho grande / ao navio de Campenali para consertar o seu mastro que na tro / menta tinha padecido: pelo meo deu Loureto hu’ tiro / pondo lancha no mar pelo que os sinco navios se puzerão / em capa para esperar e’ saber o que querião o que despois se sou / be do escrivão que vinha nela e ora que o Capitão devia que era / de parecer de entrar em Gibraltar a que o nosso capitão res / pondeu que era necessário aproveitarse do tempo favorável e que / se necessitasse de algua’ cousa que lho daria como co’ o efeito / lhe deu algu’s sacos de feijoes favas arroz azeite ,etc e e’ / chegando ao Loureto se proseguio o caminho : as duas / e meia da tarde se fez a função celebre dos marinhei / ros de baptizar os novatos aparecido o Doge a cavalo a / acompanhado de dozes assistentes co’ guardas tanbe’, / abuares , e sentando-se debaixo do dozel logo mandou / fosse tres velas mergulhado no mar hu’ marinheiro que não / quis ser cavalo, e porque ordenou que o terceiro mergulho se / não seguisse porque o porteiro não foi deligente e’ ir dar a / orde’ foi condemnado por elle a mergulho: e a cada mer / gulho se dava hu’ tiro: o pelo que foi chamado a juizo foi / S. Ex. o qual foi condenado a pegar o que elle quisesse: elle / fazendo chamar o seu secretário António de Mendonça deu / elle 10 moedas: e hua’ a os marinheiros : ao L(...) e (...) / por tanto: Na minha vontade o que quisesse dar e dei duas / moedas e hua aos marinheiros: os mais forão codemnados / por decreto do: Doge na forma que a elle lhe parecia a hua’ / e meia moeda de ouro: e outros a menos: o Padre Paiva / e’ 10 missas: nisto aparecerão dois visitantes os quais ou / vindo as partes queixosas quiserão depor o Doge a castigalo / mas porque a ora era tarde e se tinha gasto tempo na / função os visitantes se acomodarão e o Doge se retirou / co’ o mesmo cortejo co’ que tinha entrado: entrando a noute / se passou Gibraltar e Ceuta : as sete oras se fizerão as / costumadas preces a Nossa Senhora da Europa salvandose co’ sete / boas viage’ a sete tiros: as outo se passa totalmente o estreito / co’ vento favorável.» (RVEER, Fl. 113-114)

Para além disso, outro episódio a ter em conta tem lugar na entrada do dia 30 de Janeiro de 1712, em que D. Lázaro Leitão nos descreve o encontro inesperado com uma armada. O Embaixador recebe o Tenente do Comandante de forma cortês na câmara da

nau. No seu percurso, deparam-se também com o Almirante e saúdam-no com tiros de salva:

«Sábado 30 – Ao amanhecer se descobrio sere’ doze os navios que vinhão / a nos: as 8 se vio claramente: a capitania que deu hu’ tiro, e se julgou / ser Ingleses não se devisando claramente o estandarte: a nossa / nao tomou logo a Gavia e lançou bandeira Genovesa como / tambe’ as mais e co’ menos de hua’ ora nos chegamos, e pondo / a lancha no mar veo o tenente do comandante a nossa / nao, que conhecendo sere’ navios de Genova não quis ver pa- / tente nem pólice de carga: o S. Embaixador o fez entrar na / camara tratando co’ toda a civilidade : e derão noticia vi- / nhão de Bertomamente para Lisboa pelo que escreveu S. Ex. par / elle e a mais familia: a nossa nao salvou o almirante / co’ 9 tiros o mesmo fez Loureto, responderão co’ 7 e’ / as mais naos nossas salvarão co’ 7 e respondidas co’ 5 despe- / dido o tenente continuamos nossa derrota e os navios / Ingleses (...) depois do meo dia tendo o tempo favorável de / leste se perderão de vista: a noute refrescou o tempo les- / te e nos fizemos ao mar co’ bordos.» (RVEER, Fl. 114-114.v.)

À entrada do dia 1 de Fevereiro de 1712, trata-se do modo como o Embaixador se apercebeu dos problemas, que dominavam sobretudo a nau Loreto, levando-os a ancorar diante do Castelejo de Adra e da maneira como teve conhecimento dos casos de doença que já se faziam sentir. Pelo fato, procura mantimentos frescos:

«2ª. F. 1. 2. – Fevereiro pela manhã não se descobrio o Loureto pelo que o nosso capitão / resolveu deprepor para buscalo e as sete se descobrio seguindose se’pre / vento fresco: o Loureto fez sinal de querer arribar e o nosso / capitão lhe fez sinal de lhe querer falar: ao que lhe não foi respondi- / do : ao meo dia o nosso navio deu outro tiro, mas / Loureto seguiu o seu caminho co’ que fomos obrigados a seguilo / e pujar para dar fundo em Adra, aonde tinha já dado fundo / o Loureto, e as três oras todos os navios se achavão anchorados / de frente de hu’ Castelejo de Adra: o Capitão de Loureto, e / D. Carlos de Menezes, Rui de Moura, Fernando Guedes, o filho da / (...) Jaques e o auditor que foi da Degacia (...) Vanini / vierão visitar S. Ex. que lhes deu chocolate, chá de toicrão a lhe / o por do (...) : a nos participarão a noticia de meo gotado / e’ que estava a fim nao co’ mais de 8 doentes, e falta de man- / timentos mandoule lancha a terra para saber se se podia fa- / zer angroa a e comprar algu’ refresco. / de noute acalmou o tempo.» (RVEER, Fl. 114v)

O Marquês de Fontes serviu chá e chocolate aos convidados que vieram na altura visitá-lo, nomeadamente ao capitão da nau Loreto, D. Carlos de Menezes, Rui de Moura,

Fernando Guedes, o auditor, entre outros. Esta alusão é a primeira referência que encontramos neste relato aos novos costumes alimentares com produtos tais como o consumo de chocolate, que se introduziu e vulgarizou graças ao seu cultivo nas suas colónias portuguesas no Brasil<sup>266</sup>. Segundo Jiaqi Zhu, o chá a partir do século XVII até meados do século XVIII, «difundi-se menos do que o café na Europa porque era muito mais caro. Era considerado uma bebida de luxo e também servia para o uso medicinal nos Países Baixos»<sup>267</sup>. Por um lado, esta informação talvez complemente o motivo pelo qual o Embaixador preferiu servir chá em vez de café aos seus convidados, porque nos releva mais um aspeto em que a embaixada quis deslumbrar o Outro com o nosso poder de compra, que nos possibilitava introduzir as novidades no mercado e ter aquilo que era de mais requintado e mais exótico. Constitui uma estratégia para conseguir sublimar a imagem que os outros tinham da embaixada, do rei e do seu reinado. Por outro lado, este relato põe em evidência, num sentido mais abrangente, os hábitos, os costumes e as novidades que foram sendo introduzidas na vida das classes mais nobres do reino de Portugal, salientando assim, a *cross-culture* das ligações bem visíveis entre Portugal e o Brasil e Portugal e a China.

No dia 2 de Fevereiro, introduzem-se mais alguns aspetos de consideração sobre a reconstituição da vida a bordo da comitiva da embaixada, no que respeita à importância dada em manter uma religiosidade mais notória, semelhante à tida em terra, além de questões de particular interesse acerca do abastecimento das naus e de aspetos relacionados com a alimentação, muito particularmente com o consumo de biscoito:

«3ª. F. 2 – Dia da Purificação S. Ex. e eu comungamos: o capitão mandou fazer sinal de Concelho com uma bandeira na mesena / logo acudirão a bordo todos os cinco capitães, aos quais o escrivão dice que tendo ido o dia antecedente e' terra o Governador / lhe dicera lhe não podia dar nada nem consentir fizesse angustia, o que defenderia até a última gota de sangue : no que / se resolveo a de tornar a por ao mar sendo os ventos brandos / e do Sueste e quando tomasse os bordos para Berberia: o Capitão do / Loureto pede algu' biscoto ao nosso capitão que lhe deu 12 sacos / as 9. se deo o tiro de leva e as des e mea se desancho- / rou com vento fraco de Sueste o qual logo se mudou e' Les- / te que refrescando se tomou o bordo pelo mar e tornado / bordo pela meia noute pela terra. » (RVEER, Fl. 114v-115.)

---

<sup>266</sup> Para mais detalhes sobre as colónias portuguesas no Brasil e a influência que tiveram no reinado de D. João V, *vide supra* Capítulo I, 1.3.

<sup>267</sup> Jiaqi Zhu. *O Café e O Chá nas Culturas da China e de Portugal*. Dissertação apresentada ao Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, 2016. p.50

O Embaixador e o Secretário começam o dia a comungar juntos, em honra da festividade da Nossa Senhora da Purificação, comemorada a 2 de Fevereiro. Nos relatos das viagens de Francisco Pyrard de Laval<sup>268</sup>, em que a figura do autor e do viajante se sobrepõe, a religião era um aspeto muito importante na vida a bordo. Tal fato deve-se muito à própria ideia de imprevisibilidade e temor que suscitavam no homem perante os acontecimentos que pudessem ocorrer durante a viagem, levando-o a aproximar-se daquilo em que mais acreditava. Segundo António Lopes e Eduardo Frutuoso, «era frequente encontrar a presença de religiosos a bordo. (...) O capelão, que fazia parte da equipagem do navio, era, como já ficou dito, o responsável por todas as actividades de carácter religioso realizadas a bordo. No seu desempenho, era amiúde auxiliado por missionários, em particular jesuítas, que marcavam presença frequente nestas embarcações. Por vezes iam também embarcados altos membros da hierarquia religiosa - bispos e arcebispos -»<sup>269</sup>.

De seguida somos informados, que, no dia anterior, pela necessidade que as naus tinham de se abastecer, haviam mandado o escrivão a terra para pedir autorização ao Governador do Castelo de Adra para fazer aguada, ao que este lhe respondeu severamente que não lhes concedia tal permissão. O abastecimento das naus nem sempre era facilitado e estava sujeito a autorizações externas locais, que muitas vezes punham em risco a saúde das tripulações. Foi este o caso da frota da embaixada extraordinária do Marquês de Fontes.

Sensivelmente a meio do dia, o Capitão da nau Loreto pede à nau do Marquês de Fontes alguns biscoitos. Segundo António Lopes e Eduardo Frutuoso, «o biscoito era fundamental em todas as viagens. Era feito à base de massa de farinha de trigo cozida duas vezes (...) dizia-se, durava até vinte anos»<sup>270</sup>. Supõe-se ainda, sustentando-nos nas mesmas referências anteriormente citadas, que as naus ainda traziam outras providências porque «eram alimentos comuns à maioria das embarcações», alimentos tais como «pão e cereais (para fazer pão a bordo), carne salgada e fumada, peixe seco e salgado, queijo, manteiga, frutos secos (como passas de uva, figos ou ameixas), mel, marmelada, açúcar, arroz, alhos e cebolas. (...) Quanto a bebidas destaca-se a água, o vinho, o azeite e o

---

<sup>268</sup> Francisco Pyrard de Laval. *Viagem de Francisco Pyrard de Laval*. Vol. II. Porto. 1944. p. 192

<sup>269</sup> Antonio Lopes e Eduardo Frutuoso. *India Route: A vida a bordo nas naus da Carreira da India*. Nautical Archaeology Program: Texas A&M University. 2003. Disponível em:

<http://nautarch.tamu.edu/shiplab/projects%20ir%20vidaabordo1.htm>. Consultado a: 15/01/2018

<sup>270</sup> *Idem, ibidem*.

vinagre. Destas, a água era fundamental, e por isso mesmo se procurava embarcar grandes quantidades deste precioso líquido»<sup>271</sup>.

No dia 3 de Fevereiro a nau Loureto comunica que lhe faltavam mantimentos e que, por esse motivo, fazia instância para navegar até Gibraltar:

«4ª. F. 3. – Seguiu-se o tempo e vento sempre contrario: o Loureto perto do / meo dia fez sinal de querer falar pelo que se esperou, e chegado fez / nova instancia de querer ir a Gibaltar o nosso capitão lhe res- / pondeo tornarião a Adra onde esperarião pelo tempo, como (clerigo) / se fez tomando o bordo para Adra e se chegou as 3 da tarde, / os deu fundo : foi logo o bote a terra co’ o escrivão para ver se / se podia fazer anguada sentandose o governador mas não / se lhe concedeo, veo ao nosso navio o capitão do Loureto fa- / zendo novas instancias de ir a Gibaltar pois lhe faltava / agoa e tudo o mais : o capitão lhe respondeo que ficaria aque- / lla noute e’ Adra e seguindose o tempo contrario se arriba- / ria a Adra: de noute seguio o mesmo tempo de Leste / contrario» (RVEER. Fl. 115)

Desconhece-se, por falta de informação, o motivo que levou a nau Loreto a ficar tão rapidamente desprovida de recursos. Existiam muitas circunstâncias no alto mar que podiam meter em risco as embarcações. No entanto, sabe-se que estes mantimentos seriam fornecidos segundo um *sistema de distribuição* que normalmente respeitava uma periodicidade, que era variável consoante o número da duração da viagem e o número de tripulantes. Porém, segundo António Lopes e Eduardo Frutuoso «era frequente as estimativas não corresponderem à realidade». O escrivão era o tripulante que a todo o momento estava responsável por fazer registos e comunicar tudo o que dizia respeito aos mantimentos, à carga de um navio, às negociações e aos impostos.

Pelo fato de o Governador do Castelo de Adra se ter oposto ao abastecimento das embarcações, o capitão da nau La Rosa decide encontrar alternativa. Encontrou um clérigo que se voluntariou para levar a Almaria cartas ao Consul de Génova em seu nome, solicitando-lhe permissão para fazer aguada e se abastecerem de refrescos:

« 5ª. F. 4. – (...) o / nosso capitão tomou o expediente de mandar a Almeria / hu’ clérigo passageiro de Galisa o qual se offereceo a ir levar / cartas ao consul de Genova e’ que o nosso capitão lhe pedia algu’ re- / fresco e anguada : (...).» (RVEER, Fl. 115)

---

<sup>271</sup> *Idem, ibidem.*

No dia 6 de Fevereiro, D. Lázaro Leitão refere que avistam uma embarcação com vela latina. Em virtude do capitão ter pensado que poderia ser o clérigo, foi ao encontro da mesma com uma lancha. Pelo caminho avistam o Governador do Castelo de Adra. No entanto, quando lá chegaram, não havia sinal do clérigo, mas sim de dois castelhanos que procuravam comprar tabaco. Porém, informaram que o Galego já tinha entregue as cartas ao Cônsul e que o mesmo havia pedido consentimento ao Tenente General. Os dois castelhanos sugeriram-lhes uma alternativa fazer aguada, mas o capitão não a achou segura, visto que o Governador do Castelo, no passado dia 1 de Fevereiro, não lhes tinha dado o seu consentimento e que essa era uma decisão que «defenderia athe a ultima gota de sangue»<sup>272</sup>. O encontro termina com o capitão a oferecer-lhes chocolate, em agradecimento pela prestabilidade:

«**Sab. 6.** – (...) Perto / do meo dia se descobrio hua' vela latina ponta do cabo, e / se entendeo ser o clerigo que tinha mandado a Almaria e / poriso se botou a Lancha ao mar armada e foi a descobrilo / o que vendo o Governador do Castelo de Adra co' sete cavalos e segui- / do de algu's homens de pé foi na ponta a descobrir o que fa- / zia, entanto a nossa lancha chegou o barco que vinha direcção / nosso bordo onde chegou a hua' e mea e nelle vinhão dous cas- / telhanos que vinhão a (...) comprar tabaco, e dicerão que o cler- / igo tinha chegado a Almaria e dado as cartas ao consul, o / qual fez instancias co' o tenente general para que lhe desse licença / de fazer algu' provimento para as naos, mas que lhe fora, e que dizião elles, / se nos quisesemos fazer angoada lancasemos gente e' terra / e a fizessesmos, que os castelhanos não havião disputar: cujo con- / selho não tomou, o nosso capitão pelas dependências de Cadis e / não queria dar motivo aos castelhanos para algu'as represalias : / o nosso capitão regalou de chocolate aos castelanos mas não lhe / vendeo tabaco e o forão despois comprar a Campaneli: (...)» (RVEER, Fl. 116)

Uma semana depois, dia 14 de Fevereiro, o Marquês de Fontes, o Capitão, D. Lázaro Leitão e Carlos Gomes aproveitaram para dar um passeio de bote, de tarde, para admirar a cidade:

«**D. 14.** – Torna o vento leste, mas brando: de tarde S. Ex., eu, Carlos / Gomes e o capitão foi ver pelo mar e' o bote a Cidade e conciderado / (...) os portes a baterias se entendeo já co'peças: e be' forti- / ficada: tornando a navio, se deo tiro de leva mostrando o / tempo quererse mudar: mas de noute tornou o Leste.» (RVEER. Fl. 117)

---

<sup>272</sup> RVEER, Fl. 114.v

Nos dois dias seguintes, na nau do embaixador e do secretário, recebem a visita de judeus e do Auditor:

«2ª. F. 15. – Vierão a nao 4 judeos para comprar alguma' cousa: o tempo con- / tinuou levanta e toda a noute.

3ª. F. 16. – Seguio o mesmo tempo: veo hu' judeo a bordo o trouxe a S.Ex. / hua's biblias ebreas, outras castelhana fazendo S. Ex instancias co' elle / por nulhadas, que ficou de lhes procurar: veo tambe' a nossa nao o auditor / o qual e' Adra se tinha desembarcado de Loureto e vinha e' Guido, e / fez quase instancia para ser admitido na nossa nao: o que lhe dificultou o nosso / capitão e' atenção ao capitao da nao loureto.» (RVEER, Fl. 117)

Após os dias destas visitas, a cidade e as naus ergueram estandartes para celebrar o aniversário da rainha Ana:

«4ª. F. 17. – Continuou o mesmo tempo: as duas da tarde a cidade pondo algu's / estandartes como fizerão as naos inglesas e alguma's olandesas , tirou 21 ti- / ro , e a nossa e Loureto 9, as outras 5. festejando os annos da Rainha Anna. / a noute abranda totalmente o tempo.» (RVEER. Fl. 117)

No dia 22 de Fevereiro de 1712, o auditor solicitou ao Embaixador para mudar para a sua nau. Logo assim que tal foi aceite, mandando recado ao capitão Guido, informando-o do fato, o secretário ofereceu-se para partilhar o seu camarote com o auditor:

«2ª. F. 22. – Continuou o vento leste: mas brando: desejando o Auditor / vir na nossa nao pedio a S. Ex. quisesse mandar de sua parte hu' recado a gui- / do dizendolhe gostaria de o levar e' sua companhia, o que fez S.Ex. / e eu offereci e dei lugar no meu camarote ao Auditor: de tarde se / aplacou o vento: e pondose a noute oeste co' bo' luar pelas 12 oras da / noute nos fizemos todos os navios a vela acompanhandonos tambe' / o patacho Catalão.» (RVEER, Fl. 117.v)

No dia 3 de Março, a embaixada principiou a novena de S. Francisca Xavier:

«5ª. F. 3. – Continuou o tempo contrário: principiamos a novena de / S. Francisca Xavier co' missa: tivemos novas de que Rui de Moura / estava melhor: Carlos Gomes continuava co' pouca melhora / na sua doença.» (RVEER. Fl. 118)

Dias depois, no dia 8 de Março, depois de terem recebido a notícia de que não havia nenhum cabo português em terra, tiveram de vir três cabos ingleses a bordo da embarcação, que lhes comunicaram que o tratado dos pares fora quebrado. Entretanto, as doenças na nau Loreto continuavam a avançar. Rui de Moura e D. Carlos escrevem ao embaixador porque pretendem mudar-se para a nau Badraco para evitar aquele ambiente:

«3ª. F. 8. – Mandandose lancha a terra vierão novas de que não havia na terra / cabo português por todos tere' ido para Barcelona: vierão tres cabos Ingleses / a bordo que nos derão noticias que o tratado dos pares estava desfeito: mandouse/ de Loureto buscar o medico que nos trouxe novas de que Rui de Moura estava / seguro nas melhoras, mas que as doenças na nao hião e' augamente, e que os (...) de / Portugal determinavão mudarse para Badraco: escreveo S.Ex. para (...).» (RVEER. Fl. 118.v)

No dia seguinte, no dia 9 de Março, D. Carlos e Rui de Moura escrevem ao auditor que receberam a resposta do capitão da nau Badraco que não os desejava receber. Mais informou que deveriam solicitar a mudança ao capitão da nau La Rosa, ou ao próprio Marquês de Fontes. O Embaixador aceita e decide escrever ao capitão da Badraco, intervindo a favor dos dois homens:

«4ª. F. 9. – De madrugada refrescou vento Noroeste: tiramos peça de leva: escreveo / D.Carlos ao auditor dandolhe conta que Badraco não queria recebelos e' atenção / ao Capitão de Loureto e que entercesese co' o nosso capitão ou co' S.Ex. pelo que o / Badraco os recebelo e por se escusar o nosso capitão S.Ex. escreveo a Badra- / co a favor de D.Carlos e Rui de Moura e lhes mandou a carta: pelas / 10 oras sarpamos todos: pore' co' muito pouco vento que de tarde acalmou / e toda a tarde estivemos e a noute e' calmaria. (nota: acompanhamos hu' patacho ingles que estava e' Salo.)» (RVEER. Fl. 118.v)

No dia 10 de Março, compraram uma grande quantidade de peixe fresco a uns pescadores que estavam na costa. De tarde, avistam Barcelona, e de noite, com condições meteorológicas especialmente agradáveis, avistam um bando de golfinhos que nadavam a Oeste:

«Quinta 10 – Continuou a calmaria: por haver pescadores na costa lançamos / lancha fora e se comprou bastante peixe: de tarde houve / algum vento brando noroeste: avistamos Barcelona: de noute / estivemos em calmaria: nesta tarde vimos quantidade de golfinhos/ nadando a oeste.» (RVEER. Fl. 118.v)

Dois dias depois, no dia 12, à noite, enquanto a embaixada avistava o cabo de Creos, uma setia genovesa chegou à nau do embaixador. O capitão fez-lhe sinal para receber os tripulantes a bordo e são dadas as costumadas salvas. No entanto, já a bordo, não tiveram nenhuma notícia para contar:

«Sábado 12 – Amanhecemos a vista do cabo de Creos ultima de Cathalune e’ calmaria / tinha-se de noite chegado a nos uma setia co’ a bandeira genovesa: ao / nosso capitão lhe fez sinal co’ peca para vir a bordo: pelas 12 nos salvou / co’ 5 tiros: a que respondemos co’ um e vindo a falar não deu novas / alguas: refrescou o vento noroeste: de tarde acalmou, porém sempre / co’ mareta de leste: de noute continuou a calmaria mas por / sere’ os mares contrarios retrocedemos a 1h na Palamos.» (RVEER. Fl. 118.v)

Sucessivamente, no dia 17, depois da embaixada ter atravessado o cabo de S. Marcos na ilha da Sardenha, foi dia de arranjarem as cordas e o velame que fora rasgado por entre os ilheús daquela zona:

«Quinta 17 – Intentamos fazer-nos a vela, mas a grande mareta e vento / norte nos impediu levar a ancora com que se passou o dia / em se refazerem as cordas e velas (...).» (RVEER. Fl. 120)

Dois dias depois, dia 19, é dia de celebrar S. José. A nau do embaixador entra na baía de Calhari às dez horas. A Guido, por já lá estar ancorada quando aparecem sauda a nau La Rosa com cinco tiros. Logo de seguida, a nau do Embaixador sauda a Nossa Senhora de Buenos Aires com dezanove tiros de canhão, a cidade de Calhari com cinco e, por fim, a Guido com outras cinco. Durante a manhã, o Vice-Rei solicita ao escrivão do Embaixador para que lhe procure saber se pretende entrar na cidade em regime de anonimato ou reconhecido, ao que o Marquês lhe agradece a atenção, mas delcara que preferiu o anonimato. O capitão da nau La Rosa já sabia que não iria a terra e, por isso, prepara um anel de pedras preciosas, nomeadamente com uma safira e dois diamantes, e um espadim de prata para mandar entregar ao Vice-Rei. O embaixador, a sua família, o secretário, o Padre Paiva e mais algum pessoal da comitiva embarcam em dois botes em direção às portas da cidade, às duas horas. No entanto, pela ausência de marés, não foi possível e tiveram de esperar. Enquanto aguardavam melhores condições, um criado do embaixador volta à nau, para buscar uma barra de ouro, de que o Marquês se tinha esquecido, para oferecer ao Vice-Rei. Assim que finalmente chegam às portas da cidade

deparam-se com o Vice-Rei e uma multidão de quatrocentas pessoas. Sucessivamente, deslocam-se para visitar a Igreja das Mercês, onde prestam culto com orações e cânticos, que foram acompanhados pela música de um órgão. No fim, teve lugar uma troca de presentes; o embaixador manda o seu comissário entregar as barras de ouro ao Vice-Rei e, em troca, recebe um presente de relíquias. De lá foram visitar uma nova igreja, ainda em fase de construção. No fim da visita, após se terem despedido da comunidade religiosa, o Embaixador e a restante comitiva e embarcam na sua nau onde pernoitam, exceto alguns criados, que decidiram ficar em terra, na casa do capitão do porto:

«Sábado 19 – Dia de S. Joseph de Madrugada avistamos Calhari: entra-/ mos na Bahia pelas dez horas: a nao Guido estava anchorada / na (...) porto e nos salvou vo' cinco tiros: demos fundo: / o salva a N. S. De Buen Ayre co' 19 tiros: depois a Cidade / co' cinco e o Guido co' tres: diseu missas e comunguei e por ser já tarde não / fomos antes de jantar a terra: Nesta manhã mandou o vicerei pelo / nosso escrivão da nao saber se S.Ex. se queria entrar na cidade descoberto se incognito : e que o / S.Ex. agradeceu escusando-se o que vendo ir incognito: pelas duas horas se emb- / arou S.Ex: e nos e toda a familia e o Pr. Paiva e / os dois botes e salvou a nao ao Sr.Marques co' 11 tiros e por haver marés não podemos / desembarcar a porta da terra donde nos havíamos des- / embarcar se não houvesse mareta: esperamos largo es- / paço enquanto voltou a bordo um criado de S.Ex. buscar uma barra de ouro que tinha esquecido / para oferta de V. Rei e chegado V. Rei havendo concurso de mais de quatrocentos pessoas discutse o / Sr. Marques do (...) perna nos (...) toda a fa- / milia e o Pr. Paiva fomos todos acompanhados do consul / de genova e varios pessoas em Romaria a Nossa Senhora que he hu espaço grande / da porta da Igreja esperou a comudido dos religiosos da N. S. das Mercés cujo he a Igreja e o 8º / comissário lançou agua benta ao S. Ex. entramos na Igreja que tinhão / Lumiado co' bastantes luzes: puzeram ao (...) Embaixador gene- / satario enquanto oramos cantando ao orgão a / Salva Rainha e depois (...) Vilanova da historia d (...) feita a oração / ofereceu a S. Embax. a (...) nas mãos de 8º comissário uma barra de ouro de valor de seis centos (...) : / asmais pessoas fizeram duas ofertas: sabio o S. Embax.: e nos depois ao (...) de (...) derãonos / reliquias da arca: calçamos-nos e acompanhado da Comunidade foi o Sr.Ex. ver a / Igreja nova que este ainda imperfeita e despedido dos re- / ligiosos nos viemos embarcar ficando alguns criados / do S. Ex. em terra e casa do capitão do Porto: chegamos a bordo: e se passou a / noite. (o nosso capitão por estas estadias de lema não foi a terra mas mandou de regalo a (...) hu' anel que trazia de 20 (...) co' / hua' zafira e dous diamantes: e tambe' hu' espedi' de prata.)» (RVEER, Fl. 120.v)

No dia seguinte, domingo dia 20, ainda se encontram em Calhari. O Marquês e a restante comitiva celebram o Domingo de Ramos a bordo devido ao vento que tinha vindo a crescer e que acabou por impedi-los de ir a terra, à catedral, para assistirem ao sermão

do Arcebispo, como tinham previamente planeado. Só conseguem tal propósito apenas às duas horas, num bote. Desta vez, quem acompanhou o embaixador à cidade foi o secretário, o auditor e alguns gentis-homens. A cerca de metade do caminho, até Calhari, encontram o capitão do porto que, muito embora o embaixador não desejasse, por querer manter o anonimato, quiseram fazer-lhe as honras militares. Assim que os oficiais de guarda vêem o Embaixador a dirigir-se às portas da cidade, abatem os espontões e as bandeiras. De seguida, o Marquês e a sua comitiva esperam o coche que o Vice-Rei lhe mandou para se deslocarem até à Igreja dos Mínimos, onde assistem à cerimónia, que D. Lázaro Leitão descreve com particular pormenor. Da igreja seguem para a casa do capitão do porto e lá esperam por um coche que os levasse até à catedral. No entanto, quando lá chegam, o Embaixador recebe um recado do Vice-Rei por um oficial de guerra, a comunicar-lhe que tinha ordenado a todos os oficiais de guerra que lhe fizessem as honras militares e que tinha mandado carroças especialmente para se deslocar à catedral, onde lhe oferecia o seu lugar da tribuna, para que assistisse ao sermão. As carroças chegam e levam o embaixador, o secretário e o auditor até à porta do Vice-Rei. Depois de atravessarem o paço, sobem para a tribuna onde o Vice-Rei já os esperava. Ordeiramente, todos, exceto o Marquês a quem o Vice-Rei lhe tinha concedido o lugar, todos se sentam segundo uma disposição hierárquica. Assim que o sermão termina, o Vice-Rei recebe o Embaixador nos seus aposentos, onde lhe serve chocolates e água de neve. Pelo fato do embaixador só ter saído da câmara do Vice-Rei ao fim da tarde, já não houve tempo para visitar o santuário. O embaixador aproveita o pouco tempo que lhe restava da sua visita para admirar a galeria e a varanda da Marquesa de Monte Maior, de onde partiu para a casa de um contratador, para ver um estudo de medalhas romanas, aqui permanecendo até às oito horas. Às nove, o embaixador e a sua comitiva regressam a bordo da nau La Rosa. No fim desta entrada, o secretário tece um comentário acerca da grande quantidade de riquezas que foram distribuídas entre soldados, guardas, pobres e outras pessoas nestes dois dias de visitas a Calhari:

«Domingo 20 – cresceu o vento e Mareta de norte que impediu S. Ex a terra / assistir ao Domingo de ramos na catedral como determinarão: deuse / missa comungou S. Ex., e pelas duas horas da tarde se embarcou / S. Ex. para ir a terra ouvir na catedral o sermão do Arcebispo / fui eu em sua companhia e o auditor, e alguns seus gentilho- / mens: a meia travessia do porto encontramos o capitão dela / que se meteu na nossa bote, dizendo ao S. Ex. tinha ordem / de Vicerei para lhe mandar pegar nas armas e fazer as mais/ honras militares e não obstante a

repugnancia de S. Ex. / que desejava entrar incognito ao desembarcar na porta / da cidade lhe abateram os espontões e bandeiras três vezes os / oficiais da guarda que estavam sobre as armas. (...) esperou / o coche que o capitão disse mandava o Vicerei entrou S. Ex. / na Igreja dos minimos, que estava a vésperas no coro, onde / notamos uma nova cerimónia, pois no tempo em que no coro / se havia de cantar o verso o crux ave spes venita, sahirão / da sanchristia, um padre co' capa de arperges co' (...) lenho / cruz lados dous frades co'velas nas mãos, e adiante outro / co'outra vela e um chorista co' sobrepelis e niursa e todos / co' hus veus grandes os rostos cobertos e subindo os três ao al- / tar lançou a benção co'a cruz ao povo e recolherão / sanchristia: de aqui subiu S. Ex. a casa do capitão do / Porto a esperar o coche e ali teve recado do Vicerei por / um oficial de guerra em que diria que tendo noticia que S. Ex. es- / tava em terra ordenava aos oficiais de guerra lhe fizessem as / devidas honras militares, e mandava a S. Ex. carroças para / ir a cathedral oferecendo-lhe o lugar da sua tribuna para / ouvir o sermão: agradeceu S. Ex. e vindo o coche / se meteu nele S. Ex. eu e o auditor, e nos apeamos a / porta de Vicerei onde a guarda fez a costumada honra / militar: e subindo S. Ex.: fomos para a tribuna que he pa / dentro do paço, nela estava o Vicerei que salvo fora dela / esperar S. Ex. e lhe deu a primeira cadeira ficando na 2ª o Vice- / rei: na 3ª o conde (...) das gales , na 4ª o auditor e na 5ª / eu: e todos os mais oficiais de guerra e consul de genova / ficaram de pé: ouvimos o sermão que pregou o (...) / (...) no pulpito assistido do Duque e hu' conego mais antigo / sentados ambos no mesmo pulpito tendo ao arcebispo / no nono, o qual pregou e (...) e os conegos estavam co' / Roquetes e arminhos de que uzão pelo máximo: acabado / sermão levou o Vicerei ao S. Ex. para a sua cama- / ra onde estiverão (...) e o regalou co' chocolates e agua / de neve: e despedido do Vicerei que acompanhou o S. Ex. athe' ao patio da escada e entrou S. Ex. na sé que / por ser já no fim da tarde se nos não mostrou o santuario / meteuse S. Ex. co' nosco no (...) e ao sahir da porta do Caste- / lo se lhe deu salva co' quinze tiros de canhão aos quais / respondeu o capitão da nossa nao co' outros quinze: foi S. Ex. ver a galaria e / baranda da Marquesa Montemajor abre p.feitissimo de todo o primor. Subiu / sua Ex. a casa de um contretador ver hu' estudo de medalhas romanas e' que se deteve / athe' as oito horas neste dia gastou S. Ex. e' esmolos a soldados, guardas, pobres / e mais pessoas co' (...) e já no dia antecedente tinha gasto na mesma forma / muitas moedas viemos a bordo pelas nove horas.» (RVEER. Fl. 120.v – F. 121)

No dia 21, é a terceira e última vez que o Marquês tem a oportunidade de visitar Calhari e, por isso, procura ir aos locais que mais desejava conhecer na cidade, em particular a cathedral e o santuário. Dando-se conta do bom tempo, logo pela manhã, fazem planos de ir a terra. No bote vai o Marquês, o capitão do porto - que teve a oportunidade de o visitar nessa manhã e a quem o embaixador oferece uma bengala preciosa -, o secretário, o auditor e o seu secretário e um gentil-homem. Enquanto viajam até Calhari, encontram o secretário do arcebispo que tencionava visitar o embaixador. Assim que

desembarcam no seu destino, são acompanhados por vários jesuítas e escoltados por oficiais de guerra. O primeiro local aonde o Marquês se dirige é a igreja, onde ouve missa, e de lá vai visitar a Nossa Senhora da Piedade. Num coche enviado pelo Vice-Rei, vai o embaixador, o secretário e o auditor visitar a casa de um noviciado da companhia de Jesus e a respetiva igreja. No fim da visita, foi feito ao embaixador o convite para lá almoçar. No entanto, o Marquês já tinha marcado almoço com o Vice-Rei. Na sala onde o almoço tem lugar, o secretário observa os convidados e os respetivos lugares onde todos se sentam. O primeiro lugar na mesa foi cedido pelo Vice-Rei ao Embaixador; logo no segundo ficou sentado o Vice-Rei; no terceiro, o General das galeras e no quarto estavam sentados os oficiais de guerra dos filhos do Vice-Rei. Entretanto, o Capitão do porto, o secretário e o auditor deslocam-se de coche para estar na companhia dos padres e de mais dois gentis-homens até às três horas. Depois deslocar-se-iam até à catedral para esperar pela chegada do Embaixador, que iria visitar o santuário, a catedral e uma coleção particular de moedas de um cónego da Sé. Acabada a visita, deslocam-se de coche para o Colégio dos Jesuítas. Assim que lá chegam, deslocam-se até ao refeitório, onde lhes serviram doces e vinho, brindando todos à saúde do Marquês. Sucessivamente, o Embaixador mandou visitar o arcebispo, mas, por este ter estado ausente, seguiram em direção à praia, para que o Embaixador, o Padre Paiva, que tinha estado durante estes dias hospedado pelos padres, e a restante comitiva embarcassem. A bordo estava o Senhor Prior e os religiosos da Nossa Senhora de Buenos Aires para agradecer ao Marquês pelas esmolas que deu ao convento e, como forma de agradecimento, quiseram oferecer galinhas, entre outras coisas. O embaixador recusou todos os presentes, exceto um pequeno livro de história:

«Segunda 21- Amanheceu o dia claro, e tendo S. Ex. gosto de ir ve a cathedral / o santuario donde os p.es lhe puserão alcatifa e cochim, e o capitão do porto que tinha vindo visitar o S. Ex: S. Ex o regalou co' hua bengala obra da Ana china Reita / se meteu no bote, eu e o auditor, e o seu secretario e um / gentilhomo': e a mea travessia do Porto / encontramos o secretario do arcebispo que da parte dele vinha visitar o S. Ex: desembarcados / acompanhados de varios officiais de guerra e do p. R.er da Comp. / entrou S. Ex. na casa profesa onde ouviu missa depois / visitou nossa senhora da piedade: a chegar do coche que mandava / o Vicerei se meteu nela S. Ex. eu e o auditor e fomos ver a / caza do noviciado da Comp. cuja Igreja he de bellissima forma / e insistindo os p.es co' S. Ex. para que lá jantasse se escusou S. Ex. / pela razão de estar convidado pelo Vicerei, onde foi jantar: na sala do Vicerei estão os do / concelho ao L(...) : a mesa teve o 1º lugar S.Ex. o 2º Vicerei: 3º general das galeras / 4 hus officiais de guerra dos filhos

do vicerei: levando no coche o Capitão do Porto: eu e o auditor / ficamos co' os p.es e mais dous  
gentilhomens de S. Ex. e pelas 3 horas / da tarde fomos para a Sé esperar S. Ex: o qual chegando  
dele / mostrou o santuario onde há infinitas reliquias: o (...)e / outros cónegos assistirão S. Ex:  
e visto co'todo o vagar a ca- / tedral: veio o S. Ex. ver um estudo de medalhas de um conego da  
mes- / ma cathedral Bispo auxiliar dela, depois foi S. Ex. co' nosco / no coche ver o (...) de  
Comp. onde no refeitório derão os 8.er / doces e vinho e bebeu o P. R.er a saude de S.Ex. de aqui  
man- / dou S.Ex. visitar o arcebispo que não estava em casa, e chegando / a praia se embarcou  
S. Ex. e o Pr.Paiva que tinha estado hospedado / pelos p.es do (...) estes dous dias: e chegamos  
a nao pouco depois das / ave marias : aonde estavam eesperando o S. Ex e o Sr. Prior e seus  
religiosos / de N. S. Da Bi (...) cri Ayre agradecerlhe da parte do Convento a esmola: e  
despedidos / quiserão oferecer a S. Ex. um regalo de galinhas e outras cousas que S. Ex. / lhe não  
aceitou excepto um livrinho de historia de 3ª.» (RVEER. Fl. 121)

Chegado o dia de se despedirem de Calhari para seguirem com a viagem até Génova, o Embaixador recebe muitas visitas e lembranças. De manhã, o Marquês recebe duas visitas; uma pela parte do capitão do porto e outra dos Padres da Companhia. De tarde, recebe uma carta enviada pelo Geral da Companhia, que se fez acompanhar de uma caixa que continha um livrinho sobre a história de Nossa Senhora de Buenos Aires, uma preciosíssima xícara de coco com um pires grande, ambos revestidos a filigrana de prata e duas bisetinhas (?) de sabonetes finos para lhe oferecer. O Embaixador retribui o gesto, enviando de volta outra caixa com regalos através de seis padres cardiais. Os presentes não páram de chegar e, já de noite, o Marquês recebe outro conjunto de brindes, entre eles duas cubas de vinho, seis cestos de verduras e oito de pão, todos entregues por um gentil-homem em nome do rei, que desejava saber notícias do embaixador. Aceitando a prenda, e na tentativa de lhes agradecer, o Marquês decide entregar ao capitão um anel com uma grande pedra preciosa, mais concretamente um rubi, dois diamantes ao gentil homem e moedas ao soldado e aos barqueiros. De madrugada, a embaixada planeia então partir:

«Terça 22 – Pôs-se o tempo favorável para nos fazermos a vela , fez o nosso capi- / tão sinal co'  
peça de leva para ver a gente que estava em terra: veio a / bordo o capitão do porto saber como  
S.Ex. tinha passado, e o mesmo / fizeram hus p.es da Comp. e' nome do R.er della: de tarde  
mandou / o co' hua' carta a S.Ex. e' que lhe mandava hu' livro da historia de N.S. de Buen /  
Ayre e hua' chicara de coco coberta de filigrana de prata co' hu' / pires de filigrana grande e'  
duas bisetinhas de sabonetes finos que o S.Ex. aceitou / e lhe respondeu mandando-lhe tambe'  
hua' caixa e deixarão co' seis padres / Cardiais : de noute chegou hu' gentilhomem de visita / da  
parte delle saber de S.Ex. e oferecendolhe e' nome de El Rei /Catholico hu' refresco q (...) e'

120 (...) 20 p(...) / 2 cubas de vinhos 6 cestos de verduras 8 de pão: e juntamente / da parte do filho do Vicerei o desculpou se elle não vir a bordo por neste / dia estar ocupado na Cidade co' hua' procissão de que era protetor: S.Ex. / agradeceo o mimo e o mandou entregar: ao capitão deu hu' anel / de uma pedra rubi grande e dous diamantes ao gentilhomem e / huas' moedas e um soldado e barqueiros: de noute continuou / bom tempo, e nos puzemos correntes para sairmos de madrugada.» (RVEER. Fl. 121 – 121.v)

Dias depois, no dia 26 de Março, avistam logo pela manhã a ilha de Monte Cristo. De seguida, celebra-se a bordo o Sábado de Aleluia, por este ser o último dia da semana santa. A cerimónia realiza-se com a participação do 8º capelão que dirigiu as orações. Além disso, festejam ainda esta data especial com ladainhas e cânticos, sendo que, na Glória, soaram todas as campainhas, abuares e tambores. Posteriormente, avistaram toda a costa de Córsega coberta de neve e, sucessivamente, cerca das quatro horas, avistam as costas de Itália e a ilha de Elba. Durante o resto do dia, especialmente durante a noite, navegam com especial precaução devido às pequenas ilhas que se concentravam à sua volta:

«Sábado 26 – Amanheceu e' calmaria, vimos o Monte Cristo: fezse a cerimónia / da Aleluia rezando o 8º capelão revestido as Ladainhas\_ e a gloria tocaram / todas as campainhas Anos abuares e tambores: continuou a calmaria / vimos a costa da corsega toda coberta de neve: pelas 4 oras da / tarde refrescou vento Oeste: viose hua' vela que vinha do Sul: des- / cobrimos terras de Itália, e a ilha de Elba e (...): e logo pelas 4 / oras se mudou o vento a Nordeste, que por ser contrario fizemos bordos pequenos / por causa das ilhas de que estavamos rodeados: antes das seis acalmou de todo: pelas / 9 refrescou vento sul com que fizemos algum caminho: pelas dez tornou a / acalmar pelas onze refrescou outra vez vento Sul que acalmou pela mea / noute: pela uma refrescou vento contrário norte, que nos obrigou / a passar toda a noute com cuidado por estarmos rodeados de ilhas / e fizemos varios bordos pequenos.» (RVEER. Fl. 121.v – 122)

Um dia antes de chegarem ao porto de Génova, o capitão da nau do embaixador manda o escrivão a Génova num bote, durante a noite, para avisar que a embaixada tinha chegado:

«Terça 29 – Continuou a calmaria: perdeu-se de vista o navio holandês e / viu-se uma vela por leste: de tarde mandou o capitão / em o bote ao escrivão da nao que fosse de noite a genova / levar a nova de que eramos chegados: de noite continuou / a calmaria.» (RVEER. Fl. 122)

No dia seguinte, dia 30 de Março, a embaixada extraordinária do Marquês de Fontes dá por terminada a viagem assim que chega ao molhe de Génova, por volta do meio dia. Assim que chegam, saudam o castelo com vinte e dois tiros de canhão, cinco Pais Nossos e Avé Marias. Sucessivamente, as naus da frota da embaixada e outras que estavam ancoradas no molhe salvam La Rosa. Assim que decidem dar fundo, a nau é rodeada de botes e viam-se pessoas que corriam até aos baluartes da cidade para assistirem à chegada da embaixada portuguesa. Entretanto, o escrivão chega à nau do embaixador e vem contar o ambiente de grande felicidade e entusiasmo que se vive por recebê-lo. À uma hora da tarde, as naus Loreto, Campaneli e Alfonso, arribam à costa da Catalunha. A Badraco chega a Livorno, onde descarrega. No entanto, corriam notícias de que os italianos não desejavam receber a nau Loreto, pelas doenças e mortes que foram reportadas em Barcelona e queriam que até os passageiros deles se livrassem dela e mudassem de embarcação. As três naus só conseguiram chegar a Génova às 21h por terem estado perdidos, devido a uma tempestade. A nau Loreto foi a única que não conseguiu obter a licença de saúde, facto que só veio a acontecer seis dias depois. Durante a tarde, o embaixador recebe a visita de Rui de Moura, D. Carlos e Luís de Guedes, que acabaram por contar ao embaixador e ao secretário o número de doentes e mortos que registaram na nau Loreto. Às quatro horas, o capitão da nau do Marquês desloca-se à cidade para obter a licença sanitária e o auditor, acompanhado por Carlos Gomes, fica incumbido de procurar uma locanda boa e grande, com todas as comodidades possíveis, para a estadia do embaixador:

«Quarta 30 – Antemanhã refrescou algu’ vento leste com que fizemos / algu’ caminho: amanhecemos a vista de genova / 7 legoas, e continuando o vento chegamos ao molhe de genova / pelo meo dia, salvamos o (...) do castelo co’ 22 tiros voas / viagens, o 5 padres nossos, e ave marias: depois nos / salvarão a nao loureto e as / mais naos da nossa conserva, e outros que estavam ancoradas / demos fundo concorrendo multidão de sente aos ba- / luertes e ameas da cidade: e pouco depois principiãrão / aloncorrer grande quantidade de botes a rodear a nao: / chegou a ela o escrivão da nao que tinha ido no bote / e trouxe novas da grande alegria e festejo co’ que esta nao era recebida / pelo que tinha padecido e tardado: soubemos também também que a nao / Loureto Campaneli e Alfonso em o dia em que nos entramos / o golfo elas arribaram a costa de cataluna aonde se detiverão / em bordos até as 13. Do mesmo mas e que aqui todoos os passageiros / e ainda alguns italianos da nao loureto desejerão por se livrar / da nao pelas doenças que padecerão tomarem terra em barcelona / e ali : mudare’ de navio, mas o capitão da nao Loureto por (...) / não desemparar a nao nunca quis tomar terra athe que entrando as / dezasete o golfo, depois as dezanove lhe sobreveo hua’ tal tromenta, que es- / tiverão de todo

perdidos, ella e as mais naos especialmente o do loureto, / porque ambos os pilotos iam doentes de malignas de que morrerão, mas foi / (...) servido livralos, aos 21 entrarão em genova todas as tres naos / e a de loureto não teve licença de saude senão despois de seis dias: a /nao de badraco que nos tinha acompanhado a 1h meia golfo arribou a Li- / orni, aonde descarregou: o patacho Ingles que nos acompanhou todo / o Golfo não tivemos mais noticias dela e entendemos se perderia / toda a tarde concorrerão muitas falvias e botes a rodear a nao, e / entre elas veio D.Carlos, Luís Guedes e Rui de Moura, que já estava / bom de todo e nos contaram o numero que tinham padecido na nao e que se não / mudaram para Badraco co' a carta de S.Ex. porquanto chegou ella despois de estar / a nao a vela em salô: pelas 4 oras foi a terra o capitão buscar a Licença de / saude , o auditor e carlos gomes procurar Locanda para S.Ex.: e chegado / no fim de tarde disserão que tinham escolhido boa e grande co' todos os comodos / nela.» (RVEER. Fl. 122 – 122.v)

### **3.5. A aventura e as peripécias a bordo**

No século XVIII viajar era ir ao encontro de um mundo de aventura, que é aflorado, ainda quede leve, neste relato. É ainda inerente à viagem marítima deste período o contacto com alguns perigos decorrentes da viagem em si, tais como as doenças e mortes a bordo, a falta de mantimentos, as tempestades marítimas, os desvios intencionais da rota principal, os naufrágios, ou o encontro com corsários, os erros por falha humana, entre outros mais.

Algures entre o cabo de Figueiras e o Algarve, no dia 19 de Janeiro de 1712, a frota da embaixada extraordinária do Marquês de Fontes experiencia uma noite particularmente perigosa pela agitação marítima e grande ondulação, provocada por um temporal. A intempérie prolonga-se durante os dois dias seguintes:

«Terça feira 19 – Mudando-se o tempo em sul co' alguas Rafegas e Agoa / e se procura alargarse de terra a noute muda a ( Nota: Neste dia se tirou esmola pela nau pelas almas pedindo a Deus. (...) o tempo ) / Leste tempestuoso co' mar muito grande e co' algum perigo / achando-se perto da terra.» (RVEER, Fl. 113)

Dois dias depois, no dia 21 de Janeiro, D. Lázaro Leitão faz o registo do primeiro episódio aventuroso da viagem da embaixada a respeito de um navio de origem desconhecida, que começa a perseguir a nau Campaneli:

«Quinta feira 21 (36.201) - Pela manhã se descobriu uma nao que dava casa (caça) a nao / Campaneli o qual deu alguns tiros de aviso e despregou so / bre ela a qual vendo a nao se perdeu da vista retirandose : a / noute seguiu o mesmo tempo e se alargava o mar co' bordos. » (RVEER, Fl. 113.v)

No dia 23 de Janeiro, resolve-se o mistério, descobrindo-se que afinal o navio que tinha perseguido a nau Campaneli tinha hasteado uma bandeira Inglesa:

«Sábado 23 – O vento se alargou a sul sudueste, e' Jact. fomos a volta da / Costa de Portugal e se perde de vista, calmou um pouco o vento / mas os mares grofios balancando muito a nao não deixão ainda / pela meza , tomase a altura de 8 (...) achase em 36 graus / e 6 minutos fassse sinal a Loureto para que venha falar e / perguntado se altura dizia ser 36 e 22 minutos, veo tão / bem falar a nao Campaneli e disse achava em 35 e 52 mi /nutos e que a terra que se tinha visto era infalivelmente Cadis / Janibe disse que o navio que lhe tinha dado cassa tinha posto / bandeira Inglesa mas que elle julgava ser Frances Sahido / de Cadis, a noute se observou a lua cheia e dahi a hua / ora sendo o (...) sereno se observa (...) : entrada / a noite o vento refrescou e contrario:» (RVEER, Fl. 113.v)

Derivado à intempérie que teve início no dia 19 de Janeiro e que se prolongou nos dois dias seguintes, o mastro da nau Campaneli é concertado com um grande lenho levado pela nau La Rosa no dia 28 do mesmo mês:

«Quinta 28 – (...) as onze / sem (...) Tangera e se' fazer ferias de Velas pa esperar Lou / reto : se bota a lancha ao mar para levar hu' lenho grande / ao navio de Campenali para consertar o seu mastro que na tro / menta tinha padecido. (...) » (RVEER, Fl. 114)

No dia seguinte, 29 de Janeiro, depois da embaixada ter avistado a Serra Nevada, em Espanha, à uma da manhã, o capitão da nau La Rosa foi acordado para receber a notícia de que se tinham avistado doze naus. Perante o grande sobressalto e assim que tomadas as devidas providências, fez-se safarrancho e deram um tiro de aviso para as restantes naus da embaixada se reunirem:

«Sexta 29 – Cortejando co' o mesmo vento de Oeste a Hespanha / as 8 se avista Malaga: a 12 Serranevada: continuando / o tempo fresco se toma o bordo pelo mar: a 1 depois da mea / noute estando o capitão dormindo foi avisado que se vião naos / que dizerão ser cinco, e depois doze:

todos se levantarão faz / se safarancho pondose as armas no convés : se fez sinal / co' pólvora aos mais navios nossos para que se juntasse'.» (RVEER, Fl. 114)

Sempre que um capitão recebesse um aviso de que se estava a avistar uma nau de origem desconhecida ou uma outra situação de emergência, mandava os seus marinheiros fazerem safarrancho como medida de precaução e disparavam um tiro para reunirem a frota. Esta ação, composta por uma sucessão de acontecimentos organizados, ordenava que a tripulação comesçasse por evacuar o convés do navio e que, de imediato, trouxessem as armas e se colocassem nos seus postos, prontos para uma possível batalha que se pudesse desencadear entre os navios.

Na manhã do dia seguinte, dia 30, D. Lázaro escreve que se descobre que os navios avistados podiam ser Ingleses, mas, porque não se conseguia ver bem a bandeira no estandarte, não havia certezas:

«Sábado 30 – Ao amanhecer se descobrio sere' doze os navios que vinhão / a nos: as 8 se vio claramente: a capitania que deu hu' tiro, e se julgou / ser Ingleses não se devisando claramente o estandarte : a nossa / nao tomou logo a Gavia e lançou bandeira Genovesa como / tambe' as mais (...).» (RVEER, Fl. 114 – 114.v)

Porém, o próximo incidente, relatado na entrada do dia 1 de Fevereiro de 1712, retrata uma das adversidades com que as tripulações das embarcações da época mais se deparam durante uma viagem marítima. A falta de mantimentos e a desnutrição eram um cenário aberto para vulnerabilidades, tais como doenças que em muitos casos podiam levar à morte. No princípio do dia 28 de Janeiro o capitão da nau Loureto já havia participado ao capitão da nau La Rosa a escassez dos recursos existentes a bordo e ajudados com vários sacos de feijão, favas, arroz, azeite, entre outras provisões para conseguirem subsistir até à próxima oportunidade de se abastecerem. Tendo em conta o número de tripulantes, as porções não teriam sido as mais adequadas para o número de dias que foram passando. Como resultado disso, nessa jornada, foram contabilizados oito doentes na nau Loreto:

«2ª. F. 1. 2. – (...) a nos participarão a noticia de meo gotado / e' que estava a fim nao co' mais de 8 doentes, e falta de man- / timentos mandoule lancha a terra para saber se se podia fa- / zer angroa a e comprar algu' refresco. / de noute acalmou o tempo.» (RVEER, Fl. 114.v)

Passados três dias continua a não haver oportunidade para se abastecerem de mantimentos e, por isso, há uma evolução drástica no número de doentes na Loreto, subindo para 65 doentes o número de atingidos com febre maligna. Perante este cenário, o capitão solicita o auxílio de um médico ao seu homólogo da nau La Rosa:

«5ª. F. 4. – Segue o mesmo tempo fresco, e tomando a fazer as mesmas / instancias o Loureto se determinou chamar os outros capitães / a concelho onde se determinou que Loureto querendo pudese ir / para Gibraltar para procurarse o que lhe faltava, e que concertandose / o tempo se esperaria na Roqueta por trinta ou quarenta / oras: fez tambe’ instancia o Capitão de Loureto para que fosse o me- / dico diser havia 65 doentes de febre maligna: por causa / do tempo ser tromentoso não pode desanchorar Loureto: o / nosso capitão tomou o expediente de mandar a Almeria / hu’ clérigo passageiro de Galisa o qual se offereceo a ir levar / cartas ao consul de Genova e’ que o nosso capitão lhe pedia algu’ re- / fresco e angoada : a noute seguiose o tempo barras- /coso e violento.» (RVEER, Fl.115)

D. Lázaro Leitão regista então os três primeiros mortos da nau Loreto na entrada do dia 6 de Fevereiro. O médico que o capitão procurou junto ao capitão da nau do embaixador deu a informação de que se recusou a ir ao navio pelo elevado risco de contágio:

«Sab. 6. – o tempo se mostrou vario mas brando e o Loureto por esta / razão não pode arribar para Gibraltar. Veo o escrivão de Loureto / a nosso bordo e foi instancia pelo medico que não quis ir pelo risco / de contagio das doenças morrendo na nao 2 e hu na nao :» (RVEER, Fl. 116)

Na entrada do dia 9 de Fevereiro, as naus foram surpreendidas de noite por dois navios inimigos que navegavam em direção à frota da embaixada, pelo que fizeram prontamente safarrancho. De longe pensavam que seriam embarcações de mouros, mas ao se aproximarem constatam que um dos navios trazia uma bandeira inglesa e outra vermelha. Sucessivamente, pelo fato do mar ter engrossado, as naus foram obrigadas a fazer um desvio na sua rota para voltar atrás a Gibraltar. Por fim, ambas as naus seguem em direção a Almeria:

«3ª. F. 9. – Continuando o mesmo vento se descobrirão pela madrugada dois navios / que navegavão a nos, fezse safarancho e se chegarão a duas legoas, e / se conhecerão ser de mouros , pelo que o nosso capitão se (...) co’os nossos / navios, e chegandose mais a nos os navios descobrimos trazere’ bandei- / ra vermelha e outra inglesa: e pelos mares engrosare’ fomos

obrigados / a arribar para Gibraltar o que fizemos, e os navios inimigos se fizerão/ a Almaria, e depois se fizerão ao largo : o tempo continuou de leste / toda a noute.» (RVEER, Fl.116)

Assim sucessivamente, a dia 10 de Fevereiro, D. Lázaro Leitão descreve mais um encontro com dois navios. Momentos mais tarde descobriram que as naus eram as mesmas avistadas do dia anterior e, por isso, decidem juntar a armada por precaução:

«4ª. F. 10. – A vigia do Gabia disse descobria 2 navios por Leste que / ficava a nossa popa: pelo que se fez safarrancho pondose as armas / e trazendose ao conves: e depois de algu’ tempo se conheceo / sere’ as do dia antecedente. Pelo que se unirão as nossas naos: as dez / seguindo o vento leste fresquisimo o capitão determina: arribar / a Gibraltar chegandose quase hua’ legoa de nos as duas naos, / as quais pela navegação que fazião se entendeo não vinhão a nós: / as tres oras se descobrio o monte de Gibraltar e as 4 seguindo / o vento fresco nos achamos na boca do estreito: as 5 o entramos / mas porque o vento era fresco não podemos dar fundo senão feita / noute: as sete mandou o nosso capitão na lancha ao escri- / vão saber do Loureto alguma’ noticia que a não trouxe , e se dice / que naquelles tres dias lhes morrerão tres pessoas tendo 80 doentes, / e que a nao fazia muita agoa: continuou de noute o vento leste. » (RVEER, Fl.117)

Neste dia, a nau do Embaixador recebe notícias da nau Loureto pelo escrivão que lá enviou. Tomou-se, assim, conhecimento de que havia 80 doentes a bordo, 3 mortos e que a nau estava em más condições, metendo muita água.

No dia seguinte, dia 11 de Fevereiro, quando o escrivão foi a terra para se encontrar com o cônsul e o capitão da nau La Rosa, ouviram a notícia de que os franceses tinham queimado uma frota e saqueado uma baía:

«5ª. F. 11. – Continuou o tempo Leste, foi o nosso escrivão a terra / falar co’ o consul o qual mandou chamar o nosso capitão que ain- / da que o mar era inquieto foi, e falou tambe’ co’ o governador / ao qual como de (...) lhe dizia trazia na nao a S. Ex.: e tornando / de terra nos contou o capitão que e’ terra corria novas de que os / Franceses tinham saqueado a Bahia e queimado a frota.» (RVEER, Fl. 117)

O Mediterrâneo é geralmente conhecido por ser um mar facilmente navegável, dado a sua tranquilidade característica. Porém, segundo Edite Maria Alberto<sup>273</sup>, este mar

---

<sup>273</sup> Edite Maria da Conceição Martins Alberto. *Um Negócio Piedoso: o Resgate de Cativos em Portugal na Época Moderna*. Tese de Doutoramento apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2010. p.vii: «O perigo de ataques de corsários e piratas, eminente no mar, tanto nas grandes

e as zonas costeiras eram alvos constantes de assaltos por parte de corsários e piratas.

Durante a manhã do dia 19 de Fevereiro, a frota da embaixada não teve condições para desancorar, até às dez horas por se verificar maré baixa. Assim que a oportunidade surgiu, ainda que sem sucesso, fizeram uma nova tentativa para viajar, sendo a Loreto a última que saiu, uma hora depois. Porém, a nau Loreto disparou dois tiros de aviso, para que fossem em seu auxílio, devido a um embate que tinha sofrido durante a noite num banco de areia em que quase naufragou. O capitão da nau do embaixador foi com as suas lanchas, juntamente com mais pessoas, a oferecer ajuda. A nau Loureto foi então aliviada o mais possível e seguiu viagem com tempo favorável amarrada pela popa à embarcação do embaixador e do secretário. Logo após terem saído da situação de perigo dispararam um tiro para comunicar que se encontravam bem:

«6<sup>a</sup>. F. 19. – O vento se declara Oeste e fresco pelo que se da novo tiro, e athe as dez / oras se não pode desancorar, e as naos Inglesas e olandesas se fizerão tambe’ / A vela e hua’ ora depois de todos o pos tambe’ Loureto a vela: o qual que- / rendo dois o pelo bordo não podendo orçar pela pouca agoa e o que se achava / deu e’ (...) pelo que logo se recolheo as velas deu fundo por bandeira de cha- / mar e deu tiros pelo que fomos obrigados a arribar logo e dar fundo / como fizerão as outras nossas naos e hu patacho Cathalão que vinha e’ nossa / conserva: (...) ferido forão logo as nossas lanchas e o capitão e / gente acudir a nao Loureto donde vindo a noutee nos / dice que tendo dado e’ hu’ baixo de area , não tinha padecido por o / mar estar brando que se descarregava e’ hua’ (...) artelaria e algu’ / tabaco pelo que aliviando e depois enchendo a maré surguisse: o que / lhe botarão hua’ amarra que foi do nosso navio / por popa para impedir / se não metesse mais na area: acudirão tambe’ as mais lanchas / e de terra algu’s barcos para o consul mandou e o que mais ajudou a Li- / vrala foi estar o tempo quieto e o mar Leste : pela mea noute deu / hu’ tiro e’ sinal de que estava livre de todo o perigo.» (RVEER, Fl. 117v)

Dois dias depois, dia 21, a frota deparou-se com três navios de guerra ingleses com vinte, quarenta e cinquenta canhões. Primeiro, como medida de precaução, a nau do embaixador fez safarrancho. Em segundo, lançando no estandarte a bandeira genovesa, e ao ver que os navios também se identificaram com bandeiras inglesas, entraram na capitania com elas e fizeram-se as habituais salvas de cortesia:

---

embarcações que navegavam no Mediterrâneo e no Atlântico como nos pequenos barcos de pescadores, era também sentido nas povoações costeiras, que se viam alvo de assaltos, como atestam tantas histórias locais e tradições religiosas»

«D. 21. – As 11 sarpamos co'vento. Norueste brando, chegando ao cabo de N. / Sra. da Europa descobrimos tres navios, e por o vento se pos contrario / nos puzemos a capa: fezse zafarancho: e lancando bandeira geno- / vesa, a lançarão os navios Ingleses, e obrigado de vento Leste ar- / ribamos a dar fundo e entramos juntamente co' as tres naos de guerra / ingleses de 20 canhoes a capitania: e as outras de 50 e 40: salvamos / a capitania co' 5 tiros que nos respondeo co'três: pelas 4 oras da tarde e de- / mos fundo. » (RVEER. Fl. 117v)

No dia 23 de Fevereiro, a nau Loreto faz novo pedido médico para que pudesse avaliar o estado de saúde de Rui de Moura. Assim que aquele lhe faz o diagnóstico, toma-se conhecimento que Rui de Moura se encontrava perante um caso de febre contínua com sangramentos. Sucessivamente, aplicou-lhe o besuártico de curvo que a nau do embaixador lhe enviou:

«3ª. F. 23. – Navegamos co' bom tempo oeste, de tarde fez sinal Loureto, e man- / dou pedir o medico para Rui de Moura , que o foi ver e o achou co' febre continua / sangrado aplicoulhe o besuártico de Curvo que lhe mandamos.» (RVEER. Fl. 117v)

Dias depois, no dia 25, ao entrar no Cabo Martim, D. Lázaro Leitão descreve certos fenómenos que o deixam admirado, nomeadamente a observação de determinado peixe que lhes chamou a atenção pelo tamanho invulgar:

«5ª. F. 25. – Co' o mesmo vento passamos cabo de palos, e o golfo de Alicante / entramos no cabo Marti': viose hu' peixe de grandesa de hu' grande barco.» (RVEER. Fl. 117v)

No dia seguinte, dia 26, ao entrar no golfo de Valença, a embaixada teve de se desviar da sua rota devido à fúria das ondas que deixavam entrar quantidades grandes de água do mar e optaram por navegar por fora das ilhas, pelo lado Sul:

«6ª. F. 26. – Fazemos força por entramos no golfo de Valença mas por sere' / os marés per proa. Co' tal grandes ondas que alguns delles metião no navio sinc- / enta pipas de agoa: nos foi perciso cedendo a fúria dos mares deixar / o golfo , e nos fizemos por fora das ilhas navegando (...) pela parte do Sul. (nota: co'vento morna deste.)» (RVEER. Fl. 117v)

Sucessivamente, no dia 27, as condições climatéricas pioram e a frota da embaixada é surpreendida por um furacão. A tempestade persiste durante a noite inteira:

«Sab. 27 – Co' bo' vento e' poupa avistamos hasteamos Majorca: pelas / onze da noute ao entrar do canal entre Maiorca e Minorca de / de repente se levantou um furacão de vento norte co' furia / terrível amainandose as velas co' bastante trabalho toda a / noute se passou e' tromenta.» (RVEER. Fl. 117v - 118)

Durante o terceiro dia de tempestade, dia 28, tentaram navegar em diversos bordos, mas durante a noite a tempestade ofereceu novamente resistência em passar:

«D. 28. – Continuavão por todo o dia mares grofios e vento contrário, fi- / zerão varios bordos : de noute se aumentou a tromenta / e toda ella se passou a arvore seca de (...).» (RVEER. Fl. 118)

No quarto dia de tempestade seguida, dia 29, a embaixada temeu que a nau Campaneli tivesse naufragado, visto não haver sinal dela durante todo o dia. D. Lázaro Leitão regista a existência de mais furacões durante este período. Posteriormente, observam o fogo de Santelmo na nau do embaixador e na Campaneli e os marinheiros salvaram-no com três tiros:

«2ª. F. 29. – Proseguirão os Lestes: e' todo o dia se não vio a nao de / Campaneli, que co' a tromenta se tinha desgarrado: de noute hou- / verão algu's furacoes tempestuosos: na nossa nao/ e tambe' na / de Campaneli pelas noticias que depois tivemos / apareceo S. Telmo e / os marinheiros lhe derão como costumão salva co' tres boas viagens.» (RVEER. Fl. 118)

Já em Março, no dia 1, a nau Badraco comunica à nau do Embaixador que se defendeu de uma embarcação pertencente aos corsários, defrontando-a com tiros de canhão. Simultaneamente, existiu a preocupação em conhecer o paradeiro da nau Campaneli, já que o capitão da Badraco estava com receio de que ela tivesse sido abordada. Ao longe avistaram uma vela e, na expectativa de poderem ser os corsários que atacaram a Badraco, as naus da embaixada perseguiram aquela embarcação e fizeram safarrancho. Às quatro horas, descobriram que afinal a embarcação avistada era a Campaneli. De noite, porém, existiu uma nova situação de perigo. Num dado momento,

a Badraco colocou-se debaixo da proa do navio do Embaixador e, sucessivamente, debaixo da Loreto:

«1º de Março – Continuou o Leste: pelas 9 oras nos falou Badraco / dizendo que na noute passada estivera a tiro de canhão co' hu' / Cosario, e que receava que Campaneli estivese tomado: e porque / ao longe de oeste se vio hua' vela, nos resolvemos a lhe ir dar casa, fazendo Zafarancho / co'tudo o pano largo, e nos seguirão as mais naos, mas / pelas 4 oras conhecemos ser Campaneli, e por termos descaido / muito e os Lestes continuare' determinamos arribar a ilha / furminteira adjacente a Ivica: nesta noute a- / calmou o vento de todo, fazendo quase escuro nos vimos em grande / perigo porquanto Bradaco esteve debaixo da nossa proa e o / mesmo lhe succedeo depois co'loureto.» (RVEER, Fl. 118)

Este episódio com o navio corsário ilustra de forma particular o caráter aventureiro desta viagem da embaixada até Itália. Os corsários são, porém, frequentemente confundidos com os piratas. Neste contexto, segundo J. P. Oliveira Martins, «o corsário e o pirata, apesar de exercerem ações semelhantes, tinham estatutos diferentes, sendo difícil muitas vezes estabelecer a fronteira entre um e outro. Assim, nesta época, o pirata era o ladrão que actuava, geralmente no mar por conta própria, sem invocar qualquer justificação jurídica, nem estar dependente de qualquer intendida. Já o corsário tinha o seu estatuto legalizado por uma carta de corso ou de marca, exarada por um rei ou governador, autorizando a prática do corso a título de represália por danos não reparados»<sup>274</sup>. Os corsários, juntamente com as intempéries, os naufrágios, entre outras dificuldades, são aspetos quase sempre existentes no imaginário das narrativas das viagens marítimas. Tornam-se imagens que acompanham esta viagem da embaixada do Marquês de Fontes e conferem-lhe um caráter heroico e arrojado, capaz de cativar o leitor.

Assim, no dia 2 de Março, desancoram na ilha Formentera. D. Lázaro Leitão descreve-nos o episódio que a embaixada teve numa ilha despovoada, onde só se puderam abastecer de lenha. Durante o dia, Rui de Moura volta a sentir-se extremamente doente e manda pedir um médico para o que o venha ver. Este, ao avaliar o seu estado de saúde, recomenda-lhe que abandone a viagem da embaixada por estar em perigo:

---

<sup>274</sup> J.P. Oliveira Martins. “A liberdade do corso”, p. 51, *Apud* Edite Maria da Conceição Martins Alberto. *Op. Cit.*, p.165

«4ª. F. 2. - Refrescou vento Leste, e co'elle buscamos a ilha furmin- / teira aonde demos todos fundo pelas três oras da tarde, e vindo / bote a terra se não achou povoação ne' gente ne' agoa algua / (...) se fez lenha: mandou Rui de Moura pedir medico, / o qual o achou e' evidente perigo, e o mandou largar.» (RVEER, Fl. 118)

No dia seguinte, o secretário regista melhoras no que toca à saúde de Rui de Moura. Porém, Carlos Gomes, outro dos navegadores, ainda se mantém doente:

«5ª. F. 3. – Continuou o tempo contrário: principiamos a novena de / S. Francisca Xavier co' missa : tivemos novas de que Rui de Moura / estava melhor: Carlos Gomes continuava co' pouca melhora / na sua doença.» (RVEER, Fl. 118)

A 6 de Março, avistam-se de tarde duas embarcações catalãs. Posteriormente, sucede um episódio decorrente a um erro humano de que uma viagem podia estar dependente, sendo capaz de determinar o sucesso ou insucesso dela. Os marinheiros eram a parte da tripulação de uma embarcação que estava sujeita a mais fadiga, visto que desempenhavam um trabalho que implicava esforço físico e atenção quase constantes. Os timoneiros da nau deixaram soltar o leme e, segundo o secretário, foi um momento de muito alvoroço para o conseguirem atar novamente:

«Domingo 6 – Continuava pela marea: avvistamos 2 Catalun de tarde: a noute / estivemos e' calmaria: nesta noute descuidandose os timoneiros / largarão o leme, houve grande trabalho a bulha para o atare': refrescou al- / gu' vento norte, e navegamos co' elle a leste.» (RVEER, Fl. 118)

No dia seguinte, 7 de Março, quando se encontravam no porto de Saló, D. Lázaro Leitão regista mais um contratempo que teve origem em erro humano. No momento em que os marinheiros da nau do embaixador se preparavam para lançar a ancora, o timoneiro esquece-se de voltar o leme e por pouco não embatem contra um penedo:

«Segunda 7 – Cortramos Cathaluna co'vento norte brando, pore' / com bastante marea contraria, athe que pelas 10 horas da manhaa' se levantou vento / contrario leste fortissimo que nos obrigou a arribar logo a Cataluna aonde che- / gamos ao porto de Salo pelas 5 da tarde e estando para lançar anchora estive- / mos e' grande perigo porque equivocandose o timoneiro e' voltar o leme

nos hia / dando co'a nao sobre hu' penedo, a que se acudio co' toda adeligência: conti- / nuou de noute o vento leste: tivemos novas de nao loureto que Rui de / Moura estava livre de perigo.» (RVEER. Fl. 118)

Sete dias depois, no dia 14, a dez léguas do cabo de S. Sebastião, com os mares grofios e vento intenso, enquanto a nau do embaixador navega acompanhada por Badraco, um patacho inglês e, um pouco mais afastado, a nau Guido. Já a nau Loureto, a Campaneli e a Alfonso encontravam-se tão longe que pensavam que tinham arribado. O capitão da nau La Rosa decide entrar no golfo por supor que, no meio dele, os mares estariam mais calmos. No entanto, os ventos agravaram-se e os mares cresceram. Depois das quatro horas da tarde perderam de vista a nau Badraco. Durante a noite inteira, a tempestade atingiu o seu pico. O barco balançou tanto que a água do mar entrava nos aposentos do capitão, onde a família do Marquês de Fontes estava hospedada, e as camas deslocavam-se de um lado para o outro. Dadas as condições em que se encontrava o comando, a família do Embaixador teve de se instalar na sua câmara:

«Segunda 14 - Amanhecemos 10 legoas do cabo de S. Sebastião continuando o vento norte / rijo co' mares grofios : A nao loureto, Campaneli, e Alfonso app- / nas se devisarão muito longe e se entendeo tinhão arribado co' proa a oeste / Badraco, e o patacho inglês navegava junto a nos, e mais longe a nao do / Guido: o piloto foi de parecer se arribasse co' proa a Bonente athe ver / se passava a tempestada: porém o capitão resolveu se entrasse o Golfo, en- / tendendo que a meio golfo se minorariam os mares e largando a gavia / se for força de vela, mas por pouco tempo porque crescendo os mares / e voltado a nordeste co' mais furia o vento se cerrou a gavia e pelas / 4 horas de tarde também (...) quando : perdeuse de vista o Badraco, Cositi / nou por toda a noite co'igual furia, co' tais balanços nas naos que de hu' / a outro bordo corriam as camas, e entrando muita agua no comando do capitão / (...) se accomoda a familia de S.Ex. foi obrigada a vir para Camera de / S.Ex. aonde se passou a noite toda em tromenta.» (RVEER, Fl. 118.v)

No dia seguinte, dia 15, dado que a tempestade ainda se fazia sentir, a frota da embaixada arribou à ilha da Sardenha. Ao meio dia, as naus já se encontravam a 21° 25' do Estreito de Bonifácio. Por ser um local geralmente muito perigoso para as embarcações, pela grande concentração de ilhas, fizeram-se esforços no sentido de se afastarem dele. Todavia, as condições meteorológicas não eram favoráveis. As ondas batiam com particular impulso no costado da nau, o que fazia com que entrasse muita

água e tornasse a navegação mais difícil. Os marinheiros fizeram então inúmeras promessas de caminharem descalços até ao castelo de Génova. Entretanto, o capitão entra na câmara do Marquês de Fontes e pede para fazerem devoções e promessas a Nossa Senhora. De seguida, todos se confessam. Logo depois, o Padre Paiva põe em exibição uma toalha com sangue de São Francisco de Xavier, pelo que a família do Marquês e todos os restantes passageiros se dirigem à câmara do Embaixador a fim de se restabelecerem. Face às dificuldades do momento sentidas, todos prometeram ir descalços até à Nossa Senhora de Buenos Aires, na Sardenha. Enquanto rezaram o terço em ladainha, os marinheiros avistam terra. Toda a tripulação ficou contente pelo alívio que era, pelo fato de terem passado o Estreito e o cabo de Casia. Já de noite, a tempestade não deu tréguas à embaixada, «esperando em cada onda a morte e a sepultura»<sup>275</sup>. A nau balouçava de novo com tanta força que a tripulação não se conseguia manter deitada no chão agarrada às cordas. O auditor e um passageiro feriram-se na testa por terem durante caído nesta noite. Com o tamanho do cansaço que o capitão da nau senti, mal se conseguia manter de pé e o Embaixador, ao vê-lo nessa condição, não se deitou e mandou-o descansar. O Marquês de Fontes decidiu ficar responsável por vigiar a navegação durante o resto daquela noite tempestuosa, seguindo sempre as recomendações do piloto e dos oficiais:

«Terça 15 – Mudou-se o vento a oesnorueste co' demarcada furia, e / reconhecendo o capitão se não podia orsar se' evidente perigo da / nao, e receio de descalharmos em cabo corsa, se resolveu a arribar / a sardenha fazendo a proa a sulidoeste: pelo meio dia se tomou / o sol vinte e um graus e 25 minutos altura da boca de / bonifacio (...) perigosissimo , pelo que fez toda a força pa se / afastou dela mas batendo as ondas co' desesperada furia no cos- /tado da nao e metendo muita agoa dentro, per o perigo a todos / e' notavel consternação e desconfiados os marinheiros recorri- / ão a (...) fazendo promessas de vire' descalços ao (...) de castelo de genova / e entrando o capitão na camera de S.Ex. pediu recorrese a / N. Sra. Co' algumas devoções e promessas, e depois de nos confessarmos / todos, o Sr. Paiva pondo em publico uma toalha co' o sangue / de S. Fr. Xavier accodindo a camera de S.Ex. toda a sua fa- / milia e passageiros se lhe refez, e prome- /temos todos irmos descalços a N. S. De Bue' Ayre de Serd- / enha: rezou-se o terço e a Ladainha , e neste tempo os mari- / nheiros descobriram terra pela (...) se levanta, o que nos animou muito / para conhecermos estarmos livres de boca de bonifácio e cabo / de casia, do que mais nos receavamos: de noite continuou a / tromenta, co' tão grandes balanços , nem deitados no chão / e pegados a cordas nos sortinhamos: / co' auditor caindo de um a outro bordo se feriu

---

<sup>275</sup> RVEER, Fl. 119

na testa o (...) / nos sucedeu a um passageiro, e nesta noite / nem S.Ex. se despiu antes reconhecendo que o capitão da nao de Can- / ço se deita por se não poder ter em pé, e vigia S.Ex. toda / a noite indo por velas recomenda vigilâncias co' piloto / e oficiais, toda a noite se passou em um continuo susto, / esperando em cada onda a morte e a sepultura.» (RVEER. Fl. 119)

Segundo António Lopes e Eduardo Frutuoso, «as tempestades (...) suscitavam o fervor religioso dos navegantes», assim como os naufrágios que «originava[m] ardentes preces da parte dos ocupantes do navio»<sup>276</sup>.

Para além das aflições sentidas no dia 16, não se registaram alterações a nível climatérico, ao que o piloto pensava ser o último cabo da ilha da Sardenha. Assim que se aproximam, reconheceram estar numa situação de grande perigo, por ser o cabo de S. Marcos e ainda continuarem perto da costa. Todos os esforços foram feitos no sentido de se manterem ao largo. Porém, à uma hora navegam entre dois rochedos apelidados de Vaca e Touro, rasgando o velame à nau. Assim que entram no Golfo de Palma, abrigados da tempestade, decidem ancorar. Por volta das quatro e meia da tarde, entram na câmara do embaixador, onde rezam e se congratulam por terem superado e com distinção tormentas tão grandes como aquelas que viveram, com distinção. De noite, aproveitaram a ocasião para se alimentarem, visto que não tinham comido uma refeição cozinhada durante dois dias e, assim, retemperam as suas forças. A embaixada continuou a viagem, determinada e com alegria:

«Quarta 16 – Amanheceu o dia continuando-se a mesma tempestade / avistada por levanta terra, e entendendo o piloto / ser o ultimo cabo de sardenha pelo que o foi a tomar / porém já perto se reconheceu ser o cabo de S.Marcos / que fica quase no meio da ilha, e aqui nos vimos / em evidentissimo perigo por estarmos junto da Costa / e os mares e ventos (...) lançando-nos a ela / mas fazendo força de vela contra os mares e os ventos / foi (...) servido livrarmos também deste perigo mon- / tando a ilha de S. (...) as 11 horas, e passando pela uma / hora da tarde por entre os rochedos chamados / vaca e touro durando ainda a tromenta, que aqui nos / rasgou o velado, entramos o golfo de Palma, aonde abrigados dos ventos / contrarios lançamos ancora pelas 4 horas e meia: fomos logo / a Camera de S.Ex.: e de joelhos se rezaria (...) / a salvo Rainha ,e nos demos os parabéns uns aos outros de nos / vermos livres de tais grandes perigos: entrado a noite nos refi- / zemos de forças por haver dois dias se não comia /

---

<sup>276</sup> *Idem, ibidem.*

coisa que fosse a lume: passou-se a noite ainda (...) mareta / já sem susto algum e co' a alegria, igual aos turba- / (...) e sustos que tínhamos padecido.» (RVEER. Fl. 119)

No dia 23 de Março, enquanto as naus começavam a navegar ao longo da costa da Sardenha, a embarcação do Embaixador recebe notícias de que, se seguissem em direção Oeste, iriam encontrar três corsários Franceses:

«Quarta 23 – Amanheceu o dia co' bo' vento Oeste ao levar da anchora se embarca / a boia no leme e nos deteve athe ás oito oras, e' que nos fizemos / a vela co' bom vento. Salvamos o N. S. de Buen Ayre co' nove boas / viagens: nove tiros, e guido o fez co' sete: dicesse a missa de / paixão: e co' (...) viagem passamos o cabo de S.Elias e prin- / cipiamos a costear Sardenha pela parte de Leste navegando a duas / léguas e mea por hora, seguindo a navegação pela parte de Leste asi' pas- / soumos por esta parte o vento favorável como pela noticia que tivemos / de calhari de que pela parte de Oeste andavão três cosarios Fran- / ceses , e que continuavão as tromentas no golfo: de tarde se mino- / rou o vento: e de noute passamos quase em calma.» (RVEER. Fl. 121.v)

No dia 25 de Março, o secretário faz registo no seu diário da morte de um marinheiro na nau do embaixador, a quem tinham cortado a perna com uma mirra enquanto desempenhava as suas funções, ao sair do golfo de Palmas:

«Sexta 25 – Amanhecemos a vista co' corsega co'vento Oeste, brando enquanto / fizemos caminho: neste dia nos morreo hu' marinheiro a que tinhão / cortado hua' perna quando co' a mirra ao sahir do golfo de Palmaz : / pelo fim da tarde acalmou o vento e quase toda a noute se passou e' / calmaria.» (RVEER, Fl. 121.v)

Três dias depois, no dia 28, às oito da manhã, enquanto atravessavam ao largo da ilha de Górgona e olham os montes cobertos de neve de Toscana e Saboia, avistam uma embarcação que vinha na direção da nau do embaixador e, por isso, se fez safarrancho. Depois das três horas, o navio voltou a aparecer e, fazendo novamente safarrancho, supuseram que estavam a experimentar um encontro com um corsário Francês. Porém, às cinco horas, essa mesma nau lançou bandeira holandesa no estandarte, pelo que não representava perigo algum. De noite, apercebem-se que se encontravam a cerca de dezoito léguas de Génova:

«Segunda 28 – Amanhecemos 10 légoas além do cabo corsa ultima da ilha / de corsega, deixando tambe' atrás a ilha gorgona: avistamos / todos os montes de toscana e saboia cobertos de neve: e / na mesma forma estava toda a ilha corsega: pelas 8 da ma- / nhã descobrimos uma vela que vinha de leste: / em nossa dereitura , e por parecer navio que se fez / safarancho: acalmou- nos o vento de tudo, e o navio se fez / em outro bordo rodeando a ilha gorgora: e pelas três horas da tarde refrescou vento nor- / oeste com que nos fizemos a caminho: tornou o navio co' todo / o pano largo a nos buscar, continuou-se o safa rancho en- / tendendo-se ser cossario frances, pelas 5 ½ por bandeira olandesa e lancandoa nos genovesa amainando alguas / velas nos seguio ao largo como que vinha e' nossa conserva / anoitecemos longe de genova 18 legoas de fronte de golfo / de especie: de noite acalmou o vento e quase toda a noite / se passou em calma.» (RVEER. Fl. 122)

### 3.6. Impressões, formação e deslumbramento

O gosto requintado do Embaixador e da comitiva revela-se pelo interesse em visitar edifícios – palácios e igrejas -, coleções particulares – evidenciando uma educação esmerada e o contacto com as modas que predominavam na época e que se alargavam a toda a Europa. Por conseguinte, não admira que logo que lhes é permitido ir a terra, revelem a intenção de visitar não só as personalidades da terra, como também espaços famosos pelas características que ostentam.

Na entrada do dia 19, durante a visita do Marquês e da comitiva que o acompanhou a Calhari, o secretário regista um episódio que faz alusão ao seu encontro com espaços e edifícios que desperta o seu interesse pela arte. Na cidade, acompanhados pelo cônsul de Génova e mais algumas pessoas, foram em romaria ao santuário da Nossa Senhora das Mercês. Assim que chegaram a um grande largo, avistam a fachada da igreja. À porta, esperam comedidamente com os religiosos para entrar. Após o oitavo comissário ter lançado água benta ao Embaixador, puderam finalmente vislumbrar o interior da igreja, muita iluminada, onde celebrariam uma missa e lhe entregaram relíquias da arca da igreja. Depois da cerimónia religiosa, o embaixador e a restante comitiva, acompanhados pela comunidade, foram visitar a nova igreja ainda em construção:

«Sábado 19- (...) nos (...) toda a fa- / milia e o Pr. Paiva fomos todos acompanhados do consul / de genova e varios pessoas em Romaria a Nossa Senhora que he hu espaço grande / da porta da Igreja esperou a comudido dos religiosos da N. S. Das Mercês cujo he a Igreja e o 8º / comissário lançou agua benta ao S.Ex. entramos na Igreja que tinhão / Lumiado co'bastantes luzes:

puzeram ao (...) Embaixador gene-/ satario enquanto oramos cantando ao orgão a / Salva Rainha e despois (...) Vilanova da historia d (...) feita a oração / ofereceu a S. Embax. a (...) nas mãos de 8º comissário uma barra de ouro de valor de seis centos (...) : / asmais pessoas fizeram duas ofertas: sabio o S.Embax. : e nos despois ao (...) de (...) derãonos / reliquias da arca: calçamos-nos e acompanhado da Comunidade foi o Sr.Ex. ver a / Igreja nova que este ainda imperfeita (...)» (RVEER. Fl. 120.v)

No dia seguinte, o Marquês de Fontes ficou impressionado ao ver a galeria e a varanda da Marquesa de Monte Maior. Sucessivamente, subiu à casa de um contratador onde teve a oportunidade de ver uma coleção de medalhas romanas, demorando-se longas horas a admirá-la:

«Domingo 20 – (...) Foi S.Ex. ver a galaria e / baranda da Marquesa Montemajor abre p.feitissimo de todo o primor. Subiu / sua Ex. a casa de um contretador ver hu' estudo de medalhas romanas e' que se deteve / athe' as outo horas (...)» (RVEER. Fl. 121)

No outro dia, o Marquês teve a oportunidade tão desejada de visitar a catedral e o santuário de Calhari. De manhã, o embaixador, o secretário e o auditor visitam a casa de um noviciado da Companhia de Jesus, cuja igreja foi alvo de muita admiração pela beleza arquitetónica. Às três horas, o Embaixador deslocou-se da Sé até ao santuário para conhecer as infinitas relíquias com que este estava recheado. Sucessivamente, foram à catedral, onde o Marquês manifestou todo o interesse numa coleção de moedas de um cônego, bispo auxiliar:

«Segunda 21- Amanheceu o dia claro, e tendo S.Ex. gosto de ir ve a cathedral / o santuario donde os p.es lhe puserão alcatifa e cochim (...) a chegar do coche que mandava / o Vicerei se meteu nela S.Ex. eu e o auditor e fomos ver a / caza do noviciado da Comp. cuja Igreja he de bellissima forma / (...) pelas 3 horas / da tarde fomos para a Sé esperar S.Ex: o qual chegando dele / mostrou o santuario onde há infinitas reliquias: o (...) e / outros cônegos assistirão S.Ex: e visto co'todo o vagar a ca- / tedral: veio o S.Ex. ver um estudo de medalhas de um conego da mes- / ma cathedral Bispo auxiliar dela (...)» (RVEER. Fl. 121)

## **3.7. A passagem da embaixada por Génova**

### **3.7.1. O Itinerário**

Assim que a embaixada extraordinária chega a terra, depois da demorada viagem por mar, permanecem em Génova entre 31 de Março e 15 de Maio. No dia 16, o Marquês de Fontes, juntamente com toda a sua comitiva, embarca com destino a Livorno, em galeras fretadas, devido ao grande número de pessoas que o acompanhavam em viagem.

### **3.7.2. O Cerimonial em Génova**

No dia 31 de Março, após a frota da embaixada ter chegado a terra, dá-se início ao cerimonial da visita da Marquês de Fontes a Génova. Estão incluídos neste conjunto de formalidades as visitas a vários locais e pessoas, os almoços e jantares, o convívio, as celebrações religiosas, entre outros afazeres.

Neste dia, antes de saírem pela cidade, o Embaixador manda reunir nos seus aposentos a família, criados e assistentes, a quem chama a atenção para o modo como se deveriam comportar durante a estadia na cidade, de modo a contribuir para um ambiente cordial. A postura da embaixada deveria ser séria, discreta e honesta. Desta forma, pediu a cada elemento que entregasse qualquer arma que tivesse em sua posse. Por fim, adverte a comitiva para os pesados castigos a que estavam sujeitos, caso violassem as regras de conduta propostas. De seguida, o Marquês de Fontes parte da sua nau numa faluca, acompanhado pelo secretário, o auditor e mais alguns criados. Às onze horas, assim que chegam ao cais, o capitão separa-se da restante embaixada para ir ter com os marinheiros, a quem deu permissão para fazerem uma romaria descalços. O primeiro local para o qual se deslocam é a igreja de São Bernardo, onde assistem à celebração de uma missa. De seguida, saem e visitam a locanda de João Baptista Favelo por estar situada ao lado dessa mesma igreja, onde partilham da refeição o secretário e o auditor. Da parte da tarde, o embaixador recebe uma visita do Sr. Jorge Soares do Calvário da Santa Fé para levar cartas ao enviado de Portugal em Roma. De seguida, D. Carlos de Menezes, Rui de Moura Telles e Luís Guedes também visitam o embaixador, passando uma tarde aprazível a conversar sobre os sucessos da viagem. À noite, o Marquês recebe a visita do capitão da

nau Santa Rosa de Viterbo e, à hora da ceia, todas as visitas se despedem do embaixador:

«Quinta 31 – De madrugada salvou a nao a Cidade co’ cinco tiros e deu licença o capitão / aos marinheiros que sahire’ a terra fazere’ o dia romaria descalços, os quais / forão e’ varios botes que se juntarão: pelas 7 horas vão a terra Carlos Gomes / de S. Ex. prepparraolhe a Locanda: pelas 8 se vestiu e co’ pos / S. Ex.: e chamando a sua camara toda a sua familia, criados: e / servidores lhe fez hua’ douta advertência de be’ que devia proceder, hones- / tos, graves e pacíficos, alias o grave castigo que lhes havia dar e pedindo / a cada hu’ delles as armas que trazião lhe entregarão todas as pistolas, pis- / toletas, facas e punhais que traziam que S. Ex. recolheu: e se meteu e’ hua’ / faluca comiguo o auditor o capitão e algus’ criados de S. Ex. / e meus, e salvou a nao de S. Ex. co’ 13 tiros chegaos ao cais da cidade pelas 11 horas / e postos em terra o capitão se despediu de sua Ex. para ir satisfazer a sua / romaria a (...) de Castelo S. Ex. e o auditor e os criados entra- / mos nos pela Igreja que (...) S. Bernardo onde ouvimos missas ali fomos pela / Locanda junto a mesma igreja: caza de João Baptista Favelo a mesa de / S. Ex. jantei eu e o auditor: os (...) André de Paiva e seu companheiro se for- / ão hospedar a caza professa da Comp.: de tarde vão visitar a / S. Ex. O Sr. Jorge Soares do Calvário da Santa Fé e lhe trouxe cartas do en- / viado de Portugal em Roma vierão tambe’ D. Carlos de Menezes: Rui / de Moura Telles e Luís Guedes, e se passou toda a tarde em boa / conversa referindose hus’ e outros sucessos da viagem: a noute veio / o nosso capitão da nao ver a S. Ex: e feitas oras de ceia despedidas as visi- / tas ceamos e se recolheu S. Ex. e nos pelas 10 horas.» (RVEER. Fl. 122.v)

No dia seguinte, o Marquês de Fontes recebe visitas, nomeadamente do padre Tambini, da Companhia de Jesus. De tarde, foi passear a pé, acompanhado pelo auditor, o secretário, Rui de Moura, D. Carlos, Luís Guedes e a sua família, até à igreja Santo de Castelo, da ordem dominicana, antiga e de pouca velatura. De lá deslocaram-se até ao convento anexo. De tarde o embaixador recebe a visita do Duque de Uzeda:

«Sexta 1 de Abril – Fez muita chuva veio visitar S.Ex. o Pr. Tambini de Comp. de Jezus / pelo fim da tarde sahiu S.Ex. fora a pé eu e o auditor o acompanha- / mos como também Rui de Moura D.Carlos e Luís Guedes e toda a / familia de S.Ex. e fomos ao Sto. de Castelo, Igreja antiqua de pouca a veh- / latura: he de religião dominica: veio S.Ex. o convento que he obra / de pouca concideração: e se recolheu a casa quase noite. (de tarde veio visitar o S. Ex. o Duq. de Uzeda. S. Ex. foi (...) ao tras da escada: detevese (...) ora no visita: e depois o acompanha ath a porta da rua)» (RVEER. Fl. 122.v)

Dia 2 de Abril é o dia destinado a recolher o correio e, por isso, o Embaixador passa o dia na locanda a escrever cartas para posteriormente enviar. De manhã, o Duque de Uzeda manda um gentil-homem convidar o Marquês para jantar no dia seguinte. De

tarde o Embaixador conta com a visita do Duque de Uzeda. De noite, retoma os seus afazeres de embaixador, pondo o correio em dia:

«Sábado 2 – Por ser este dia de correo e a parte teve S. Ex. muito que escrever e se passou todo o / dia e noute e’ se fazer o correo. Deu S. Ex. e dei eu tão be’ contudo secre- / tario de estado de chegada a esta cidade: e o mesmo ao enviado cardeal / protector: de manhã mandou por hu’ seu gentilhomem: o Duque de / Uzeda convidar o S. Ex. para ir jantar co’ ele no dia seguinte : e de tarde veio visitar / a S. Ex. o (...) de Duque de Uzeda: e toda a noute se gastou em fazer o correo.» (RVEER. Fl. 122.v – 123)

Quatro dias depois, as condições meteorológicas não estavam favoráveis e, por isso, o Marquês aproveita a oportunidade para preparar as coisas para o dia da partida para Livorno:

«Quarta 6 - Neste dia choveo muito e obrigou o S.Ex. a ficar em caza tratando de algumas / cousas para o (...) da partida.» (RVEER. Fl. 123.v)

Sucessivamente, no dia seguinte, não se registaram melhoras no tempo. Rui de Moura e Luís Guedes são os primeiros a partir. D. Carlos permanece em Génova por um criado seu ter adoecido, ficando ele responsável por dar assistência ao Embaixador. A partir deste dia, D. Carlos passou a almoçar e a jantar com o Marquês com certa regularidade:

«Quinta 7 – Continuou neste dia a chuva: partiu Rui de Moura e Luis Guedes para Roma / ficando D.Carlos por causa de um criado que tinha doente: deste dia por diante cont- / inuou D.Carlos a assistencia a S.Ex. jantando e ceando co’ S.Ex. quase sempre / e se recolheo a noute a sua Locanda a S. Sé: a noite se passou e’ (...).» (RVEER. Fl. 123.v)

Uma semana depois da última vez que tratou do correio, em que passou o dia e a noite a escrever cartas para enviar, a 9 de Abril volta a tratar da mesma ocupação. Por este motivo, o Embaixador não teve oportunidade de sair de casa:

«Sábado 9 – Nesta manhã ne’ de tarde se sahiu S.Ex. fora por causa do correio co’ a que se gasta / todo o dia e noute.» (RVEER. Fl. 123.v)

No dia 10 de Abril, o Marquês de Fontes foi assistir à procissão das cinzas de S. João Baptista, das portas da parte Oeste da cidade de Génova, fazendo-se acompanhar pela sua comitiva, tendo aí permanecido sentado para a contemplar. Neste dia, não se viu qualquer vestígio de ornamentos nas janelas, ou nas ruas da cidade, mas havia uma grande afluência de pessoas para presenciar a mais importante procissão de Génova na época. Esta procissão, por norma, comemora-se no dia 9 de Abril, na *Dominica in Albis* - o Domingo imediatamente a seguir à Páscoa -, mas pelas más condições meteorológicas sentidas, a procissão foi antecipada para este dia. O secretário pretendeu anotar de entrada a maioria dos detalhes desta celebração com todo o pormenor, nomeadamente a sua trajetória, os seus participantes e onde se posicionavam, o que vestiam e quais as suas funções. Muitas vezes o ato de relatar as procissões não estava desprovido de intenções maiores. Esta prática tinha a função de registar o modo como se realizavam, em particular, a forma como se vestia quem nela participava, para levar estes costumes para Portugal, com o fim de renovar as práticas e a estética da Igreja portuguesa, tal como se acabou por registar no tempo de D. João V. De salientar o aparato e a exuberância sobretudo evidenciada no modo como o Doge e o seu séquito se apresenta. Assim que a procissão se recolheu e o Embaixador acabou de ouvir a missa na igreja, dirigiu-se até casa acompanhado pelos cavaleiros Grimaldi e pelo Doutor Lumilini, onde almoçaram.

Segundo Carmen Radulet, para um enviado extraordinário garantir o sucesso da sua missão diplomática, «era necessário satisfazer determinadas regras típicas da vida social da capital da cristandade, solicitar o interesse dos membros mais importantes da nobreza papalina e oferecer à Cúria a imagem de um reino de Portugal forte e fiel»<sup>277</sup>.

De tarde, o Marquês decide visitar a igreja de S. Francisco de Paula, onde se estava a celebrar a novena, acompanhada por música, e onde assistiram à afluência de damas e cavalheiros. D. Lázaro Leitão aproveita mais uma vez a ocasião para fazer uma breve descrição desta igreja que, segundo ele, era pequena mas bonita. Sucessivamente, depois da novena ter terminado, o Embaixador quis ver uma comédia no teatro Baldi. O secretário faz igualmente uma apreciação deste teatro de Génova, comparando-o com o de Lisboa, sendo este último maior, embora o teatro Baldi lhes permitisse estar mais cómodos e se apresentasse “admiravelmente” pintado. No fim, o Marquês recolhe a casa:

---

<sup>277</sup> Carmen Radulet. *Op.cit.*, p. XIII

«Domingo 10 – Por ter chovido e o dia antecedente que era a Dominica: albis e que se costuma fazer a / procissão das cinzas de S. João Baptista se transferio para este dia: e S. Ex. acompanhado de / toda a sua comitiva sahi a pé e foi para a porta de Cidade de parte de Oeste que era / o melhor sitio para a ver: ahi o capitão da guarda fez lugar ao S.Ex. onde ele e nos / estivemos sentados: não havia pelas janelas adornos algus’ mas so grande concurso de gente por ser esta a principal procissão da cidade: sahe de cathedral e se recolhe / a ella mesmo: chegou a procissão co’ qual principiou pela cruz archiepiscopal que a trazia / hu’ preto de maca e dous aos seus lados todos co’ varas de prata: seguirão quantidades de / rapazes cantando louvores do S. João: a estes se seguem dois ou três irmandades as quais todas / vestião ao modo das nossas penitentes mas hus’ de branco outros de preto outros de pardo e / asi’ de diversas cores conforme a sua irmandade: adiante de cada hua’ vinhão raparigas / vestidas limpas mas humildemente cantando versos de Santo as irmandades trazião a diante / hua’ cruz de pau, hus com hu crucifixo outros se’ eles e as irmãs co’ velas grandes: levou / todos aos peitos a cada irmandade tinha dois governadores os quais vestião na mesma / forma, tambe’ se trazião huas’ murças co’ santo cujo era a invocação da irmandade a huas’ cruces de / pau prateado e’ a mão despois disto vinhão onze comunidades grandes precedendo / a cada hua’ hua’ cruz de pau voltada para a comunidade/ e ahi vinhão os dez irmãos/ frades não trazião velas ne’ tochas : seguese os parochos co’ sobrepelises de mangas e co’ / murças forradas de encarnado: despois a colegiada de S. Saulo co’ conegos co’ rochetes / murças apavonadas: a estas se seguião o seminario da cathedral de sesenta rapazes / co’ sobrepelises de mangas encrespadas: os pretos de maça de cathedral os conegos / e e’ ultimo lugar o vigario geral co’ mantelete: seguiu-se a isto dous page’s do Doge / a dois e dois meas alcadas a imperial encarnadas, calções estufados e giboes juntos co’ / mangas abertas capas curtas tudo de veludo encarnado co’ grandes galões de ouro: voltas/ bordadas: despois todos os officiais de guerra: toda a nobreza que seriam 150 / pessoas todas vestidas de veludo ou damasco negro capas curtas de seda voltas / crescpas e cabeleiras: seguiram-se os seminaristas da cathedral co’ tochas: vinha / de baixo do palio / que trazia officiais de guerra que despois se mudaram para as (...) de (...)/ hu’ caixão de prata obra perfeita gotica aos ombros de padres franciscanos em cima do qual / vindo a ambula de cristal e’ que está o osso de mão do Santo: atrás do palio / seguiam os besteiros de Doge e hu’ official de Doge trazia uma espada na mão embaílhada / co’ a ponta para cima atrás o Doge vestido de damasco encarnado co’ hua’ ca- / pa grande do mesmo, as mangas nos ombros altos e compridos aos pés homem grave alto / e de boa presença, volta enrocada gorra encarnada: atrás dele hu’ page’ / vestido na forma dos outros co’ hu’ chapéu de sol de damasco encarnado agoloado / e franjado de ouro: a mão esquerda do doge hia hu’ senador a este seguiam / os 24 senadores 2 secretarios do estado: seguia-se os ministros de rota que veste / casaco co’ capa coprida asi’ de criminal como civil e tudo isto dentro da guarda de Doge, que seriam 50 homens / vestidos de colias e vestidos encarnados de seda co’ alabardos e tababarlos co’ espadas / curtas: de fora da parte de cidade estava hu’ altar bem adornado em altura de 3 degraus co’ / sitial e docel, aonde descansaram as caixas de reliquias: ao lado do vigario geral / estava e’ altura de três degraus uma cadeira co’ sitial e docel e genufletório para o / Doge em o qual ele se pos em pé: e a roda de hu’ e outro

pelas cadeiras de veludo / encarnado vazo para os senadores: cantaram os pretos de maça o hino do / santo e depois hu' deles revestido incensou as reliquias e depois o Doge: / e a este tempo disparou toda a artilharia dos baluartes gales e naos: e voltou a / procissão acompanhando o Doge na mesma forma athe a se aonde S. Ex. / foi depois de ver a procissão e recolhida ele hu' dos conegos levou o / caixão das reliquias e outro a ambula de osso para a sua capela: depois de / no altar maior a ter dado a beijar ao Doge e aos senadores: ouvida / missa se recolheu S. Ex. a casa acompando os cavaleiros Grimaldi: e Doutor / Lumilini: que tinham jantado co' S. Ex. em casa do Duque de Uzeda de tarde foi S. Ex. / no coche de Duque de Uzeda, a qual o tinha mandado pedir por ele lhe ter oferecido os / seus coches pedindo-lhe se não servisse de outros, e o foi buscar a sua casa, / e o não achou, voltou para a cidade entrou na igreja de S. Francisco de Paula onde espera- / vamos acompanhado do nosso capitão que o tinha encontrado: nesta igreja se celebrava / a novena do santo co' santissimo exposto boa musica e muito concurso de damas e cavalheiros / a Igreja he pequena mas bonita e acabada a novena foi S. Ex. ver hua' comedia / de Chalatões ao teatro de Baldi: o qual he mais pequeno que o de Lisboa mas co' muitos comodios e / todo pintado admiravelmente: acabado a comédia se recolheu S. Ex a caza.» (RVEER. Fl. 123.v – 125)

Três dias depois, o Embaixador acaba de organizar os últimos preparativos para a viagem a Livorno, que se iria realizar dali a poucos dias. Este estabelece que quer ir por mar devido ao tamanho da comitiva que trazia consigo e, por isso, acaba por aceitar as galeras fretadas que o Doge se ofereceu para pedir à República para o Marquês, por intermédio do Padre Jorge Soares. Neste dia, o Embaixador também teve a oportunidade de ver o Albergue, que se situava fora das portas da cidade de Génova, da parte Norte, acompanhado pelo cavaleiro Lumbilini. O secretário classifica este edificio como a obra mais suntuosa que já viu em Génova e passa a descrever as suas características. Este albergue estava construído segunda uma disposição quadrada, com quatro andares e quatro claustros, no centro do qual se podia encontrar uma igreja, bela em toda a sua forma. Este edificio foi fundado por um membro pertencente à casa Lumilina e servia para acolher todo o tipo de pessoas que não tinham capacidade económica de ter uma casa, independentemente da sua idade e do seu género. Ali, as crianças aprendiam a ler e a escrever e aos adultos ensinavam-se officios em que viriam mais tarde a trabalhar para se poderem sustentar. Segundo o relato de D. Lázaro, o Marquês é levado a visitar todos os andares e é-lhe explicado todos os pormenores de funcionamento. Posteriormente, já de noite, o Embaixador desloca-se até à casa do Sr. Calhavin Palavicino. À uma hora da manhã, o Marquês recebe com particular entusiasmo, acolhendo-o em sua casa, o seu primo José César de Meneses que vem de Roma com o propósito de o assistir:

«Quarta 13 – S. Ex. tinha resolvido o ir para Roma por mar attendendo a grande comitiva e fato que havia / e assim aceitando a oferta que lhe tinha mandado fazer o Doge por via do Pr. Jorge Soares / tinha pedido por ele a Republica hua’ galera: e fazendose para este efeito conselho e’ o / dia de hoje antes de jantar lhe trouxe o Padre Soares ao Cavalheiro Duraso noticia de que a / Republica tinha resolvido se desse a S. Ex. a capitania das galeras: agradeceo / S.Ex: a de tarde o cavalheiro grimaldi lhe trouxe a orde’ da republica e despois / co’ o cavalheiro Lumbilino foi S. Ex. a pé ver o Alberge: que he a obra mais magnifica / que tem genova: he hu’ edificio de fora das portas da cidade de parte de norte muito grande e’ / quadro no centro do qual está a igreja de boa architectura e’ a qual vem fechar 4 largos das / mitorias, formando assim quatro claustros: o fundador desta machina he cavalheiro de caza / Lumilina e outros que a fizerão para refugio e amparo dos pobres, nella se podem recolher / como já estiverão mais de três mil pessoas de todas as idades e ambos os sexos, os / mininos os ensinão a ler escrever e officios como tambe’ as meninas, aos homens e mulh- / eres ocupam cada hu’ nos seus officios ou lhes, ensinão os de que são capazes e do lucro dos seus traba- / lhos co’mais alguas’ rendas os sustentão: toda a fabrica he de quatro andares: e o inferior / serve de almace’s e despenzas: o 2º de officinas cozinhas dispensas refeitorios aonde jantão / e’ comunidade e os dos rapaces de 108 passos e’ 9 ordens de mesas: o 3º he das fabricas de / todos os officios acomodandose e’ cada caza que he muito grande : grande nº de officiais / de cada officio: e’ o 4º serve de habitação das min e algu’s doentes: e’ alguas’ partes chegam / a 5º andar que se ocupa na mesma forma para dormire’ os mais pequenos: o governo eco- / nómico he admirável, te’ clérigos que os governão os homens estão e’ dormitorios / a parte etc: de aquí foi S.Ex. já de noute a conversa para caza do Senhor Calhavin Palavicino / a hua’ ora da noute chegou de Roma Joseph César de Menezes, primo de S. Ex / que lhe vinha assistir fazse logo aviso a S. Ex.: o qual vindo o recebeo co’demontraçoe’s / de muito gosto e co’ tentamento ficou hospedado co’ S.Ex.» (RVEER. Fl. 125)

A partir de dia 15 de Abril, as entradas registadas por D. Lázaro Leitão passam a assumir a forma de resumo, onde se registam apenas os acontecimentos mais importantes do dia com abreviaturas e palavras soltas, meramente referenciais, em vez de frases completas e descritivas:

«Sexta 6 – caza chove: Palaviscino» (RVEER. Fl. 126)

O Embaixador e a sua comitiva começavam a viagem de Génova para Livorno no dia 16 de Maio, às sete e meia da noite:

«3ª – Parte 7 ½ a noute e’ porto (...) . » (RVEER. Fl. 126.v)

Posteriormente, assim que chegam, no dia seguinte, o percurso passa a ser feito por terra com destino a Roma. No dia 21, o Embaixador e o Secretário fazem a sua última paragem em Viterbo, antes de chegar à Cidade Eterna. No dia seguinte, avisaram a casa pontificia da sua chegada:

«Sab. – noute Falconi.: viterbo: noute Roma: Inviado coche caza. Domingo 22 – e’ S. Pedro Can(...). Embaix. Enviado eu : nove da noute / da (...); fezse aviso a Cid. A caza pontificia : e lhe mandarão dar a boa vinda . curado assistente.» (RVEER. Fl. 126.v)

### 3.7.3. Impressões, formação e deslumbramento

No dia 3 de Abril, o Embaixador sai da locanda às dez horas e segue numa cadeira até à Piazza della Nunziata, onde foi ouvir missa à Basílica della Santissima Annunziata del Vastato. D. Lázaro Leitão regista os “admiráveis” detalhes arquitetónicos da fachada e do interior. A Basílica, segundo o secretário, apresentava uma fachada com oito colunas, construídas em mármore, três naves com cúpulas em jaspe e, no seu interior, podia-se encontrar um teto repleto de frescos. Esta basílica era considerada como a mais bela igreja de Génova. De seguida, o Embaixador desloca-se num coche, acompanhado por Carlos Gomes, até à residência do Duque de Uzeda. Assim que lá chegou, é recebido pelo próprio Duque e pelo filho, Melchior Pacheco. Aguardavam-no também o Príncipe Doria, entre outros convidados, fidalgos de Génova, numa sala ricamente adornada com pinturas com grande nível de perfeição. Sucessivamente, o Embaixador desloca-se a outra residência. Assim que lá chegam, o secretário aproveita o momento para a observar e acha-a muito requintada, tal como a anterior. À espera do Embaixador encontra-se um banquete, onde, mais uma vez, o secretário frui daquele tempo para apontar a disposição das mesas e dos lugares, a ementa e o modo de servir. As refeições, altamente sofisticadas, herdadas da cultura francesa, eram nesta época um fator indispensável e muito importante, que se encontrava inserido no ritual de festividades de um embaixador<sup>278</sup>. É de notar sobretudo, na época de Barroca, que o número de pratos servidos era considerável e o grau de elaboração dos pratos, confecionados e servidos, alcançava um virtuosismo que fazia da gastronomia uma manifestação artística. Estes eram momentos propícios à sociabilização

---

<sup>278</sup> Para mais detalhes sobre os rituais que compunham as festividades diplomáticas no reinado de D. João V, vide supra Capítulo II, 2.2, pp. 72-75

entre os convidados. Assim que terminado, à meia noite, o Marquês regressa no coche do Duque de Uzeda até à sua locanda:

«Domingo 3 – Sahio S.Ex. as dez de caza a pé seguido da cadeira de mão do Duque de Uzeda que lhe tinha / mandado para sahir nella das ruas estreitas da cidade até ao Largo da anunciada / onde esperava o coche do mesmo Duque: entrou S. Ex. na anunciada onde / o forão cortejar D.Carlos Rui de Moura e Luís Guedes que ahi se achavão e enviado mi- / ssa , e veu a admiravel fabrico de Eg. que he de três naves co’ outo columnas por borda / de mármore e as copulas de bellos, jaspes e o tecto co’ admirável pintura e he por / todos reputado pela melhor Eg. de Genova: entrou S.Ex. no coche levando a / Carlos Gomes na cadeira de diante chegou a caza do Duque de Uzeda que he a S. Pedro / de Arena: veu recebê-lo o Duque e seu filho D. Melchior Pacheco ao topo da es- / cada achando ja o Principe Doria e outros fidalgos de genova e’ hua’ grande / sala de perfeitissimas pinturas e despois de algua’ pratica se passou a outra caza / igualmente rica donde estavão pervenidas duas messas hua’ de forma ouvada / co’ 13 lugares outra redonda co’ 4: na 1ª se deu o 1º lugar a S.Ex. e da / frente dele o Duque de Uzeda e’ os mais lugares se’ se observar orde’ de jantar /os mais cavalheiros que erão convidados pelo Duque que erão o Principe Doria, Angelo / Grimaldi: D. Cavalier Grimaldi Maltes: Francisco Grimaldi João Domingos / Lomellini: Julieto Gavoti: Jacomo Philippo Duraso Ippolitino Mari Jo/ zepin Palavicini, Bachilin Spinola. D. Bertholomeu Pono geral de batalha / espanol: e a outra meza co’ filho do Duque comerão D. Camillo / Doria o filho do Principe: o Marquês Stephano Dorca Geral das Gales: e / Marques Lorpa espanhol: foi coberta a meza duas vezes co’ pratos de co- / sinha a parte / foi servida no meo hu’ grande prato de sopa acompanhado de quatro de cozinha / inteira: ao redor dos quais estavão 8 de mea: cosinha todos co’ diferentes / e delicadas iguarias e pelo que não apparece a toalha estavão estavão entre portas / quatro framengos co’ manjar branco e jalzas: na 2ª coberta e’ lugar / do grande prato de sopa estava outro da mesma grandeza de azado de Vitella / e varias aves: rodeado na forma do primeiro cuberto de diferentes carnes sendo / de mais quatro pratos e’ forma de barcos co’ extravagantes saladas: para / a 3ª coberta se mudarão os pratos toalhas e guardanapos: vierão doces e’ / varias bandejas de madeira douradas: a do meo tinha 5 palmos de co’ pri / do e dous de largo e’ figura extravagante entrando nos concavos della / dose da mesma materia: parte destas estavão cheias de doces secos e’ / piramide: parte tinhão doces de Calda: e outros co’ varios e singulares / frutas e’ piramide vindo esta cuberta se seguirão quantidades de bebidas exquisitas / e vinhos odoríferos: acabado o banquete depois de larga conversação se / despedio S. Ex. vindo no mesmo coche do Duque. Chegando a caza co’ mea / de noute.» (RVEER. Fl. 122.v)

No dia seguinte, dia 4 de Abril, por volta das nove horas da manhã, o embaixador foi acompanhado pelo secretário e pelo auditor à Chiesa del Gesù e di Santi Ambrogio para ouvir a missa. Enquanto lá se encontram, D. Lázaro Leitão descreve de forma breve

as características desta igreja, apontando alguns aspetos, tais como a sua boa arquitetura, os jaspes e as pinturas, encontradas no interior. De tarde, enquanto o embaixador se recolheu na estalagem, o secretário e Carlos Gomes foram visitar um hospital, que era habitualmente chamado por “L’Ospedaletto” pelos italianos, por este ser o dia em que estava aberto ao público. Aquele hospital estava dividido em dois edifícios, um dos homens e outro das mulheres, ligados por um grande passadiço. Por ali viram uma magnífica quantidade de 35 estátuas de mármore com nove palmos de altura. Acabada a visita, voltaram a casa do embaixador para o ir buscar e caminharam todos a pé para ir visitar o capitão da nau La Santa Rosa de Viterbo. Por último, assim que acabou de fazer a visita, o embaixador foi passear pela marinha da parte leste da cidade de Génova. O secretário descreve os seus muros bem fortificados, com baluartes de três peças. Naquele local puderam observar ainda algumas casas destruídas pelo bombardeamento dos franceses, que havia ocorrido na cidade de Génova algum tempo atrás. De noite, o embaixador despede-se do capitão e decide-se recolher:

«Segunda 4 - Pelas nove oras foi S. Ex. acompanhado e eu e o auditor a S. Ambrosio caza pro- / fessa de Comp. de boa architettura, jaspes: e pinturas, e depois de ouvir missa / veo a caza e' que não ha cousa igual a igreja: (...) da se a caza: de / tarde enquanto S. Ex. se recolheo fui co' carlos gomes ver o hospital minoltar cha- / mão hospitaletto/ por ser o dia e' que mostrava ao povo: he grande co'corredores e Lar / gos co'duas ordens de cama por banda co' catros de ferro: ha nella 35 esta- / tuas de marmore de nove palmos, das pessoas que foi deixado rendas ao (...) / della por hu' paçadico se vai por outro das molheres de mesma grandeza / mas tudo muito limpo e asiado: tornamos a casa a buscar S. Ex. e saí- / do co'ele fora a pé e foi S. Ex visitar o capitão da nossa nao que o achou em casa / acompanhando o S. Ex. D. Carlos Rui de Moura e Luis Guedes. que o achou e' casa e veo buscar o S. Ex. a porta da rua, subio S. Ex. e depois de estar / longo tempo co'ele e o seu tio homem de 84 anos, se despedio e o capitão acompa- / nhou S. Ex. até á porta onde instando S. Ex. se recolheo e não quis fazer mas quis / acompanhar a S. Ex. até se recolher a casa: S. Ex. foi co' nosco e elle passou / pela marinha da cidade de parte de leste a qual é toda muito bem fortificada de bons / muros e baluartes co'três peças: ainda por estar parte se ve muitas casa arruina- / das de occasião e' que os franceses bombearão esta cidade: feito noute se recolheu / S. Ex. a casa e se despediu o capitão.» (RVEER. Fl. 122.v)

No dia 5 de Abril, o embaixador foi acompanhado por D. Carlos, Rui de Moura e Luís Guedes a ver a catedral de Génova, situada na Piazza San Lorenzo. D. Lázaro Leitão faz uma descrição pormenorizada dela, apontando a sua grandeza, a sua estrutura e o

estilo arquitetónico. A catedral era uma obra grande, antiga, de estilo gótico, composta por três naves, com oito colunas em cada uma, três portas na fachada e quatro portas laterais. No seu interior, encontram no meio da nave do evangelho uma grande capela erguida e construída em mármore, com 25 lâmpadas de prata ao seu redor a iluminá-la. Por cima desta capela, avistam um altar que sustenta um túmulo, igualmente construído em mármore, com quatro colunas de pórfiro com 14 palmos de altura, onde se encontram umas escadas que garantem acesso ao caixão onde se guardam as cinzas e os ossos de S. João Batista e uma grande âmbula feita de cristal e prata dourada, que guarda os ossos da mão do mesmo Santo. Circundam este altar sete estátuas de mármore, situadas em nichos. D. Lázaro Leitão refere-se a estas estátuas como uma «obra antiga mas perfeita». No topo do cruzeiro, vêem-se duas capelas de grande dimensão onde também predomina o mármore. Em cima delas estão dois grandes órgãos musicais. D. Lázaro Leitão não se cansa de registar o que os seus olhos conseguem avistar em cada espaço, dominado por um sentimento de total deslumbramento, e a descrição prolonga-se no relato, transportando o leitor para aquela dimensão. De modo particular se evidencia o luxo relacionado com a cadeira do Doge com dossel e a do arcebispo. No cerimonial, o colorido das opas de seda, engalanadas a arminho, fazem dos cónegos, bem como dos seminaristas, elementos do espetáculo de deslumbramento em que o ritual religioso se transforma. E tudo contrasta com o dourado das pinturas do teto, que ilustram episódios da vida de S. Lourenço. Depois desta visita ter acabado o Marquês foi dar um agradável passeio com a sua comitiva pelas ruas da cidade de Génova, onde encontram grandes e nobres edificios pintados com elementos que imitavam colunas, frisos, estátuas, entre outros:

«Terça – De manhã não saíu S. Ex. fora occupado co' alguns' negocios co' o S. Tambini: / de tarde veo D. Carlos e Rui de Moura e Luís Guedes / como sempre fizerão e' os mais dias / assistir a S. Ex. acompanhado delles foi S. Ex. ver a sé a qual he templo grande / de três naves antiga obra gotica co' oito colunas em cada nave três portas / no frontispício, e quatro nos lados: no meo da nave do evangelio está hua' capela / grande de marmore e' que se venerão as sinzas e ossos de S. João Baptista co' notável venera- / ção pois em o meo da capela se levanta hu' altar de marmore dos lados do qual sobe' / 4 colunas de perfido de altura de 14 palmos, estas sostetão um túmulo para o qual / se sobe por huas' escadas, e' que esta hu' caixão co' as cinzas, e ossos: e hua' ambula grande de / cristal e prata dourada e' que esta hu' grande osso da mão do mesmo Santo. o altar se alu- / mia co' 25 alampadas de prata: a roda delle estão e' hus' nichos sete estatuas / de marmore obra antiga e perfeita: a capela se feicha co' huas' grades de / marmore branco muito be' lavradas e nella não pode entrar molheres e se / te' estas reliquias pelas de

maior estimação: e' o cruzeiro no topo há duas grandes capelas / de marmore (em cima das quais estão dous grandes órgãos): e' o altar co'letral da parte do Eg. está o santíssimo: a capela /mor: he obra perfeitissima: sobese do pavimento do cruzeiro tres degraus para o p/biterio / de 50 palmos e' quadro: da parte do evangelio e' o principio / o p/biterio está a cadeira do Doge da Rep. e' tres degraus altos encosto e genuflecto / rio: docel de damasco da mesma parte e' distancia de 12 palmos esta outra / cadeira de três degraus menos altos: co' docel da mesma altura e forma da do Doge / e so nas cadeiras há a diferença de que a do Doge he portátil e não está no dito lugar / senao quando vem o Doge: a do arcebispo é fixa de pau lavrado: e se nos disse / para antes que o Arcebispo fosse cardeal tinha o seu lugar de pé da episto- / la defronte do Doge depois porem em honra da dignidade a poseram da parte do / Doge mais chegada ao altar, soposto dos genoveses entendi que o lugar/ da cadeira do Doge é mais nobre porque o cardeal lhe dá a mao direita / no fim do p/biterio sobe três degraus para o altar, o qual no meio tem hua' grande imagem / de N.S. da Assumpcao sobre nuvens co'anjos tudo de metal obra de muito preço: por / detrás do altar e p/biterio continua o choro dos conegos que te' a mesma larg- / ura de p/biterio e comprimento 70 palmos acabando em forma de meia laranja / co'duas ordens de cadeiras (para as quais se sobem 4 degraus) a superior para os conegos, e no topo uma / cadeira para o arcebispo hu' degrau mais alta: a inferior para os pretos da maca / em o meio do choro uma estante: os conegos são por todos 12 em que entram seis dignidades / todos vestem opas de seda rouxa roquete murças rouxas forradas de encarnado e de inverno da / arminhos dos quais pondo hua' tira que enrolam e' o braço e dizem ser sinal / de capa magna se pode rezar: co' pretos da maca são trinta e estes / fazem todas as obrigações do choro e missas / pois os conegos vencem se co' a assisten / cia/ vestem tambe' roquete se' mangas e murças forradas de / a (...) porque o arcebispo tem 17 mil cruzados: os conegos 200 mil reis: te' / mais moços do choro: e nas funcoes classicas ve' tambe' oficiais ao choro os / seminaristas que são 60 rapazes, que todos vestiam sobrepelises co' mangas bem encrespa- / das e opas rouxas: as paredes todas são em marmore adornadas de bellissimas / estatuas de santos: o tecto he pintado dourado tudo obra perfeitissima : a / invocacao / da igreja é de S. Lourenço: de aqui foi S. Ex co'nosco dar hu' / passear pela cidade observando nele os grandes edificios e nobres todos pintados por fora / fingindo colunas frisos estatuas etc se recolheo S. Ex. já de noite.» (RVEER. Fl. 123.v – F. 124)

Três dias depois, o Marquês de Fontes visita a pequena igreja dos Marcos. O secretário aponta igualmente a sua beleza, descrevendo-a com os seus quatro arcos e a forma como a capela estava muito bem pintada e tinha colunas construídas em mármore. Dali, o Embaixador passou a visitar a igreja de S. Ciro, por ser considerada umas das melhores da cidade de Génova. Esta estava dividida em três naves, com colunas de mármore branco e tetos cobertos de pinturas capazes de impressionar qualquer pessoa. Além daquilo que D. Lázaro Leitão descreve, menciona ainda que aquela igreja continha

muito ouro. Por ter começado a chover, não visitou mais nenhum local, ficando a socializar em amena conversa, recolhido na sua residência:

«Sexta 8 – Pela manhã saíu S. Ex a pé entrou na igreja dos Mareos pequena mas muito bonita / e’ 4 arcos co’ sua capela muito be’ pintadas: as capelas co’ colunas de admiráveis / marmores: de aqui foi S. Ex. ver a igreja de S. Siro que he das melhores ou a me- / lhor de genova: de três naus co’ colunas de marmore branco inteiros / e as capellas (...) que mais perfeita o tecto de Eg. capela toda muito bem pin- / tada e co’ muito ouro: por de trás do (...) está o choro de 8º: (...)/ sinos cujo he a Eg. a qual he tão be’: e se recolheo a caza: de / tarde saíu tambe’ S. Ex. mas principiando a chover a poucos paços se recolheo / e se passou a tarde e’ conversa.» (RVEER. Fl. 123.v)

Dois dias depois, o Marquês de Fontes foi acompanhado pelo secretário, o auditor e alguns criados com a intenção de fazer uma visita ao Padre Jorge Soares na sua residência localizada junto à Sé. Apesar de não o ter encontrado lá, a ocasião é aproveitada para entrar numa pequena igreja com elementos em jaspe e colunas de mármore para ouvir a missa que ali se celebrava. Dali, o Marquês de Fontes decide visitar pela segunda vez a Anunciada, a fim de experimentar novamente toda aquela sensação de deslumbramento. Entretanto chega o Padre Jorge Santos, acompanhado por Dominico, Lumbilino e Francisco Grimaldi para levar o Embaixador à sua residência, aonde voltaram de tarde para o convidar a ir ver os palácios na rua Balbi. Posteriormente, naquela via, visitam o palácio Duraro, seguido de dois outros que pertencem à família Baldi, que não se comparavam à grandeza e à perfeição do anterior, mas que se destacavam pelas inúmeras pinturas expostas, obras de antigos e famosos pintores:

«Segunda 11 – De manhã foi S. Ex acompanhando eu e o auditor e alguns’ criados / visitar o Padre Jorge Soares a Santa Sé e o não o achando em casa entrou na / Eg. a ouvir missa a igreja he pequena mas be’ feita co’ colunas de mar- / mores, e capelas e bons jaspes: de aqui foi S. Ex ver segunda ves a Anuncia /da e se deteve vendo a perfeição de obra que se’ duvida é a melhor Eg. / de genova: ahi veo ter co’ S.Ex. o Padre Jorge Santos Dominico Lumbilino / e Francisco Grimaldi que todos têm ido buscar o S. Ex. a casa e se recolheo S.Ex. /a caza: de tarde tornavão a buscar a S. Ex. (...) Lumbilino e Grimaldi / convidando a ir ver alguns palácios grandes e acompanhando todos o S. Ex. foi / a rua Balbi junto a nunciada : he esta rua muito comprida e / larga e toda co’ palacios magnificos de hua’ outra parte que bastasse a fazer / genova soberba: entramos e’ o palacio de Duraro que na estimação de / genova hua’ maior e melhor: se’ uma entrada nobre co’ grande galaria: grandes / lances de escadas: hu’ patio quadrado: 2 jardins co’ grandes barandas não esta / acabado, e se trabalha nela co’ (...) de

chegar a marina e a acabado / será hua' admiração: se dentro hu' patio de comedias e operas muito be' pin- / tado e comodo: as salas estão adornadas de belissimas pinturas: esta- / tuas de marmore e bronse panos de Raj finissimas e' bom damascos / e (...) parece serão e' hu' andar mais de 24 cazas: visto este palacio / fomos ver dous immediatos a estes da familia baldi: os quais ainda / que nos o não igualam na grandeza na perfeição e adorno o excede pelas admi- / raveis pinturas co' que (...) todas as paredes adornadas dos mais antigos e / famosos pintores: feita noute se recolho S. Ex. a casa acompanhado / das mesmas (...).» (RVEER. Fl. 123.v)

No dia seguinte, durante a manhã, o Embaixador visita a Igreja de S. Domingos, onde ouve missa. D. Lázaro Leitão aproveita a ocasião para apontar as principais características desta grande e antiga igreja. Posteriormente, o Embaixador encontra-se com o mais bem reputado escultor de Génova numa tenda, onde o vê a modelar estátuas encomendadas pela aristocracia local. De seguida, o Marquês visita a residência de uns pintores, filhos do conceituado pintor Paroli, onde teve a oportunidade de admirar belas telas. Dali, o Embaixador visita a igreja de Carinhã, considerada pelo secretário como soberba, situada no cimo da cidade de Génova. O secretário destaca então alguns detalhes, entre os quais os seus pisos, em que cada um continha quatro estátuas de dezoito palmos de altura, todas esculpidas em pedra mármore. Estimava-se que duas delas, pela sua perfeição, estariam avaliadas numa considerável quantia. Depois desta visita, o Embaixador regressa à sua residência. Da parte da tarde, vieram os cavaleiros Grimaldi e Lumbelino buscar o Marquês de Fontes para depois irem a pé até à Anunciada, onde os esperariam dois coches, nomeadamente um do Duque de Uzeda e outro do cavaleiro Grimaldi, para os levar a um admirável palácio imperial que estava a uma milha de distância donde se encontravam. Aquele nobre palácio tinha um enorme jardim, uma quinta, ruas espaçosas, fontes, tanques, passeios e lagos. O Embaixador e os seus acompanhantes só chegaram ao centro da cidade de noite, seguindo de imediato à residência de Baldi, para onde estavam convidados. Assim que chegam, deparam-se com uma casa cheia de luz, ricamente decorada, onde eram aguardados por muitos cavalheiros e outros senhores. Durante a noite, jogaram às cartas, tendo o Embaixador desafiado Madame Marina Grimaldi por um grande período de tempo. Durante o convívio, foram servidos bebidas frescas, nevadas e chocolates:

«Terça 12 – Pela manhã saíu S. Ex. entrou na Igreja de S. Domingues obra antiga grande de três naves / de cruz arcos cada nave e 18 por as naves o corpo da igreja: e' alguas' capelas / muito be' feitas de bons marmores: ouviu missa: daqui entrou na tenda de um / excultor o melhor de

genova o qual estava fazendo huas' estatuas para o conde de / Sarpedas e para outros condes muito perfeitos: de aqui subio a casa de hus' pintores filhos do / grande pintor Paroli aonde veo alguas' boas pinturas: foi daqui ver a igreja de / Carinhã que fica em hu' alto da cidade tambe' soberbo: a forma por fora he quadrada: / co' hua' grande cupula sustentada co' 4 pilares: e nos 4 cantos quatro torres: e' os 4 / pisos tem 4 estatuas de 18 palmos de marmore duas das dize' ser de estimável / preço pela perfeição da obra: ha colegenda co' choro detrás do altar max: e' o qual / estão seis castiçais grandes d(...) bronze obra de muitos louvores: e perfeitissima: recolheo-se / S. Ex. a caza: de tarde o forão buscar hus cavaleiros Grimaldi Lumbelino: e sahido co'elles / S. Ex. e nos a pé athe a Nunciada onde estão dous coches hu de Duque de Uzeda / que S. Ex. tinha mandado buscar outro do cavalleiro Grimaldi co' o qual o Lumilino se / meteo e' a tal caixa, e nos fomos e' outro a ver o palacio imperial: esta está fora da / cidade perto de hua milha hu nobre palacio do qual se ve todo o jardim e quinta que he / grande co' grandes ruas fontes tanques lagos passeos tudo obra regia e muito grandes e despois / de ir ver tudo muito bem S. Ex. para a cidade onde chegou já de noute: e convidado dos / mesmos cavalleiros subiu a caza de Balbi onde estão muitos cavalleiros e senhores / as cazas co' muitas luzes e be' adornadas houve jogo de cartas e S. Ex. jogou co' Madama / Marina grimaldi por muito tempo : e Dr. Lumilini acerregado: D.Carlos e outros cavalleiros / e senhores: jogarão ao quarenta: ouve muitas bebidas frescas e nevadas e chocolates: e pela mea noute / acabandose tudo se recolheo S. Ex. a casa.» (RVEER. Fl. 125)

No dia 14, pela manhã, o Marquês de Fontes contrata um pintor para vir a sua casa para copiar um retrato de D. João V que tinha trazido com ele de viagem.

Segundo Carmen Radulet<sup>279</sup>, os retratos eram um instrumento da diplomacia Joanina. A partir deste relato é possível delinear a inerência da componente mecenática, cultural e artística à ação política e diplomática através das diversas manifestações artísticas, como as que já tivemos oportunidade de auferir ao longo deste capítulo, tais como a encomenda de retratos, o contacto com artistas e os seus ateliers, as visitas e as descrições detalhadas feitas às mais diversas obras arquitetónicas, festividades, exposições e monumentos. A arte servia, neste contexto, para alardear o gosto refinado e o poder do reinado de D. João V, através do seu enviado extraordinário, capaz de acompanhar e até mesmo fascinar a cultura italiana, permitindo-o inserir-se e ser influente no meio aristocrático, onde as ligações com determinadas pessoas eram determinantes no momento da concessão de privilégios.

De tarde, o Embaixador vai passear pelo rio Ponsevere com a sua comitiva, onde, pelo caminho, consegue avistar um farol, muitas casas e palácios com jardins. Mais

---

<sup>279</sup> Cf. Carmen Radulet. *Op.cit.*, p.XVIII

adiante, assim que passam por uma ponte e vão por uma ribeira, vislumbram um panorama muito cativante em ambas as margens, com as suas inúmeras quintas, jardins e conventos, onde, entre eles, se pode ver o convento dos padres Beneditos. De noite, o Marquês de Fontes regressa à cidade, indo visitar a residência de Madona Dunso, onde passa um serão muito agradável a conversar e a jogar, enquanto lhe serviram dois chocolates e água fresca:

«Quinta 14 - De manhã tinha mandado S.Ex vir hu' pintor a caza chamado / para copiar o retrato de S. Mg. que tinha trazido de (...) o qual o fez muito be': de tarde vier / buscar a S.Ex. os mesmos cavalheiros Grimaldi e Lumilino, e com elles o Abate Fresquir sobrinho do / cardeal arcebispo e co' eles sahio S.Ex, D.Carlos (...) e eu e anuncia- / da nos metemos e' duas carroças, para ir ao passeio do rio Ponsevere: sahimos pelas partes da / cidade da parte do (...) que estão muito be' fortificadas co' grandes (...) boas peças de artilharia co' / hu' que feito para o mar que defende a entrada de molle : logo de fora das portas e' hu' penas / ao alto se levanta hua' grande pedestal muito alto e muito forte co'escadas para dentro e' sima de / qual está hu' farol que todas as noutes se acende por navegantes e se chama a lanterna e se vê / de muitas legoas a longe: pelo caminho adiante se continuão muitas casas e palacios co' jardins e' / distancia de mais de mea legoa pela borda da marinha o que / fez hua' aprasível vista: e' o fim / deste passeio está uma ponte pela qual se passou de (...) o rio Ponsevere que (...) entre os / montes e' hua' (...) larga e de vão / se passa a vez co'as (...): nellas fomos pela: Ribeira asima / que é deleitissimo vista de caza quintas jardins conventos que estão de hua' e outra parte: co' / hu' grande convento de p.es Beneditos : feito noute nos recolhemos a cidade e foi S.Ex. para caza de / Madona Dunso onde se passou a noute e' conversa jogo dois xicolates e agoas frescas.» (RVEER. Fl. 125 – 125.v)

No dia 15, o Marquês foi levado logo de manhã pelos cavaleiros Grimaldi e Lumilino a visitar uma grande coleção com mais de mil medalhas antigas, onde se podiam encontrar todos os imperadores Romanos. No mesmo espaço, existiam pinturas muito belas e conchas preciosas. Da parte da tarde, o Embaixador, juntamente com os mesmos acompanhantes, foi levado a visitar o palácio no paço do Doge, onde se entra por um pátio com uma área bastante grande e se sobe umas escadas que têm duas grandes estátuas posicionadas em cada um dos lados:

«Sexta 15 – De manhã vierão os mesmos cavalheiros buscar S.Ex. e o levarão a ver hu' grande estudo / de medalhas antigas de todos os emperadores e' que havia mais de mil medalhas antigas: / havia tambe' muitas boas pinturas e conchas preciosas: de tarde acompanhado dos

mesmos cavalhei- / ros foi S.Ex. ver o paço de Doge, o qual esta e' o meo de cidade e' hu' sitio levantado: o pala- / cio he muito grande e' quadro : entrase e' hu' muito grande pateo e' o qual junta a pista da escada estão / duas grandes estatuas de marmore dos Durcos libertadores de genova: as escadas são / muito be'(...)» (RVEER. Fl. 125.v)

### **3.8. A Entrada Solene do 3º Marquês de Fontes em Roma: Uma forma de fazer política**

O cortejo da entrada pública que tornou célebre esta embaixada do Marquês de Fontes em 1712, especialmente dedicado à Rainha Santa Isabel, teve lugar justamente no dia 8 de julho de 1716, quase cinco anos após a chegada do Marquês à Cidade Eterna. O relato torna-se aqui omissivo, pelo fato do último registo se ter feito a 30 de Maio de 1712.

Com base no relato<sup>280</sup> de Luca Antonio Chracas, de 1716, mandado compor pelo próprio Marquês de Fontes, que é o único testemunho que descreve de forma criteriosa a magnificência e as especificidade deste cortejo, pretende-se, assim, mostrar o caráter faustoso e simbólico que marcou no tempo esta embaixada de 1712. Segundo Elsa Garrett Pinho<sup>281</sup>, esta obra insere-se no conjunto de *Relatos e Relações* que se destinavam a consagrar o resplendor das festividades mais importantes de um país, tal como embaixadas, casamentos reais e orações de obediência das nações predominantemente católicas na Europa. Estes *Relatos e Relações*, que assumiam habitualmente a forma de um folheto, eram depois impressos nas tipografias da época e às vezes eram encomendados a título particular, em número muito limitado, estando maioritariamente destinados a esferas restritas da sociedade. Dada a abundância com que estes relatos e relações foram surgindo e distribuídos tornaram-se um género literário típico do período barroco.

Será pertinente, porém, partir de referências às circunstâncias que envolveram este cerimonial, em particular a demora na realização da audiência pública é o primeiro aspeto que mais suscita cogitações. Este atraso está associado à primeira audiência do Marquês de Fontes com o papa Clemente XI, realizada em Maio de 1715, em virtude dos parcos

---

<sup>280</sup> Luca Antonio Chracas. *Op.cit.*

<sup>281</sup> Elsa Garrett Pinho. “Da Embaixada Extraordinária do Marquês de Fontes ao Papa”. p.51. In: BESSONE, Silvana, compil.; PLAISTER, Elisabeth, trad.; PINHO, Elsa Garrett, trad.; MAGALHÃES, José Tomás Cabral Calvet de, 1915-2004, colab.; BESSONE, Elsa, colab. 1996. *Embaixada de D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, Marquês de Fontes, enviada por D. João V ao Papa Clemente XI. Roma, 8 de Julho de 1716*, Lisboa: Instituto Português de Museus, Museu Nacional dos Coches.

recursos económicos de que dispunha, considerando não terem sido suficientes até à data para suportar os gastos da embaixada. Segundo Elsa Garrett Pinho<sup>282</sup>, os pagamentos de D. João V ao Marquês no ano de 1712 foram inexistentes e só em 1713 é que ele foi remunerado na quantia de vinte e cinco mil cruzados, de acordo com o mencionada na carta de instrução ao embaixador. Unicamente no ano de 1714 é que a embaixada portuguesa regista uma subida de contado pago pelo monarca. Contudo, devido ao fato do pagamento se ter prostrado para o ano seguinte, só em 1715 é que D. Rodrigo Anes de Sá conseguiu marcar a sua primeira audiência.

No entanto, segundo Luca Antonio Chracas<sup>283</sup>, a entrada pública deste diplomata não seguiu o ritual costumeiro que ditava a sucessão de eventos de uma embaixada na Corte papal, visto que o Marquês de Fontes foi pressionado pelo rei a pedir com a máxima celeridade nova audiência ao papa Clemente XI, sem sequer ter realizado a sua Entrada Solene. Face à importância e urgência dos negócios a tratar com o papa, o embaixador viu-se obrigado a preparar num espaço de poucos dias essa grandiosa cerimónia. A partir do momento em que Clemente XI dá permissão para se realizar a audiência no dia 8 de Julho, o Marquês tem um período de apenas vinte e duas horas para se preparar para tomar funções. De qualquer maneira, D. Rodrigo Anes de Sá há muito que estava preparado para este cerimonial, tendo ao tempo já adquirido os faustosos coches que iria utilizar. Tal detalhe leva-nos a acreditar que, apesar do desempenho das suas incumbências se arrastar, provavelmente tudo estaria preparado para se desenrolar com toda a normalidade.

Assim sendo, o representante extraordinário do rei magnânimo já se tinha informado que era imprescindível representar Portugal através desta embaixada fazendo recurso à arte, ao espetáculo e ao luxo, de tal modo que fascinasse os súbditos da Corte Pontifícia, já que eles tanto admiravam estes formalismos do cerimonial. Desta forma, criava-se a oportunidade para Portugal ser favorecido politicamente. Tendo isto em conta, D. Rodrigo Anes de Sá sabia que tinha de se esforçar para que nesse dia, 8 de Julho, a entrada pública se revelasse deslumbrante.

Por ser este o dia em que Roma celebrava a ocasião de um feriado, ninguém quis faltar aos festejos da Rainha Santa Isabel e à magnífica entrada pública da embaixada portuguesa. Por esta razão, podia-se ver uma enorme afluência de pessoas de todos os

---

<sup>282</sup> *Idem, ibidem*, p.58

<sup>283</sup> Luca António Chracas. *Op.cit.*, p.70

estratos sociais, sobretudo nas ruas, varandas, janelas e praças, por toda a extensão do percurso, pelo qual o cortejo iria passar. Desde a Praça Colonna até ao Quirinal, os Romanos disputavam os melhores lugares para que pudessem contemplar o cortejo do Marquês de Fontes e, sobretudo, os seus cinco belos coches, cuja temática foi fruto de um projeto concebido pelo próprio Marquês, juntamente com o arquiteto maltês Carlo Gimac<sup>284</sup>, que tinham sido mandados construir na cidade de Roma<sup>285</sup>. Apesar do pouco tempo que teve, D. Rodrigo Anes de Sá foi completamente capaz de envidar todos os esforços necessários para organizar um cortejo capaz de impressionar os espetadores de todos os estratos sociais, *in loco*, surpreendendo-os com a incomparável ostentação de que os portugueses se valiam.

O toque do sino das torres de S. Pedro marcava o início desta cerimónia. Este era o momento em que o secretário de estado, D. Lázaro Leitão, seria o primeiro a sair do seu palácio num *coupé* muito requintado, como adiante se descreve, para de seguida entregar a carta régia ao Marquês de Fontes na entrada da Audiência.

Este *coupé* foi comprado pelo próprio Secretário de Estado em Roma, por 2.026.000 cruzados<sup>286</sup>, e era muito bem guarnecido, nele predominando os tons carmesim nos veludos e os dourados nos grupos escultóricos e restantes decorações. Todos os aspetos, principalmente as cores e os materiais deste cortejo tinham de ser cuidadosamente respeitados, principalmente a conjugação das cores, para que pudesse obedecer a um critério de harmonia, perceptível por quem estivesse presente. Por isso, esta carruagem, tal como os cavalos, teriam de condizer com os restantes coches da embaixada. A única exceção apenas diz respeito aos uniformes do séquito, que variavam de coche para coche.

Neste *coupé*, em particular, podiam-se observar muitos detalhes, todos eles harmoniosos. Segundo a descrição de Luca Antonio Chracas, este destacava-se exteriormente pela riqueza das cartelas, ricamente cobertas com diversos ornamentos, pelo distinto mascarão na cimalha e nas ilhargas, bem como nas portinholas e nos painéis exteriores, e pelas pinturas sobre um belíssimo fundo dourado, em estilo moderno e muito

---

<sup>284</sup> Cf. Vítor Serrão. *Op.cit.*, pp.174-176

<sup>285</sup> Cf. Ficha de Inventário do “Coche da Embaixada de D. João V ao Papa Clemente XI – Embaixador”, disponível em:  
<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=148103>. Consultado em 20-04-2018.

<sup>286</sup> Artur Lamas. *Op.cit.*, p.19

gracioso. O tejadilho deste *coupé* estava todo forrado a veludo, igualmente em tons carmesim, envolto por um galão de ouro, combinado com bordados de motivos vegetalistas que continham no centro decorações em forma de flor. No interior dele, onde prevalecia o veludo, podia-se ver uma sanefa com galões de franjas de ouro e, no centro do teto, um florão bordado. As almofadas, tanto do cocheiro, como as que se encontravam no interior do coche, eram igualmente forradas a veludo. Para as cortinas utilizaram-se telas de ouro, envolvidas por franjas feitas do mesmo material e por galões franjados nos ângulos internos, o que permitia que se deslumbrasse o espetador pelo tamanho dos cristais.

Os cavalos que puxavam o *coupé* do Secretário de Estado, todos de pelagem de cor preta para que se pudesse meter em evidência os adornos dourados, foram aparelhados com arreios decorados no mesmo estilo e cores da carruagem. Desta maneira, as rédeas eram feitas de galões largos em carmesim e ouro, com diversas aplicações, nomeadamente franjas e botões, igualmente em cor dourada. Nos restantes arreios acrescentavam-se muitas peças bastante trabalhadas em metal dourado, sobretudo fivelas, fivelões, correias, pregaria e ponteiras. Cada cabeçada estava adornada com dois penachos com franjas de ouro no centro.

O *coupé* do Secretário da Embaixada ia acompanhado por cinco palafreiros vestidos com admiráveis librés, feitos de um fino tecido cinzento, que se ornamentavam com galões axadrezados verde e branco, sobrepostos por um outro de ouro. Estes trajas eram idênticos aos do cocheiro. As casacas, de estilo militar, eram distintas, com botões dourados sobre seda de cor verde. As extremidades das mangas destas casacas, feitas de veludo de cor igualmente verde e enriquecidas com galões de ouro, continham uma pequena abertura. Da ombreira da casaca estava pendurada uma peça franjada, lisa, de ouro. As véstias dos palafreiros, assim como os seus bolsos, feitos também de cor verde, eram enfeitadas com galões e os seus botões feitos de fio de ouro, assim como as suas casacas, que foram guarnecidos com o mesmo material. As camisas, com os seus punhos de uma renda muito delicada, eram usadas com gravata. Todo o traje estava pensado ao pormenor. As meias, inclusivamente, foram escolhidas de modo a combinar com as véstias. Os chapéus de cada um, guarnecidos com galões de ouro, na aba com cocarda verde, continham uma pluma de cor branca e verde. O traje dos palafreiros só ficava completo com o espadim, que carregavam à cinta.

Atrás do Secretário, acompanhavam-no mais dois palafreiros, ambos com funções distintas; um estava responsável por desimpedir o acesso do trajeto dos coches, e o segundo por levar uma bolsa carmesim muito rica que guardava um sobrecéu confeccionado em tecido feito de ouro, com motivos florais bordados em brocado com fios, tanto de prata como de ouro. No bordo deste sobrecéu estava patente uma sanefa de ouro com franjas e cadilhos feitos do mesmo material<sup>287</sup>.

Logo em segundo lugar, apresentou-se o faustoso coche de respeito<sup>288</sup> que era atribuído a D. João V. Deslumbrante pela maneira como foi construído e adornado, esta carruagem foi projetada para ser diferente do restante conjunto, em estilo de estufa. Era puxado por seis imponentes cavalos pretos de raça frísia e acompanhados por doze lacaios e vinte e quatro palafreiros. Os cavalos, que traziam nas crinas ouro e seda, arranjadas em trança, com borlas douradas a descair do final de cada uma, estavam aparelhados com guias do mesmo material, cabeçadas das quais se suspendiam nove borlas de ouro, rédeas igualmente com borlas e botões dourados, e arreios cobertos de tecido e bordaduras a ouro. As vestes dos palafreiros e dos lacaios, diferentes das anteriores que acompanhavam o *coupé* do Secretário da Embaixada, eram de cor azul celeste. As costuras das casacas e as calças destes uniformes eram cobertas com galões de prata. As casacas, envoltas em galões com veludos e renda, tais como os botões e as suas respetivas casas, eram decorados com galões de prata e moscas em azul. As véstias foram feitas em damasco, igualmente no tom azul celeste, com ramos e flores tecidas a fio de prata. Os botões e as casas eram de prata, marcados com fio de seda, no mesmo tom azul turquesa das meias. Os chapéus, de tom azul turquesa e branco, eram todos contornados, inclusivamente nas cocardas, a prata. Para que o traje ficasse completo, usavam luvas, gravata de renda, igual à dos punhos, e cintas, com os seus respetivos espadins.

Na frente deste coche real, destacavam-se todos os elementos em dourado com que esta parte foi preenchida, nomeadamente os cartuchos, as cartelas e os mascarões encaixilhados por ornamentos esculpidos que serviam de apoio a uma grande concha, que servia, por sua vez, de assento para suportar o cocheiro, da qual voavam em seu redor génios, todos com asas de zéfiro. Nas traseiras do coche existiam duas peças ornamentadas que acabavam em forma de volutas, com duas cabeças de dragão no final,

---

<sup>287</sup> Cf. *idem, ibidem*, p.79

<sup>288</sup> Deste coche, assim como o *coupé* do embaixador, não existe nenhum desenho ou registo fotográfico disponível para anexar à descrição em que nos baseamos, cuidadosamente elaborada por Luca Antonio Chracas.

que eram utilizadas para prender os tirantes ricamente decorados com motivos vegetalistas. Estes serviam para dar apoio ao cabeçal que deveria sustentar as cartelas, evidenciadas pela sua elegância, onde se situava a belíssima representação da Deusa Minerva, simbolizando assim o conhecimento, o comércio, a música, as belas artes, a estratégia militar e a guerra. Porém, o elemento que foi construído para mais se destacar neste coche encontrava-se na cimalha, ligada por montantes, onde se podia ver o imponente brasão de família de D. João V com coroa de príncipe, exuberantemente disposto em cima de duas asas completamente estendidas que representavam a fama. Este estava amparado por figuras de génios alados com asas de zéfiro que, dispostos para fazer alusão ao movimento, estavam a ornamentar o brasão com flores e festões. O exterior do coche, bem como alguns outros elementos, tais como as modinaturas das cornijas sinuosas que emolduravam os painéis frontais e traseiros, as ilhargas e as portas, estavam completamente forrados a tecido de ouro. As modinaturas, por sua vez, bordadas em forma de cartelas com motivos vegetais, estavam decoradas com imitações de pregaria. As ilhargas, sustentadas por volutas com bordados a ouro em relevo, eram o ponto onde se começavam a formar as cartelas que imitavam pilares, finalizados por mísulas de volutas. Do centro delas era onde ficavam suspensos os dois festões completamente bordados a ouro e decorados com motivos florais, que se iam desvanecendo à medida que chegavam à base dos pilares. Em cima das mísulas encontrava-se uma cornija, sobrecarregadamente decorada com bordados a ouro em relevo a imitar folhas de recamo, que emoldurava a caixa do coche. Nos cantos, onde se uniam as volutas, dispunham-se as cartelas entrançadas com folhas, de onde se suspendiam duas borlas de grandes dimensões, muito vistosas, feitas de ouro. Sucessivamente, o centro do tejadilho encontrava-se decorado com um remate dourado bordado, semelhantemente decorado aos restantes da caixa do coche. A saia do banco do cocheiro, bordada de forma elaborada e assás perfeita, era contornada com franjas de ouro e cadilhos. No interior do coche podia-se ver o riquíssimo tecido entretecido com fios de ouro, prata e seda de que eram forradas todas as superfícies deste coche. As cortinas desta carruagem eram, por sua vez magníficas, feitas em brocado de ouro com franjas do mesmo material, ornadas com fios e borlas. Para revestir o pavimento, foi escolhida tela de ouro. Neste coche, para além disso, também decidiram substituir a típica cornija por um friso com flores e galões, predominantemente feito de ouro e prata, bordados a ponto de Espanha, de um palmo de largura, que pesava surpreendentemente mais de 30 quilos. Todo o restante material que fazia parte do coche foi cuidadosamente elaborado em metal dourado e gravado com o

desenho dos bordados que se podiam encontrar em cada um deles.

O terceiro carro que desfilou neste cortejo (figura 5), foi o primeiro Carro Triunfal do conjunto dos três ainda hoje existentes. Nele fazia-se transportar a pessoa mais importante desta embaixada, ou seja, D. Rodrigo Anes de Sá.



*Figura 5- Coche do Embaixador*

O conjunto escultórico e iconográfico apresentado na dianteira e na traseira deste Carro Triunfal é, como se referiu, dedicado à Conquista e à Navegação. Este coche, construído segundo o estilo romano de caixa aberta, impõe-se não só pela riqueza iconográfica mas também pelos materiais escolhidos para o decorar, sendo a talha dourada a mais predominante deles. Luca Antonio Chracas começa por descrever o cabeçal dianteiro (figura 6), de baixo para cima, onde se pode encontrar em primeiro lugar a base em forma de dois grandes rochedos e a respetiva soleira. Deles brotavam as guardas das rodas deste carro, muito trabalhadas, com vários motivos, nomeadamente ramos de louro, serpentes e golfinhos, constituindo assim uma composição iconográfica simples que consegue representar o mar e a terra de forma sugestiva. O banco do cocheiro é erguido por dois troncos salientes que servem de montantes. No alto, do lado do montante

direito, está erguida a escultura, à escala real, da deusa Palas, a patrona dos mais famosos e sábios empreendimentos, a erguer um escudo na mão direita, ao mesmo tempo que levanta a outra, apontando ao horizonte em atitude de liderança. Do lado oposto, encontra-se representada uma donzela vestida de forma notável, figura esta que corresponde àquela outra presente na medalha de Cláudio, a Esperança renascida, como alegoria que descreve a ânsia de quem aspira criar e propagar grandes empreendimentos. Por baixo do banco do cocheiro, no local onde ele pousaria os pés, essa base assumia a forma de uma concha. Este suporte, achava-se apoiado nos ombros por um cavalo marinho e um sátiro, ambos abraçados um ao outro, com uma grinalda comprida feita de rosas e girassóis entrelaçada neles. Este jogo escultórico dianteiro conseguia simbolizar a conquista, a navegação, o mar e a terra.



*Figura 6 - Cabeçal dianteiro do Coche do Embaixador*

No grupo escultórico da traseira do coche (figura 7), o motivo central em que as restantes figuras se dispõem dinamicamente em redor é o Adamastor do poema épico *Os Lusíadas*, representado por um monstro que contribui para evidenciar o heroísmo de Vasco da Gama. Ao lado direito desta figura grotesca, encontra-se um tritão que irrompe dos escombros de uma embarcação. Este cenário está relacionado com os afundamentos de diversas embarcações registados no Cabo da Boa Esperança. Montada nos ombros deste tritão está representada Tétis, a ninfa do mar, símbolo dos oceanos e da fertilidade das águas, que se entrega a medir o globo terrestre, agarrado por um zéfiro, com um compasso, enquanto Palémon, por baixo do tritão, lhe estende a mão na sua direção com uma bússola. Do lado aposto, erguida na montanha ao alto deste conjunto, ao mesmo nível de Tétis, encontra-se a Conquista representada por Belona, projeção do prestígio de Portugal pelos seus triunfos, apontando a mão em direção ao horizonte, num gesto de ordem, enquanto a outra segurava um escudo axadrezado. Abaixo da Conquista, estava representado, a escalar esta montanha, um sátiro, colocado de costas, enquanto agarra com uma mão um arranjo floral feito para representar a fertilidade das terras do Índico, nomeadamente no que diz respeito às suas ervas medicinais e fragrâncias. Do seu lado esquerdo, estavam colocados a jogar, nomeadamente serpentes e diversos objetos, tais como espelhos, um grande facho e pedras basilares. Os três primeiros, segundo Luca Antonio Chracas, são símbolos da virtude da justiça e da prudência dos chefes de Portugal, enquanto o último serviria de base para dar continuidade à expansão do Império Português<sup>289</sup>. Debaixo do sátiro, está integrado nesta composição um leão que descia em direção a um homem, com a intenção de o atacar. Este oferece ao leão um arranjo de flores. Estas duas esculturas formam um único cenário que retrata as árduas conquistas dos portugueses, onde o leão representa a coragem da Nação, o homem o vício, e as suas flores os regalos, recusadas de forma intencional. Por fim, fundidos no centro da composição podiam-se encontrar relíquias oriundas do mar e da terra, nomeadamente uma concha marinha, pedras preciosas, corais e pérolas, esquecidas pelos portugueses por ambicionarem serem recompensados pelos seus sacrifícios com glória em vez de riquezas.

---

<sup>289</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 88



*Figura 7- Cabeçal dianteiro do carro triunfal do Embaixador*

Nas rodas encontravam-se esculpidas conchas, ramos de louro e serpentes que iam emergindo a partir do centro, alternadas com golfinhos, que se contracurvavam para dar a ilusão que continham mais uma circunferência. Na caixa do coche, evidencia-se o tecido de ouro que o revestia, com bordados a ponto livre, a relevo e ainda a alto-relevo. Inclusivamente, nas portas do coche (figura 8), podiam-se observar em alto relevo um conjunto de armas, onde se incluíam as náuticas, tanto antigas como modernas, tais como lanças, canhões, bestas, insígnias de legiões, dardos, arietes, cornucópias, remos, esporões de navios, trombetas e espingardas, das quais brotavam tambores, tímpanos, couraças e escudos. Entrelaçavam-se galhos de louro e de carvalho, como expressão de vitória e

força. No topo do conjunto de armas destes dois painéis, podia-se encontrar um capacete com plumas.



*Figura 8 - Troféus bordados da portinhola do carro triunfal do Embaixador*

Nas colunas deste carro triunfal inseriam-se pilares fictícios. Cada capitel estava rematado com uma moldura, onde lhe estavam aplicadas consolas de pelames, bem como cartuchos sustentados nas quinas por cabeças de delfins. As suas mísulas ostentavam os mesmos motivos decorativos que sustentavam as quinas dos capitéis. Na parte posterior destas assentavam gravetos de carvalho e palmas guarnecidas por cima do friso da cornija. Este friso estava decorado com motivos vegetalistas.

As cortinas que se encontravam no exterior do coche destacavam-se por serem feitas de tecido de ouro, forradas a fios de seda e lâmina do mesmo metal, guarnecidas com franja dourada. O teto deste coche era coberto em tela, igualmente de ouro, guarnecido com troncos de carvalho, entrelaçados entre si a um soclo que continha um dragão encimado que carregava um conjunto de instrumentos bélicos. Este dragão era uma insígnia integrante do elmo coroado colocado sobre as armas reais criadas por D. Afonso Henriques. Dentro do coche, podíamos-lo ver todo estofado com tecido feito de ouro crespo, com cortinas feitas do mesmo material. À volta do teto, encontrava-se uma

sanefa que o contornava, adornado com troféus, franjas e borlas e, no centro, encontrava-se em relevo um escudo que continha as armas reais portuguesas. No entanto, este coche singularizava-se pelo seu pavimento, que era feito de marfim tributado, com embutidos de motivos vegetalistas.

Todo o restante material que fazia parte do coche, nomeadamente os fivelões, as ponteiras, as dobradiças e os passadores foram cuidadosamente elaborados em metal dourado e gravados em relevo com variados desenhos, desde conchas, delfins, serpentes, cartelas e mascarões, envoltos em ramos de louro, motivos que se podiam encontrar em cada um deles.

Em relação ao conjunto de seis cavalos frisões pretos que puxavam este carro triunfal, a única coisa que os distinguiu dos outros que puxavam os restantes coches residia na forma como eram decorados os seus adornos, optando-se estrategicamente por uma maior sobriedade, dado o motivo de se querer oferecer mais destaque aos conjuntos escultóricos do carro triunfal. Desta forma, os cavalos deste coche mantinham as crinas adornadas com galões de cor carmesim, entrançadas, com borlas de ouro a descair no final, assim como as cabeçadas com as nove borlas feitas de ouro. Para que o conjunto ficasse completo, os cavalos eram aparelhados com arreios em cor ouro, nomeadamente a sela, as guias, os frontais e as rédeas, sendo estes três últimos adornados com galões de ouro.

Acompanhavam este carro triunfal quatro pajens, vestidos com fardas de cor igual aos acompanhantes do coche de respeito. As casacas estavam adornadas com cinco camadas de galões de prata nas costuras, bem como nas portinholas dos bolsos e nas extremidades delas com apenas duas camadas. Nos canhões das mangas, o tecido era guarnecido com fio de prata, franja do mesmo material e ainda pequenas flores. Os botões estavam bordados com fio de prata e nas suas casas inseriam-se dois galões com rendas. As véstias dos pajens, por sua vez, eram muito semelhantes às casacas, sendo feitas do mesmo tecido dos canhões das mangas das casacas. Os seus calções de veludo estavam debruados na parte das costuras por dois galões de prata. A libré completava-se com o uso de punhos de renda, meias de malha branca, gravatas de renda, chapéus adornados com galões de prata e penas de cor branca e espadim à cinta. Atrás destes, prosseguia o decano, seguido pelo sub-decano. Ambos vestiam véstias de veludo preto, guarnecido com galões de fio de prata. Atrás destes, seguia-se um estribeiro-mor, trajado “à portuguesa”, montando um cavalo preto que se destacava pelos seus arreios e pela sua

magnífica gualdrapa, feita de veludo carmesim e adornado a renda de ouro, com uma franja feita do mesmo material. A acompanhá-lo estavam quatro palafreiros e um estribeiro.

O quarto coche que desfilou neste cortejo (figura 9) foi o segundo Carro Triunfal, intitulado Coche da Coroação de Lisboa. A temática deste coche incide na derrota das nações bárbaras pelo Reino português, aludindo à submissão dos territórios africanos e asiáticos á Pátria Lusa.



*Figura 9 - Carro Triunfal da Coroação de Lisboa*

A composição do cabeçal dianteiro é constituída por génios com asas, volutas encaracoladas e conchas do mar. No montante direito deste carro triunfal, encontra-se uma pessoa aparentemente jovem, seminu, coroado com folhas de louro, enquanto segurava na mão ramosda mesma árvore. Esta personagem simboliza o amor da virtude heroica. O jovem estava seminu porque, segundo Luca Antonio Chracas, estaria despojado do interesse pelos amores, porque era por intermédio da inteligência e de a colocar em prática que ele conseguiria ambicionar o dom da virtude, aqui representado

pela coroa e pelo ramo de louros<sup>290</sup>. No montante esquerdo está disposta a figura de uma mulher. Esta trazia ao peito o sol e à cintura uma cobra que mordida a sua própria cauda. Estes dois elementos têm o mesmo simbolismo, estando ambos associados à imortalidade, neste caso referindo-se aos portugueses, devido aos êxitos conseguidos no Oriente. A almofada do cocheiro, revestida de galões dourados nas suas extremidades, é completamente decorada com tecido veludo carmesim.

O jogo da composição traseira deste carro triunfal (figura 10) organiza-se ao redor de uma mulher que representa Lisboa. Esta, adornada com manto régio e couraça, sentada, encontra-se no centro da estrutura com um porte altivo. Ao mesmo tempo que Lisboa empunha com uma mão um cetro - o que significava que estava preparada para reinar -, agarrava com a outra o seu manto régio. Os seus pés, pousados, pisavam uma quantidade de instrumentos bélicos que representavam as armas utilizadas pelas nações bárbaras dominadas. À sua direita, podia-se achar a Providência a segurar os frutos de uma grande cornucópia, adornada com umas vestes muitos drapeadas. Do lado oposto, à sua esquerda, estava a coroá-la a Glória dos Príncipes, representada a segurar uma trombeta. Na base desta composição, encontravam-se dois jovens, seminus e acorrentados, que representavam os escravos; o da direita, os mouros e, na esquerda, os turcos. No meio destes, encontra-se um dragão esculpido com um aspeto feroz. Este, enquanto fitava Lisboa, destruía com as suas garras o crescente lunar.

---

<sup>290</sup> Cf. *idem, Ibidem.* p.98



*Figura 10- Cabeçal traseiro da carro triunfal*

O motivo das rodas deste coche, em tudo semelhante na forma às do último carro triunfal do Embaixador, estava tanto nas pinas, como nos cubos e nos raios, decoradas com elementos tais como volutas e cartelas, que formavam uma trança com o couro nelas introduzido. A caixa deste carro triunfal deslumbrava pelos tons carmesim do veludo guarnecido a ouro com motivos arabescos, folhas e ramos de louro com que estava forrada em forma de painéis. Nas almofadas das portas (figura 11), encontrava-se uma diversidade de molduras, onde se encaixavam à sua volta, em relevo, pilastras adornadas com galões, sendo que, nas ilhargas, os painéis assumiam a mesma linha decorativa dos outros elementos do carro, nomeadamente nos bordados e no conjunto de molduras das cornijas.

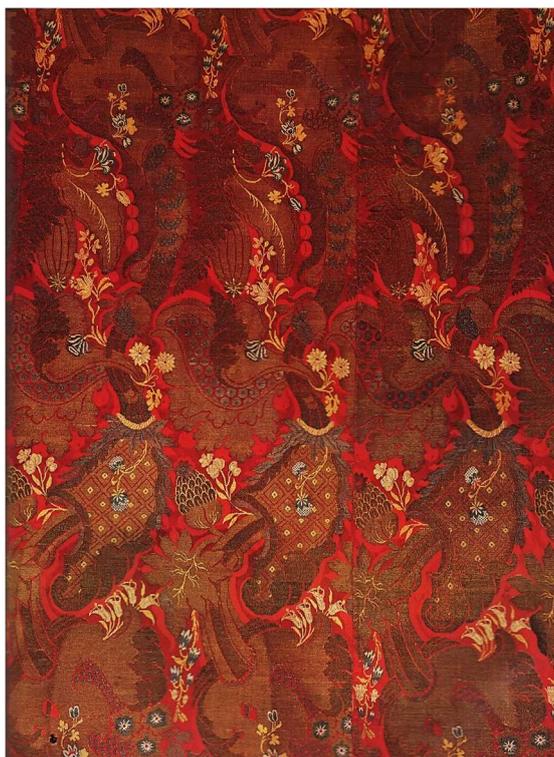


*Figura 11- Painéis das portinholas do carro triunfal da Coroação de Lisboa*

O revestimento interior deste carro, não menos visualmente rico que o anterior, era feito em tecido brocado em tons vermelho, dourado e prata, com motivos vegetalistas. Ainda no interior, o pequeno banco que se destinava ao descanso dos pés, no centro, bem como as almofadas dos dois bancos, eram forrados no mesmo tecido. No teto, podia admirar-se o belíssimo brocado tecido a seda policromada (figura 12) com que este era revestido, nos mesmos tons do interior. Os pormenores não paravam de fazer brilhar este carro, pelo que, no ângulo que unia as duas faces das colunas voltadas para a parte exterior podiam ver-se, na parte superior, um capitel em forma de modilhão com uma carranca lavrada em entretalha. Na boca da carranca estavam presos galões de ouro, cujo propósito servia para atar as cortinas. Estas, feitas de veludo, estavam revestidas de um tecido brilhante com fios de ouro e, nas pontas, podiam-se encontrar descaídas borlas em forma de sino. As cortinas interiores, em tom carmesim, feitas de tecido entretecido com fio de ouro crespo, estavam decoradas com desenhos de motivos florais e tinham uma franja de cor dourada. O restante material aplicado neste carro triunfal, desde passadores, fivelões, às ponteiros das correias de suspensão, respeitavam, sem exceção, toda a temática do conjunto e, por isso, eram muito adornados com cartelas e volutas encaracoladas.

No que diz respeito aos seis cavalos frísios baios que puxavam este carro, estavam aparelhados com arreios em que predominavam o veludo carmesim guarnecido com

galões de ouro. Desta forma, destacava-se pela sua qualidade as cataplasmas, os cilhões e as selas. Salientavam-se igualmente, pela sua elegância, as guias, formadas pelos típicos galões largos em carmesim. As rédeas e os frontais, sobrepostos por lindos botões dourados e orlados com galões, eram igualmente na mesma cor. Nas cabeçadas podiam ver-se nove borlas, em grupos de três. Por fim, cada cavalo levava a sua crina entrançada com fitas em cor dourada e carmesim que acabavam com borlas de ouro mais pequenas.



*Figura 12- Tecido do teto do carro triunfal da Coroação de Lisboa*

O terceiro e último carro triunfal que desfilou neste cortejo foi o intitulado Coche dos Oceanos (figura 13)<sup>291</sup>. Este apresentou-se a ser puxado por seis belíssimos cavalos frisões de pelagem preta. A alegoria deste coche relaciona-se com as frutíferas rotas comerciais que Portugal se empenhou por traçar com bravura através da descoberta da passagem que ligava os oceanos Índico e Atlântico.

---

<sup>291</sup> Este coche é visivelmente diferente dos últimos nas imagens que se apresentam dado o seu recente restauro, levada a cabo pelo Museu Nacional dos Coches de Lisboa. Este encontra-se, por conseguinte, mais próximo do verdadeiro aspeto dos coches da embaixada.



*Figura 13- Coche dos Oceanos*

No cabeçal dianteiro do carro, o conjunto escultórico é composto por duas figuras, uma em cada montante, repleto de volutas encaracoladas, que representariam o Inverno e o Outono. O Inverno, sentado do lado direito e acompanhado por um génio alado com asas de borboleta, está todo decorado, à exceção do rosto, com grossas vestes drapeadas. Esta figura estava com uma mão a segurar num braseiro, enquanto prendia com a outra o manto, numa postura que transmite introspeção. Do lado esquerdo, sentado e igualmente acompanhado por um génio alado com asas de borboleta, está representado o Outono que, em comparação com o Inverno, está bastante menos decorado com vestes, deixando a cabeça e o peito descobertos. O Outono está cercado por uma grande diversidade de frutos que trazia consigo, tanto no regaço das suas vestes, como nos seus cabelos. A postura desta alegoria transmite um sentimento de leveza, pois tem uma expressão contemplativa desenhada no seu rosto e a cabeça ligeiramente inclinada e erguida. A fruta é aqui símbolo da fartura, da colheita e da abundância, estando também relacionada com alguns deuses

da fecundidade. A almofada destinada ao cocheiro estava revestida a veludo carmesim, adornada com ricos franjados em ouro.

O conjunto escultórico na traseira do coche (figura 14) é aqui representado por cinco figuras à volta de um globo terrestre gigante.



*Figura 5- Alçado traseiro do Coche dos Oceanos*

As duas figuras sentadas na base do alçado, composto por dois delfins, um em cada lado, estão a saudar-se com um aperto de mãos à frente do globo. Estas figuras são ambas representadas por dois anciãos seminus coroados com plantas aquáticas e com aparências idênticas, nomeadamente com barbas e cabelos compridos. Entre eles, encontra-se um rochedo fragmentado que, oferecendo apoio ao globo terrestre, simboliza

as tormentas experienciadas pelos portugueses no Cabo da Boa Esperança. No entanto, é este Cabo que une os mares Atlântico e Índico. Assim, estes anciãos representam os oceanos Atlântico e Índico a celebrarem a amizade entre eles. Por cima deste globo terrestre, acompanhado por dois génios alados que simbolizam os polos Norte e Sul, está o Sol nascente. Este, segundo Luca Antonio Chracas, serve «para provar que o objecto de tão dilatada navegação fora o comércio, através do qual se introduziu nas regiões mais recônditas do Oriente a preciosa e sagrada mercadoria do Evangelho»<sup>292</sup>.

De cada lado do Sol, encontram-se as restantes duas estações: Primavera à direita e Verão na esquerda. A Primavera, acompanhada por um génio com asas de borboleta, apresenta-se com vestes drapeadas e repleta de flores no cabelo. Esta, com um ar sereno, segurava com uma mão a cornucópia plena de flores e algumas espigas, enquanto puxa para cima com a outra as suas vestes. O Verão, do lado oposto, igualmente acompanhado por um génio com asas de borboleta, olha para a Primavera. O Verão tem o corpo ligeiramente torcido e está caracterizado com vestes drapeadas que cobrem só parte do seu corpo, enquanto carrega consigo um molho de espigas. O seu cabelo está enfeitado com os mesmos elementos, formando uma bela coroa.

As rodas deste carro triunfal adotavam a linha decorativa encontrada nos alçados, continuando a assumir a forma das rodas dos coches anteriores. O exterior deste carro encontrava-se completamente forrado a veludo de cor carmesim. A riqueza dos detalhes residia maioritariamente na decoração encontrada nos frisos das orlas dos alçados, assim como dos painéis laterais, tudo bordado a fio de ouro, envolto em pregaria, em que assentavam motivos vegetalistas e florais, nomeadamente ramos de campainhas. As cortinas exteriores, bem visíveis, destacavam-se pela sua grandeza, mas em particular pela decoração, nomeadamente as suas franjas, o forro feito de rico material de lhama de ouro e o gigantesco conjunto de dez alamares feitos de recamo, do mesmo material. O persevão deste coche encontrava-se todo guarnecido com duplo galão forrado a veludo carmesim. Os capitéis dos quatro cantos do tejadilho, todos revestidos do mesmo veludo carmesim, estavam circundados com cordões feitos de ouro. Estes foram agraciados com bordaduras em formas de plantas e flores de campainhas, dispostas segundo um padrão irregular, mas muito agradável à vista de quem contemplava o carro triunfal. No tejadilho, igualmente forrado a veludo, também de tom carmesim, podia-se encontrar um friso muito belo com motivos vegetalistas. Nas suas cartelas, bordadas com as mesmas formas

---

<sup>292</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 104

do friso anterior, estava patente um florão centrado, de grande dimensão.

No interior deste carro, vislumbrava-se um belo tecido vermelho com bordados a fio de ouro, assim como umas cortinas, franjadas também a ouro. As almofadas dos dois bancos, bem como o pequeno banco que se destinava ao descanso dos pés, localizado no centro, eram feitos do mesmo tecido com que era forrado o interior e estavam adornados nas costuras com galões franjados e cadilhos nas orlas.

Sobre os cavalos que acompanhavam este coche, pode-se dizer que as suas crinas estavam arranjadas em trança, decoradas com galões vermelhos e dourados, e rematadas com borlas das mesmas cores. Os arreios com que estes cavalos estavam aparelhados destacavam-se pelos detalhes e riqueza dos adornos. Por sua vez, os tirantes e os cilhões estavam ornamentados com galões, envolvidos com uma faixa de veludo em tom carmesim em toda a sua extensão. Do mesmo material estavam decoradas as rédeas e as guias, acrescentando-se os botões dourados e os cadilhos feitos de ouro. De cobre dourado eram feitos os restantes pormenores, assim como os passadores, as ponteiras, as fivelas e os fivelões.

A alegoria presente neste último coche veio reforçar a ideia principal que os três carros pretendiam veicular, como se se tratassem de uma só peça. Posto isto, esta embaixada queria promover, através das alegorias presentes nos alçados dianteiros e traseiros dos três coches triunfais, os títulos até agora inerentes a este reino, como os granjeados por Portugal no seu vasto império. Desta forma, D. João V queria promover os títulos de Portugal junto à corte da Santa Sé para aumentar o seu prestígio. Destes títulos são destacados os seguintes: Senhores da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia.

Seguidamente, logo depois do último carro triunfal, desfilou o nobre coche de acompanhamento chamado “di Fiocchetti”. Este afirmava-se por ser o único que sobressaía pela diferença dos outros quatro coches de acompanhamento do seu grupo. A carruagem era puxado por dois cavalos pretos, de raça frísia, embelezados com belíssimas cataplasmas quadrangulares adornadas com rosáceas e argolas em dourado. Os seus arreios, feitos de couro preto, estavam orlados com fitas avermelhadas e fivelas, assim como os restantes metais dos arreios, manufaturados em metal de cor cobre dourado, cinzelado com motivos vegetais. A forma como estavam adornadas as crinas destes cavalos; os frontais, as guias e as rédeas ornamentadas ao estilo dos dois últimos carros triunfais faziam com que a exceção caísse nas cabeçadas, das quais pendiam seda preta e

ouro, em vez das nove borlas divididas em secções. Este coche era predominantemente dourado à exceção do revestimento em couro fino preto dos seus painéis, pintados com verniz da china e dos seus adornos de pregaria em cor cobre dourado. Tanto o alçado dianteiro como o posterior estavam enfeitados com cartelas, volutas e peles. Do alçado dianteiro destacava-se uma cartela em espiral, encimada por um génio com asas que sustentava o banco do cocheiro. As peças que serviam de apoio aos tirantes de ferro estavam lavradas com motivos vegetalistas e volutas. As cortinas exteriores eram manufaturadas a couro fino de cor preta, com forro feito de damasco carmesim e decorados em galões em ouro. As rodas deste coche estavam cinzeladas com motivos fitomórficos, bem como cartuchos. O interior deste estava coberto de veludo carmesim, com duplo galão de ouro na moldura decorativa de baixo e ramos de carvalho nos cantos, tal como no centro. Dá-se especial notoriedade ao teto, que possui o brasão do Embaixador. As cortinas interiores eram feitas de damasco, lindamente decoradas com franja e cadilhos de ouro. O persevão era totalmente forrado a couro preto, adornado com pregaria. Tanto as almofadas, tanto do cocheiro, como as do interior encontravam-se forradas de tecido veludo a cor carmesim, agaloadas nas costuras e embelezadas com franjas e cadilhos de ouro.

Os outros quatro coches destacavam-se por serem diferentes, nomeadamente pelas suas caixas forradas a couro preto e os seus painéis da mesma cor, mesclados com peças douradas. Os motivos que decoravam estes coches eram sobretudo vegetalistas, à exceção das ferragens douradas, que eram cinzeladas com motivos fitomórficos. Uma tira de tecido, embelezada com arabescos bordados com linha de cobre dourado, contornava os vãos das portinholas, os caixilhos das janelas e os apainelados. As cortinas exteriores, com pregas decoradas, eram contornadas, nos ângulos, com faixas muito parecidas à anteriormente descrita e guarnecidas com seda de cor carmesim. Destas pendiam nove borlas feitas de seda da mesma cor, agrupadas em conjuntos de três. No interior, forrado de vaqueta vermelha, encontravam-se cortinas com franjas de seda, feitas de damasco carmesim, e o seu teto, feito da mesma seda das franjas, estava fixo por uma cornija, bordada com motivos vegetalistas a lâmina de ouro. As almofadas do interior, bem como a do cocheiro, estavam orladas com franjas com cadilhos feitos de seda do mesmo tom.

Assim sucessivamente, desfilou um novo grupo de cinco coches de acompanhamento. Estes cinco coches estavam cobertos de talha dourada mas, em comparação com o anterior grupo, estes apresentavam uma nova variedade de materiais e conjugação de cores, como o tipo de cavalos que os puxavam. Estes coches exibiam

mais detalhes em cor preta, conjugados com o ouro da talha, sobretudo nos raios e nos cubos das rodas, assim como a introdução de apontamentos a dourado nas ferragens. A novidade que eles trouxeram ao nível de materiais foi o couro negro, colocado para adornar o exterior da caixa, mais especificamente para forrar a pregaria das mesmas, dos adornos de cobre dourado, nas cortinas revestidas de tecido de damasco, nas franjas dos galões com cadilhos, assim como no teto. Os cavalos que os puxavam eram cavalos que pertenciam ao Reino, de pelagem negra. Estes cavalos foram aparelhados com arreios ligeiramente diferentes, embora Luca Antonio Chracas não as aponte, referindo que esta mudança foi intencional.

A acompanhar esta entrada solene estavam presentes mais de trezentos coches, divididos pelos noventa prelados, cavaleiros estrangeiros, romanos, gentis-homens de cardiais, príncipes e embaixadores, que assistiam à entrada do Marquês de Fontes em audiência ao Papa Clemente XI. Assim que o momento da entrada se aproxima, o Embaixador é recebido com aclamação universal. O Marquês, logo que chega à entrada, dirige-se ao Papa e coloca-se de joelhos para lhe beijar os pés. Clemente XI encontrava-se particularmente animado pela honra que sentiu em receber na sua corte uma embaixada com tanto prestígio e aparato. De seguida, o Marquês entrega-lhe as cartas régias que D. Lázaro Leitão tinha levado consigo, anunciando também o nascimento do mais jovem Infante, D. Carlos. Assim que se dá por terminada a audiência, o Embaixador visita os Cardiais Albani e Paulucci. A cerimónia só termina às duas horas da manhã, altura em que o Marquês se dirige ao seu palácio, alumiado por trinta tochas, enquanto ouve uma multidão composta por prelados e nobreza a aclamar “Viva Portugal”<sup>293</sup>.

---

<sup>293</sup> Cf. Rui Bebião. *D. João V: poder e espetáculo*. Aveiro: Livraria Estante Editora, 1987. pp.112-115

## Conclusão

Para analisar a imagem que os portugueses pretenderam produzir no imaginário da corte papal e em geral nos Italianos que presenciaram a embaixada extraordinária de 1712, através do relato intitulado *Diário da jornada de Roma, que fiz Sendo Secretário da Embaixada Excelentíssima do Senhor Marquês de Fontes* (Ms. 677 da BGUC, Fl.116-134), foi indispensável explorar, em primeiro lugar, o contexto histórico que emoldurou esta época, para assim se configurar um enquadramento das questões afloradas relativamente a este relato.

Em primeiro lugar, abordaram-se os aspetos mais marcantes do reinado de D. João V, confrontando-nos curiosamente com a existência de uma imagem disfórica relativamente ao rei, criada sobretudo pelos historiadores Oitocentistas, que evidenciavam a sua inexperiência, o seu carácter vaidoso e egocêntrico, a avultada soma de riquezas que o reino recebia oriundas do Brasil e o pouco investimento que houve no país. Ao que se pôde apurar ao longo desta investigação, esta imagem não é nada mais do que uma posição crítica, entre tantas outras. Os fatos apontam que D. João V herdou um país numa situação economicamente frágil, com uma enorme soma de dívidas, face às dispendiosas guerras em que Portugal havia participado. Além desta situação, também se procurou mostrar que Portugal tinha a sua imagem denegrada perante as diferentes nações da Europa, dado á polémica levantada pelos problemas existentes entre D. Afonso VI e D. Pedro II, pelo que era necessário redefinir estratégias para renovar e reabilitar a imagem deste país. Apesar das dificuldades, percebemos no que diz respeito à educação, que D. João V recebeu desde uma idade muito jovem, que era uma pessoa perfeitamente capacitada para levar a cabo esta missão, dado que teve uma instrução vocacionada tanto para as letras, como pelas artes, a matemática, as ciências, e outras áreas do conhecimento, necessárias para governar segundo o regime do absolutismo vigente em Portugal. Um rei é sempre produto do seu tempo e D. João V cresce a absorver o ambiente cultural que se vive na Europa, especialmente influenciado pela corte de Luís XIV, no que resulta numa maior afinidade com as artes, que vão ocupando um lugar cada vez mais central na sua vida. Deste modo, fazendo recurso aos seus conhecimentos e à arte pretendeu-se mostrar de que maneira o monarca quis projetar a sua corte em Portugal, no espaço do império e no resto da Europa. Esta é uma época em que se vive uma efervescência cultural, dado que o dia a dia dos portugueses passou a preencher-se com grandes manifestações

artísticas e as inúmeras riquezas que se integravam nas festividades típicas da corte joanina, bem como nas dos cerimoniais religiosos acentuavam a forte vinculação da Igreja e o Estado.

Considerando que a arte barroca foi um estilo que irradiou de Roma e se alargou a tantos países quanto domínios da vida social da época, compreendendo o século XVII e até meados do século XVIII, falar-se desta manifestação artística tornou-se, por isso, indispensável. Mais do que uma arte, o Barroco era um modo de viver. Portugal teve todas as condições para que este estilo florescesse, especialmente durante o reinado de D. João V, dado o grande afluxo de ouro e diamantes que provinham das colónias do Brasil. Naquele momento, a corte deslumbrava não só pelas novidades trazidas daquelas paragens tropicais, nomeadamente o chocolate, o café, o açúcar e o tabaco, mas sobretudo pela arte concebida com materiais também dali provenientes de que esta se fazia rodear, tal como as tão célebres edificações arquitetónicas e manifestações patentes na marcenaria, na joalheria e na escultura, sendo esta última mais profusa por ter sido abundantemente utilizada como motivo de decoração. Através do deslumbramento dos novos padrões estéticos, evidenciados por exemplo no uso de talha dourada, a grandeza, a extravagância, o detalhe e a expressão das formas, características que mais destacavam a arte barroca, foi possível utilizá-la como meio para veicular todo um luxo e esplendor associados ao poder do reino e do monarca. Esta forma de fazer *marketing político* ficou para sempre associada ao reinado de D. João V, e sobretudo através da embaixada de 1712, devido aos célebres coches que foram utilizados no cortejo da entrada solene do 3º Marquês de Fontes na Cidade Eterna. Desde o século XVII, em Roma, o coche começou a integrar-se nas delegações diplomáticas, onde passou a ser o elemento central. Desde então, estas carruagens simbolizavam o discurso do poder de cada monarca. Tal momento tornou-se uma festividade, onde os espaços se transformavam em grandes manifestações de luxo e ostentação, fazendo recurso ao uso de estruturas decorativas comemorativas e à edificação de construções funcionais, que se designavam para este fim de *arte efêmera*. Estes eventos tinham lugar quando ocorressem momentos importantes relacionados com a família real, a sociedade ou o reino. Foi desta forma que se pretendeu mostrar como D. João V utilizou a arte barroca para evidenciar a imagem de Portugal e expandi-la não só em Roma, mas por toda a Europa naquela época.

No entanto, tal projeção não teria sido possível sem os preciosos conselhos dos seus ministros e das embaixadas enviadas às cortes estrangeiras. Importa referir que D.

Rodrigo Anes de Sá, 3º Marquês de Fontes, nomeado pelo rei em 1711 para ser embaixador extraordinário em Roma no ano seguinte, foi o principal responsável pelo sucesso que a embaixada granjeou. Visto que era uma figura portuguesa pouco conhecida, procurou-se traçar os aspetos mais interessantes da sua vida, pelo que se pôde determinar, tendo em conta a origem dos seus títulos nobiliárquicos e o fato do Marquês descender de famílias nobres do Reino. No entanto, foi por ter desempenhado funções como mestre de campo da infantaria na guerra da sucessão espanhola com elevada distinção, que fez com que a atenção do rei se voltasse na sua direção. Outros aspetos curiosos, tal como o seu profundo conhecimento de arte, nomeadamente pintura e arquitetura, fizeram dele um verdadeiro conselheiro artístico, assim como a sua carreira em engenharia civil e militar, que propiciaram um maior contacto com D. João V, resultando numa relação de grande afinidade, visto que ambos partilhavam os mesmos pontos de interesse. Resultado disto foram os cargos políticos de grande relevo que o rei lhe mandou desempenhar ao serviço da Coroa portuguesa, sendo a nomeação para embaixador extraordinário a Roma um dos maiores da sua carreira. Tal não era objeto de admiração, visto que as qualidades do Marquês dele fizeram a pessoa perfeita para se integrar no ambiente cultural de Roma. No entanto, embora existisse uma boa relação entre ele e o rei, ela não deixou de ser alvo de invejas por parte de alguns membros na corte.

Concluída esta abordagem inicial, pretendeu-se ilustrar a diplomacia portuguesa de D. João V com a Santa Sé durante a 1ª metade do século XVIII. Procurou-se, para isso, estudar os pontos mais relevantes da evolução das missões diplomáticas até este momento. Pretendendo-se compreender a natureza e objetivos das representações e relações políticas, procedeu-se à análise dos fundamentos das instituições diplomáticas das civilizações e culturas na Antiguidade, nomeadamente os preceitos dos códigos que dizem respeito à figura do Embaixador, como também o posicionamento que a diplomacia foi adquirindo nas diferentes épocas. Deste modo, com a Idade Média a ditar o fim do embate direto entre os monarcas, começaram-se a criar protocolos regularmente acordados em convenções entre os estados para regular a interação no encontro dos intermediários. No século XV, este aspeto assume particular relevo em Itália, porque então se elaboraram os primeiros códigos sobre os conceitos de cerimónia e cortesia, dominando a diplomacia por completo os Estados e as Nações com o fim de resolver guerras e mediar diferendos. No século XVI, o carácter das missões diplomáticas alteram-se através da implantação de embaixadores residentes, o que reflete a necessidade premente de existir uma diplomacia a nível internacional na Europa. A passagem para a

diplomacia moderna ocorre num momento em que se assinam os tratados de Paz de Vestefália, ao mesmo tempo que se assiste à restauração da independência Portugal. Estabelece-se então a regulação sobre o papel do embaixador e respetiva atividade, que coincide com o modo como estas novas embaixadas se apresentavam, obedecendo a uma exigente etiqueta, dado passarem a ser cerimónias exuberantes, de bom gosto e elaboradas em toda a sua forma de proceder. A época em que teve lugar esta embaixada de 1712 é caracterizada, no que diz respeito a Portugal por se procurar estabelecer ligações frutíferas com a Corte papal. Desta forma, Portugal beneficiaria com o sucesso, assim obtido, não só com as prerrogativas assim alcançadas, como também via crescer o seu prestígio diante daquela corte e dos restantes países europeus.

As relações externas entre Portugal e a Santa Sé datam da fundação do reino e são elas que mais caracterizam a diplomacia entre Portugal e Itália. Estas já tinham atingido um patamar de destaque no século XVI. Para ilustrar a importância das relações diplomáticas entre D. João V e o Estado Pontifício, pretendeu-se acompanhar a evolução histórica destes contactos, visto não se poderem dissociar da sua evolução. Desta extensa cronologia de eventos, pretendeu-se pôr em evidência os momentos mais determinantes do progresso de uma das diplomacias mais ancestrais da Europa, a diplomacia papal.

Para projetar Portugal nacional e internacionalmente, fazia essencialmente parte desta estratégia estabelecer uma ação diplomática frutífera entre o rei e o Papa Clemente XI, para que se pudessem salvaguardar os interesses nacionais e, deste modo, a Monarquia pudesse conseguir os privilégios concedidos pela Santa Sé, mas também alcançasse visibilidade a nível internacional. Para além do investimento financeiro que o rei dispensou às missões diplomáticas, o embaixador extraordinário a Roma em 1705, André Melo e Castro, foi o primeiro a encarregar-se desta missão. Além do êxito a nível político com a elevação da capela real a colegiada, com o título de S. Tomé, André Melo e Castro conseguiu atingir uma modernização tanto a nível social como cultural da Monarquia. Mas a Coroa Portuguesa não foi só agraciada com benefícios materiais; o Papa Bento XIV concedeu a D. João V e aos seus sucessores o título de *Rei Fidelíssimo* pela propagação da Fé Católica. A embaixada extraordinária de 1712 levava objetivos bem definidos, presentes na Carta de Instrução redigida a 29 de Agosto de 1711. Estes tinham a ver com a formalização de duas queixas para resolver as divergências relacionadas com a defesa do Padroado do Oriente e a Questão dos Ritos Chineses. Apesar destas questões não se terem resolvido a favor de Portugal, D. Rodrigo Anes de Sá conseguiu dirigir todos os seus esforços para alcançar o objetivo de erigir uma

Patriarcal em Lisboa, a qual é atribuída de fato em 1716 através da bula *In Supremo Apostulatus Solio*, do Papa Clemente XI.

Através da análise do relato decorrente da viagem desta embaixada de 1712, redigido por D. Lázaro Leitão, podemos valorizá-lo por se centrar em dois momentos. Ao abordar o primeiro, constituído pela viagem por mar da frota da embaixada, procuraram-se reconstituir as informações relevantes acerca dos preparativos, o itinerário, a vivência e as aventuras e peripécias a bordo. No segundo, este é marcado pela chegada da frota da embaixada a Génova, a caminho de Roma, onde se pretendeu delinear o itinerário, as impressões colhidas com visita a monumentos religiosos e civis e com os cerimoniais. Trata-se de um relato que descreve um olhar atento e uma vontade maior de registar quase todos os aspetos da viagem, que acaba por se singularizar pela ostentação, mas cuja faceta não é objeto do relato.

Por fim, baseando-nos na descrição extremamente detalhada das formas e dos materiais utilizados, tanto nos coches como nas pessoas que acompanhavam o desfile da entrada solene da embaixada, que pudemos recompor graças aos dados fornecidos pelo relato de Luca Antonio Chracas, foi possível evidenciar a pompa, a fantasia e a teatralidade com que D. Rodrigo Anes de Sá, com a ajuda de Carlo Gimac, quiseram projetar neste cerimonial. No entanto, o maior destaque foi para os três carros triunfais, que, além da riqueza dos seus adornos em rica talha dourada, conjugados com sumptuosos tecidos de damasco, surpreenderam os espetadores que estiveram presentes *in loco*, pela novidade de apresentarem alegorias nos grupos escultóricos, presentes nos alçados dianteiros e frontais de cada carro e que deslumbraram pela mensagem que transmitiam. Este desfile contribuiu fortemente para atingir a colocação de Portugal no panorama Europeu.

A literatura de viagens a Itália, é pois, um campo que tem vindo a merecer um interesse mais aturado a nível internacional, reflexo que se projeta no trabalho desenvolvido pelo *Centro Interuniversitario di Ricerche sul Viaggio in Italia*. Deste modo, este estudo representa um modesto contributo entre a produção de abordagens que privilegiam os relatos de viagem no coração da latinidade.

Viajar sempre foi uma característica intrínseca ao Ser Humano. Esta prática sempre se realizou, fosse por imposição, desejo ou necessidade. Desde o momento em que as civilizações grega e romana se começam a afirmar, o ato de viajar populariza-se com a melhoria das redes de comunicação. A Literatura de Viagens é, porém, um campo

difícil de delimitar do ponto de vista genológico, dada a abrangência dos estilos discursivos em que a viagem é apresentada e que variaram consoante a natureza e a função de cada época, fazendo com que este subgénero se afirmasse com uma natureza particularmente híbrida e fronteiriça. A partir da descrição mimética do ambiente dos locais por onde o autor/viajante faz a sua passagem – podendo ser ficcional ou não –, pode-se encontrar um rico suporte de informações que reproduzem ideias, culturas e características de um determinado momento específico no tempo e que compõem a contemplativa essência destas narrativas, fazendo com que a literatura seja abundante nas relações vivas que mantém com várias áreas epistemológicas, nomeadamente com a História, a Imagologia, a Antropologia e os Estudos Culturais. Este discurso é particularmente interessante de analisar porque mete em relação o olhar do autor/viajante com o do leitor. A temática da viagem à Itália, porém, marcou a Literatura de Viagens no cenário Europeu. Os discursos por ela produzidos, geralmente muito populares, compõem-se de acordo com um contexto italiano composto por lugares e épocas que primam pela sua rica simbologia, dado a sua efervescência cultural e artística que marcou sempre este país. Desde o início das peregrinações religiosas, que remontam ao século IV, que começaram a aparecer as primeiras evidências deste subgénero literário, onde se ressalta a temática da viagem a Roma. O período que compreende os séculos XV e XVI é porventura o mais fértil para a Literatura de Viagens no geral e não só para a temática da viagem a Itália, porque dele emergiu uma grande diversificação genológica, da qual se destacam os diários, os roteiros, as cartas, as crónicas e os relatos de naufrágios, que são o produto da experiência das viagens realizadas. Estas espelham a passagem da mundividência do período medieval, onde a narrativa se baseia no contacto com o Outro, tendo como referente preocupações transcendentais com uma forte componente fantástica, para o século XV e XVI, com o começo da Expansão, em que a narrativa está demarcadamente mais voltada para veicular conhecimentos científicos e informativos. Sucessivamente, no século XVII, irradiam relatos feitos por elementos das classes mais abastadas e/ou cultas que se deslocaram a Itália, marcando o início do período do *Grand Tour*. Nesta época, viajava-se como fonte de conhecimento para os principais centros de irradiação cultural e artística da Europa para completar formação dos mais jovens. No século XVIII, assiste-se um pico na produção de Literatura de Viagens, dada a grande abrangência dos fins com que se viajava.

A diplomacia desempenha um papel relevante neste âmbito, deixando uma grande herança de diários, relatos e relações, em particular desde o século XVII. Devido à instabilidade sentida em Portugal durante o século XVII, celebrizaram-se depois as embaixadas de D. João V a Roma, ao Papa, com o objetivo de obter uma maior concessão de prerrogativas, da qual se destaca a de 1712. Entre os diversos suportes de que esta embaixada fez jus, cuja memória permitiu que até hoje fosse recordada, o relato escrito por D. Lázaro Leitão, objeto do nosso estudo, procurou trazer dados inéditos da viagem da frota que transportava o embaixador extraordinário até à Santa Sé. Com o respetivo contexto, que o enquadra perfeitamente no âmbito da Literatura de Viagens de Itália do século XVIII, a narrativa incide sobre aspetos relacionados com a navegação, como também procura incorporar experiências de outra natureza, principalmente as que fazem alusão às vivências, tanto na terra como no mar, sobretudo valorizando as experiências a bordo, a descrição dos momentos em terra e os contactos que se estabeleceram. O relato afasta-se, por conseguinte, das características que começaram a estruturar os diários de bordo em meados do século XVI, por valorizar episódios fora do âmbito da navegação passando-se a aproximar do roteiro e enriquecendo-se com as peripécias em terra. Por outro lado, esta é uma característica que resultou da constante hibridização que os diversos relatos assumiram com o transcorrer do tempo, tanto na forma como na temática abordada. O conteúdo desta obra teve de se adaptar, naturalmente, às funções oficiais que foram exigidas ao douto D. Lázaro Leitão, considerando que nela se apresentam os objetivos próprios da viagem na época em que o carácter aventureiro e os imprevistos são esperados no contexto político, para pôr em evidência o carácter audaz da embaixada portuguesa, e onde se acaba por salientar a vertente artística. Com as achegas aduzidas da Relação de Luca Antonio Chracas, que serviu de ponto de partida para a descrição das carruagens e do ritual que envolveu a cerimónia da entrada solene, preparada até ao mais ínfimo detalhe, foi possível renovar a imagem de Portugal como uma grandiosa Nação de conquistadores face aos Italianos e ao resto da Europa.

## **APÊNDICE**

**Transcrição do *Diário da jornada de Roma, que fiz Sendo*  
*Secretário da Embaixada Excelentíssima do Senhor Marquês de*  
*Fontes (Ms. 677 da BGUC, Fl. 116-134)***

f.112

Diário da jornada de Roma, que fiz / sendo Secretário da Embaixada Excelentíssima do Senhor Marquês / de Fontes. Ano de 1712 na nao Nossa Senhora das Vinhas da rota/ Genoveza Capitão Joaquim Viviani: Capitania de 60 peças : indo por almirante a Nao Loureto/ do Capitão Bartholomeu Ravama / de 7 peças : e em conserva/ as Naos do Capitão Ignacio / Guido de 26 peças: Sebas / tiao Alfonso de (...) peças / Dominico Campaneli / de (...) peças: João Bap / tista Bodraco de (...) / peças todas genoveses / Resolvendo Sua Majestade que (...) em

**5ª feira 7 de Janeiro** - quando / no sábado nos embarquasemos em o mesmo dia / de que (...) lhe falei em audiência e da tarde lhe / beijei a mão particularmente em a caza junto / em tribuna da Capella : e na mesma tarde / tive aviso dos Embaixadores de que no Sábado : pela ma / nhaa cedo nos embarquasemos.

**6ª feira 8** – Nesta madrugada se embarcou Sua Majestade/ pela Salvaterra co' bo' tempo : la me despedi / de alguns' Conselheiros de Estado.

**Sábado 9** – Na madrugada me puz corrente para me embar / car, porém tive novo aviso por escrito do S. Embax: / de que pelas 9 oras da manhã estivese em sua / caza para nos embarquarmos a ponta de Caza de / Índia : fui a Nossa Senhora da Madre de Deus onde me / confecei e comunguei : vi' por Nossa Senhora do Pilar / e Nossa Senhora da Assumpção e despedindome em mi / nha caza cheguei as nove oras a caza do Senhor Emb / aixador : que embarcado ainda co' alguns negócios se não / pode expedir dellas athe as onze oras em que foi ao / S. padre santo confeçarse de a hua graça e Nossa Senhora da Madre / de Deus e se Recolheu a caza pelas três oras e desp / ois de despedido da sua caza por o tempo / estar tromentoso se resolveo a que fossemos por / terra a junqueira/ despedindo a família / toda no esqualer e um barco : acompanharãonos / o Duque de D. Rodrigo e o Bispo de Lamego em uma cale- / ge levando a Carlos Gomes no assento de / diante o Conde / de Atalaia moco: o Conde de Vimioso: na de diante / diante o conde de Villanova e iam na estri / beira direita o Conde de Villarmajor moco: na esquer / da o Senhor Embaixador: (...) no fim de tarde.

## f.112

Chegamos a praia da Junqueira mas porque o nosso / Capitão não tinha aviso e o tempo era brusco e / tromentoso nos não conhecerão para (...) de nos mandar/ o seu esqualar e estivemos a risco de voltarmos / a Lisboa a nao apareceu o Capitão de uma nao In / glês que pedindose da parte de S. Embaixador nos levase / a bordo da nao La Rosa despedidos da (...) nos / embarquamos no seu esqualar e chegando a bordo / salvou a nao ao S. Embaixador. Co' (...) tiros de Canhão / pouco tempo depois chegou a família e algue' (...) / do S. Embaixador no esqualar e barco aonde padecerão / grande tromenta : o S.Embaixador me pôs a sua mesa a / no Padre António de Paiva Procurador geral da Companhia da tridia e / a sua familia e ao Capitão da nao (...)Viviani fezme / a S. Embaixador a honra de me dar um dos dois camarotes / que havia na (...) dormindo eu em uma e ele em outro : de / noite continuou o tempo tromentoso.

**Domingo 10** – Continuou o mesmo tempo de tarde melhorou mas a noute/ continuo o refrescar o vento.

**2ª feira 11** – O mesmo tempo: pelas 9 horas veo visitar ao S. Embaixador o Con / de de Villanova, e pelas 10 o Duque D. Rodrigo que jantaram todos / co' nosco. As 4 horas da tarde veio a Sra. Marquesa de Fontes a / praia com a Sra. D. Luisa e a Duquesa e foi S. Ex a praia visi / tá-las.

**3ª feira 12** – o tempo totalmente abrandou co' o mesmo vento: as tres da / tarde veo o Bispo da Guarda D. João de Mendes e seu irmão / o Conde de Valdereis e de ahi a pouco D. Fernando de Menezes / filho do Conde de Ericeira: a noite continuou o mesmo / tempo.

**4ª feira 13** - Pela manhã grande névoa que se desolveu as dez oras co' espe / rança de mudança de tempo: as onze veio o D. Rodrigo filho / do Duque o qual jantou co' o S.Emb : as três da tarde veo o Mar / ques da Fronteira visitar S.Emb : as 4 veio o Conde vinhão / a noite o mesmo tempo.

**5ª feira 14** – continuou o tempo co'nevoa: S.Embx e eu e Carlos / (...) fomos ouvir missa a Bethe' e viemos jantar ao / navio.

**6ª feira 15** – Ao amanhecer soprou vento Nordeste, e o capitão deu

## f.113

Ordem para desanchar mas abrandou o tempo até as duas / oras o quando virando-se para Noroeste o Capitão desancharou / e se foi para a (...) de S. Joseph. salvando a torre de / Betelhem com cinco tiros esta alvorando estendarte sal / vou o S. Ex co' 13: e se lhes respondeu co'o 13: de tarde / S.Ex mudou de vestido para Ex. ver S. Mgstde que tinha chegado / de Salvaterra e se embarcou comigo e Carlos Gomes / foi beijar a mão a S. Mgstde que tinha ido para S. Amaro que / vindo S.Ex e lhe beijou a mão e lhe assistiu a cear e o depois fi /cando co'ele até as onze horas da noite e mandando / Recado S.Emb. pelas doze horas nos embarcamos no bote e chegamos ao navio pelas 2 depois da meia noite.

**Sábado 16** - Vento norte desfeito a nevoa se deu tiro de Livra. e as / sete oras se Sarpa começando o vento a crescer e as nove / se virou a proa para a barra e se começa a viagem e a vis / ta da Igreja da boa viagem se lhe rezou 5 pais nossos e av. M.arias / e se lhes fez salva co' 15 tiros e as costumadas boas via- / (vimos uma nau que vinha do sul co' bandeira real) / gens: astiou por estendarte e salvou pelo co' 12 tiros / e se lhe respondeu co' os mesmos : o mesmo fez a tor / re do Bugio co' sete correspondidas co'as mesmos / e porque as outras naus não eram ainda sahdas de barra / e o vento crescia se pos a capa: as onze horas cal /mou o tempo e foi posta a proa ao Oeste se / faz pouco caminho por causa do Mar banseiro/ a noite pondo-se o vento ao norte se fez algum ca / minho.

**Domingo 17 – (37 – 5)** Co' vento leste brando se fez a legoa por hora: porse a artilha / ria captou e depois de jantar se repor (...) os postos para a ocasião / de combate: o tempo calma: mas de noite refrescou contrario / e por isso se passou e' bordos.

**Segunda feira 18** – Pela manhã se descobre cabo de Figueiras e quase todo / o dia se viu o Algarve e porque o Loureto não fazia cami / nho bastante se tomou a vela grande e se continuam os bordos / a noite calmou o vento mas pelas 7 começa a noite a refres / car, e se continuam os bordos.

**Terça feira 19** – Mudando-se o tempo em sul co' alguas Rafegas e Agoa / e se procura alargar-se de terra a noite muda a ( Nota: Neste dia se tirou esmola pela nau pelas almas pedindo a Deus. (...) o tempo ) / Leste tempestuoso co' mar muito grande e co' algum perigo / achando-se perto da terra.

**Quarta feira 20** – Seguindo o mesmo tempo se descobre terra a qual / se julga ser de Cadis. O tempo refresca e vira a

## 113.v

a Soeste. Co' o mesmo perigo já se achou entre os dois cabos / e (...) de Gomes as reflexões de Tomas toureiro (...) mas / a noite seguiu o mesmo vento co' chuvas.

**Quinta feira 21 (36.201)** - Pela manhã se descobriu uma nao que dava casa (caça) a nao / Campaneli o qual deu alguns tiros de aviso e despregou so / bre ela a qual vendo a nao se perdeu da vista retirandose : a / noute seguiu o mesmo tempo e se alargava o mar co' bordos.

**Sexta feira 22** – O tempo não melhorou e se continuavam os bordos, e / se descobriu hu' Jact. a noute o tempo acalmou (...) / e foi cousa de que não tromentando o navio se pode tomar / algum de nos.

**Sábado 23** – O vento se alargou a sul sudueste, e' Jact. fomos a volta da / Costa de Portugal e se perde de vista, calmou um pouco o vento / mas os mares grofios balancando muito a nao não deixão ainda / pela meza , tomase a altura de 8 (...) achase em 36 graus / e 6 minutos fasse sinal a Loureto para que venha falar e / perguntado se altura dizia ser 36 e 22 minutos, veo tão / bem falar a nao Campaneli e disse achava em 35 e 52 mi /nutos e que a terra que se tinha visto era infalivelmente Cadis / Janibe disse que o navio que lhe tinha dado cassa tinha posto / bandeira Inglesa mas que elle julgava ser Frances Sahido / de Cadis, a noute se observou a lua cheia e dahi a hua / ora sendo o (...) sereno se observa (...) : entrada / a noite o vento refrescou e contrario: /

**Domingo 24** – Se está sobre os bordos co'vento contrário, vemse os montes de / Berberia : de tarde refresca o vento Leste e se mantém co' / grandes bordos toda a noite a borda do mar.

**Segunda 25** – Falta o vento mas o mar contrario de Oeste muito fresco e (...) / a nao tromenta muito, se está deste modo todo o dia, mas / a noute o vento Leste cresce, e se segue co' mesmos bordos.

**Terça 26** – O tempo se faz mais fresco e (...) o Capitão dizia que se / continuasse havia de tomar Cadis anchorando na bahia / a noute segue o mesmo tempo mais fresco e pouse se / poe' mais ao mar co' alguma chuva po' entrevalos mas ao / nascer do luar calmou algu' tanto.

**Quarta 27 (35 – 40)**– Amanhecendo o vento ainda que contrario calma/ alguma' cousa: Se descobre outra vez Berberia : de tarde / calma o vento e o mar e a noite o vento se pos a Nor /

deste : as nove oras serenando-se totalmente o ar o vento se / pos a Oeste pelo que se pos a proa ao caminho fazendo / se legoa e meia por ora.

**Quinta 28** – Ao amanhecer claramente se descobre a boca do estreito

## F. 114

Com vento o mar e' popa de Oeste fazendose duas légoas ja / ora : as 9 se entra no estreito co' o mesmo vento : as onze / sem (...) Tangera e se' fazer ferias de Velas pa esperar Lou / reto : se bota a lancha ao mar para levar hu' lenho grande / ao navio de Campenali para consertar o seu mastro que na tro / menta tinha padecido: pelo meo deu Loureto hu' tiro / pondo lancha no mar pelo que os sinco navios se puzerão / em capa para esperar e' saber o que querião o que depois se sou / be do escrivão que vinha nela e ora que o Capitão devia que era / de parecer de entrar em Gibaltar a que o nosso capitão res / pondeu que era necessário aproveitarse do tempo favorável e que / se necessitasse de alguma' cousa que lho daria como co' o efeito / lhe deu algu's sacos de feijoes favas arroz azeite ,etc e e' / chegando ao Loureto se proseguio o caminho : as duas / e meia da tarde se fez a função celebre dos marinhei / ros de baptizar os novatos aparecido o Doge a cavalo a / acompanhado de dozes assistentes co' guardas tanbe', / abuares , e sentando-se debaixo do dozel logo mandou / fosse tres velas mergulhado no mar hu' marinheiro que não / quis ser cavalo , e porque ordenou que o terceiro mergulho se / não seguisse porque o porteiro não foi deligente e' ir dar a / orde' foi condemnado por elle a mergulho: e a cada mer / gulho se dava hu' tiro: o pelo que foi chamado a juizo foi / S. Ex. o qual foi condenado a pegar o que elle quisesse: elle / fazendo chamar o seu secretário António de Mendonça deu / elle 10 moedas: e hua' a os marinheiros : ao L(...) e (...)/ por tanto: Na minha vontade o que quisesse dar e dei duas / moedas e hua aos marinheiros: os mais forão codemnados / por decreto do: Doge na forma que a elle lhe parecia a hua' / e meia moeda de ouro: e outros a menos: o Padre Paiva / e' 10 missas: nisto aparecerão dois visitantes os quais ou / vindo as partes queixosas quiserão depor o Doge a castigalo / mas porque a ora era tarde e se tinha gasto tempo na / função os visitantes se acomodarão e o Doge se retirou / co' o mesmo cortejo co' que tinha entrado: entrando a noute / se passou Gibaltar e Ceuta : as sete oras se fizerão as / costumadas preces a Nossa Senhora da Europa salvandose co' sete / boas viage' a sete tiros: as oito se passa totalmente o estreito / co' vento favorável.

**Sexta 29** – Cortejando co' o mesmo vento de Oeste a Hespanha / as 8 se avista Malaga: a 12 Serranevada: continuando / o tempo fresco se toma o bordo pelo mar: a 1 depois da mea / noute estando o capitão dormindo foi avisado que se vião naos / que dizerão ser cinco, e depois

doze: todos se levantarão faz / se safarancho pondose as armas no convés : se fez sinal / co' pólvora aos mais navios nossos para que se juntasse'.

**Sábado 30** – Ao amanhecer se descobrio sere' doze os navios que vinhão /

## 114.v

a nos: as 8 se vio claramente: a capitania que deu hu' tiro, e se julgou / ser Ingleses não se devisando claramente o estandarte : a nossa / nao tomou logo a Gavia e lançou bandeira Genovesa como / tambe' as mais e co' menos de hua' ora nos chegamos, e pondo / a lancha no mar veo o tenente do comandante a nossa / nao, que conhecendo sere' navios de Genova não quis ver pa- / tente nem pólice de carga: o S. Embaixador o fez entrar na / camara tratando co' toda a civilidade : e derão noticia vi- / nhão de Bertomamente para Lisboa pelo que escreveo S. Ex.par / elle e a mais familia: a nossa nao salvou o almirante / co' 9 tiros o mesmo fez Loureto , responderão co' 7 e' / as mais naos nossas salvarão co' 7 e respondidas co' 5 despe- / dido o tenente continuamos nossa derrota e os navios / Ingleses (...) despois do meo dia tendo o tempo favorável de / leste se perderão de vista: a noute refrescou o tempo les- / te e nos fizemos ao mar co' bordos. /

**Domingo 31** – Segui o mesmo vento contrário fazendose de tarde / major: o Loureto estava muito longe : o capitão fez sinal / de querer tomar Almeria, mas porque o Loureto ficava muito / sotavento se tomou bordo ao mar dando hu' tiro, e despois / da mea noute dando outro se fez bordo a terra co' vento / forte Leste.

**2ª. F. 1. 2.** – Fevereiro pela manhã não se descobrio o Loureto pelo que o nosso capitão / resolveu deprepor para buscalo e as sete se descobrio seguindose se'pre / vento fresco: o Loureto fez sinal de querer arribar e o nosso / capitão lhe fez sinal de lhe querer falar: ao que lhe não foi respondi- / do : ao meo dia o nosso navio deu outro tiro, mas / Loureto seguio o seu caminho co' que fomos obrigados a seguilo / e pujar para dar fundo em Adra , aonde tinha já dado fundo / o Loureto , e as três oras todos os navios se achavão anchorados / de frente de hu' Castelejo de Adra: o Capitão de Loureto , e / D. Carlos de Menezes, Rui de Moura, Fernando Guedes, o filho da / (...) Jaques e o auditor que foi da Degacia (...) Vanini / vierão visitar S. Ex. que lhes deu chocolate, chá de toicrão a lhe / o por do (...) : a nos participarão a noticia de meo gotado / e' que estava a fim nao co' mais de 8 doentes, e falta de man- / timentos mandoule lancha a terra para saber se se podia fa- / zer angroa a e comprar algu' refresco. / de noute acalmou o tempo.

**3ª. F. 2** – Dia da Purificação S. Ex. e eu comungamos: o capitão man-/ dou fazer sinal de Concelho co' uma bandeira na mesena / logo acudirão a bordo todos os cinco capitaes , aos quais o es- / crivão dice que tendo ido o dia antecedente e' terra o Governador / lhe dicera lhe não podia dar nada nem consentir fizesse angu- / ada , o que defenderia ath a ultima gota de sangue : no que / se resolveo a de tornar a por ao mar sendo os ventos brandos/

## f.115

e do Sudueste e quando tomasse os bordos para Berberia : o Capitão do / Loureto pede algu' biscoto ao nosso capitão que lhe deu 12 sacos /as 9. se deo o tiro de leva e as des e mea se desancho- / rou co' vento fraco de Sueste o qual logo se mudou e' Les- / te que refrescando se tomou o bordo pelo mar e tornado / bordo pela meia noute pela terra.

**4ª. F. 3.** – Seguiu-se o tempo e vento sempre contrario: o Loureto perto do / meo dia fez sinal de querer falar pelo que se esperou, e chegado fez / nova instancia de querer ir a Gibaltar o nosso capitão lhe res- / pondeo tornarião a Adra onde esperarião pelo tempo, como (clerigo) / se fez tomando o bordo para Adra e se chegou as 3 da tarde, / os deu fundo : foi logo o bote a terra co' o escrivão para ver se / se podia fazer anguada sentandose o governador mas não / se lhe concedeo, veo ao nosso navio o capitão do Loureto fa- / zendo novas instancias de ir a Gibaltar pois lhe faltava / agoa e tudo o mais : o capitão lhe respondeo que ficaria aque- / lla noute e' Adra e seguindose o tempo contrario se arriba- / ria a Adra: de noute seguiu o mesmo tempo de Leste / contrario:

**5ª. F. 4.** – Segue o mesmo tempo fresco, e tomando a fazer as mesmas / instancias o Loureto se determinou chamar os outros capitães / a concelho onde se determinou que Loureto querendo pudese ir / para Gibaltar para procurarse o que lhe faltava, e que concertandose / o tempo se esperaria na Roqueta por trinta ou quarenta / oras: fez tambe' instancia o Capitão de Loureto para que fosse o me- / dico diser havia 65 doentes de febre maligria: por causa / do tempo ser tromentoso não pode desanchorar Loureto: o / nosso capitão tomou o expediente de mandar a Almeria / hu' clérigo passageiro de Galisa o qual se offereceo a ir levar / cartas ao consul de Genova e' que o nosso capitão lhe pedia algu' re- / fresco e anguada : a noute seguiu o tempo barras- / coso e violento.

**6ª. F. 5** – Continua o tempo de Leste o Loureto torna a fazer as / mesmas instancias de ir a Gibaltar ao que o nosso capitão respondeo / que não podia perder 50 legoas já feitas , e que no dia antecedente / se tinha resolvido que se elle se quisesse ir o podia fazer, e que o espe- / raria na

Roqueta pelo tempo o (...) para elle poder che- / gar, com tambe' que e' boa fe tinha mandado o Clerigo a Alma- / ria e que devia esperalo pelo que vindo co' refresco escusavão ir a / Gibaltar, e vindo se' elle ou não vindo , e o tempo continuase / Leste então arribarião a Gibaltar: a noute accalmou alguma' cousa o / tempo e se mandou a lancha a hua' barca cathalaa' que estava no / porto ancorada para trazer o patrão della o qual dice que o governador / do Castelo defenderia toda a agoada ath a ultima gota de sangue / e que não esperase refresco nenhu': pela mea noute o tempo accalmou / totalmente.

## F.116

**Sab. 6.** – o tempo se mostrou vario mas brando e o Loureto por esta / razão não pode arribar para Gibaltar. Veo o escrivão de Loureto / a nosso bordo e foi instancia pelo medico que não quis ir pelo risco / de contagio das doenças morrendo na nao 2 e hu na nao : perto / do meo dia se descobriu hua' vela latina ponta do cabo, e / se entendeo ser o clerigo que tinha mandado a Almaria e / poriso se botou a Lancha ao mar armada e foi a descobri-lo / o que vendo o Governador do Castelo de Adra co' sete cavalos e segui- / do de algu's homens de pé foi na ponta a descobrir o que fa- / zia, entanto a nossa lancha chegou o barco que vinha direcção / nosso bordo onde chegou a hua' e mea e nelle vinhão dous cas- / telhanos que vinhão a (...) comprar tabaco, e dicerão que o cler- / igo tinha chegado a Almaria e dado as cartas ao consul, o / qual fez instancias co' o tenente general para que lhe desse licença / de fazer algu' provimento para as naos, mas que lhe fora, e que dizião elles, / se nos quisesemos fazer angoadas lancasemos gente e' terra / e a fizessesemos, que os castelhanos não havião desputar: cujo con- / selho não tomou, o nosso capitão pelas dependências de Cadis e / não queria dar motivo aos castelhanos para algu' as represalias : / o nosso capitão regalou de chocolate aos castelhanos mas não lhe / vendeo tabaco e o forão despois comprar a Campaneli : a / noute foi quietíssima. /

**D. 7.** – Continua a bonança se' algu' vento co'tudo as sete da manhã se fez / sinal de desanchorar, e as nove nos fazemos a vela e porque não havia / vento nenhu : para nos tiramos da terra foi (...) lançar lanchas / para reboquiar : vinha co' nosco tambe' a barca cathalaa' a que os castelha- / nos não consentirão augoada mais que para hua' pipa de duas que trazião / para seu gasto co' receo de que não repartisse co'nosco : navegouse / todo o dia co' diversos ventos mas todos brandíssimos e sempre / a vista de adra : de noute calmaria.

**2ª. 8.** – Conheceuse terse feito pouco caminho: as des oras descobriuse a / Roqueta co' diversos bordos, e comecou outra vez vento contrario / Leste: as 12 se ouvirão tiros e se julgavão sere' rebata e' Almeria / a vista das nossas naos: ao por do sol se viu que o Loureto tinha / posto bandeira e o bordo para Gibaltar . Como fez tambe' o Campa- / neli, nos continuamos e' diversos bordos para

passar o cabo / co' o vento de servir: feita a noute se accenderão os faroes sinal / dado ao clerigo de Almeria para conhecernos mas não aparecendo / e comecando vento contrario Nornordeste se tomou o bordo pelo / mar: as des da noite se mudou o vento e' Lesnordeste e pela mea noute / totalmente leste pelo que continuamos co' o bordo de mar pelo nos livramos / da terra , sendo o mar muito grofio.

**3ª. F. 9.** – Continuando o mesmo vento se descobrirão pela madrugada dois navios / que navegavão a nos, fezse safarancho e se chegarão a duas legoas, e / se conhecerão ser de mouros , pelo que o nosso capitão se (...) co' os nossos / navios, e chegando se mais a nos os navios descobrimos trazere' bandeira vermelha e outra inglesa: e pelos mares engrosare' fomos obrigados / a arribar para Gibaltar o que fizemos, e os navios inimigos se fizerão / a Almaria, e depois se fizerão ao largo : o tempo continuou de leste / toda a noute.

## f.117

**4ª. F. 10.** – A vigia do Gabia disse descobria 2 navios por Leste que / ficava a nossa popa: pelo que se fez safarrancho pondose as armas / e trazendose ao conves: e depois de algu' tempo se conheceo / sere' as do dia antecedente. Pelo que se unirão as nossas naos: as dez / seguindo o vento leste fresquisimo o capitão determina: arribar / a Gibaltar chegando se quase hua' legoa de nos as duas naos, / as quais pela navegação que fazião se entendeo não vinhão a nós: / as tres oras se descobrio o monte de Gibaltar e as 4 seguindo / o vento fresco nos achamos na boca do estreito: as 5 o entramos / mas porque o vento era fresco não podemos dar fundo senão feita / noute: as sete mandou o nosso capitão na lancha ao escri- / vão saber do Loureto alguma' noticia que a não trouxe , e se dice / que naquelles tres dias lhes morrerão tres pessoas tendo 80 doentes, / e que a nao fazia muita agoa: continuou de noute o vento leste.

**5ª. F. 11.** – Continuou o tempo Leste, foi o nosso escrivão a terra / falar co' o consul o qual mandou chamar o nosso capitão que ain- / da que o mar era inquieto foi, e falou tambe' co' o governador / ao qual como de (...) lhe dizia trazia na nao a S.Ex.: e tornando / de terra nos contou o capitão que e' terra corria novas de que os / Franceses tinhão saqueado a Bahia e queimado a frota.

**6ª. F. 12** – Tempo fresco de leste todo o dia e noute: fezse acr- / genda, e se forão co' prando refrescos necessarios. (nota: Neste dia entrou hua' esquadra de 10 navios olandeses e ingleses)

**S. 13.** – O mesmo vento mais brando : noute calma co' mos- / tra de se querer mudar o tempo.

**D. 14.** – Torna o vento leste, mas brando: de tarde S.Ex. , eu, Carlos / Gomes e o capitão foi ver pelo

mar e' o bote a Cidade e conciderado / (...) os portes a baterias se entendeo já co'peças: e be' forti- / ficada: tornando a navio, se deo tiro de leva mostrando o / tempo quererse mudar: mas de noute tornou o Leste.

**2ª. F. 15.** – Vierão a nao 4 judeos para comprar algua' cousa: o tempo con- / tinuou levanta e toda a noute.

**3ª. F. 16.** – Seguio o mesmo tempo: veo hu' judeo a bordo o trouxe a S.Ex. / hua's biblias ebreas, outras castelhana fazendo S.Ex instancias co'elle / por nulhadas, que ficou de lhes procurar: veo tambe' a nossa nao o auditor / o qual e' Adra se tinha desembarcado de Loureto e vinha e' Guido , e / fez quase instancia para ser admitido na nossa nao: o que lhe dificultou o nosso / capitão e' atenção ao capitao da nao loureto.

**4ª. F. 17.** – Continuou o mesmo tempo: as duas da tarde a cidade pondo algu's / estandartes como fizerão as naos inglesas e algua's olandesas , tirou 21 ti- / ro , e a nossa e Loureto 9, as outras 5. festejando os annos da Rainha Anna. / a noute abranda totalmente o tempo.

**5ª. F. 18.** – Tempo brando, e as duas deu o capitão tiro de leva : a noute / se poe' a sudoeste.

**6ª. F. 19.** – O vento se declara Oeste e fresco pelo que se da novo tiro, e athe as dez / oras se não pode desanchorar, e as naos Inglesas e olandesas se fizerão tambe'

## 117.v

A vela e hua' ora depois de todos o pos tambe' Loureto a vela: o qual que- / rendo dois o pelo bordo não podendo orçar pela pouca agoa e o que se achava / deu e' (...) pelo que logo se recolheo as velas deu fundo por bandeira de cha- / mar e deu tiros pelo que fomos obrigados a arribar logo e dar fundo / como fizerão as outras nossas naos e hu patacho Cathalão que vinha e' nossa / conserva: (...) ferido forão logo as nossas lanchas e o capitão e / gente acudir a nao Loureto donde vindo a noutee nos / dice que tendo dado e' hu' baixo de area , não tinha padecido por o / mar estar brando que se descarregava e' hua' (...) artelaria e algu' / tabaco pelo que aliviando e depois enchendo a maré surguisse: o que / lhe botarão hua' amarra que foi do nosso navio / por popa para impedir / se não metesse mais na area: acudirão tambe' as mais lanchas / e de terra algu's barcos para o consul mandou e o que mais ajudou a Li- / vrala foi estar o tempo quieto e o mar Leste : pela mea noute deu / hu' tiro e' sinal de que estava livre de todo o perigo.

**Sab. 20.** – Continuou o tempo de Oeste e o Loureto ajudado das lanchas / não tendo tido damno

algu' se prepara carregando a artelaria / e tabaco : fazendo nova augoada por ter vaziado a que tinha.

**D. 21.** – As 11 sarpamos co' vento. Norueste brando, chegando ao cabo de N. / Sra. da Europa descobrimos tres navios, e por o vento se pos contrario / nos puzemos a capa: fezse zafarancho: e lancando bandeira geno- / vesa, a lançarão os navios Ingleses, e obrigado de vento Leste ar- / ribamos a dar fundo e entramos juntamente co' as tres naos de guerra / ingleses de 20 canhoes a capitania: e as outras de 50 e 40: salvamos / a capitania co' 5 tiros que nos respondeo co' três: pelas 4 oras da tarde e de- / mos fundo.

**2<sup>a</sup>. F. 22.** – Continuou o vento leste: mas brando : desejando o Auditor / vir na nossa nao pedio a S.Ex. quisesse mandar de sua parte hu' recado a gui- / do dizendolhe gostaria de o levar e' sua companhia, o que fez S.Ex. / e eu offereci e dei lugar no meu camarote ao Auditor: de tarde se / aplacou o vento: e pondose a noute oeste co' bo' luar pelas 12 oras da / noute nos fizemos todos os navios a vela acompanhandonos tambe' / o patacho Catalão.

**3<sup>a</sup>. F. 23.** – Navegamos co' bom tempo oeste, de tarde fez sinal Loureto, e man- / dou pedir o medico para Rui de Moura , que o foi ver e o achou co' febre continua / sangrado aplicoulhe o besuartico de Curvo que lhe mandamos.

**4<sup>a</sup>. F. 24.** – Continuou bo' tempo co' vento Oeste: passamos cabo de Gesta: virãose / de tarde e dois navios ao longe palejando que pela distancia se não conhecerão.

**5<sup>a</sup>. F. 25.** – Co' o mesmo vento passamos cabo de palos , e o golfo de Alicante / entramos no cabo Marti': viose hu' peixe de grandesa de hu' grande barco.

**6<sup>a</sup>. F. 26.** – Fazemos força por entramos no golfo de Valença mas por sere' / os marés per proa. Co' tal grandes ondas que alguns delles metião no navio sinc- / enta pipas de agoa: nos foi preciso cedendo a furia dos mares deixar / o golfo , e nos fizemos por fora das ilhas navegando (...) pela parte do Sul. (nota: co' vento morna deste.)

**Sab. 27** – Co' bo' vento e' poupa avistamos hasteamos Majorca: pelas / onze da noute ao entrar do canal entre Maiorca e Minorca de

## f.118

de repente se levantou um furacão de vento norte co' furia / terrível amainandose as velas co' bastante trabalho toda a / noute se passou e' tromenta.

**D. 28.** – Continuavão por todo o dia mares grofios e vento contrário, fi- / zerão varios bordos : de noute se aumentou a tromenta / e toda ella se passou a arvore seca de (...).

**2ª. F. 29.** – Proseguirão os Lestes: e' todo o dia se não vio a nao de / Campaneli, que co' a tromenta se tinha desgarrado: de noute hou- / verão algu's furacoes tempestuosos: na nossa nao/ e tambe' na / de Campaneli pelas noticias que despois tivemos / apareceo S. Telmo e / os marinheiros lhe derão como costumão salva co' tres boas viagens.

**1º de Março** – Continuou o Leste: pelas 9 oras nos falou Badraco / dizendo que na noute passada estivera a tiro de canhão co' hu' / Cosario , e que receava que Campaneli estivese tomado: e porque / ao longe de oeste se vio hua' vela, nos resolvemos a lhe ir dar casa , fazendo Zafarancho / co'tudo o pano largo , e nos seguirão as mais naos, mas / pelas 4 oras conhecemos ser Campaneli, e por termos descaido / muito e os Lestes continuare' determinamos arribar a ilha / furminteira adjacente a Ivica: nesta noute a- / calmou o vento de todo, fazendo quase escuro nos vimos em grande / perigo porquanto Bradaco esteve debaixo da nossa proa e o / mesmo lhe succedeo despois co'loureto.

**4ª. F. 2.** - Refrescou vento Leste, e co' elle buscamos a ilha furmin- / teira aonde demos todos fundo pelas três oras da tarde, e vindo / bote a terra se não achou povoação ne' gente ne' agoa alguma / (...) se fez lenha: mandou Rui de Moura pedir medico, / o qual o achou e' evidente perigo, e o mandou largar.

**5ª. F. 3.** – Continuou o tempo contrário: principiamos a novena de / S. Francisca Xavier co' missa : tivemos novas de que Rui de Moura / estava melhor: Carlos Gomes continuava co' pouca melhora / na sua doença.

**6ª. F. 4.** – Sarpamos pelas seis horas co'vento oeste brando: e co' a / proa ao norte navegamos entre Iviça e majorca, pelas onze / da noute se pos o vento contrário: e nos fizemos e' varios bordos.

**Sab. 5** – Amanhecemos 28 milhas de Majorca em calmaria, pore' / com terrível mareta por todas as partes: de tarde aplacou / alguma' cousa co' calmaria : avistamos duas setias que vinhão / de Cathalun.

**Domingo 6** – Continuava pela mareta : avvistamos 2 Catalun de tarde: a noute / estivemos e' calmaria: nesta noute descuidandose os timoneiros / largarão o leme , houve grande trabalho a bulha para o atare': refrescou al- / gu' vento norte, e navegamos co' elle a leste.

**Segunda 7** – Cortramos Cathaluna co'vento norte brando, pore' /

118.v

Com bastante mareta contraria, athe que pelas 10 horas da manhaa' se levantou vento / contrario leste fortissimo que nos obrigou a arribar logo a Cataluna aonde che- / gamos ao porto de Salo pelas 5 da tarde e estando para lançar anchora estive- / mos e' grande perigo porque equivocandose o timoneiro e' voltar o leme nos hia / dando co'a nao sobre hu' penedo, a que se acudio co' toda adeligência: conti- / nuou de noute o vento leste: tivemos novas de nao loureto que Rui de / Moura estava livre de perigo.

**3ª. F. 8.** – Mandandose lancha a terra vierão novas de que não havia na terra / cabo português por todos tere' ido para Barcelona: vierão tres cabos Ingleses / a bordo que nos derão noticias que o tratado dos pares estava desfeito: mandouse/ de Loureto buscar o medico que nos trouxe novas de que Rui de Moura estava / seguro nas melhoras, mas que as doenças na nao hião e' augamente, e que os (...) de / Portugal determinavão mudarse para Badraco: escreveo S.Ex. para (...).

**4ª. F. 9.** – De madrugada refrescou vento Noroeste: tiramos peça de leva: escreveo / D.Carlos ao auditor dandolhe conta que Badraco não queria recebelos e' atenção / ao Capitão de Loureto e que entercedese co' o nosso capitão ou co' S.Ex. pelo que o / Badraco os recebeo e por se escusar o nosso capitão S.Ex. escreveo a Badra- / co a favor de D.Carlos e Rui de Moura e lhes mandou a carta: pelas / 10 oras sarpamos todos: pore' co' muito pouco vento que de tarde acalmou / e toda a tarde estivemos e a noute e' calmaria. (nota: acompanhamos hu' patacho ingles que estava e' Salo.)

**Quinta 10** – Continuou a calmaria: por haver pescadores na costa lançamos / lancha fora e se comprou bastante peixe: de tarde houve / algum vento brando noroeste: avistamos Barcelona: de noute / estivemos em calmaria: nesta tarde vimos quantidade de golfinhos/ nadadando a oeste.

**Sexta 11** – Passamos o dia em calmaria, de noute refrescou alguma coisa o vento / oeste mas tornou acalmar.

**Sábado 12** – Amanhecemos a vista do cabo de Creos ultima de Cathalune e' calmaria / tinha-se de noite chegado a nos uma setia co' a bandeira genovesa: ao / nosso capitão lhe fez sinal co' peca para vir a bordo: pelas 12 nos salvou / co' 5 tiros: a que respondemos co' um e vindo a falar não deu novas / alguas: refrescou o vento noroeste: de tarde acalmou, porém sempre / co' mareta de leste: de noute continuou a calmaria mas por / sere' os mares contrarios retrocedemos a 1h na Palamos.

**Domingo 13** – Aplacava-se alguma coisa os mares , refrescou o vento oeste : de / tarde acalmou: de noite cresceram os mares co'vento norte / que continuou rijo por toda a noute .

**Segunda 14** - Amanhecemos 10 legoas do cabo de S.Sebastião continuando o vento norte / rijo co' mares grofios : A nao loureto, Campaneli, e Alfonso app- / nas se devisarão muito longe e se entendeo tinhão arribado co' proa a oeste / Badraco, e o patacho inglês navegava junto a nos, e mais longe a nao do / Guido: o piloto foi de parecer se arribasse co' proa a Bonente athe ver / se passava a tempestada: porém o capitão resolveu se entrasse o Golfo, en- / tendendo que a meio golfo se minorariam os mares e largando a gavia / se for força de vela, mas por pouco tempo porque crescendo os mares / e voltado a nordeste co'mais furia o vento se cerrou a gavia e pelas / 4 horas de tarde também (...) quando : perdeuse de vista o Badraco, Cositi /

## f.119

nou por toda a noite co'igual furia, co' tais balanços nas naos que de hu' / a outro bordo corriam as camas , e entrando muita agua no comando do capitão / (...) se accomoda a familia de S.Ex. foi obrigada a vir para Camera de / S.Ex. aonde se passou a noite toda em tromenta.

**Terça 15** – Mudou-se o vento a oesnorueste co' demarcada furia, e / reconhecendo o capitão se não podia orsar se' evidente perigo da / nao, e receio de descalharmos em cabo corsa, se resolveu a arribar / a sardenha fazendo a proa a sulidoeste: pelo meio dia se tomou / o sol vinte e um graus e 25 minutos altura da boca de / bonifacio (...) perigosissimo , pelo que fez toda a força pa se / afastou dela mas batendo as ondas co' desesperada furia no cos- / tado da nao e metendo muita agoa dentro, per o perigo a todos / e' notavel conjternação e desconfiados os marinheiros recorri- / ão a (...) fazendo promessas de vire' descalços ao (...) de castelo de genova / e entrando o capitão na camera de S.Ex. pediu recorrese a / N. Sra. Co' algumas devoções e promessas, e depois de nos confessarmos / todos, o Sr. Paiva pondo em publico uma toalha co' o sangue / de S. Fr. Xavier accodindo a camera de S.Ex. toda a sua fã- / milia e passageiros se lhe refez, e prome- / temos todos irmos descalços a N. S. De Bue' Ayre de Serd- / enha: rezou-se o terço e a Ladainha , e neste tempo os mari- / nheiros descobriram terra pela (...) se levanta, o que nos animou muito / para conhecermos estarmos livres de boca de bonifácio e cabo / de casia, do que mais nos receavamos: de noite continuou a / tromenta, co' tão grandes balanços , nem deitados no chão / e pegados a cordas nos sortinhamos : / co' auditor caindo de um a outro bordo se feriu na testa o (...) / nos sucedeu a um passageiro, e nesta noite / nem S.Ex. se despiu antes reconhecendo que o capitão da nao de Can- / caço se deita por se não poder ter em pé, e vigia S.Ex. toda / a noite indo por velas recomenda vigilâncias co' piloto / e oficiais, toda a noite se passou em um continuo susto, / esperando em cada onda a morte e a sepultura.

**Quarta 16** – Amanheceu o dia continuando-se a mesma tempestade / avistada por levanta terra, e entendendo o piloto / ser o ultimo cabo de sardenha pelo que o foi a tomar / porém já perto se reconheceu ser o cabo de S.Marcos / que fica quase no meio da ilha, e aqui nos vimos / em evidentissimo perigo por estarmos junto da Costa / e os mares e ventos (...) lançando-nos a ela / mas fazendo força de vela contra os mares e os ventos / foi (...) servido livrarmos também deste perigo mon- / tando a ilha de S. (...) as 11 horas, e passando pela uma / hora da tarde por entre os rochedos chamados / vaca e touro durando ainda a tromenta, que aqui nos.

## 119.v

rasgou o velado, entramos o golfo de Palma, aonde abrigados dos ventos / contrarios lançamos ancora pelas 4 horas e meia: fomos logo / a Camera de S.Ex.: e de joelhos se rezaria (...) / a salvo Rainha ,e nos demos os parabéns uns aos outros de nos / vermos livres de tais grandes perigos: entrado a noite nos refi- / zemos de forças por haver dois dias se não comia / coisa que fosse a lume: passou-se a noite ainda (...) mareta / já sem susto algum e co' a alegria, igual aos turba- / (...) e sustos que tinhamos padecido.

## f.120

**Quinta 17** – Intentamos fazer-nos a vela, mas a grande mareta e vento / norte nos impediu levar a ancora com que se passou o dia / em se refazerem as cordas e velas (...).

**Sexta 18** – Pela madrugada levamos a ancora co'vento norueste mas / muito brando: que mudando-se logo a leste voltamos a arribar, / porém a pouco espaço tornando a Noroeste saímos co'alguns / bordas a montar o cabo: acalmou pelas onze horas o vento, / de tarde lançarão fora as botes a reboques para nos afastar de terra: de noite / refrescou o vento sul, passamos o cabo Palo.

**Sábado 19** – Dia de S. Joseph de Madrugada avistamos Calhari: entra- / mos na Bahia pelas dez horas: a nao Guido estava anchorada / na (...) porto e nos salvou vo' cinco tiros: demos fundo: / o salva a N. S. De Buen Ayre co' 19 tiros: depois a Cidade / co' cinco e o Guido co' tres: diseu missas e comunguei e por ser já tarde não / fomos antes de jantar a terra: Nesta manhã mandou o vicerei pelo / nosso escrivão da nao saber se S.Ex. se queria entrar na cidade descoberto se incognito : e que o / S.Ex. agradeceu escusando-se o que vendo ir incognito: pelas duas horas se emb- / arou S.Ex: e nos e toda a familia e o Pr.Paiva e / os dois botes e salvou a nao ao Sr.Marques co' 11 tiros e por haver marés não podemos / desembarcar a porta da terra donde nos haviamos des- / embarcar se não houvesse mareta: esperamos largo es- / paço enquanto voltou a bordo um criado de S.Ex. buscar uma barra de ouro que tinha esquecido / para oferta de (...) e chegado (...) havendo concurso de mais de

quatrocentos pessoas discute o / Sr.Marques do (...) perna nos (...) toda a fa- / milia e o Pr.Paiva fomos todos acompanhados do consul / de genova e varios pessoas em Romaria a Nossa Senhora que he hu espaço grande / da porta da Igreja esperou a comudido dos religiosos da N. S. Das Mercês cujo he a Igreja e o 8º / comissário lançou agua benta ao S.Ex. entramos na Igreja que tinhão / Lumiado co'bastantes luzes : puzeram ao (...) Embaixador gene- / satario enquanto oramos cantarão ao orgão a / Salva Rainha e depois hu' Vilaneiro da historia de (...) feita a oração / ofereceu a S. Embax. a (...) nas mãos de 8º comissário uma barra de ouro de valor de seis centos (...) : / asmais pessoas fizeram duas ofertas: sabio o S.Embax. : e nos depois ao (...) de (...) derãonos / reliquias da arca: calçamos-nos e acompanhado da Comunidade foi o Sr.Ex. ver a / Igreja nova que este ainda imperfeita e despedido dos re- / ligiosos nos viemos embarcar ficando alguns criados / do S.Ex. em terra e casa do capitão do Porto : chegamos a bordo : e se passou a / noite. *(Nota de margem onde não apareceu nenhum asterisco para a encaixar: O nosso capitão por estas estadias de lema não foi a terra mas mandou de regalo a V.Rei hu' anel que trazia de 20 (...) co' / hua' zafira e dous diamantes : e tambe' hu' espedi' de prata.)*

## 120.v

**Domingo 20** – cresceu o vento e Mareta de norte que impediu S.Ex a terra / assistir ao Domingo de ramos na catedral como determinarão: deuse / missa comungou S.Ex., e pelas duas horas da tarde se embarcou / S.Ex. para ir a terra ouvir na catedral o sermão do Arcebispo / fui eu em sua companhia e o auditor, e alguns seus gentilho- / mens: a meia travessia do porto encontramos o capitão dela / que se meteu na nossa bote, dizendo ao S.Ex. tinha ordem / de Vicerei para lhe mandar pegar nas armas e fazer as mais/ honras militares e não obstante a repugnancia de S.Ex. / que desejava entrar incognito ao desembarcar na porta / da cidade lhe abateram os espontões e bandeiras três vezes os / oficiais da guarda que estavam sobre as armas. (...) esperou / o coche que o capitão disse mandava o Vicerei entrou S.Ex. / na Igreja dos minimos, que estava a vésperas no coro, onde / notamos uma nova cerimónia, pois no tempo em que no coro / se havia de cantar o verso o crux ave spes venita, sahirão / da sanchristia, um padre co' capa de arperges co' (...) lenho / cruz lados dous frades co'velas nas mãos, e adiante outro / co'outra vela e um chorista co' sobrepelis e niursa e todos / co' hus veus grandes os rostos cobertos e subindo os três ao al- / tar lançou a benção co'a cruz ao povo e recolherão / sanchristia: de aqui subiu S.Ex. a casa do capitão do / Porto a esperar o coche e ali teve recado do Vicerei por / um oficial de guerra em que diria que tendo noticia que S.EX. es- / tava em terra ordenava aos oficiais de guerra lhe fizessem as / devidas honras militares, e mandava a S.Ex. carroças para / ir a catedral oferecendo-lhe o lugar da sua tribuna para / ouvir o sermão: agradeceu S.Ex. e vindo o coche / se meteu nele S.Ex. eu e o auditor, e nos apeamos a / porta de Vicerei onde a guarda fez a costumada honra / militar: e subindo S.Ex.: fomos para a tribuna que he pa / dentro do paço, nela estava o Vicerei que salvo fora dela / esperar S.Ex. e lhe deu a primeira cadeira ficando na

2ª o Vice- / rei: na 3ª o conde (...) das gales , na 4ª o auditor e na 5ª / eu: e todos os mais oficiais de guerra e consul de genova / ficaram de pé: ouvimos o sermão que pregou o (...) / (...) no pulpito assistido do Duque e hu' conego mais antigo / sentados ambos no mesmo pulpito tendo ao arcebispo / no nono, o qual pregou e (...) e os conegos estão co' / Roquetes e arminhos de que uzão pelo máximo: acabado.

## f.121

sermão levou o Vicerei ao S.Ex. para a sua cama- / ra onde estiverão (...) e o regalou co' chocolates e agua / de neve: e despedido do Vicerei que acompanhou o S.Ex. athe' ao patio da escada e entrou S.Ex. na sé que / por ser já no fim da tarde se nos não mostrou o santuario / meteuse S.Ex. co' nosco no (...) e ao sahir da porta do Caste- / lo se lhe deu salva co' quinze tiros de canhão aos quais / respondeu o capitão da nossa nao co' outros quinze: foi S.Ex. ver a galaria e / baranda da Marquesa Montemajor abre p.feitissimo de todo o primor. Subiu / sua Ex. a casa de um contretador ver hu' estudo de medalhas romanas e' que se deteve / athe' as oito horas neste dia gastou S.Ex. e' esmolos a soldados, guardas, pobres / e mais pessoas co' (...) e já no dia antecedente tinha gasto na mesma forma / muitas moedas viemos a bordo pelas nove horas.

**Segunda 21-** Amanheceu o dia claro, e tendo S.Ex. gosto de ir ve a cathedral / o santuario, e o capitão do porto que tinha vindo visitar o S.Ex: S. Ex o regalou co' hua bengala de Ana da china Reita / se meteu no bote, eu e o auditor, e o seu secretario e um / gentilhome' donde os p.es lhe puserão alcatifa e cochim: e a mea travessia do Porto / encontramos o secretario do arcebispo que da parte dele vinha visitar o S.Ex: desembarcados / acompanhados de varios officiais de guerra e do p. R.er da Comp. / entrou S.Ex. na casa profesa onde ouviu missa depois / visitou nossa senhora da piedade: a chegar do coche que mandava / o Vicerei se meteu nela S.Ex. eu e o auditor e fomos ver a / caza do noviciado da Comp. cuja Igreja he de bellissima forma / e insistindo os p.es co' S.Ex. para que lá jantasse se escusou S.Ex. / pela razão de estar convidado pelo Vicerei, onde foi jantar: na sala do Vicerei estão os do / concelho ao L(...): a mesa teve o 1º lugar S.Ex. o 2º Vicerei: 3º general das galeras / 4 hus officiais de guerra dos filhos do vicerei: levando no coche o Capitão do Porto: eu e o auditor / ficamos co' os p.es e mais dous gentilhomens de S.Ex. e pelas 3 horas / da tarde fomos para a Sé esperar S.Ex: o qual chegando dele / mostrou o santuario onde há infinitas reliquias: o (...) e / outros cónegos assistirão S.Ex: e visto co'todo o vagar a ca- / tedral: veio o S.Ex. ver um estudo de medalhas de um conego da mes- / ma cathedral Bispo auxiliar dela, depois foi S.Ex. co' nosco / no coche ver o (...) de Comp. onde no refeitório derão os 8.er / doces e vinho e bebeu o P. R.er a saude de S.Ex. de aqui man- / dou S.Ex. visitar o arcebispo que não estava em casa, e chegando / a praia se embarcou S.Ex. e o Sr.Paiva que tinha estado hospedado / pelos p.es do (...) estes dous dias: e chegamos a nao pouco depois das / ave marias : aonde estavam eesperando o S.Ex e o Sr. Prior e

seus religiosos / de N. S. Da Buen Ayre agradecerlhe da parte do Convento a esmola: e despedidos / quiserão oferecer a S.Ex. um regalo de galinhas e outras cousas que S.Ex. / lhe não aceitou excepto um livrinho de historia de 3ª.

**Terça 22** – Pôs-se o tempo favorável para nos fazermos a vela , fez o nosso capi- / tão sinal co' peça de leva para ver a gente que estava em terra: veio a / bordo o capitão do porto saber como S.Ex. tinha passado, e o mesmo / fizerão hus p.es da Comp. e' nome do R.er della: de tarde mandou / o co' hua' carta a S.Ex. e' que lhe mandava hu' livro da historia de N.S. de Buen / Ayre e hua' chicara de coco coberta de filigrana de prata co' hu'

## 121.v

pires de filigrana grande e' duas bisetinhas de sabonetes finos que o S.Ex. aceitou / e lhe respondeu mandando-lhe tambe' hua' caixa e deixarão co' seis padres / Cardiais : de noute chegou hu' gentilhomem de visita / da parte delle saber de S.Ex. e oferecendolhe e' nome de El Rei /Catholico hu' refresco q (...) e' 120 (...) 20 p (...) / 2 cubas de vinhos 6 cestos de verduras 8 de pão: e juntamente / da parte do filho do Vicerei o desculpou se elle não vir a bordo por neste / dia estar ocupado na Cidade co' hua' procissão de que era protetor: S.Ex. / agradeceo o mimo e o mandou entregar: ao capitão deu hu' anel / de uma pedra rubi grande e dous diamantes ao gentilhomem e / huas' moedas e um soldado e barqueiros: de noute continuou / bom tempo, e nos puzemos correntes para sairmos de madrugada.

**Quarta 23** – Amanheceu o dia co' bo' vento Oeste ao levar da anchora se embarca / a boia no leme e nos deteve athe ás oito oras, e' que nos fizemos / a vela co' bom vento. Salvamos o N. S. da Buen Ayre co' nove boas / viagens: nove tiros, e guido o fez co' sete: dicesse a missa de / paixão: e co' (...) viagem passamos o cabo de S.Elias e prin- / cipiamos a costear Sardenha pela parte de Leste navegando a duas / légoas e mea por hora, seguindo a navegação pela parte de Leste asi' pas- / sounos por esta parte o vento favorável como pela noticia que tivemos / de calhari de que pela parte de Oeste andavão três cosarios Fran- / ceses , e que continuavão as tromentas no golfo: de tarde se mino- / rou o vento: e de noute passamos quase em calma.

**Quinta 24** – Antes da madrugada refrescou algua' cousa o vento Oeste, que / pela manhã acalmou: comungou S.Ex: eu eu e toda a mais / familia: de tarde calmaria pelas 4 oras soprando / vento maestro (...) nos pusemos a caminho de noite abrandou / neste dia se observou na nao a cerimonia da igreja se não tocar / sino, os (...) de metraca pelos guardas.

**Sexta 25** – Amanhecemos a vista co' corsega co'vento Oeste, brando enquanto / fizemos caminho:

neste dia nos morreo hu' marinheiro a que tinhão / cortado hua' perna quando co' a mirra ao sahir do golfo de Palmaz / pelo fim da tarde acalmou o vento e quase toda a noute se passou e' / calmaria.

**Sábado 26** – Amanheceu e' calmaria, vimos o Monte Cristo: fezse a cerimonia / da Aleluia rezando o 8º capelão revestido as Ladaínhas : e a gloria tocaram / todas as campainhas Anos abuazes e tambores: continuou a calmaria / vimos a costa da corsega toda coberta de neve: pelas 4 oras da / tarde refrescou vento Oeste: viose hua' vela que vinha do Sul: des- / cobrimos terras de Itália, e a ilha de Elba e (...): e logo pelas 4 / oras se mudou o vento a Nordeste, que por ser contrario fizemos bordos pequenos / por causa das ilhas de que estavamos rodeados: antes das seis acalmou de todo: pelas / 9 refrescou vento sul com que fizemos algum caminho: pelas dez tornou a / acalmar pelas onze refrescou outra vez vento Sul que acalmou pela mea

## f.122

noute: pela uma refrescou vento contrário norte, que nos obrigou / a passar toda a noute com cuidado por estarmos rodeados de ilhas / e fizemos varios bordos pequenos.

**Domingo 27** – Continuou o vento contrário alargando-se a Nordeste co' bastante marea: / manhece-nos na altura de Cidade de / Bastia principal da ilha de corsega, e pela parte de leste avistamos a ilha caprara: continuamos nos bordos toda a ma- / nhã e tarde: pelas dez da noite se mudou a Oeste, e co' / ele nos pusemos a caminho continuou toda a noute fresco.

**Segunda 28** – Amanhecemos 10 légoas além do cabo corsa ultima da ilha / de corsega, deixando tambe' atrás a ilha gorgora: avistamis / todos os montes de toscana e saboia cobertos de neve: e / na mesma forma estava toda a ilha corsega: pelas 8 da ma- / nhã descobrimos uma vela que vinha de leste: / em nossa dereitura , e por parecer navio que se fez / safarancho: acalmou-nos o vento de tudo, e o navio se fez / em outro bordo rodeando a ilha gorgora: e pelas três horas da tarde refrescou vento nor- / oeste com que nos fizemos a caminho: tornou o navio co' todo / o pano largo a nos buscar, continuou-se o safã rancho en- / tendendo-se ser cossario frances, pelas 5 ½ por bandeira olandesa e lancandoa nos genovesa amainando alguas / velas nos seguio ao largo como que vinha e' nossa conserva / anoitecemos longe de genova 18 legoas de frente de golfo /de especie: de noite acalmou o vento e quase toda a noite / se passou em calma.

**Terça 29** – Continuou a calmaria: perdeu-se de vista o navio holandês e / viu-se uma vela por leste: de tarde mandou o capitão / em o bote ao escrivão da nao que fosse de noite a genova / levar a nova de que eramos chegados: de noite continuou / a calmaria.

**Quarta 30** – Antemanhã refrescou algu’ vento leste com que fizemos / algu’ caminho: amanhecemos a vista de genova / 7 legoas, e continuando o vento chegamos ao molhe de genova / pelo meo dia, salvamos o (...) do castelo co’ 22 tiros voas / viagens, o 5 padres nossos, e ave marias: depois nos / salvarão a nao loureto e as / mais naos da nossa conserva, e outros que estão ancoradas / demos fundo concorrendo multidão de sente aos ba- / luertes e ameas da cidade: e pouco depois principiarão / aloncorrer grande quantidade de botes a rodear a nao: / chegou a ela o escrivão da nao que tinha ido no bote / e trouxe novas da grande alegria e festejo co’ que esta nao era recebida / pelo que tinha padecido e tardado: soubemos também também que a nao / Loureto Campaneli e Alfonso em o dia em que nos entramos / o golfo elas arribaram a costa de cataluna aonde se detiverão / em bordos até as 13. Do mesmo mas e que aqui todoos os passageiros / e ainda alguns italianos da nao loureto desejerão por se livrar / da nao pelas doenças que padecerão tomarem terra em barcelona / e ali : mudare’ de navio, mas o capitão da nao Loureto por (...)

122.v

não desemparar a nao nunca quis tomar terra athe que entrando as / dezasete o golfo, depois as dezanove lhe sobreveo hua’ tal tromenta, que es- / tiverão de todo perdidos, ella e as mais naos especialmente o do loureto, / porque ambos os pilotos iam doentes de malignas de que morrerão, mas foi / (...) servido livralos, aos 21 entrarão em genova todas as tres naos / e a de loureto não teve licença de saude senão despois de seis dias: a /nao de badraco que nos tinha acompanhado a 1h meia golfo arribou a Li- / orni, aonde descarregou: o patacho Ingles que nos acompanhou todo / o Golfo não tivemos mais noticias dela e entendemos se perderia / toda a tarde concorrerão muitas falvias e botes a rodear a nao, e / entre elas veio D.Carlos, Luís Guedes e Rui de Moura, que já estava / bom de todo e nos contaram o numero que tinham padecido na nao e que se não / mudaram para Badraco co’ a carta de S.Ex. porquanto chegou ella despois de estar / a nao a vela em salô: pelas 4 oras foi a terra o capitão buscar a Licença de / saude , o auditor e carlos gomes procurar Locanda para S.Ex.: e chegado / no fim de tarde disserão que tinham escolhido boa e grande co’ todos os comodos / nela.

**Quinta 31** – De madrugada salvou a nao a Cidade co’ cinco tiros e deu licença o capitão / aos marinheiros que sahire’ a terra fazere’ o dia romaria descalços, os quais / forão e’ varios botes que se juntarão: pelas 7 horas vão a terra Carlos Gomes / de S.Ex. prepparaolhe a Locanda : pelas 8 se vestiu e co’ pos / S.Ex.: e chamando a sua camara toda a sua familia, criados: e / servidores lhe fez hua’ douta advertência de be’ que devia proceder, hones- / tos, graves e pacificos, alias o grave castigo

que lhes havia dar e pedindo / a cada hu' delles as armas que trazião lhe entregarão todas as pistolas, pis- / toletas, facas e punhais que traziam que S.Ex. recolheu: e se meteu e' hua' / faluca comiguo o auditor o capitão e algus' criados de S.Ex. / e meus, e salvou a nao de S.Ex. co' 13 tiros chegaos ao cais da cidade pelas 11 horas / e postos em terra o capitão se despediu de sua Ex. para ir satisfazer a sua / romaria a (...) de Castelo S.Ex. e o auditor e os criados entra- / mos nos pela Igreja que (...) S. Bernardo onde ouvimos missas ali fomos pela / Locanda junto a mesma igreja: caza de João Baptista Favelo a mesa de / S.Ex. jantei eu e o auditor <sup>294</sup> : os (...) André de Paiva e seu companheiro se for- / ão hospedar a caza professa da Comp. : de tarde vão visitar a / S.Ex. O <sup>295</sup> Sr. Jorge Soares do Calvário da Santa Fé e lhe trouxe cartas do en- / viado de Portugal em Roma vierão tambe' D.Carlos de Menezes: Rui / de Moura Telles e Luís Guedes, e se passou toda a tarde em boa / conversa referindose hus' e outros sucessos da viagem: a noute veo / o nosso capitão da nao ver a S.Ex: e feitas oras de cea despedidas as visi- / tas ceamos e se recolheu S.Ex. e nos pelas 10 horas.

**Sexta 1 de Abril** – Fez muita chuva veo visitar S.Ex. o Pr. Tambini de Comp. de Jezus / pelo fim da tarde sahiu S.Ex. fora a pé eu e o auditor o acompanha- / mos como também Rui de Moura D.Carlos e Luís Guedes e toda a / familia de S.Ex. e fomos ao Sto. de Castelo, Igreja antiga de pouca a veh- / latura: he de religião dominica: veo S.Ex. o convento que he obra / de pouca concideração: e se recolheu a casa quase noite. (de tarde veo visitar o S. Ex. o Duq. de Uzeda. S. Ex. foi (...) ao tras da escada: detevese (...) ora no visita: e despois o acompanha ath a porta da rua).

**Sábado 2** – Por ser este dia de correo e a parte teve S.Ex. muito que escrever e se passou todo o / dia e noute e' se fazer o correo. Deu S.Ex. e dei eu tão be' contudo secre- / tario de estado de chegada a esta cidade : e o mesmo ao enviado cardeal

## f.123

protector: de manhã mandou por hu' seu gentilhomem: o Duque de / Uzeda convidou o S.Ex. para ir jantar co' ele no dia seguinte : e de tarde veo visitar / a S.Ex. o (...) de Duque de Uzeda : e toda a noute se gastou em fazer o correo.

**Domingo 3** – Sahio S.Ex. as dez de caza a pé seguido da (...) do Duque de Uzeda que lhe tinha / mandado para sahir nella das ruas estreitas da cidade até ao largo da anunciada / onde esperava o coche do mesmo Duque: entrou S.Ex. na anunciada onde / o forão cortejar D.Carlos Rui de Moura e Luís Guedes que ahi se achavão e enviado mi- / ssa , e veo a admiravel (...) de Eg. que he de três naves co' outo columnas por bor- / do mármore e as copulas de (...), jarpes e o (...) co' admirável

---

<sup>294</sup> 1ª nota lateral

<sup>295</sup> 2ª nota lateral

pintura e he por / todos reputado pela melhor Eg. de Genova: entrou S.Ex. no coche levando a / Carlos Gomes na cadeira de diante chegou a caza do Duque de Uzeda que he a S. (...)/ de Arona: veo recebê-lo o Duque e seu filho D. Melechiari Pacheco ao topo da es- / cada achando ja o Principe Doria e outros fidalgos de genova e' hua' grande / sala de perfeitissimas pinturas e depois de algua' pratica se passou a outra caza / igualmente Rua donde estavam pervenidas duas missas hua' de forma ouvada / co' 13 lugares outra redonda co' 4 : na 1ª se deu o 1º lugar a S.Ex. e da / frente dele o Duque de Uzeda e' os mais lugares se' se observar orde' de jantar /os mais cavalheiros que erão convidados pelo Duque que erão o Principe Doria, (...)/ Grimaldi: D.Cavalier Grimaldi Malty: Francisco Grimaldi João Domingo, / Lomellini: Julieto Gavoti : Paesmo Philippo Duruso Ippolitino Mari Ie- / zepin Palavisci, Bachilin Spinola. D. Bertholomeu Pono (...) de batalha / espanol : e a outra meza co' filho do Duque comerão D.Camillo / Doria o filho do Principe : o Marquês Stephano Dorea General das Goles: e / Marques Corga espanhola: foi coberta a meza duas vezess co' pratos de co- / sinha a parte / foi servida no meo hu' grande prato de sopa acompanhado de quatro de cozinha / inteira: ao redor dos quais estavam 8 de mea : cosinha todos co' diferentes / e delicadas iguarias e pelo que não apparece a toalha estavam estavam entre portas / quatro framengos co' manjar branco e jalzas: na 2ª coberta e' lugar / do grande prato de sopa estava outro da mesma grandeza de azado de Vitella / e varias aves: rodeado na forma de partes cuberta de diferentes carnes tando / de mais quatro pratos e' forma de barcos co' extravagantes saladas: para / a 3ª coberta se mudarão os pratos toalhas e guardanapos: vierão doces e' / varias bandejas de madeira douradas: a do meo tinha 5 palmos de co' pri / do e dous de largo e' figura extravagante entrando nos concavos della / dose da mesma materia: parte destas estavam cheias de doces secos e' / piramide: parte tinhão doces de Calda: e outros co' varios e singulares / (...) e' piramide vindo esta cuberta se seguirão quantidades de bebidas exquisitas / e vinhos odoríferos: acabado o banquete depois de larga comer reação se / despedio S.Ex. vindo no mesmo coche do Duque. Chegando a caza co' (...) / de noute.

**Segunda 4** - Pelas nove oras foi S.Ex. acompanhado e eu e o auditor a S. Ambrosio caza pro- / fessa de Comp. de boa architettura, jaspes: e pinturas, e depois de ouvir missa / veo a caza e' que não ha cousa igual a igreja: (...) da se a caza: de / tarde enquanto S.Ex. se recolheo fui co' carlos gomes ver o hospital minoltar cha- / mão hospitaletto por ser o dia e' que mostrava ao povo: he grande co' corredores e Lar / gos co' duas ordens de cama por banda co' catros de ferro: ha nella 35 esta- / tuas de marmore de nove palmos, das pessoas que foi deixado rendas ao (...) / della por hu' paçadico se vai por outro das molheres de mesma grandeza / mas tudo muito limpo e asiado : tornamos a casa a buscar S.Ex. e saí- / do co' ele fora a pé e foi S.Ex visitar o capitão da nossa nao que o achou em casa / acompanhando o S.Ex. D.Carlos Rui de Moura e Luis Guedes.

este dia se escreveo aqui por erro pertence adiante.

**Segunda 11** – De manhã foi S.Ex acompanhando eu e o auditor e alguns criados / visitar o Sr.Jorge Soares a Santa Sé e o não o achando em casa entrou na / Eg. a ouvir missa a igreja he pequena mas be' feita co' colunas de mar- / mores, e capelas e bons jaspes: de aqui foi S. Ex ver segunda ves a Anuncia /da e se deteve vendo a perfeição de obra que se' duvida é a melhor Eg. / de genova: ahi veo ter co' S.Ex. o Sr.Jorge Santos Dominico Lumbilino / e Francisco Grimaldi que todos tinham ido buscar o S.Ex. a casa e se recolheu S.Ex. /a caza: de tarde tornavão a buscar a S.Ex. (...) Lumbilino e Grimaldi / convidando a ir ver alguns palácios grandes e acompanhando todos o S.Ex. foi / a rua Balbi junto a nunciada : he esta rua muito comprida e / larga e toda co' palacios magnificos de hua' outra parte que bastasse a fazer /genova soberba: entramos e' o palacio de Duraro que na estimação de / genova hua' maior e melhor: se' uma entrada nobre co' grande galaria: grandes / lances de escadas: um patio quadrado: 2 jardins co' grandes barandas não esta / acabado, e se trabalha nela co' (...) de chegar a marina e a acabado / será hua' admiração: se dentro hu' patio de comedias e operas muito be' pin- / tado e comodo: as salas estão adornadas de belissimas pinturas: esta- / tuas de marmore e bronse panos de Raj finissimas e' bom damascos / e (...) parece serão e' hu' andar mais de 24 cazas: visto este palacio / fomos ver dous immediatos a estes da familia baldi: os quais ainda / que nos o não igualam na grandeza na perfeição e adorno o excede pelas admi- / ráveis pinturas co' que (...) todas as paredes adornadas dos mais antigos e / famosos pintores: feita noute se recolheu S.Ex. a casa acompanhado / das mesmas (...). / que o achou e' casa e veo buscar o S.Ex. a porta da rua <sup>296</sup>, subio S.Ex. e depois de estar / longo tempo co'ele e o seu tio homem de 84 anos, se despedio e o capitão acompa- / nhou S.Ex. até á porta onde instando S.Ex. se recolheu e não quis fazer mas quis / acompanhar a S.Ex. até se recolher a casa: S.Ex. foi co' nosco e elle passou / pela marinha da cidade de parte de leste a qual é toda muito bem fortificada de bons / muros e baluartes co'três peças: ainda por estar parte se ve muitas casa arruina- / das de ocasião e' que os franceses bombearão esta cidade: feito noute se recolheu / S.Ex. a casa e se despediu o capitão.

**Terça** – De manhã não sahiu S.Ex. fora occupado co' alguns negocios co' o S. Tambini: /de tarde veo D.Carlos e Rui de Moura e Luís Guedes / como sempre fizerão e' os mais dias / assistir a S.Ex. acompanhado delles foi S.Ex. ver a sé a qual he templo grande / de três naves antiga obra gotica co' outo colunas em cada nave três portas / no frontispício , e quatro nos lados: no meo da nave do evangelio está hua' capela / grande de marmore e' que se venerão as sinzas e ossos de S. João Baptista co' notável venera- / ção pois em o meo da capela se levanta hu' altar de marmore dos lados do qual sobe' / 4 colunas de perfido de altura de 14 palmos, estas sostetão um túmulo para o qual / se sobe por huas' escadas, e' que esta hu' caixão co' as cinzas, e ossos: e hua' anbulas grande de / cristal

e prata dourada e' que esta hu' grande osso da mão do mesmo Santo. o altar se alu- / mia co' 25  
alampadas de prata: a roda delle estão e' hus' nichos sete estatuas / de marmore obra antiga e  
perfeita: a capela da (...) co' huas' grandes de / marmore branco muito be' lavradas e nella não pode  
entrar molheres e se / se' estas reliquias pelas de maior estimação: e' o crucifixo no topo há duas  
grandes capelas / de marmore: e' o altar co' letral da parte da Eg. está o santíssimo: a capela /mor: he  
obra perfeitissima : sobese de pavimento do cruzeiro tres degraus para o p/biterio / de 50 palmos e'  
quadro: da parte do evangelio e' o principio / o p/biterio está a cadeira do Doge da Rep. e' tres (...) os  
altos encostos e (...) / rio: docel de damasco da mesma parte e' distancia de 12 palmos esta outra /

## f.124

cadeira de três degraus menos altos: co' docel da mesma altura e forma da do Doge / e se nas  
cadeiras há a diferença (...) e do Doge um portátil e não está no (...) / senao quando vem o Doge: a do  
arcebispo é fixa de pau lacrada: e se nos disse / para antes que o Arcebispo fosse codeal tinha o seu  
lugar de pé da episto- / la de (...) de Dogedepois porem em honra em honra da (...) / Doge mais  
chegada ao altar, oposto dos genoveses entendi que o lugar/ da cadeira do Doge é mais nobre porque  
o cardeal lhe dá a mao direita / (...) p/biterio sobe três degraus para o altar, o qual no meio tem uma  
(...) / de N.S. da Aflição sobre navios co'anjos tudo de (...) obra de muito preço: por / detrás do altar  
e p/biterio continua o coro dos conegos (...) a mesma larg- / ura de p/biterio e comprimento 70  
palmos acabando em forma de meia laranja / co'duas ordens de cadeiras (...) subo 4 degraus superior  
para os conegos, e no topo uma / cadeira para o arcebispo um degrau mais alta: a (...) para os pretos  
da maca / em o meio do clero uma estante: os conegos são por todos 17 em que entram seis (...) /  
todos vestem o (...) de seda rouxa (...) murças rouxas forradas de encarnado e de inverno da /  
arminhos dos quais pondo uma tira que envolve em o braço e (...) sinal / de capa magna se pode  
rezar: co' pretos da maca são trinta e estes / foram todas as obrigações do cleo e missas/ pois os  
conegos vencem (...) co' a assisten / cia/ vestem também (...) sem mangas e murças forradas de / a  
(...) porque o arcebispo tem 17 (...) cruzados: os conegos (...) 28: (...) / mais moços do clero: e nas  
(...) classicas vem tambem oficiais ao clero os / seminaristas que são 60 rapazes, que todos vestiam  
(...) co' mangas bem encrespa- / das e opas rouxas: as paredes todas são em marmore adornadas de  
belissimas / estatuas de santos: o (...) é pintado dourado tudo obra perfeitissima : a / (...) / da igreja é  
de S.(...) de aqui foi S.Ex co'nosco (...) / passear pela cidade observando nele os (...) e nobres todos  
pintados por fora / fingindo colunas frisos estatuas (...) se recolheu S.Ex. já de noite.

**Quarta 6** - Neste dia choveo muito e obrigou o S.Ex. a ficar em caza tratando de alguas / cousas  
para o (...) da partida.

**Quinta 7** – Continuou neste dia a chuva: partiu Rui de Moura e Luis Guedes para Roma / ficando

D.Carlos por causa de um criado que tinha doente: deste dia por diante cont- / inuou D.Carlos a assistencia a S.Ex. jantando e ceando co' S.Ex. quase sempre / e se recolheo a noute a sua Locanda a S. Sé: a noite se passou e' (...).

**Sexta 8** – Pela manhã saíu S.Ex a pé entrou na igreja dos Mareos pequena mas muito bonita / em 4 arcos co' sua capela muito be' pintadas: as capelas co'colunas de admiráveis / marmores: de aqui foi S.Ex. ver a igreja de S. Siro que he das melhores ou a me- / lhor de genova: de três naus co' colunas de marmore branco inteiros / e as capellas (...) que mais perfeita o tecto de Eg. capela toda muito bem pin- / tada e co' muito ouro: por de trás do (...) está o choro de 8º: (...)/ sinos cujo he a Eg. a qual he tão be': e se recolheo a caza: de / tarde sahiu tambe' S.Ex. mas principiando a chover a poucos paços se recolheo / e se passou a tarde e' conversa.

**Sábado 9** – Nesta manhã ne' de tarde se sahiu S.Ex. fora por causa do correio co' a que se gasta / todo o dia e noute.

**Domingo 10** – Por ter chovido e o dia antecedente que era a Dominica: albis e que se costuma fazer a / procissão das cinzas de S. João Baptista se transferio para este dia: e S.Ex. acompanhado de / toda a sua comitiva sahiu a pé e foi para a porta de Cidade de parte de Oeste que era / o melhor sitio para a ver: ahi o capitão da guarda fez lugar ao S.Ex. onde ele e nos / estivemos sentados: não havia pelas janelas adornos algus' mas se grande conversa lugar / te por ser esta a principal procissão da cidade: sahe de cathedral e se recolhe a

## 124.v

a elle mesmo: chegou a procissão co' qual principiou pelas oras (...) que a trazia / hu' preto de maca e dois aos seus lados todos co'varios de prata: seguirão quantidades de / rapazes cantando louvores do S.(...): a estes se seguem dois ou três irmandades as quais todas / vestião ao modo das nossas penitentes mas hu' de branco outros de preto outros de preto e / asi' de diversas cores conforme a sua irmandade: adiante de (...) vinhão raparigas / vestidas limpas mas humildemente cantando versos de (...) as irmandades trazião a diante / hua' cruz de pau, hus com hu crucifixo outros se' eles e as irmãs co' velas grandes: levou / todos aos peitos a cada irmandade tinha dois governadores os quais vestião na mesma / forma, tambe' se trazião huas' murças co' (...) cujo era a invocação de (...) a huas' cruces de / pau prateado e a (...) despois disto vinhão onze comunidades grandes precedendo / a cada hua' hua' cruz de pau voltada para a comunidade/ e ahi vinhão os dez irmãos/ frades não trazião velas ne' (...): seguese os (...) co'(...) de mangas e co' / murças forradas de encarnado: despois a (...) de (...) co' conegos co' (...) / murças apavonadas: a estas se seguião o seminario da cathedral de sesenta rapazes / co' (...) de mangas encrespadas: os pretos de (...) de cathedral os conegos / e e' ultimo lugar

o vigario (...) co'(...): seguiu-se a isto (...) do Doge / a dois e dois (...) aleadas a imperial encarnadas, calções (...) justos co' / mangas (...) capas curtas tudo de veludo encarnado co' (...) galões de (...): voltas/ bordadas: depois todos os oficiais de guerra: toda a nobreza que (...)/ pessoas todas vestidas de veludo ou damasco negro capas curtas de seda voltas / crescpas e cabeleiras: seguiram-se os seminaristas de (...) co' tochas: vista / de baixo de (...)/que trazia oficiais de guerra que depois se mudaram para as (...) de (...)/ um caixão de prara obra perfeita gotica aos outros de 8º franciscanos em (...) do / vindo o (...) de cristal em que está o (...) de mais de 40: atrás de (...)/ seguiam os (...) de Doge e um oficial de Doge trazia uma espada na mão embaílhada / co' a ponta que (...) atrás o Doge vestido de (...) encarnado com uma ca- / pa (...) do mesmo, as mangas nos ombros altos e compridos aos pés (...) alto / e de boa (...), volta invocada (...): atrás dele um (...) / vestido na forma dos outros com um chapéu de sol de damasco encarnado(...) / (...) e franjado de outro: a mão esquerda do doge um senado (...) seguiam / os 24 senadores 2 secretarios do estado: seguia-se os ministros de (...) que veste / de criminal como civil e tudo isto dentro de (...) de Doge, que (...) / vestidos de (...) e vestidos encarnados de seda co'alabardos e (...) co' (...) / curtas: de fora de (...) de cidade estava um altar bem adornado em altura de 3 degraus co' / (...) o docel, aonde descansaram as caixas de reliquias: ao lado do (...) / estava em altura de três degraus uma cadeira co' (...) docel e (...) para o / Doge em o qual (...) se pos em pé: (...) de um e outro (...) cadeiras de veludo / encarnado (...) que os senadores: cantaram os pretos de (...) o hino do / (...) e depois um deles revestido (...) as reliquias e depois o Doge: / e a este tempo disparou toda a artilharia dos baluartes (...) e naos: e (...) / apreciação acompanhando o Doge na mesma (...) a sem aonde S.Ex. / foi depois de ver a procissão a (...) ele um dos conegos levou o / caixão das reliquias e outro (...) de (...) para a (...) capela: depois de / no altar maior a ter dado a beijar ao Doge e aos senadores: ouvida / missa se recolheu S.Ex. a casa acompando os (...) Grimaldi: e (...) / Lumilini: que tinham jantado co' S.Ex. em casa do Duque de (...) de tarde foi S.Ex. / no coche de Duque de Uzeda, a qual o tinha mandado pedirr por ele lhe ter oferecido os / seus coches pedindo-lhe se não servisse de outros, e o foi buscar a sua casa, / e o não achou, voltou para a cidade entrou na igreja de S.(...) de Paula onde espera- / vamos acompanhado de (...) capitão que o tinha encontrado: nesta igreja se celebrava / a novena e (...) co' os (...) posto (...) e não (...) de (...) / a Igreja é pequena mas bonita e acabada a novena foi S.Ex. ver um (...) /

## F.125

de (...) ao teatro de Balbi: o qual é mais pequeno que o de (...) mas co' muitos comodos e / todo pintado admiravelmente: acabado a comédia se recolheu S.Ex a caza.

**Segunda 11** – Este dia porém se escreveo na folha antecedente onde se pode ver (123.V)

**Terça 12** – Pela manhã sahiu S.Ex. entrou na Igreja de S. Domingues obra antiga grande de três

naves / de cruz arcos cada nave e 18 por as naves o corpo da igreja: e' algumas' capelas / muito be' feitas de bons marmores: ouviu missa: daqui entrou na tenda de um / cristão e (...) de genova o qual estava fazendo umas estatuas para o conde de / (...) e para outros condes muito perfeitos: de aqui subio a casa de hus' pintores filhos do / grande pintor Paroli aonde veo algumas' boas pinturas: foi daqui ver a igreja de / (...) que fica em hu' alto da cidade (...) soberbo: a forma por fora he quadrada: / co' hua' grande cupula sustentada co' 4 pilares: e nos 4 (...) torres: e' os 4 / pisos tem 4 estatuas de 18 palmos de marmore duas das dize' ser de estimável / preço pela perfeição da obra: é (...) co' choro detrás do altar max: e' o qual / estão seis castiçais grandes de (...) bronze obra de muitos louvores: e perfeitissima: recolheu-se / S.Ex. a caza: de tarde o forão buscar hus cavaleiros Grimaldi Lurbelino: e sahido co'elles / S.Ex e nos a pé até a Numinda onde estavam dois coches hu de Duque de Uzeda / que S.Ex. tinha mandado buscar outro do cavaleiro Grimaldi co' o qual o Lamilino se / meteo e' a tal caixa, e nos fomos e' outro a ver o (...) imperial: esta está fora da / cidade pois de huas milhas hu nobre palacio do qual se ve todo o jardim e quinta que he / grande co' grandes duas fontes tanques lagos passeos tudo obra regia e muito grandes e depois / de ir ver tudo muito bem S.Ex. para a cidade onde chegou já de noute: e convidado dos / mesmos cavaleiros subiu a caza de Balbi onde estavam muitos cavaleiros e senhores / as cazas co' muitas luzes e be' adornadas houve jogo de cartas e S.Ex. jogou co' (...) / Marina grimaldi (...) muitas funções : e D. Lumilini encarregado: D.Carlos e outros cavaleiros / e (...): jogarão a (...): ouve muitas bebidas frescas e nevadas e chocolates: e pela mea noute / acabandose tudo se recolheu S.Ex. a casa.

**Quarta 13** – S.Ex. tinha resolvido o ir para Roma por mar attendendo a grande comitiva (...) que trazia / e a fim aceitando a oferta que lhe tinha mandado fazer o Doge por via de S.Jorge Soares / tinha pedido por ele a Republica hua' galera: e fazendose para elle e (...) concelho e' o / dia de hoje antes de jantar lhe trouxe o 8er Soares ao Caval. Duraso noticia de que a / Republica tinha resolvido se desse a S.Ex. a capitania das galeras: agradeceo / S.Ex: a de tarde o cavaleiro grimaldi lhe trouxe a orde' da republica e depois / co' o cavaleiro Lumbilino foi S.Ex. a pé ver o Alberga: que é a obra mais magnifica / que tem genova: he hu' edificio de fora das portas da cidade de parte de norte muito grande e' / quadro no centro do qual está a igreja de boa avehitermo e' a qual vem fechar 4 largos das / miterios, formando até quatro ihunstres: o fundador desta machina hu' (...) de caza / Lumbilino e outros que a fizerão para refugio e amparo dos pobres, nella se podem recolher / como já estiverão mais de três mil pessoas de todas as idades e ambos os sexos, os / mininos os ensinão a ler escrever e officios como tambe' as meninas, aos homens e mulh- / eres ocupam cada hu' nos seus (...) em lhes , ensinãooos de que são capazes e de (...) dos seus traba- / lhos co' mais algumas' rendas os sustentão: toda a fabrica he de quatro andares: e o inferior / serve de almace's e despezas: o 2º de officinas cozinhas dispensas refeitórios aonde jantão / e' comunidade e os dez rapaces de 108 pessoas e' 9 andares de mesas: o 3º he das fabricas de / todos os (...) acomodandose e' cada caza que (...) muito grande : grande nº de oficiais / de cada oficial : e' o 4º serve de habitação das min e algu's doentes: e

e' algumas' partes (...) / a 4º andar que se ocupa na mesma forma para dormire' os mais pequenos: o governo eco- / nómico he admirável, te' clérigos que os governão os homens estão e' dormitórios / a parte (...): de aqui foi S.Ex. já de noute a conversa para caza de (...) Calhavin Palavescio / a hua' ora da noute chegou de Roma Jorge César de Menezes, primo de S.Ex / que lhe vinha assistir fazse logo aviso a S.Ex.: o qual vindo o recebeo co'demontraçoe's / de muito gosto e co' tentamento ficou hospedado co' S.Ex. /

## 125.v

**Quinta 14** - De manhã tinha mandado S.Ex vir hu' pintor a caza chamado / para copiar o retrato de S. Mg. que tinha trazido de (...) o qual o fez muito be': de tarde vier / buscar a S.Ex. os mesmos cavaleiros Grimaldi e Lumilino, e com elles o Abate Fresquir sobrinho do / cardeal arcebispo e co' eles sahio S.Ex, D.Carlos (...) e eu e anuncia- / da nos metemos e' duas carroças, para ir ao passeio do rio Ponsevere: sahimos pelas partes da / cidade da parte do (...) que estão muito be' fortificadas co' grandes (...) boas peças de artilharia co' / hu' que feito para o mar que defende a entrada de molle : logo de fora das portas e' hu' penas / ao alto se levanta hua' grande pedestal muito alto e muito forte co'escadas para dentro e' sima de / qual está hu' farol que todas as noutes se acende por navegantes e se chama a lanterna e se vê / de muitas legoas a longe: pelo caminho adiante se continuação muitas casas e palacios co' jardins e' / distancia de mais de mea legoa pela borda da marinha o que / fez hua' aprasível vista: e' o fim / deste passeio está uma ponte pela qual se passou de (...) o rio Ponsevere que (...) entre os / montes e' hua' (...) larga e de vão / se passa a vez co'as (...): nellas fomos pela: Ribeira asima / que é deleitissimo vista de caza quintas jardins conventos que estão de hua' e outra parte: co' / hu' grande convento de p.es Beneditos : feito noite nos recolhemos a cidade e foi S.Ex. para caza de / Madona Dunso onde se passou a noite e' conversa jogo dois xicolates e agoas frescas.

**Sexta 15** – De manhã vierão os mesmos cavaleiros buscar S.Ex. e o levarão a ver hu' grave estudo / de medalhas antigas de todos os emperadores e' que havia mais de mil medalhas antigas: / havia tambe' muitas boas pinturas e conchas preciosas: de tarde acompanhado dos mesmos cavalhei- / ros foi S.Ex. ver o paço de Doge, o qual esta e' o meo de cidade e' hu' sitio levantado: o pala- / cio he muito grande e' quadro : entrase e' hu' muito grande pateo e' o qual junta a pista da escada estão / duas grandes estatuas de marmore dos Durcos libertadores de genova: as escadas são / muito be'(...).

## f.126

**Sexta 15** – ver co' Grim. e Lun. Estudo de medalhas: de tarde os / mesmos paço de Doge, armaria: passeio: (...).

**Sábado** – correo

**Domingo 17** – missa (...) co' o capitão jantou co' elle, depois coche co' G. L. / (...)

**Segunda 18** – Missa Nossa Senhora das vinhas: tarde de cinzas: passeio marinha: no-/ ute baile Marques de Tortilhas.

**Terça 19** – Missa S. Doming. : tarde (...) na estrada (...) / (...) a noute.

**Quarta** – Carimini musica: de tarde coche negroni: quinta Zorbino Palavescini. / fora das portas, (...) de (...)

**Quinta** – Uzeda (...) cadeira: principe Dorea: de tarde porto franco: ban- / co de S.Jorge. caza de S.(...): marina grimaldi.

**Sexta 22** – e' caza de manhã não sahio fora de tarde: de (...): ibi (...).

**Sábado 23** – correio

**Domingo 24** – (...) Doge Saboia (...): tarde coche S. (...) de Arena comedia.

**Segunda** – não saíu fora.

**Terça** – de tarde em casa do G. L. Noite (...) em caza (...) ao saboia.

**Quarta** – visitar o duque de Uzeda: de tarde em casa: noite Ubaldi

**Quinta 28** – Pintor: de tarde carroça (...) 4 (...) co'prados a S. (...) de Arena (...) Lumilino

**Sexta** - S. (...): de tarde passeio pela cidade (...) patio de comedias: (...)

**Sábado 30** – missa: de tarde G.L. (...)

**Domingo 1 de Maio** – Missa N. S. Dos vinhos: de tarde S. (...) Arena (...).

**Segunda** – caza: de tarde (...) : foto : comedia.

**Terça 3** – missa a Sé: de tarde Duque de Uzeda visitar Marques de (...).

**Quarta 4** – caza

**Quinta 5** – comedia (...)

**Sexta 6** – caza chove: (...)

## 126.v

**Sábado 6** – chove caza grimaldi: (...)

**Domingo** – sé tresladação das cinzas : Pirolí (...) Balbi baile

**Segunda 8** – chove caza jogo: (...):

**Terça 9** – chove

**Quarta** – chove pedir a livorni

**Quinta** – chuva

**Sexta** – concelho que a livorni

**Sábado** – caza

**Domingo** – caza chove

**Segunda** – caza: bo' tempo anunciado: (...) : coche duque de Uzeda (...)

**Terça** – parte 2 ½ - a noite em (...)

**Quarta** – parte de madrugada: (...) a (...): armada inglesa: salva ao Emb. (...) do grão duque: / de tarde a terra, (...) estatuas: salva de terra: ruas largas muralhas (...).

**Quinta**- missa Se: Sinagoga: 9 horas partir (...) 4 dormir a (...)

**Sexta** – (...) de cardeal cunha: (...) se': (...) damas: fazia aviso a (...) a caza / pontificia: e lhe mandarão (...) a boa vinda. Curado assistente.

**Segunda 23** – (...) cardeal conti.

**Terça 24** – palácio praça collona: cardeal conti.

**Quarta** – manda ver a Ex o Principe de (...): e S.Ex vai ver o Emb. De (...).

**Quinta 26** – ver a procissão de corpos de penitência: ver o palacio de

(...) : mandão visitar a (...) o principe: e (...)

**Sexta 27** – visitar a (...)

**Sábado 28** - (...) embaixador 2 venciam:

**Domingo** - Albani: (...)

**Segunda 29** – Embaixador veneza: e do (...)

**Terça 30** - (...) il palaccio (...) a (...).

## Bibliografia

ALAO, George. “Dois aspectos da tipologia da literatura de viagens: os títulos e os autores”. In: FALCÃO, Ana Margarida; NASCIMENTO, Maria Teresa; LEAL, Maria Luísa (Org.). *Literatura de Viagem: Narrativa, história, mito*. Porto: Edições Cosmos, 1997.

ALBERTO, Edite Maria da Conceição Martins. *Um Negócio Piedoso: o Resgate de Cativos em Portugal na Época Moderna*. Tese de Doutoramento apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Braga: Universidade do Minho, 2010.

ALMEIDA, Luís Ferrand de. “O absolutismo de D. João V”. In: Separata de *Estudos em Homenagem a Jorge Borges de Macedo*. Lisboa: INIC, 1992.

ALORNA, Leonor de Almeida Portugal Lorena e Lencastre, Marquesa de Alorna. *Palavra cantada: ensaios sobre poesia, música e voz*. Introdução, organização, fixação do texto, notas e bibliografia de Vanda Anastácio. Rio de Janeiro: 7letras, 2007.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brazil por suas drogas, e minas, com varias noticias curiosas do modo de fazer o Assucar; plantar, & beneficiar o Tabaco; tirar Ouro das Minas. & descobrir as da Prata; e dos grandes emolumentos, que esta Conquista da America Meridional dá ao Reyno de Portugal com estes, et outros generos, et Contratos Reaes*. Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1711. Disponível em:  
[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or1320141/or1320141.html#page/191/mode/1up](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or1320141/or1320141.html#page/191/mode/1up). Consultado: 12/01/2018

ARAÚJO, Carla et al. *Grande Temática Planeta – História*. Vol. 1. Lisboa: Editorial Planeta de Agostini, S.A., 2003.

AUGUSTO, Sara. “Diário da Jornada de Roma do Embaixador Extraordinário, o Marquês de Fontes, no ano 1712”. In: *Máthesis*, 18. Viseu, 2009, pp. 81-118.

BEBIANO, Rui. *D. João V: Rei-Sol*. Separata da *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1986.

\_\_\_\_\_. *D. João V: poder e espetáculo*. Aveiro: Livraria Estante Editora, 1987.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Vol. 2 e 3. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

BOSCH, David Jacobus. *Missão Transformadora: Mudanças de paradigma na teologia da missão*. 2ª Ed., São Leopoldo/RS: Editora Sinodal. 2007.

BOSSUET, Jacques-Bénigne. “Política tirada da Sagrada Escritura”. In: *Gustavo de*

Freitas. *900 Textos e Documentos de História*. Vol. 2. Lisboa: Plátano Editorial, 1976.

BORGES, Sónia. *Duas cortes, um modelo: O Cerimonial Diplomático nas relações lusoespanholas (1715-1750)*. Tese de Mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2016. Disponível em: [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/27204/6/ulfl228113\\_tm.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/27204/6/ulfl228113_tm.pdf). Consultado: 04/04/2018

BRANCO, Manuel Bernardes. *Portugal na epocha de D. João V*. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, 1885.

BRANCO, Manuel da Silva Castelo. “Os trabalhos de D. Lázaro Leitão Aranha sobre as Três Ordens Militares: Avis, Cristo e Santiago”. In: Isabel Cristina F. Fernandes (ed.) *Ordens Militares, Guerra, Religião, Poder e Cultura*. vol. 1, Lisboa: Edições Colibri, 1999.

BRAZÃO, Eduardo. *Relações externas de Portugal: reinado de D. João V*. Vol.2. Porto: A Portuense, 1938.

BRAZÃO, Eduardo. *D. João V e a Santa Sé: As relações diplomáticas de Portugal com o governo pontifício e 1706-1750*. Coimbra: Coimbra Editora, Lda, 1937.

BUENO, Elende Paula, FREIRE, Marina, OLIVEIRA, Victor Arruda Pereira de. “As origens históricas da diplomacia e a evolução do conceito de proteção diplomática dos nacionais”. In: *Anuario Mexicano de Derecho Internacional*, vol. XVII, 2017, pp. 623-649

CARDIM, Pedro. “A prática diplomática na Europa do Antigo Regime”. In: Luís Nuno Rodrigues, Fernando Martins (ed.). *História e Relações Internacionais: Temas e Debates*. Évora: Edições Colibri, 2004.

CARLETTI, Anna. “A Diplomacia da Santa Sé: suas origens e sua relevância no atual cenário internacional”. In: *Revista Diálogo*, Canoas, 16, 2010, pp. 31-55.

\_\_\_\_\_. “República Popular da China e Santa Sé: Uma longa história de encontros e desencontros”. In: *Revista Conjuntura Austral*. Vol. 1, n.1, 2010.

CARVALHO, Ayres de. *D. João V e a arte do seu tempo: architectos de El-Rei D. Pedro II e D. João V (Documentos Inéditos); igrejas e palácios (Mafra e a Patriarcal); as encomendas reais para Mafra através da correspondência inédita de El-Rei D. João V*. Vol. 2. S.L.: Edição do Autor, 1962.

\_\_\_\_\_. *D. João V e a arte do seu tempo: as memórias d' El-Rei D. João V pelo naturalista Merveilleux / trad., anot. e coment.* Ayres de Carvalho. Vol. 1. S.L.: Edição do Autor, 1962.

CASTRO, José de. *Portugal em Roma*. Vol. 2. Lisboa: União Gráfica S.A.R.L., 1939.

CHRACAS, Luca Antonio. *Distinto Raguaglio Del Suntuoso Treno delle Carrozze con cui Andò all' Udienze di Sua Santità il dì 8 Luglio 1716, L' Illustrissimo, ed Eccellentissimo Signore Don Rodrigo Annes de Saa, Almeida, e Meneses, Marchese di Fontes, Conte di Pennaghiano, Capitano maggiore, e Alcaide maggiore della Città del Porto, e delle Fortezze di S. Gio: deella Foce del Doro, e Nostra Signora delle Nevi in Leza di Matosignos, Signore del Conseglia di Sevèr, Pennaghiano, Fontes, Gudim, e Gondomar, Signore di Villanuova, Terra di Vaca, e Aghiar di Souza, di Lousas, di Gaja, e della Honra di Sobrado, Signore della Casa d' Abrantes, e delle Ville di Sardoal, Alcaide maggiore delle Ville d' Abrantes, Pugnete; Amendoa, e di Massam, Commendatore di S. Giacomo di Cassem, e S. Pietro di Faro dell' Ordine di S. Giacomo, Gentiluomo della Camera della Maestà del Rè di Portogallo, e del Suo Consiglio, e Suo Ambasciadore Straordinario appresso la Santità di Nostro Signore Papa Clemente XI, In Roma MDCCXVI*. Tipografia Gio: S. Marco al Corso, 1716.

COMMYNES, Philippe de, e Joël Blanchard. *Mémoires*. Vol. 1. Genève: Libraire Droz, 2007.

CONTI, Flavio. *Como reconhecer a arte barroca*. Lisboa: Edições 70, 1986.

CRISTÓVÃO, Fernando. *Literatura de Viagens: Da tradicional à nova e à novíssima*. Coimbra: Edições Almedina, 2010.

CUNHA, Paula Cristina Ribeiro da Rocha de Morais. “Apontamentos teóricos sobre Literatura de Viagens”. In: *Revista Caracol*, Universidade de São Paulo, 3, 2013, pp. 152-173. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5215981.pdf>. Consultado: 10-05-2018.

*Diário da jornada de Roma, que fiz Sendo Secretário da Embaixada Excelentíssima do Senhor Marquês de Fontes. Ano de 1712* (ms. 677 da BGUC, Fl.116-134)

DOMINGUES, Mário. *D. João V, o homem e a sua época*. Lisboa: Tip. H. Torres, 1964.

DUFFY, Eamon. *Santos e pecadores: História dos papas*. Trad. Luiz Antônio Araújo. São Paulo: Cosac & Naify, 2019.

*Estudos Italianos em Portugal*. Nova Série. Vol. Nº 10. Lisboa: Instituto Italiano de Cultura em Portugal, 2015.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. *O "magnífico aparato": formas da festa ao serviço da Família Real no século XVIII*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da UMP, 2001.

FERNANDA, Cristina. “A Persistência do Projecto Imperial Português nos Documentos da Nunciatura”. In: *Revista Lusófona da Ciência das Religiões*, Ano XI, 2012, n. 16/17, pp. 79-101.

FERNANDES, Isabel Cristina F. (ed.). *Ordens Militares, Guerra, Religião, Poder e Cultura*, vol. 1. Lisboa: Edições Colibri, 1999.

FLETCHER, Catherine. *Diplomacy in Renaissance Rome: The Rise of the Resident Ambassador*. Cambridge University Press, 2015.

FONTE, Barroso da (coord.), *Dicionário dos mais ilustres Transmontanos e Alto Durienses*. 1 vol. Guimarães: Editora Cidade Berço, 1998

FRIGO, Daniela (ed.). *Politics and diplomacy in early modern Italy*. United Kingdom: Cambridge University Press, 2000.

GALLAS, Fernanda Disperati. *O barroco no reinado de D. João V: arquitetura, moedas e medalhas*. Ed. do Autor: São Paulo, 2011.

GOMES, Ana Luiza de Castro Pereira. “José da Cunha Brochado: de secretário de embaixada a embaixador extraordinário”. In: *Tempo* (Niterói, online). Vol. 22, n. 39, pp. 72-87, jan-abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v22n39/1413-7704-tem-22-39-00072.pdf>. Consultado: 05/02/2017

JÚDICE, Nuno. “A viagem entre o real e o maravilhoso”. In: Maria Alzira Seixo (coord.). *Literatura de viagem: narrativa, história, mito*. Lisboa: Edições Cosmos, 1997.

LAMAS, Artur. *A Casa-Nobre de Lázaro Leitão no Sítio da Junqueira*. Lisboa: Imprensa Lucas & C.<sup>a</sup>, 1925.

LAVAL, Francisco Pyrard de. *Viagem de Francisco Pyrard de Laval*. Vol. II. Porto, 1944.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: De Rousseau à Internet*. Trad. de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LOPES, Antonio e FRUTUOSO, Eduardo. *India Route: A vida a bordo nas naus da Carreira da Índia*. Texas: Texas A&M University, 2003. Disponível em: <http://nautarch.tamu.edu/shiplab/projects%20ir%20vidaabordo1.htm>. Consultado: 15/01/2018.

MACHADO, Álvaro Manuel, e PAGEAUX, Daniel-Henri. *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura*. Lisboa: Edições 70, 1988.

MADEIRA, Beja (coord.). *Os livros de viagens em Portugal no Século XVIII e a sua projecção europeia*. Lisboa: Oficinas gráficas de Minerva do Comércio de Veiga & Antunes, Lda., 1987.

MAGALHÃES, José Calvet de. “A importância das embaixadas na história da

diplomacia na Europa ocidental”. In: BESSONE, Silvana (Coord.). *Embaixada Extraordinária do Marquês de Fontes ao Papa Clemente XI*. Lisboa: Museu Nacional dos Coches / Instituto Português de Museus, 1996, pp. 23-36

\_\_\_\_\_. *A Diplomacia Pura*. 2ª ed. Venda Nova: Bertrand Editora, Lda., 1996.

MARNOTO, Rita. “Árcades Ambo. Os estatutos da Arcádia Romana e da Arcádia Lusitana”. In: MINGOCHO, Maria Teresa Delgado; GIL, Maria de Fátima; e CASTENDO, Maria Esmeralda (coord.). *Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Manuela Gouveia Delille*. Vol. 1. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011, pp. 667-686.

\_\_\_\_\_. *Corteggiano e cortesão. Baldassarre Castiglione e D. Miguel da Silva*. Genève: Centre International d’Études Portugaises, 2017.

MARTINET, Marie-Madeleine. *Le voyage d’Italie dans les littératures européennes*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

MASSARI, José Manuel Herrero. “Leitura e leitores da literatura de viagens portuguesa dos séculos XVI e XVII. Uma aproximação”. In: FALCÃO, Ana Margarida; NASCIMENTO, Maria Teresa; LEAL, Maria Luísa (Org.). *Literatura de Viagem: Narrativa, história, mito*. Porto: Edições Cosmos, 1997, pp. 641-651

NUMELIN, Ragnar. *The Beginning of Diplomacy: a sociological study of intertribal and international relations*. London: Oxford University Press, 1950. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.b4235825>. Consultado: 16.11.2017

OLIVERI, Mario. *Natura e funzioni dei legati pontifici nella storia e nel contesto ecclesiologico del Vaticano II*. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1982.

PEREIRA, Ana Luíza de Castro, Maria Paula Dias Couto Paes. “Luxo e pompa: o espetáculo das cerimônias de entrada dos embaixadores estrangeiros na corte lisboeta do século XVIII”. In: ÁLVAREZ, María José Pérez; PÉREZ, Laureano M. Rubio (eds.). *Campo y campesinos en la España Moderna. Culturas políticas en el mundo hispano*. León: Fundación Española de Historia Moderna, 2012, pp. 2013-2022.

PINHO, Elsa Garrett. “Da Embaixada Extraordinária do Marquês de Fontes ao Papa”. In: BESSONE, Silvana (Coord.). *Embaixada Extraordinária do Marquês de Fontes ao Papa Clemente XI*. Lisboa: Museu Nacional dos Coches / Instituto Português de Museus, 1996, pp. 55-63.

PINHO, Sebastião Tavares de. “O Poema "Consecratio" de Jorge Coelho e a Origem da Palavra Lusíadas”. In: Separata da *Revista da Universidade de Coimbra* Vol. XXXIII. Coimbra, 1985

ONCKEN, Guillermo (dir.). *História Universal*. Vol. XII. Barcelona: Montaner y Simón, 1894.

- PINTO, Elenice Guimarães Ferreira. “A atuação da inquisição em Portugal: o caso da Rainha Dona Marianna d’Austria, envolvendo o Rei Dom João V (século XVIII)”. In: *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas*. Rio de Janeiro: ANPUH, 2014.
- PINTO, João Rocha. “Houve diários de bordo durante os séculos XV e XVI?”. In: Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*. Vol. XXXIV. Coimbra, 1988.
- RADULET, Carmen. *D. João V e a Santa Sé: Os Retratos dos Reis Portugueses como Instrumentos da Diplomacia Joanina*. Porto: Civilização Editora, 2008.
- Representações de Portugal nas Literaturas Estrangeiras e Representações do Estrangeiro na Literatura Portuguesa - Portugal e o Outro: Imagens e viagens*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2004.
- RICCARDI, Luca. “An outline of Vatican diplomacy in the early modern age”. In: Daniela Frigo (ed.). *Politics and diplomacy in early modern Italy*. United Kingdom: Cambridge University Press, 2000.
- RODRIGUES, Luís Nuno. *História e Relações Internacionais: Temas e Debates*. Lisboa: Edições Colibri, 2004.
- RUSSOMANNO, Eugenio. *I grandi papi*. Tavagnacco: Edizioni Segno, 2013.
- SALGUEIRO, Valéria. “Grand Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura”. In: *Revista Brasileira de História*, 22 (44), pp. 289-310, 2002, Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882002000200003>. Consultado: 20/03/2018
- SANTOS, Fernanda Cristina. “A Persistência do Projecto Imperial Português nos Documentos da Nunciatura”. In: *Revista Lusófona da Ciência das Religiões*, Ano XI, 2012, n. 16/17, pp. 79-101.
- SARAIVA, José Hermano (autor), Diogo D’Almeida, José António Crespo (prod.). *A Alma e a Gente: D. João V – O Ouro do Brasil*. Episódio 36. Série II. Lisboa: Videofono, 2004.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*, Vol. V. Lisboa: Verbo, 1980.
- SERRÃO, José Vicente, “A agricultura portuguesa no século XVIII: progresso ou atraso?”. In: MOTTA, Márcia (org). *Terras lusas: a questão agrária em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2007, pp. 31-70. Disponível em: [http://www.academia.edu/1870549/A\\_agricultura\\_portuguesa\\_no\\_s%C3%A9culo\\_XVI\\_II\\_progresso\\_ou\\_atraso](http://www.academia.edu/1870549/A_agricultura_portuguesa_no_s%C3%A9culo_XVI_II_progresso_ou_atraso). Consultado: 18/10/2017
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *D. João V*. Lisboa: Temas e Debates, 2009.
- SILVA, Luiz Augusto Rebelo da. *Corpo Diplomático Português contendo os actos e relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo*

*desde o século XVI até os nossos dias*. Vol.1. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1862.

SIMÕES, Maria João (Coord.). *Imagotipos literários: processos de (des)configuração na imagologia literária*. Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa, 2011.

SOLANA, Javier. “Securing Peace in Europe”. Discurso integrante do Simpósio da Relevância Política da Paz de Vestfália. Münster, 12 Nov. 1998. Disponível em: <https://www.nato.int/docu/speech/1998/s981112a.htm>. Consultado: 19/12/2017

SOUSA, Caetano de. *Memórias históricas e genealógicas dos grandes de Portugal*. Lisboa: Regia Oficina Sylviana e da Academia Real, 1895.

Trad. Susana Serras Pereira, Amin Maalouf. *As identidades assassinas*. Lisboa: Miraflores, 2009.

TEDIM, José Manuel. “A festa barroca no tempo de D. João V”. In: *Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Ibero-Americano*. Ouro Preto/MG, 2006, pp. 968-980. Disponível em: <https://www.upo.es/depa/webdhuma/areas/arte/4cb/pdf/Jos%C3%A9%20Manuel%20Tedim.pdf>. Consultado: 5/11/2017

TEDIM, José Manuel. “A festa e a cidade no Portugal barroco”. In: *Actas do II Congresso Internacional do Barroco*. Porto: Sersilito, 2003, pp. 317-323. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7544.pdf>. Consultado: 5/11/2017

TOMÉ, Romina Alexandra Sim-Sim. *A Diplomacia da Santa Sé: evolução e questões actuais*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus. Évora: Universidade de Évora, 2013.

VARANDAS, José. “Viagens Medievais”. In: *Dicionário da Expansão Portuguesa 1415-1600*. Vol 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2016.

VALE, Teresa Leonor M. *Arte e Diplomacia: A vivência romana dos embaixadores joaninos*. Lisboa: Scribe, 2015.

ZHU, Jiaqi. *O Café e o Chá nas Culturas da China e de Portugal*. Dissertação apresentada ao Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2016.

## Imagens

Capa:

“Coche dos Oceanos”, por Igor Zyx.

Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Museu\\_dos\\_Coches\\_-\\_Coche\\_dos\\_Oceanos.png](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Museu_dos_Coches_-_Coche_dos_Oceanos.png)

Figura 1: Retrato do rei D. João V de Portugal. Executado a óleo por Domenico Duprà. Exposto no Museu dos Biscainhos, em Braga

Figura 2: Retrato de D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses. Executado a óleo por Vieira Lusitano. Coleção Particular depositada no Museu Nacional dos Coches. Século XVIII

Figura 3: Mapa geográfico da disposição da escultura, arquitetura e pintura barroca em Portugal. Autor: Flávio Conti

Figura 4:

Da cortesia dos autores do Blog “MãoNaMala”, entrada de 25 de Agosto de 2016. Disponível em: <http://maonamalapelomundo.blogspot.pt/2016/08/museu-nacional-dos-coches.html>

Figura 5: António Lanceiro. “Vista Lateral” do Coche Principal da Embaixada do Marquês de Fontes. pp. 28-29

Figura 6: António Lanceiro. “Jogo dianteiro” do Coche Principal da Embaixada do Marquês de Fontes. p. 37

Figura 7: António Lanceiro. “Alçado traseiro (pormenor). Adamastor e um Leão, símbolo do poder real, derrotando o Mal.” Do Coche Principal da Embaixada do Marquês de Fontes. pp. 44-45

Figura 8: Autor: António Lanceiro. Título: “Portinhola (pormenor). Troféus bordados”, do Coche Principal da Embaixada do Marquês de Fontes. p. 42 (a)

Figura 9: Carro Triunfal da Coroação de Lisboa.

Disponível em: [https://4.bp.blogspot.com/-ccgE9Xs74uA/UCmHf\\_bCcrI/AAAAAAAAAL5s/GISZODUVyGA/s1600/Lisboa%2520-%2520Museu%2520dos%2520coches%2520-%25202007-11-04%2520-%2520030.jpg](https://4.bp.blogspot.com/-ccgE9Xs74uA/UCmHf_bCcrI/AAAAAAAAAL5s/GISZODUVyGA/s1600/Lisboa%2520-%2520Museu%2520dos%2520coches%2520-%25202007-11-04%2520-%2520030.jpg)

Figura 10: António Lanceiro. “Grupo escultórico do alçado traseiro”, do 2º Coche da Embaixada do Marquês de Fontes (Coroação de Lisboa). p.93

Figura 11: António Lanceiro. “Portinhola (pormenor). Bordado a fio de ouro”, do 2º Coche da Embaixada do Marquês de Fontes (Coroação de Lisboa). p.78 (a)

Figura 12: António Lanceiro. “Tecto em brocado de seda polícroma”, do 2º Coche da Embaixada do Marquês de Fontes (Coroação de Lisboa). p.82

Figura 13: “Coche dos Oceanos”, por Laurent de Walick  
Disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by/2.0>

Figura 14: “Alçado traseiro do Coche dos Oceanos”, por Luca Boldrini.  
Disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by/2.0>)